

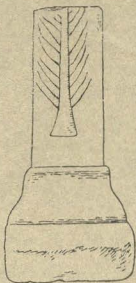
186

REVISTA  
DE  
ARQUEOLOGIA

SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

DIRECTOR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA



MCMXXXIV

MCMXXXVI





DEPÓSITO LEGAL

Rev.

152



Rev. 32 F H

152

# REVISTA

DE

# ARQUEOLOGIA



DIRECTOR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA

TOMO II

MCMXXXIV

COMPOSTO E IMPRESSO NA IM-  
PRENSA MODERNA, RUA LUZ  
SORIANO, 43 E 45, — LISBOA

## O ALTAR DE S. VICENTE NA SÉ DE LISBOA

A sé de Lisboa tornou-se, como era natural, o centro do culto de S. Vicente — padroeiro da cidade.

Segundo D. Rodrigo da Cunha<sup>(1)</sup>, a urna que encerrava o corpo do Santo mártir esteve, primeiro, no altar-mór, passando, porém, pouco depois, a ter altar próprio, como o erudito prelado e ardente patriota inferiu de doações datadas dos anos seguintes ao da trasladação da disputada reliquia para a catedral, documentos existentes no respectivo cartório e que D. Rodrigo pôde ainda examinar. Esse altar erguia-se, contudo, na capela-mor.

Referem cronistas que, no mês de Agosto de 1433, D. João I, pressentindo a morte (que, de facto, se não fez esperar), ordenou que o levassem dos paços da Alcáçova á sé, e, aí, na capela-mor, não obstante encontrar-se então *desbaratada*, — em consequência, sem dúvida, do raio que a atingira em 1404 e das obras a que se estava procedendo, — ouviu missa e orou com grande devoção diante do altar de S. Vicente, de quem, por assim dizer, quisera despedir-se. Tinha, pois, então altar próprio, na abside da catedral, o padroeiro de Lisboa.

Francisco de Olanda, em dois passos dos seus escritos, deixou consignado que Nuno Gonçalves, contemporâneo de D. Afonso V e pintor de tão relevante mérito, que o esclarecido artista e teórico do século XVI não duvidou incluí-lo entre as *aguias* da arte de pintar, executara o altar de S. Vicente na sé de Lisboa.

Com o fundamento de que D. Rodrigo da Cunha alude, na sua minuciosa descrição do altar do Santo, a *atlantes* e de que a existência dêste elemento denuncia o classicismo italiano, cuja infiltração em Portugal foi tardia, tem-se pretendido contestar a identificação do altar em que Nuno Gonçalves colaborou com aquele que o douto arcebispo de Lisboa descreve.

Importa, porém, observar que D. Rodrigo não diz que a urna de S. Vicente era sustentada por *atlantes*, mas que o era por quatro *anjos*, que êle eruditamente compara com atlantes. Do emprêgo de anjos com a função de suporte, ha, dêsse tempo e, até, de tempos anteriores, muitos exemplos. Na interessantíssima secção de escultura medieval do Museu de Machado de Castro (Coimbra), figuram dois anjos de pedra de Ançã, procedentes de

---

<sup>(1)</sup> *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, tomo I (único publicado), part. II, fl. 96.

Santa Clara Velha, que, sem dúvida, tiveram essa aplicação e que datam do século XIV<sup>(2)</sup>.

Outro modo de dizer se encontra nessa longa, prolixa descrição, que poderia, com maior clareza, persuadir que o estilo do altar era o clássico. É a expressão *ao uso antigo*, que se lê no seguinte passo:

“...hã graciosa frontaleira de macenaria *ao uso antigo*, laurada & dou-  
rada com grãdes primores...”<sup>(3)</sup>

Em documentos do século XVI, a expressão que sublinhei, e outras equivalentes, designam, efectivamente, a arte do Renascimento; mas é de crer que, no tempo de D. Rodrigo da Cunha, em pleno e exclusivo domínio do classicismo (estilo *baroco*), as palavras *ao uso antigo* significassem, não a arte clássica, triunfante, mas a arte medieval, ha muito banida e considerada bárbara.

Esse altar deve ter sido da iniciativa de D. Jorge da Costa, que ocupou a catedral episcopal de Lisboa desde 1464 até 1500 e foi depois cardinal em Roma, porque nele figurava o escudo das armas daquele prelado, pendente do braço esquerdo de Santa Catarina, “na coluna que fica do euangelho, em que remata o retabolo...”<sup>(4)</sup>

Admite D. Rodrigo da Cunha a possibilidade de ter D. Jorge sido restaurador, e não autor, dessa obra, ou de nela haver interferido, numa ou na outra dessas qualidades, seu irmão e sucessor, D. Martinho, que governou o arcebispado até 1521.

Mas a intervenção de Nuno Gonçalves, contemporâneo de D. Jorge, e a circunstância de figurar, na composição do retábulo, Santa Catarina, de quem o futuro cardinal era particularmente devoto, faz crer que foi êle, e não D. Martinho, quem mandou erigir, ou enriquecer, o altar em que o nosso grande pintor quatrocentista colaborou.

João Baptista de Castro, quando, no seu *Mappa de Portugal*<sup>(5)</sup>, se occupa do arcebispo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses (1540 — 64), refere que êste prelado mandou fazer<sup>(6)</sup>, além de outras obras, o altar de S. Vicente. Ignoro o fundamento desta afirmação. Nenhum dos autores que J. B. de Castro cita, a propósito de D. Fernando, — Barbosa Machado, D.

(2) Conservam vestígios, ainda apreciáveis, de pintura do século XVII.

(3) Obr., tom. e part. cit., fl. 96 v.º

(4) Loc. cit.

(5) Tom. III, pag. 140.

(6) *Fazer* e não *restaurar*, como inadvertidamente transcreve o autor da *Lisboa Antiga*.



José Barbosa, D. António Caetano de Sousa, Gil Gonçalves de Avila e D. Luís Caetano de Lima, — lhe attribue o altar de S. Vicente.

E occorre logo perguntar: se porventura êsse altar fôsse obra de D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, como se justificaria que nele figurassem, em vez das armas dêste arcebispo, as de D. Jorge ou D. Martinho da Costa? E como poderia, no ano de 1631, — volvidos, portanto, apenas alguns decênios, — ser êsse altar qualificado de *muy velho e muy antigo*, em representação dirigida pelo cabido a Felipe III?

Que a reparação, ou substituição, que os cônegos pretendiam se não realizou, prova-o, incontestavelmente, a circunstância de haver D. Rodrigo da Cunha, durante o seu govêrno, que decorreu, entre 1636 e 1643, mandado *renovar e dourar* o altar do santo mártir (7), como também a de êle ter, quando D. Rodrigo escrevia, a disposição que tinha na data em que o cabido representou a Felipe III e que era, exactamente, um dos fundamentos da sua pretensão.

É decisivo o confronto da carta que o monarca dirigiu á Câmara de Lisboa, em 27 de Agosto de 1631, e na qual se transcrevem, ou resumem, as alegações do cabido, com a descrição de D. Rodrigo da Cunha.

Escrevia Felipe III:

«Por parte do cabido da see desta cidade se me representou que o Retabolo do glorioso São Vicente de ualença cujo corpo está naquella Igreja he muy antigo e está muy velho, *o seu altar no chão e sem degraos tendo o altar mor da see cinco. e o assento do Arcebispo outros sinco de maneira que os pees do Prelado e Conegos ficão mais altos que o altar do Santo com grande indeçencia e escandalo do Pouo...*» (8)

Escrevia D. Rodrigo da Cunha:

«O lugar, que hoje tem o sagrado deposito, he na mesma capella mor, da parte da epístola, *pouco abaixo dos degraos do altar, na area, & tablei-ro, que faz a mesma capella entre os primeiros, & segundos degraos.*» (9)

É porventura crível que, tendo sido deferida a pretensão do cabido e, portanto, modificado ou substituído o altar, não houvesse sido corrigido o defeito que tanto susceptibilizava a piedade dos fieis: — o não ter êsse altar

(7) Obr., tom. e part. cit., fl. 97

(8) Cartório da Câmara Municipal de Lisboa, livro I de Felipe III, fl. 170.

(9) Obr., tom. e part. cit., fl. 96.



nenhum degrau, ao passo que o altar-mor e a cátedra do arcebispo tinham cinco? D. Rodrigo da Cunha diz claramente que o altar do santo ficava no piso médio da capela-mór, *abaixo dos degraus do altar principal*.

Além disto, segundo observa o sr. dr. José Saraiva <sup>(10)</sup>, como se explicaria a existência do escudo das armas de D. Jorge ou D. Martinho da Costa em um retábulo felpino, e a ignorância de um contemporâneo, D. Rodrigo da Cunha (que, para mais, era arcebispo de Lisboa), à cerca da autoria desse retábulo? Porque o douto prelado confessa <sup>(11)</sup> não ter podido descobrir quem fosse o autor da obra que minuciosamente descreve, atribuindo-a, como vimos, a D. Jorge ou D. Martinho da Costa.

De todos estes depoimentos, é lícito concluir que o altar de S. Vicente — aquele em que colaborou Nuno Gonçalves — fôra obra de D. Jorge da Costa e se manteve até, pelo menos, o tempo de D. Rodrigo da Cunha.

Um trecho da obra do padre Diogo Feres Cinza, *Vida, martirio e ultima trasladação do martyr S. Vicente*, publicada em 1620, reforça esta conclusão. Referindo-se ao culto de S. Vicente na sé de Lisboa, escreve aquele presbítero:

“... não vejo hum insigne & custoso sepulchro em que seu Corpo esteja com a veneração devida; *não vejo um retabolo no seu altar de notavel artificio*; não vejo ante seu sepulchro alampadas ricas acesas desta cidade...” <sup>(12)</sup>

De facto, não é de admitir que, se acaso o arcebispo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses houvesse mandado substituir, entre 1540 e 1564, o altar do padroeiro de Lisboa, o padre Cinza considerasse, em 1620, destituída de *notavel artificio* essa obra recente de um prelado generoso, sendo mais provavel que tal apreciação incidisse sobre o retábulo quatrocentista de D. Jorge da Costa, que, dez ou onze anos depois, o cabido reputava também *muy velho e muy antigo* e que D. Rodrigo da Cunha se julgou obrigado a mandar renovar e dourar.

A concisa descrição que, do altar de S. Vicente, nos dá Coelho Gasco, em suas *Antiguidades da muy noble cidade de Lisboa* <sup>(13)</sup>, obra igualmente composta no século XVII (antes de 1666), prova também carecer de fundamento a afirmativa do autor do *Mappa de Portugal*. O altar que António Coelho Gasco descreve é, sem dúvida, o que D. Rodrigo conheceu.

<sup>(10)</sup> *Os Paineis do Infante Santo*, pag. 74.

<sup>(11)</sup> Obr., tom. e part. cit., fl. 96 v.º

<sup>(12)</sup> Pag. 101-102.

<sup>(13)</sup> Coimbra, 1924, pag. 207.

Um passo da *Corografia Portuguesa* do padre António Carvalho d Costa, que escrevia na transição do século XVII para o século XVIII, mostra-nos que o retábulo descrito por D. Rodrigo da Cunha fôra já substituído. Eis o trecho:

«A Capella mor . . . tem da parte da Epistola outra mais pequena, *toda de pedra embutida*, na qual está com grande veneração o corpo do glorioso martyr S. Vicente. . . » <sup>(14)</sup>

A expressão *pedra embutida* quer, evidentemente, designar o mosaico florentino, muito empregado em Portugal nos fins do século XVII e de que, na propria sé, havia interessantes applicações, sobretudo na capela do claustro denominada *dos Bispos* ou *da Terra Solta*, que fôra, primitivamente, casa capitular.

João B. de Castro, que muito bem devia conhecer a sé de Lisboa, onde era beneficiado, não descreve o altar de S. Vicente, limitando-se a informar que estava na capela-mór, da parte da epístola, em correspondência dos túmulos de D. Afonso IV e sua mulher, a rainha D. Brites. <sup>(15)</sup>

Nas obras destinadas a reparar os estragos causados pelo terremoto de 1755, foi dedicada a S. Vicente a primeira capela da charola, do lado direito, que abrangia, como a correspondente da parte oposta, duas das capelas afonsinas, com substituição das primitivas abóbadas por uma abóbada única, de arestas, construída de tejo. O altar foi colocado contra a parede oriental, em face da porta, que abria para o cruzeiro.

Assim conheceu o autor destas linhas a capela de S. Vicente, antes das obras agora em execução.

D. JOSÉ PESSANHA

#### NOTA

Num volume manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que pertenceu á nossa Biblioteca Rial, encontra-se uma lista de retratos de reis e príncipes portugueses, organizada, segundo parece, durante o reinado de D. João III. Foi o sr. dr. Artur da Mota Alves quem

<sup>(14)</sup> Tom. III, pag. 343.

<sup>(15)</sup> *Mappa de Portugal*, tom. III, pag. 336.

a descobriu e a comunicou ao sr. Afonso de Dornelas, que, por sua vez, dela deu notícia à Academia das Ciências.

Um dos retratos mencionados é o do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

«Estava — informa o autor — na dita capela (a capela-mór da sé), entrando por ella a mão esquerda do altar. Em cima, no alto, está uma sepultura dourada, onde diziam estar o corpo de S. Vicente, e em baixo, ao pé dela, estavam dois paineis, em que estava pintado S. Vicente, em figura de moço de dezasete anos em cada retabulo e painel, que estavam juntos um do outro, e a figura de S. Vicente estava virada uma para a outra, de maneira que mostrava, assim, cada parte do rosto. Em figura deste S. Vicente estava retratado o Príncipe D. Afonso. Um rosto mui formoso de moço, e ele e outras muitas figuras de homens que nos ditos paineis estavam, que eram senhores e fidalgos daquele tempo, que se mandaram retratar com o príncipe D. Afonso e tinham nas cabeças umas caraminholas muito altas, de veludo, uma de vermelho, outras de verde e de cores, que parece que eram os barretes daquele tempo.»

Acrescenta, quem esta relação compilou, que lhe tinham dito, havia poucos dias, que os paineis já não estavam no seu lugar.

Teve o sr. Dornelas a gentileza de mostrar-me fotografias das páginas ocupadas por essa curiosa lista. A julgar pelo character da letra, penso que esse documento data, rialmente do século XVI. Mas, como o compilador localiza no lado esquerdo da capela-mor da sé o altar de S. Vicente, quando todos os autores que a êle se referem o localizam no oposito, e como atribue os retratos de D. João II, D. Leonor e D. Afonso a um pintor de apelido Mota e o de D. João I a Diogo Gomes da Rosa, artistas que exalta, mas de quem se não conhecem referências documentais, é lícito pôr em dúvida a consciéncia com que foi elaborada essa lista, que, todavia, não é destituída de interesse.

J. P.

## UM EMBALSAMENTO

Um dos homens que Sebastião José de Carvalho foi buscar á modesta situação que tinham, para os guindar aos elevados cargos em que pudessem manifestar os altos dotes que nêles adivinhara, foi fr. Inácio de S. Caetano, que na ordem dos carmelitas descalços professara no princípio de 1736 e pelos seus méritos fôra lente de teologia no colégio de Braga e depois prior dêste no capítulo da sua ordem, sendo nomiado pelo célebre estadista contra a opposição dos muitos que pretendiam o importante cargo, confessor da princesa da Beira e futura rainha. Contra a sua vontade se viu empossado dêste invejado lugar e no meio das intrigas, invejas, subserviências e humilhações daquela côrte, a sua independência que lhe permitia a franqueza das suas palavras e a liberdade dos seus actos, firmada no seu valor real e no seu absoluto desprezo pelas honrarias e benesses, collocava-o em realce, que o contraste com os que o rodeavam tornava mais evidente e dominador. Depois de ser membro da Mesa Censória, onde ninguem podia excedê-lo em competência e imparcialidade, contra vontade sua foi feito bispo de Penafiel e arcebispo de Tessalónica, constringido foi nomeado inquisidor-mór, assim como só forçado se resignou a viver permanentemente no Paço ao lado da sua confessada, que assumira o govêrno do reino pela morte de seu pai. Ali morreu com inais de setenta anos no Paço de Queluz no seu posto de leal conselheiro e de director espiritual da infeliz princesa e tal era o seu prestígio, que a lenda explicou a perda da razão de D. Maria I, pela falta da acção benéfica que nela deixara por morte de exercer fr. Inácio de S. Caetano. Se êste antes de morrer tivesse sido consultado, sôbre qual o destino depois a dar ao seu cadaver, de certo que, tão soberano desprezo tinha em vida pelas honrarias e distincões, havia de pedir que o entregassem aos vermes, sem lhe per-turbarem a paz da sepultura. Ainda nisto foi contrariado, porque a rainha não quiz deixar de manifestar a devoção e o reconhecimento que a sua memória lhe merecia e ordenou que o seu cadaver fôsse embalsamado, encarregando dessa operação, os dois mais estimados e categorizados cirurgides da sua câmara, Dominhos Carvalho Queiroga e Manuel Constâncio. Este era o célebre mestre de Anatomia do Hospital de S. José, o restaurador da cirurgia portuguesa, para cuja biografia Augusto de Castro reuniu tantos e tão preciosos elementos. (1) Era muito querido

(1) *Arquivos da Historia da Medicina Portuguesa*, v. X a XIV.



da rainha e tinha para ela pater mais cuidados, contando-se até, que tendo de sangrá-la no pé, recomendara á camareira que lhe calçasse meias de seda vermelha e sem a prevenir lheabrira a veia, sem que a operada se atemorissasse, pois que a côr da meia lhe ocultava a do sangue que corria. Só depois a rainha, segundo se conta, tinha proferido a frase: *Ah maroto, que me sangraste.*

O cirurgião Queiroga, que era mais antigo no serviço do Paço, do que Constâncio, e por isso figurava em primeiro lugar, era tão considerado e estimado, que tinha para o seu serviço carruagem da casa real, como os médicos, ao passo que os outros cirurgiões, como ao sangrador e algebrista era dada apenas uma cavaladura.

Falecera o arcebispo com setenta anos a 29 de Novembro de 1788. No dia seguinte os dois cirurgiões, com os moços que no Hospital de S. José ajudavam Constâncio nas autópsias e preparações necessárias para o ensino, trazendo os *ferros* do Hospital, procederam á operação destinada a impedir ou pelo menos demorar a corrupção do cadaver.

\*

Já se não usava o processo doutro tempo, que consistia em escalar, estripar e salgar, (2) como se fossem pescadas ou bacalhaus, os corpos que se queriam conservar. Póde dizer-se que se fazia mais e peor.

Para a operação alem das drogas e mais aprestos a que adiante nos referiremos, requisitavam-se dois caixões, um pintado interiormente com breu para encerrar o corpo depois de preparado e outro para recolher as vísceras que se extraíam, miudesas consideradas sem valor e que sem pompa nem mais cerimónias se mandavam a enterrar. O processo então seguido, foi bem descrito pelo célebre catalão, de charlatanescas e ridícula memória, Monsava y Roca, da seguinte maneira:

«Abre-se o cadaver pelo estillo anatomico para buscar as entranhas,

---

(2) Feliciano d'Almeida descreve assim este processo:

«Tirados os membros internos (visceras) das ditas cavidades as lavarão com agua morna, ou com agua ardente, & tornarão a reduzir as partes anatomizadas, cozendo as incisões feitas: & o cadaver se meta dentro em hum caixão de pinho breado, & sobre o corpo deitarão tanto lixivio, que fique o corpo bem coberto delle; farse-ha o lixivio por este modo. Em quanta agua bastar para cobrir o cadaver dentro no caixão, se lhe misture tanto sal commum, & pedra humi crua, quanto parecer preciso. Deste modo, ou tambem em salmoura se pode levar hum cadaver de huma região para outra sem nenhum mao cheiro...» (*Cirurgia Reformada*, pag. 505).

(3) *Novissima Medicina*, t. II; pag. 851.



dando huma incisão pelo couro sómente desde o pescoço por baixo da barba até á região do pubis inclusivé; e ao depois dous cruzeiros atraveçados: hum no alto do peito desde sovaco a sovaco, e outro pelas regioens hypochondriacas, desde a ultima costella de hum lado, até á outra ultima costella do outro lado.

«Então se separa o couro da gordura perfectamente, e dos musculos por todas as regioens, a saber: do pescoço, peito e abdome com grande cuidado de que se não fação buracos no couro..»

«Depois se cortão os musculos do abdome; os pectoraes, e os do pescoço juntamente com a gordura... depois se tirão as entranhas do abdome começando pelo ventre e intestinos, para o que he preciso primeiro atar o esofago por cima do estomago com huma linha forte, e cortado por cima da atadura se vay separando o ventriculo e o mesenterio e com elle vem os intestinos por onde estiverão presos e todo junto vay deste modo fóra para o caixão.

«Depois se tira o figado, baço, rins e tudo o que ouver na cavidade do abdome até tambem parte do musculo psoas e iliaco... Depois se enxugão muito bem todas as paredes da cavidade do sangue, e outros líquidos, que alli ouver com esponjas ou panos.

«Depois abre-se o peito com faca curva bem voltada cortando por dous lados começando primeiro pela juntura de huma clavícula com o osso esternon, e se vay seguindo o corte pelas cartilagens nas mesmas juntas com as costellas osseas até a ultima das mendoças... Logo se corta por baixo o diafragma entre os dous cortes das costellas ditas agóra, e por alli se levanta o osso esternon separando-o por dentro do mediastino até sair tudo para fóra e elle se guarda á parte para logo...

«Depois por aquella abertura se tirão os bofes, coração, esofago, vea cava e arteria magna, diafragma e tudo o que naquella cavidade estiver e vay para o caixão e se enxugão as paredes muito bem.

«Depois se trabalha no pescoço e se tira a lingua, fauces, traquea e musculos para o caixão. Então se espremerão os braços com ambas as mãos empurrando o sangue dos vasos para o pescoço; e se enxugará muito bem.

«Depois vai-se á cabeça e abre-se o couro no alto em forma de cruz na região dos cabellos, intacta a testa para guardar a formosura da cara. E dissecadas as quatro pontas com bastante praça se cerra o craneo de sorte que fique formado hum grande buraco por onde possa entrar amplamente a mão, e por alli, cortada a dura mater, se tira o cerebro todo, aos pedaços e mancheas, e a dura ajudando com o bisturião...

«Lavão-se depois as três cavidades com agoardente ou vinho branco

generoso abundantemente sem enxugar: mas espontaneamente se enxugarão por tempo de tres horas exposto o cadaver ao ar»

Seguidamente enchiam-se as cavidades com as espécies aromáticas e «então se coserá pelas mesmas incisoens, em que forão abertas pelo couro».

«Adverte-se que na cavidade do peito antes de se coser, se porá no seu lugar o osso esternon prendido com linhas ás costellas huma por huma por onde foy cortado».

«Depois se lava todo o cadaver com agoardente e ficará lavado sem o enxugar até passada huma hora.

«Logo se untará todo o corpo com balsamo do Perú, ou de Copaiva. E depois se tomão humas ataduras compridas feitas de pano de linho da largura de 4 dedos, em numero as que seião precisas e molhadas com o mesmo balsamo se enrolará todo, enrolando primeiro o tronco, e ao depois os artos, a saber: braços e pernas, de sorte que fiquem bem prendidas com ataduras nos cabos, ficando só a cara descuberta. E deste modo posto o cadaver em cima de hũa banca se deixa passar 4 ou 5 horas, ou mais. E depois se veste ao estilo, ou vontade de quem manda nelle».

Tal era o processo usado para embalsamar desentranhando. (4)

\*

Para a operação a realizar no cadaver do inquisidor mór foram feitas as seguintes requisições pelos dois cirurgiões, cujo conhecimento devo ao sr. J. M. Cordeiro de Sousa, que delas tirou cópia no Arquivo de Santa Lusía. Caixa n.º 40—1789.

«He preciso p.<sup>a</sup> se ambalsemar o corpo de S.<sup>a</sup> A. q̄ Santa Gloria Haja, o seg.<sup>te</sup>:

R. Mangerona, Oregos, Thomilho, Rosmaninho, Alecrim, Alfazema, Murta Neveda, Poeijos, Trevo cheiroso, Hypocistidos, Salva, Rosas, Loiro, Lirio Florentino, Canela; de tudo em pô arrattijy Salgema Hvjm. <sup>to</sup>	51\$600
Item. Beijoim, Mirra, Azebar Socotrino, Hestoraque em lagrima, Cravos da India, Nozes moscadas, Canela Pimenta branca arrattij, Incenço, Cascas de Laranja, de Cidra, Calamo aromatico, semente de Funcho, Erva doce arrattij, Canfora L. 3, Salgema, e Pedra hume arrattij tudo em pô sutil m <sup>c</sup> S. A.	205\$160

(4) Quem, tendo *desentranhar* que significa também o que se pretende, vem propor *desviscerar* ou outro disparate idêntico, imagina ser senhor absoluto da filologia, onde livremente pode exercer o ridículo privilégio dos neologismos.

Item Balsamo Peruviano liquido, Apopletico de Limeni arr tiiij, Tintura de Mirra, e Tormentina fina arrattij m <sup>o</sup>	158\$880
Item. Espirito de vinho canforado S. A. § 62 Ajunte a cada libera Sal armoniaco 3 j	60\$760
Item. Vinagre branco canforado L. 24	14\$400

Algodão 2 arr	}	11\$360
Estopa 2 arr		
Esponjas grandes 1 1/2 arr		
Cordel de pião de linhas		
Brochas		
Sera amarella		

Soma total	499\$200
Abatida a 3 p. <sup>e</sup> fica Liquido	332\$800

(aa) *Domingos Carvalho Queiroga*  
*Manoel Constancio*

Abaixo lia-se:

«Declaramos nos abaixo aSignados ter por esta mesma Receita emBalse-  
mado o Corpo do Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup>. ArceBispo q̄ está no Ceo por assim o Determinar  
Sua Mag.<sup>de</sup> que D.<sup>s</sup> G.<sup>de</sup> &<sup>a</sup>

(aa) *Domingos Carvalho Queiroga*  
*Manoel Const.<sup>o</sup>*»

Ha a fazer dois reparos. O primeiro é que na conta da botica era costume fazer abatimento da terça parte nos preços estabelecidos. A segunda é que esta requisição fôra primitivamente feita meses antes para servir no embalsamamento do príncipe D. José e depois fôra copiada para o do arcebispo.

\*

Disse-se que a primeira vez que em Portugal se empregou o processo de conservação dos cadáveres por injeção de líquidos antipútridos nos vasos, que datava do segundo quartel do século XVIII, foi no embalsamamento do rei Carlos Alberto, praticado no Porto a 30 de Julho de 1849 pelos clínicos Luís Pereira da Fonseca e Manuel Maria da Costa Leite, na presença do médico do monarca falecido Alexandre Ribeiro <sup>(b)</sup>. Deve porém notar-se que mais de cem anos antes desta data já este processo era conhe-

<sup>(b)</sup> *Arquivos de Historia da Medicina Portuguesa* de 1921, pag. 41.

cido em Portugal embora se não tivesse posto em prática. O esclarecido cirurgião Feliciano d'Almeida ensinara em 1738 <sup>(6)</sup>:

“Se quizerem conservar o cadaver inteiro sem o anatomizarem, farão o seguinte. Siringarão pela boca, & esofago com agua quente, & o mesmo farão pelo intestino recto, para que a materia corruptivel do ventriculo, & intestinos, saya livremente: & continuar-se-hão as siringaduras de agua quente, até que saya clara, e limpa. Então siringarão com espirito de vinho em bastante quantidade, para que assim se alimpem, & enxuguem todas as aquosidades, q̄ nos intestinos, & estomago ouver. Feito isto, abrirão as arterias, & veas grandes, dentro em as quaes siringarão tambem com agua quente tantas vezes, quantas bastem para todo o sangue, & a agua sahir clara. E como assim estiver tudo feito, siringarão pela boca, intestino recto, arterias & veas com espirito de vinho, em o qual se haja infundido myrrha, almecega, incenso, & alambre, & se depois da infusão se puder destillar, será melhor; depois de siringar com este licor, taparão o intestino recto, & as aberturas que fizerão nas arterias, & veas; & o corpo se meta no caixão breado, deitando-lhe tanto espirito de vinho, composto pelo modo dito, quanto baste para cobrir o corpo.”

Desta múltipla seringaço se livrou o corpo do arcebispo, que preparado á moda antiga, com o recheio das espécies aromáticas, lá foi a enterrar no convento de Santa Tereza de Jesus, da sua ordem dos carmelitas descalços <sup>(7)</sup>. E ali descançaram os restos do que só pela morte se conseguiu ver livre dos cortesãos e dos políticos do seu tempo, que êle distinguia com tão soberano desprezo e o silêncio que sempre ambicionou e que só então fruiu, foi tão completo que hoje nem sequer é mencionado pelos que recordam os que naquele convento foram enterrados.

AUGUSTO DA SILVA CARVALHO

---

<sup>(6)</sup> *Cirurgia Reformada*, pag. 505.

<sup>(7)</sup> *Gazeta de Lisboa* de 2 de Dezembro de 1778.



# A CONCEIÇÃO DOS FREIRES

## (NOTAS ARQUEOLÓGICAS)

Instituída a Confraria da Misericórdia em 15 de Agôsto de 1498, installou-se desde logo na Capela da Terra Sôlta, no claustro da Sé de Lisboa.

A nobreza dos fins que se propunha, e a protecção que a côrte lhe dispensava, em breve a fizeram prosperar de tal forma, que se tornou necessária a existência de uma séde própria. Para êsse fim, mandou D. Manoel I construir edificios apropriados, fora da linha das muralhas da cidade, no sítio da Ribeira, junto à Torre da Escrevaninha.

Não viu êste rei concluída a obra, pois só em 25 de Março de 1534 ela estava no estado de ali se instalar a Confraria, com os seus já então múltiplos serviços, para o que a edificação abrangia não só uma magnífica igreja, como também vastos anexos.

Ao mesmo tempo, querendo aquele monarca levantar condigno monumento às descobertas marítimas dos portuguezes, deliberou edificar no Restelo um mosteiro, para o que transaccionou com os Freires de Cristo a troca dos bens que o Infante D. Henrique lhes doara naquele local, pela sinagoga de Lisboa, de que acabara de se apoderar com a violenta expulsão dos judeus, que para tal fim mandou transformar em templo cristão, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e que foi mais tarde, conhecido pela «Conceição Velha».

Aos dois templos, da «Misericórdia» e da «Conceição Velha», pôs fim o terremoto de 1755, arrasando quási completamente o primeiro e obrigando à demolição da Conceição Velha, que ficara menos arruinada, para a construção dos novos arruamentos da Baixa.

Para indemnizar os Freires de Cristo desta demolição, mandou o Estado, aproveitando o que restava do magestoso templo da Misericórdia, construir a actual igreja da Conceição Velha, que hoje representa os dois templos desaparecidos, dos quais herdou o que ao diante se dirá.

Isto que rapidamente aqui se deixa escrito, pode ler-se larga e proficientemente exposto nos cronistas que se têm occupado daquelle templo (1),

---

(1) A RIBEIRA DE LISBOA, por *J. de Castilho*. Lisboa, 1893. A páginas 205 e seguintes.

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, por *Victor Ribeiro*. Lisboa, 1902.

NOSSA SENHORA DO RESTELLO, OS FREIRES DE CHRISTO E A EGREJA DA CONCEIÇÃO



o que poderia fazer parecer desnecessária a publicação destas notas. E', porém, certo, que aqueles autores não pormenorizaram devidamente os seus estudos sob o ponto de vista da Arte (o que também não faremos, pela índole desta publicação), e que deixaram alguns pontos duvidosos sem solução, e outros talvez erradamente solucionados. Isto nos leva a fazer êste estudo de alguns dêsses pontos, estudo que apenas deve ser considerado como complemento do que aqueles autores disseram.

Estudemos primeiramente o desaparecido templo da Misericórdia.

Os textos que nos restam, referindo-se a êle, e sôbre os quais nos podemos apoiar com segurança, são os que seguem.

“Da parte da terra do quadro deste sumptuoso edificio está a muy noble e sumptuosa Igreja da Misericordia, a qual el Rey Dom Manuel mandou edificar toda de pedra de cantaria, com huma altissima abobada da mesma pedra, e fundada sobre vinte columnas postas em sua devida correspondencia, mas muy apartadas humas das outras, das quais ficam seis inteiras no meo da Igreja, que fazem divisão de tres naves, que nella ha, e as quatorze dão meas columnas por estarem meas embebidas nas paredes, sobre as quais se fecha a abobada. A cujo lado está hum hospital. . .” (2)

“Edificarão para Casa desta nobilissima Congregação, hum sumptuosissimo Templo de tres naves, todo de pedraria, e de soberba architectura, com hum grande, e noble recolhimento para donzellas orfans, e hum hospital para entrevados pobres; casas de despacho, e cartorios, com outras muytas officinas para recolhimento das fabricas da mesma Irmandade e comodo dos officiais e familiares da mesma casa.” (3)

---

VELHA, por *F. N. de Faria e Silva*. Lisboa. 1897. E tambem : A EGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA E VÁRIAS NOTÍCIAS DE LISBOA, do mesmo autor. Lisboa, 1900.

ESTUDOS HISTÓRICOS E ARCHEOLÓGICOS, por *H. de Vilhena Barbosa*. Lisboa, 1874. Tomo I a páginas 321 : — *Instituição da Confraria da Misericórdia — Fundação do seu magnifico templo—O terremoto do 1.º de Novembro de 1755—A igreja Conceição Velha.*

A ARTE E A NATUREZA EM PORTUGAL, por *Gabriel Pereira*. Porto, 1903. Volume 2.º.

(2) LIVRO DAS GRANDEZAS DE LISBOA, por *Fr. Nicolau d'Oliveira*. Lisboa, 1804. A pág. 197.

(3) SANTUARIO MARIANO, por *Fr. Agostinho de Santa Maria*. Lisboa, 1707. Tomo I, a pág. 65.

«Pela parte do Norte do magnifico Templo da Misericordia da Cidade de Lisboa, que faz duas entradas; na primeyra, e mais principal, que fica ao meyo dia, com duas portas, ou entradas juntas, grandes, e ambas de arco ao antigo, se vê sobre ella dentro de hum grande arco a Santissima Imagem da Nossa Senhora da Misericordia, amparando, e favorecendo os filhos da Igreja com misericordiosa piedade, aos quaes tem recolhido debayxo do seu manto, Pontifices, Emperadores, Reys, Cardeaes, e mais filhos da Igreja Catholica; obra de excellentissima escultura, e mais maravilhosa por ser obrada em pedra lios, que he bastantemente dura. Esta Imagem se vê modernamente cuberta com huma muyto grande vidraça, que ainda que a cobre não impede a vista da sua fermosura.

A segunda porta que fica à parte do Norte, tambem he grande, e de huma só entrada; esta fica mais recolhida da rua, de cujo pavimento se desce para ella com sete degraos muyto grandes; e sobre a simalha desta porta se vê huma inscrição em que se lê, que no anno de 1534, se fizera ou acabara aquelle Templo; e à entrada da rua, para esta parte fazia hum taboleyro, que terá quarenta palmos de largo, começando da rua. Aos lados se vem dous magnificos Recolhimentos de donzellas orfans, de donde sahem para casar com grandes dotes» (1).

«Entre os dous Recolhimentos, que se vem afastados hum do outro, como cousa de quarenta palmos, pouco mais ou menos, se fez outra fachada, ou entrada para aquelle sumptuoso Templo daquella Real casa com duas portas grandes, e de arco, tudo pedraria bem lavrada; fica esta obra entalada entre os dous cunhaes dos Recolhimentos. No meyo destas duas portas, ou entradas se vê huma janella grande, com grades de ferro reforçadas, e sobre ella hum grande nicho quadrado, e desvaseado, e nelle collocada huma devotissima Imagem da Mãe de Deos de preciosa escultura, formada de pedra lios, que terá pouco mais de cinco palmos de altura com o titulo do Populo, obrada à imitação da Senhora, que se venera em Roma, em o Convento dos Padres de Lombardia, feyta por São Lucas Evangelista. Tem sobre o braço esquerdo o Menino Deos, e ambas as Imagens adornadas de coroas. Pela parte da rua se vê cuberta com vidraças, e pela de dentro com portas que fechão à chave.

Fazendo-se diligencia da origem, e Author desta obra, não pude achar cousa com certeza. Huma tradição diz, que a mandára fazer hum homem navegante e que elle fora o que allí a mandára collocar; e tambem não

---

(1) SANTUÁRIO MARIANO, tomo III, a pág. 178.

pudemos saber o anno, nem se acha nos livros da Misericórdia; o que entendo he, que se faria pouco tempo antes do anno de 1598, porquanto nas portas de madeyra, que se vem assentadas, se vê esta hera em letras de bronze" (5).

Não aproveitaremos um outro texto que tem sido citado como de um «cronista notável», porque, como adiante se verá, é de pura fantasia.

Como documentos gráficos, temos a planta de Tinoco, datando de 1650, que apenas nos serve para indicar a forma da escadaria da igreja; e a planta de «Lisboa arruinada», de Eugénio dos Santos e Mardel, mandada levantar

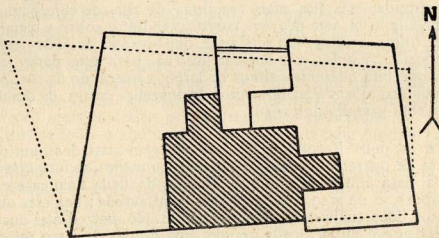


FIG. 1 — FRAGMENTO DA PLANTA DE «LISBOA ARRUINADA»,  
AMPLIADA À ESCALA 1:1000

pelo Marquês de Pombal depois do terremoto de 1755. De entre os diversos extractos que dela existem, aproveitámos, por nos parecer mais exacto, o que existe no arquivo da Academia Nacional de Belas-Artes, do qual apresentamos na fig. 1 o quartelão da Misericórdia, ampliado para a escala 1:1000, sobrepondo-lhe, a linha ponteadada, a planta actual.

Na fig. 2, damos a mesma planta ampliado para a escala 1:300, só na parte da igreja.

O detalhe interior dêste esboço de planta, foi metido com as indicações de Frei Nicolau de Oliveira, e a grossura das paredes, conforme o que ainda resta da primeira edificação.

(5) SANTUÁRIO MARIANO, a pág. 179.

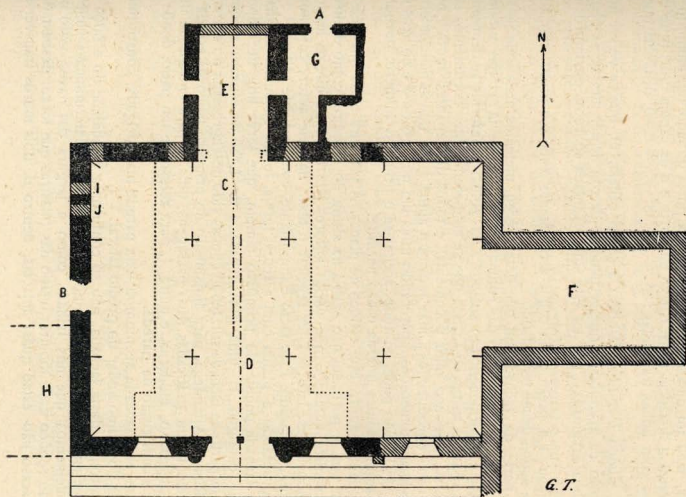


FIG. 2 — ESBÔÇO DA RECONSTITUIÇÃO DA PLANTA DA IGREJA DE MISERICÓRDIA  
ESCALA APROX. 1:350



Como a antiga capela do Espírito Santo é que serve actualmente de capela mór, fácil foi determinar a posição da porta do lado sul, medindo na igreja actual a distância entre o eixo da porta e o da capela mór, (que vão indicados com linhas tracejadas: —.—.—. e —. . . —.—.), distância que é de 0,<sup>m</sup>50.

No esbôço incluiu-se também a actual capela, G, que se vê ser uma construção da primitiva, e que certamente deixou de ser metida na planta de «Lisboa arruinada», por ter esta sido levantada sôbre os escombros do cataclismo.

Indicou-se a preto cheio o que actualmente resta, e a preto tracejado, o que se supõe dever ter existido.

Na parte da fachada sul que desapareceu, metemos mais uma janela, como o exige a distribuição das colunas, janela que devia ser das mesmas dimensões, e de ornamentação análoga à das actuais, conforme se depreende de quasi tôdas as vistas de Lisboa que se conhecem. Estes documentos são, regra geral, de pouco valor documental, e todos discrepantes, motivo porque os não reproduzimos; mas mostram ainda assim que as janelas eram tôdas de iguais dimensões, aparecendo nuns um número de 4 e noutros um número de 3. Não pode, contudo, aceitar-se o primeiro número, porque a divisão architectónica interna o não permite.

Estudemos agora êste esbôço de planta. A primeira coisa que dêle se deduz, é que a porta sul não existia na altura do cruzeiro, como o afirma o tal «cronista notável», que vários autores têm citado, e que os levou a êrros importantes. Isto nos fez regeitar o texto daquele autor, cujo nome não é, aliás, declarado. Êste facto é importante, como adiante se verá.

Confrontando a planta com a actual igreja, fomos encontrar imediatamente a fachada poente do primitivo templo, que serve hoje de empena ao prédio contíguo. E' uma grossa parede de 1,<sup>m</sup>50 de espessura, quasi intacta até perto da fachada sul, tendo apenas sido desengrossada no extremo junto à Rua da Alfândega, para alojamento do primeiro lanço da escada do côro. Nela foram praticadas duas passagens, uma, J, para entrada de uma casa de despacho, moderna, e outra, I, para acesso de um pátio, donde se pode ver a construção da parede.

Sôbre esta fachada se montou uma parede mais delgada, constituindo a empena do último andar do prédio lateral.

O encontro desta fachada, não só confirma a veracidade do esbôço de planta que apresentamos, como ainda pode permitir a determinação fácil de alguns elementos que nos falham, como a largura das naves, visto que o rôço do rebôco deve mostrar o sítio das pilastras que foram desbastadas, se por acaso não estão quasi intactas, dentro de dois muros transversais



(não representados na planta) que dividem em três partes o pátio que existiu entre a parede da nova igreja e a antiga fachada poente.

Outro problema pode também ser pelo mesmo processo completamente solucionado: — o da existência de uma porta axial, em B. Entretanto, devemos dizer desde já que não cremos na sua existência, ou, melhor dizendo, na existência de uma porta monumental, parecendo-nos que apenas aí teria existido uma serventia para um pátio e dependências contíguas, e, portanto, que essa parede era uma simples empena, sem ornamentação.

Quando se projectou a nova Misericórdia, natural é que se tivessem projectado logo todos os edifícios — igreja, asilos, hospital e mais dependências — em conjunto, e com o melhor aproveitamento do local, e assim a igreja ficaria rodeada de casas, tal como se dá na maioria dos conventos, ficando a frontaria sul como principal.

A colocação da porta travessa perto do extremo do templo, ao contrário do que acontece em geral, em que esta fica perto do cruzeiro, indica também que nunca existiu porta axial, para serviço do público, porque se não colocariam duas portas perto uma da outra.

O documento existente no L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> dos *Previlégios*, da Tôrre do Tombo, a fls. 15, que alude a uma casa particular, existente em 1534, contígua à fachada poente da Misericórdia, em H, também mostra, a nosso ver, que esta fachada nunca teve importância.

A hipótese, que também já se tem aventado, de que a porta actual da fachada sul existiu primitivamente na fachada poente, sendo dali transferida no fim do século XVI, não tem fundamento sério, da mesma forma que não o tem a attribuição a esta época do alto relêvo do seu tímpano, que se fundamenta no facto de êle representar a simbolização da irmandade conforme foi regulamentado em 1576. O argumento não tem valor, visto que essa simbolização podia existir de há muito, embora não regulamentada, ou mesmo regulamentada em documento não conhecido; ou, o que é mais certo, a regulamentação foi baseada no relêvo existente, onde não existem as letras F. M. I., que são a parte mais importante do emblema, para efeitos de identificação, pois que não são susceptíveis de adulteração pela fantasia do artista executante.

A porta que no meado do século passado foi encontrada, quando se construiu um prédio na Rua dos Bacalhoiros, e que data do século XVI, porta que hoje se acha recolhida no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, servia para acesso aos edifícios, pelo lado norte e, segundo cremos, estava colocada em A, sendo a dependência G, que hoje serve de capela, primitivamente um vestíbulo para acesso da igreja e do recolhimento.

Da planta, figura 1, se deduz também que a tórre que se vê em algumas vistas de Lisboa, antigas, na fachada sul, já não existia em 1755, tendo talvez caído por ocasião de algum dos frequentes sismos lisboetas, pois que, naquele ano, caiu um «campanário que ficara por cima da porta da banda do terreiro» (6), que não era, decerto, a tórre lateral que se vê nas gravuras antigas.

Outro fragmento do antigo edifício da Misericórdia se conserva ainda hoje.

Queremos referir-nos à imagem de Nossa Senhora do Pópulo que se achava em um nicho entre as duas portas do adro, sôbre a Rua da Confeitaria, e que o terremoto não deitou a terra, conforme se sabe.

O local onde ela estava, vê-se bem na planta de «Lisboa arruinada». Depois do terremoto foi recolhida na sacristia, donde foi banida por outras Imagens de talhe mais moderno, que mais satisfazem a idolatria do povo, sendo relegada para uma arrecadação, onde hoje se encontra. É de mármore branco, e de regular escultura, não se lhe conhecendo o autor. Deve, sem dúvida, atribuir-se ao século XVI.

Consignadas estas notas sôbre a antiga igreja da Misericórdia, digamos alguma coisa sôbre a desaparecida Conceição Velha, a outra ascendente da moderna Conceição dos Freires.

Sabido é que, embora o grande sismo de 1755 não tivesse arrazado completamente êste templo, o Marquês de Pombal, para a construção dos novos arruamentos, mandou demolir o que o terremoto tinha poupado.

Nem a descrição que dêle nos deixou Carvalho da Costa na sua *Chorografia de Portugal*, nem as plantas da cidade anteriores a 1755, são suficientes para dêle se fazer uma reconstituição, mesmo aproximada. Uma planta duma parte da cidade que o nosso erudito amigo Sr. Coronel Vieira da Silva nos facultou, da sua preciosíssima olisiponiana, mostra o interior daquele templo, mas em escala tão pequena, que não pode servir de base a qualquer reconstituição. Por isso apenas indicaremos o que julgamos ter sido aproveitado da antiga Conceição para a actual (?).

Dali veio, segundo a tradição, e isso é conhecido de todos os investigadores, a imagem de pedra de Nossa Senhora do Restelo que ainda hoje está exposta á veneração pública, que já para ali fôra transferida da ermida

(6) MAPA DE PORTUGAL, por J. Baptista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., tom. III, pág. 211.

(?) A parte manuelina da porta central da igreja da Madalena, não é, como já se tem dito, aproveitada da antiga igreja da Conceição Velha, mas sim a antiga porta da igreja da Madalena, que o terremoto de 1755 deitou abaixo, e cuja frontaria era no sitio da actual, como verificámos numa planta de reconstrução da cidade.

do Restelo. Mas, além desta imagem, cremos que também de lá vieram três sinos que se acham colocados na actual torre. Descreve-os o falecido investigador J. J. d'Ascensão Valdez nos seus *Campanários em Portugal* (8). Um, data do século XVI, e tem a imagem da Virgem; outro, data do século XVII, e tem também a mesma imagem; o terceiro, tem ainda a mesma imagem e a data de 1721.

Ao contrário do que já foi aventado, nenhum dêles deve ter pertencido à igreja da Misericórdia, pois que, conforme se sabe, quando do terremoto, «cahiu do cruzeiro da igreja uma porção de abobeda e um campanário que ficava por cima da porta da banda do terreiro», (9) e, se o campanário caíu, caíram com êle os sinos, e não podiam ter ficado inteiros.

Pelo contrário, por essa ocasião, ao passo que a antiga igreja da Conceição Velha ruía sob a acção do fogo, «a torre não cahiu nem desmentiu da nivelção» (10). Muito provável é, pois, que os sinos fôsem transferidos da antiga torre da Conceição Velha para a nova igreja construída para os Freires de Cristo.

E' tudo quanto nos pareceu ter pertencido à antiga Conceição Velha, sendo, porém, possível que, nas alfaias do actual templo, que não vimos, alguns objectos existam daquela procedência.

Terminadas estas breves notas sôbre os dois templos manuelinos, directos ascendentes da actual Conceição Velha, digamos rapidamente alguma coisa sôbre esta.

E' sabido que o autor do projecto do aproveitamento das ruínas da igreja da Misericórdia, foi o architecto Francisco António Ferreira Cangalhas.

O sr. Vieira da Silva facultou-nos o exame de um corte longitudinal, com um belo alçado da face interna do lado nascente, provavelmente do projecto de Ferreira Cangalhas, tirado a limpo pelo architecto Honorato José Corrêa (11). Interessante era o cotejo dêle com a obra executada.

Duas grandes dificuldades encontrou o architecto: — a não coincidência dos eixos da porta e da Capela do Espírito Santo que ficou servindo da capela-mór da nova igreja; e a desproporção da largura da fachada, que se não podia reduzir, para aproveitamento das duas janelas, com a profundi-

(8) BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, tom. XII, pág. 36.

(9) MAPPA DE PORTUGAL, por J. Baptista de Castro, 3.ª ed., tom. III, pág. 211.

(10) IDEM, pág. 150.

(11) MONUMENTOS SACROS DE LISBOA EM 1833, por Luís Gonzaga Pereira, pág. 199.

dade, limitada à largura da antiga igreja. Na figura 2 se vê a traço ponteadado a maneira como o architecto as procurou vencer, vendo-se também forçado a dar uma forma enviezada à abertura do espelho do frontão. Disto tudo resultou para o interior do templo uma aparência tão desengraçada como a que apresenta a fachada, em que o belo trecho manuelino se viu emoldurado entre pilastras e um frontão incaracterísticos. Em todo o caso, temos de agradecer ao architecto o ter conservado intactas a porta e as duas janelas. Com o que já atrás ficou dito, se depreende a forma como Ferreira Cangalhas aproveitou as ruínas, tendo-lhe juntado uma nova sacristia ao poente da capela-mor e umas dependências por detrás desta, e bem assim uma nova torre sineira, encravada no prédio que confronta ao nascente com a igreja, conjunto êsse a que alguns artistas da época juntaram alguns trabalhos de pintura e escultura que, sem serem obras primas, merecem contudo um estudo especial.

Entre elas, figura a imagem de madeira da Senhora da Conceição, que o vulgo atribui a Machado de Castro, mas que é do escultor José de Almeida<sup>(12)</sup>.

Não faremos aqui o estudo architectónico e artístico do novo templo, com os seus belos restos do templo quinhentista e com o que a Arte do século XVIII lhe acrescentou. Não o permitiria a índole desta publicação, nem era isso nosso propósito. Oxalá alguém empreenda fazer êsse estudo, acompanhado de condigna documentação gráfica, assim como também seria para desejar que se não deixem de fazer as sondagens a que aludimos, para se completar o estudo, que aqui fica esboçado, do antigo templo da Misericórdia.

Bem o merece o templo que ainda hoje ostenta nos seus altares e nas suas alaias a Cruz da Ordem de Cristo.

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

---

(12) COLLECÇÃO DE MEMÓRIAS, de C. Volkmar Machado, Lisboa, 1923, pág. 254.



## A ORIGEM DO NOME “HORTA” DADO À CIDADE ASSIM CHAMADA

O erro tem mais facilidade de propagar-se que a verdade.

Aos espíritos simplistas é crível o que se lhes diz ou comunica, por mais absurdo que seja, desacostumados, como estão, de raciocinar, ou por indolência mental. Pensam pelos outros pelos e jornais.

Nesta renovação da mentalidade, neste desabar de uma civilização que tem de dar lugar a outra, a lógica, a pobre lógica, vai sendo posta de lado, como cousa importuna, incômoda e mesmo obsoleta.

Verifico e comprovo isto, repetidas vezes.

Não é de agora que pretendo apresentar resolvida uma questão histórica a que se refere a epígrafe dêste artigo, conquanto seja trabalho perdido, porque mais dia menos dia, nalgum livro, reincidir-se-há no dislate amigo e companheiro.

Não importa.

*Clama ne cesses.*

Continuarei a malhar no ferro frio e nos miolos de pederneira de autores doutos consagrados, por consagrar e de inscientes.

Principiarei pelo primeiro cronista açoriano, doutor já se vê, mas da Universidade de Salamanca e que se retirou dêste vale de lágrimas há uns bons 343 anos.

Escreveu Gaspar Frutuoso, que é a quem me refiro, com esta consciência e lógica:

“.....para o Poente está a Villa principal da Ilha (do Faial) que se chama Villa de Orta, porque não há quintal nenhum que a não tenha e todas as casas dentro ou fóra têm pôço de água, com que as regam e muitas delas têm dois poços.....”

Se todos os quintais têm horta, a então Villa chamar-se-ia Vila dos quintais das hortas ou Villa das hortas dos quintais, a seguir a conclusão do doutor salamanquino.

Na *Historia Insulana*, o Padre António Cordeiro reproduz *mutatis mutandis* a infeliz definição de Frutuoso:

“.....inclinada para o Poente está a principal Povoação ou Côrte desta Ilha, chamada a Villa de Horta; e chama-se assim, porque cada casa d’ella tem tal Quintal e hum, ou dois pôços, que parece cada huma ter sua Quinta ou Horta:.....”

Pelo exposto, Cordeiro, copiou e não raciocinou.

Fez de papagaio, seguindo inconscientemente o mestre.

Salta pois aos olhos, que o nome *Orta* e *Horta* não procede das hortas e tanto Frutuoso como Cordeiro não empregam, porque o não encontraram, o artigo *a*, mas escreve o primeiro *Vila de Orta* e o outro *Vila de Horta* e não *Vila da Orta* ou *Vila da Horta*.

Desmentem-se a si próprios, involuntariamente ou sem dar por isso.

Querendo expender as razões do que, para elles, era inexplicavel, não lhes permitiu a curta inteligência outra solução, que foi a que se viu: um disparate muito bem acabado, completíssimo.

Não sei quando a povoação mais importante do Faial começou a ser Vila ou a chamar-se assim.

Escreveu-se, mas sem documento em apoio, que Dom Manuel I lhe deu aquêlê título.

A verdade é que num Alvará do primeiro donatário Josse de Hurtere, de 1486 não se fala de Vila.

Conhecem-se Alvarás do 2.º donatário, do mesmo nome do pai, Josse de Hurtere, mas que já assina Jos de Utra, por mim publicados no livro «Dois inéditos acêrca das Ilhas do Faial Pico, Flôres e Côrvo» — *Saudades da Terra* — (Século XVI) por Gaspar Frutuoso e *Espelho Cristalino em Jardim de várias flores* — (Século XVII) por Frei Diogo das Chagas e datados de 14 de Maio de 1501, 24 de Maio de 1502, 30 de Outubro de 1506 e 6 de Fevereiro de 1509.

Neste último principia por chamar-se Jos de *Urtete* e assina Jos de *Utere*.

Em nenhum deles fala em *Vila de Orta*.

No *Archivo dos Açôres*, vol. XII, pag. 464 e 465 vem outros Alvarás do mesmo 2.º Josse de Hurtere, mas com a grafia alterada ou actualizada, pois na referida excelente publicação pecava-se por aquêlê defeito e assim apparece Jos *Dutra* a assinar Alvarás em data de 28 de Julho de 1506, e 3 de Junho de 1511.

Somente, neste, data-se assim: «Feito em a *Vila de Orta* da Ilha do Faial aos 3 de Junho. Diogo Girão, tabelião o fês. Ano de Nosso Senhor de 1511.»

Sendo o outro Alvará datado de 6 de Fevereiro de 1509, e não apparecendo nele a indicação de *Vila*, conclui-se que entre 1509 e 3 de Junho de 1511, a principal povoação da Ilha do Faial começou a chamar-se *Vila de Orta*.

Reinava então Dom Manuel I e daí a suposição que fôra êste monarca quem a elevara a categoria de Vila.

Seja como fôr, o primeiro documento em que apparece o nome de *Vila*

de Orta é o Alvará já mencionado de 3 de Junho de 1511, se é exacta a transcrição do *Archivo dos Açores*, porque pode muito bem estar no dito Alvará *Dorta* e não *de Orta*.

Em 1532 appareceu a designação de Vila *Dorta*, quatro vezes, num «Instrumento público lavrado por ordem do Juiz da Ilha do Faial, o veneravel varão João Furtado acerca do tumulto e insultos, cometidos contra todos os Cristãos Novos, na dita Ilha moradores e residentes» «instrumento» que integralmente transcrevo no meu livro «*Os Flamengos na Ilha do Faial — A familia Utra (Hurtere)*».

Linschoten, no mesmo século XVI, escreve *Dorta*<sup>(1)</sup>.

É do mesmo tempo o título de Conde de *Viladorta* conferido a Dom Francisco Mascarenhas, donatário das Ilhas do Faial e Pico até 1581, as quaes, por sentença de 10 de Dezembro d'este ano, passaram ao poder de Jerónimo de Utra Côrte Real, filho, neto e bisneto de outros donatários das referidas Ilhas.

Frei Diogo das Chagas, no *Espelho Cristalino*, manuscrito, talvez, concluido em 1643, diz:

«Chama-se esta Vila de Orta, porque aqui, aonde foi fundada, era campo de ortas.»

Deveria, portanto, apellar-se *Vila das Hortas*.

As explicações de Frutuoso, Cordeiro e Chagas, não satisfazem, como é óbvio.

No decorrer do tempo, isto é, nos séculos XVI, XVII e XVIII, nos documentos públicos e, em especial, nos emanados da Câmara Municipal apparece sempre *Vila Dorta*, *de Orta* e por fim *de Horta*.

O artigo *a* brilha pela sua ausência, *constantemente*.

Vem, porém, as lutas fratricidas entre pedristas ou constitucionais e absolutistas ou miguelistas; aqueles tomam pé nos Açores, ali fortalecem-se e como só de guerra tratam e não de etimologias, glotologias, lingnísticas e arqueologias, passaram a escrever *Vila da Horta* e como isto a ninguem prejudicava, *da* continuou-se e quando á Vila foi dada a categoria de Cidade, a pedido de António José de Ávila, o futuro Duque de Ávila e de Bolama, ficou sendo *Cidade da Horta*.

---

(1) João Huyghen van Linschosten, que esteve nos Açores, no século XVI, como está dito, diz mais: «Dão a denominação de Ilhas Flamengas a estas Ilhas pelo facto de serem Neerlandesses os primeiros habitantes do Faya: que ali deixaram numerosos descendentes, parecendo-se aos Neerlandeses pelos traços fisionómicos e côr dos cabelos. Existe ainda na mesma Ilha uma agua corrente ou regato que desce de uma montanha e se lança no mar como uma pequena ribeira ou regato onde êstes descendentes habitam ainda hoje e que se chama «a Ribeira dos Flamengos», ista é o regato flamengo ou o regato dos flamengos».



Desconhecendo os antecedentes, recentemente e apressadamente houve quem supôs resolver a questão em meia dúzia de palavras: desde que o artigo *a* precede o nome *Horta*, é duma horta, viveiro de nabos, coentros, tomates, etc., que deriva o nome da Cidade, capital da Ilha do Faial.

Impugno êste conspícuo parecer ou sentença.

Sabe-se que a Ilha do Faial foi primitivamente colonizada por flamengos, cêrca do ano de 1466, vindos de Flandres, a expensas da Duquesa Isabel, de Borgonha, mulher de Felipe, o *Bom*, e Infanta de Portugal, e em 1468, Josse de Hurtere, saquiteiro ou panadeiro daquela Princesa, obteve do Infante Dom Fernando, Mestre da Ordem de Cristo, a capitania e donataria da mesma Ilha (por carta datada de Tomar em 21 de Fevereiro de 1468).

Nada mais natural que à principal povoação fôsse dado por êle ou por outrem o nome de *Hurtere* ou *Hortere*, em flamengo arcaico.

E assim teriamos Vila de *Hurtere* ou de *Hortere*.

Mas êsses flamengos, no fim de trinta anos, já no tempo do 2.º donatário, o também 2.º Josse de Hurtere, não falavam a sua língua, como diz o misterioso editor e compilador ou coleccionador de notícias e manuscritos, Valentim Fernandes Alemão ou Valentim de Morávia, talvez filho natural do Infante Dom Fernando, e meio irmão de Dom Manuel I, da Rainha Dona Leonor, de Dona Isabel, Duquesa de Bragança e do chamado Cristóvão Colón ou Salvador Gonsalves Zarco.

Em contacto diário com autoridades portuguesas, portuguesas eram as leis que os regiam, o meio em que viviam português tinha de ser e era.

Depois, êsses naturais de Bruges, solteiros, na maior parte, casariam com mulheres portuguesas, e não eram estas que procurariam conhecer e falar a lingua flândrica.

Ainda assim, uns 26 anos depois de iniciada a colonização, Martim Behaim, o celebrado cosmógrafo de Nuremberg, genro do donatário Josse de Hurtere, denominava a Ilha de Faial *Nova Flandria Occidentalis* ou *Neu Flandern*.

Seria neste período em que se misturaram ou fundiram flamengos com portugueses que a Vila de *Hurtere* ou de *Hortere* passaria a chamar-se por corruptela Vila de *Hurte* ou de *Horte* e, finalmente, de *Orta* (Horta).

Mas há mais.

A palavra *Ort* em flamengo significa *vila* e ainda hoje o campónio faialense quando vai à cidade da Horta ou a ela se refere, diz que vai ou foi à *vila*, que esteve na *vila* etc.

Assim temos que *Horta* deve derivar de *Hurtere* ou *Hortere* se não de *Ort*, nunca do facto de terreno destinado ao cultivo de hortaliças, como



pretenderam os antigos na sua ignorância e os modernos na sua irreflexão, no que se equivalem sem o sentir.

A corrutela de *Hurtere* já dera, em documento oficial que foi a carta de doação de 21 de Fevereiro de 1468, *Utra* e *Dutra*, nome de família que perdura muito difundido.

Note-se: em vida do próprio Josse de Hurtere, no documento que o nomeia capitão (donatário) da Ilha do Faial, altera-se-lhe já o apelido!

E por *Jos de Utra* ou *Jos Dutra* é tratado e fica conhecido burocraticamente. Não são pois de estranhar estas corrutelas do mesmo apelido entre 1468 e 1532, isto é, que de *Hortere* se fizesse *Orta*.

Outras se deram.

Os apelidos Armão, Brum, Bulcão, Espalamaque, Grotas, Gularte, Rosa, Silveira, Terra, que tanto abundam na Ilha do Faial, são flamengos, e correspondem a Herrmann, Bruyn, Bulscam ou Bulscamp, Speldemaker, Groot, Govaert, Roose, Haeghen e Aard, dando-se a singularidade de se afrancesar Gularte, que passou a escrever-se *Goulart* e até *Goulartt*, pronunciando-se todavia *Gularte*, não lhes valendo o galicismo que não pode suplantar o uso da pronúncia que é cinco vezes secular.

Gularte como se diz ou se pronuncia unânimeamente, é a demonstração e a prova provada de ser o afrancesamento uma falsificação, cujo autor é conhecido: Francisco Vieira Gularte, falecido em 1830, cuja biografia tracei no *Arquivo da Universidade de Lisboa*, 4.º vol.

Noto com prazer que na obra *Famílias faialenses*, do Dr. Marcelino Lima, este ilustre publicista escreve sempre *Gularte*, não transigindo com a corrutela que não é popular nem erudita, mas invenção disparatada ou sem justificação ou fundamento, tal como a denominação da cidade *da Horta* para a qual não vejo remédio por estar oficializada e geralmente aceite, vai para mais de cem anos e o costume faz lei.

Assim *Hurtere* deu à nova localidade o nome *Orta* (Horta) e ficou *Utra* e *Dutra*, apelido de família, e Speldemaker (ponta aguda), apelido individual (João Anes *Espalamaque*) é o nome da Ponta da *Espalamaça*, ao Norte da Baía e da Cidade da Horta.

Pelo que fica dito e não é tudo, a colonização flamenga da Ilha do Faial deixou vestígios indeléveis que ainda perdurarão por largo tempo, em famílias e em localidades.

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

## NOTÍCIAS DO TERREMOTO

Realisa a Câmara Municipal de Lisboa uma exposição comemorativa do chamado Terremoto Grande que tantas perdas e horrôres causou na capital do Reino, naquele dia de Todos-os-Santos do ano de 1755.

Querendo prestar a tão interessante iniciativa a modestíssima contribuição da «Revista de Arqueologia», transcreverei um curioso documento que o acaso depôs ante os meus olhos, durante uma das repetidas peregrinações pelos arquivos do Estado, no desempenho de uma comissão de serviço público.

E' o trecho de uma carta, cuja cópia foi encontrada entre os papeis de Martinho de Melo, em que alguém mandou para Paris circunstanciadas notícias dos estragos causados pelo cataclismo nalguns bairros e igrejas de Lisboa.

São sempre curiosas estas informações particulares, pelo inédito de alguns pormenores que escapam nos relatos destinados a levar ao grande público a descrição impressionante do facto.

Indica-nos o desconhecido informador, e não sem uma certa precisão, os sítios mais flagelados pelo fogo: uma grande parte das paróquias de Santa Catarina e de Jesus, dos bairros do Rato e do Mocambo, S. Sebastião da Pedreira até S. José, Arroios até à Mouraria, e, para o Nascente, de Santa Clara até Marvila, foram poupados pelo incêndio que noutros pontos como por exemplo, em toda a faixa marginal desde S. Paulo, S. Julião, Conceição Nova, Misericórdia, Madalena, Sé, até S. Nicolau e S. Domingos, e, subindo a encosta, desde o Corpo Santo, S. Francisco, Mártires, Sacramento, Loreto, Carmo e Trindade, veio consumir o horror dos desmoronamentos.

E dá-nos ainda a informação curiosa e acaso inédita, de alguns proprietários, por cautela, terem feito espècar as suas casas, dando assim à cidade um aspecto de maior ruína.

Não será porventura, esta descrição, enviada pouco mais de três meses apenas depois da catástrofe, a 10 de Fevereiro de 1756, dum rigôr absoluto, o que aliás é natural em pessoa que parece pouco segura da topografia da cidade e escrevia ainda sob a confusão em que tudo se achava.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

Il me faut qu' En parcourir Les differents Quartiers pour faire voir Ce qui nous à Resté Independemment du Ravage qui a Eté fait au Centre de La Ville qui Est La Partie qui a souffert Le plus.

Dans Le Quartier de *Bairo Alto* quoi que Le Feu ait fait un grand degat depuis Les *Nouvelles Convertus* Et de L'autre Coté jusqu'au Coin qui Separe des Palais de *Don Emanuel de Sousa* ; Ce pendant toute la Paroisse de Notre dame des Bienfaits a Echapé, Et depuis son Extremité En bas Jusqu'au Mlieu de Rue Septentrionale. Car dans la Partie droite de La Rua des Palais du Marquis de *Marialva*, de Mons.<sup>r</sup> Jean Xavier, ou demeroit Le Ministre de Hollande Et du Comte de *St. Tiago* vis avis Jusqu'aux Endroits Dessus Mentionnés : furent tous Brulés une grande Partie du Quartier, Et de La Paroisse de *S.<sup>te</sup> Catherine* a Echapé. Pareillement tous Le Quartier de *Jesus*, Celuy de *Rato* Et Celuy de *Mocambo* Eurent le Bonheur: Comme L'Eurent aussi Le Quartier de Saint Joseph justiqu'à *St. Sebastien da Pedreyra* Le Quartier de *Moiraria* jusqu'à *Royos* tournant vers *St. Jean de Bemcizados*. Tout Le Quartier de *Parazo* qui Comprand La grande Place de *S.<sup>te</sup> Claire* Et tous les Environs; Et finalement tout Le grand teritoire depuis Ce District Jusqu'à *Maravilla*.

Au Reste pour faire voir que Les Quartiers Nommés n'ont pas Etés absolument détruits Comme on La debité, il suffiroit de seulement Reflexir que Le Terein depuis *St. Paul* ou Le Feu S'areta jusqu'à *Belem* fait une Etendue de Cinqe miles (mesures d'angleterre) que de *Moraria* jusqu'à *Royos* fait Bien deux Miles; Et de *St. Joseph* a *St. Sebastien da Pedreyra* pour le moins deux autres : Les quels Tereins se trouvent Remplis de Maisons Et de Peuples Et peu Endomagés: aussi Bien qu'une grande Partie du Quartier d'Alfama jus qu'à *Maravilla* qui faisant plus de deux Miles, Echapat de L'Incendie, Et Encore dans Le Centre ou Les flames ont faite Les plus Grandes Ravages il y a En quelque Rue par ou Le Feu na pas passé.

Je ne Laisse pas de Sentir que Les Parties principales que En furent Les Victimes Etoient detres grande Importance d'autant qu'Elles Renfermoient Les plus grandes Eglises et Les Habitations des Gens de Negoce.

Cependant comme j'ay deja observé tout Cela de Borna au Centre de La Ville.

Les Quartiers Cy dessus Mentionnés Se trouvent presque tous Les Boutiques Et offices Etablies Habites : il Est vray qu'il y a un grand nombre de Baraques dans toutes Les vides Et Places, Comme *Campo de Corrat Cotovia Buenos Ayres Boa Morte* aupres de La *Fabrique des Soyés* Et ailleurs.

La plus grande Partie des Maisons Sont Etayées Quelques unes a Cause du grand damage qu'Elles ont Souffert, Et Le Reste parceque Les Proprietaires ont voulu Facher d'en prevenir tout domagement par Ces precautions, et Comme Elles sont presque toutes Etageés on Crois qu'elles Sont Ruinée. Cequi Est Certain Est, que Le nombre de Celles qui Sont Endommagées Est grand, Et La plus part des Eglises sont Tombées; quoique quelques unes Restent Encore debout Elles ne Laissent pas d'Être Considerablement delabrées. Car Comme Le tremblement fit La plus Grande Impression, ou il trouvoit La plus forte Resistance, Celles Cy souffrirent Le plus grand prejudice.

Les Eglises qui ayant Souffert par le Trablement, furent detruites par Le Feu, Sont Celles de *Loyos*, de *S. Marie Major*, de *Magdelaine*, Les deux *Eglises de La Conception*, de La *Misericorde*, de *St.<sup>e</sup> Juste*, de *St. Nicolas*, *St. Julian*, de *St.<sup>e</sup> Victoire*, de *St. Dominique*, de La *Patriarcale*, de *Bonne Morte*, du *St. Esprit*, Des *Martires*, de *St. François*, De *Corp*

*Saint*: du *Sacrement*, des *Carmes*, de *La Trinité*, de *Lorette*, *L'Eglise Nouvelle*; Celles des *Plaies*, Et de *St. Paul*.

Les Eglises que s'abatirent Entierement furent Celles de *St. Vincent*, de *St. Claire*, de *St.<sup>e</sup> Monique*, *N. Dame do Monte*, *N. Dam ede Penha de France*, Et L'Eglise Paroissiale; *St. Pierre Dalcantara*. *St.<sup>e</sup> Anne*, *Le Calvaire*, *St. Antoine* des Capucins.

Les Eglises des Paulistes, de *Jesus*, de *St. Benoit* nont pas souffert, Et Celles des Bernardins, de *La Mere De Dieu* Et de Santos *La Vielle* Sont debout, mais Beaucoup delabrées.

Il n'Est pas praticable de Fixer l'Etat des Morts à aucun nombre Certain, Et Bien Moins d'En Distinguer les Sexes. Le Total au Commencement se Comptoit Entre 14 Et 15 Mils. depuis on a Prentendu Le Mettre à 40.000; . . . . . »



## UM TORNEIO A VALER (\*)

Meu caro Colen — «O promettido é devido», — ainda quando o pagamento da divida seja uma impertinente massada para o credor. Ahi lhe mando, pois' o começo da *versão* do alfarrabio d'um dos ultimos — talvez do ultimo torneio, — que houve em Portugal. Se lhe agradar, continuarei. Não faço edição critica e annotada, para não o alongar mais. Logo de começo se fica sabendo que o caso se passou em tempo de João III, e que o príncipe de quem se trata era aquele malfadado rapaz, — D. João, — que não chegou a rei e cuja morte Camões chorou, como só elle soube chorar, n'uma das suas melhores Eglogas.

Aasim como o D. Francisco de Noronha, embaixador em França (1540) foi o segundo conde de Linhares, pae de D. Antonio, que tambem logrou a immortalidade do canto do genial poeta, morrendo aos 17 annos como um valente, em Ceuta.

Seu amigo obtigado — *Luciano Cordeiro* — Abril 1892.

CARTA QUE SE MANDOU Á RAINHA DE FRANÇA, D'ESTE REINO, EM QUE SE LHE DÃO CONTA E NOVAS DO TORNEO QUE SE NELLE FEZ

Ao tempo que Dom Francisco de Noronha, embaixador de El-Rei Nosso Senhor e vosso filho na Corte de França se partiu para este Reino, V. A. me mandou (se lhe lembra), que quando lá houvesse algumas novidades ou cousas que fossem para escrever tomasse o trabalho disso.

Não o fiz athe agora porque sempre desejei poder começar em cousas que fossem muito de seu gosto, porque, na verdade, nenhuma pode ser bem ouvida ou vista, nem dar contentamento perfeito, senão aquellas que servem a inclinação natural, e como daquelle tempo que lá andei entendese' quão aprasivel lhe sempre foi ouvir falar nas cousas deste Reino e em especial nas cousas que ajudam a acrescentar as grandesas e louvores de El-Rei e da Rainha nossos Senhores, quiz escrever uma festa que o Principe nosso Senhor, e sobrinho vosso, fez em Lisboa, crendo que será serviço agradável a V. A. porque alem de por palavras ver a maneira della, e as cousas e invenções que se fizerão, entenderá as grandes esperanças que nos Deus dá de um Principe tão tenro em idade, cujas mostras, sem nenhuma duvida parecem que precedem ou se anticipam aos annos de seu nascimen-

(\*) Publicado no jornal «As Novidades» em Abril de de 1892.

to, que se até gora este Reino, por nome de Joannes foi illustrado com muita admiração, creremos que no Principe nosso Senhor se perpetuarão perfeitamente o que nas empresas gloriosas com que seu pae estendeu seu nome muito alem da esperança das gentes, nos derradeiros termos da terra não tão somente a susterá com bemaventurados acontecimentos mas, ainda, se é possível, passar avante, a elle se deve presumir que o devem ter prometido os fados, pois na graça do seu espirito parece que está resplandecendo toda a boa fortuna.

Por que a inclinação do Principe nosso Senhor, entre outras muitas virtudes e graças de que a natureza o faz participante, é ser naturalmente afeiçoado ao exercicio das armas, mostra bem manda-lo visitar com ellas el-rei Henrique de França, ao presente Rei uatural que é quasi prognosticação de grandes feitos e uma incitação de lhe alvoroçar o animo para ellas.

E que tal presente é de tal Rei dado a tão grande Principe e em idade tão pouco conveniente para pensamentos perigosos, não devem servir de outra cousa senão de um desejo ardente de grandes acontecimentos senão de um desejo e uma esperança futura de se tirar por armas da obrigação em que as taes armas o puzeram, donde nasce entender já agora nellas seus familiares servidores que emquanto a idade não permite mais que ouvir falar nellas, que esta tal qualidade de pratica lhe é tão aprazivel e de tamanho contentamento, como o são todas as cousas a que o animo se afeiçoá, e se alguma hora, o tempo, depois de gastar os espaços que por El-Rei nosso Senhor lhe são ordenados para aprender, nos costumes necessarios a grão Principe, a dominação de grandes Estados, lhe vaga para algum desenfadamento, gasta em falar em feitos d'armas, querendo examinar como se sua idade o permitisse, muitas cousas que não correspondem com ella, com animo tão alvoroçado e prompto que se lhe está enxergando pelas mostras exteriores, ter dentro um coração veleroso e grande, cercado de desejo de notaveis empresas, esquecido de cousas pequenas. e uns indicios de espiritos tão altos que lhe parece que se não contentara de razoadas conquistas, o que ás vezes faz damno porque animos esforçados, maus de contentar, lhe é necessario ter a fortuna e os fados cometido a ordenação de sua vontade.

El-Rei, nosso Senhor, a quem seus vassallos confessam o mesmo animo, e de vantagem, pela idade e muita prudencia para temperar os appetes desnecessarios, todavia parece que aprova a inclinação do Principe seu filho.

Dá testemunho d'isto, consentir que pudesse ordenar uma festa para que por sua parte torneasse e combatesse de pico e espada, a pé, armado de todas as armas, assim para que pelas mostras que n'elle visse ficassem os vassallos concebendo grandes esperanças como tambem para que seu

ânimo socegasse alguma cousa do desejo que têm de se ver em semelhantes autos.

A qual festa se aqui não for escripta tanto por inteiro como elle merece, não queira V. A. que minha fraqueza desfaleça na grandeza d'ella porque se na verdade teve tantas particularidades e tantas coisas trabalhosas de encaixar na memoria, que a mim seria muito difficil pode-las comprehendere, que a tenho fraca, escreverei, porém, tudo o que me lembra, tão conforme a verdade, quanto minha lembrança me ajudar, porque tudo o mais seria, compôr fabulas, obra que a V. A. se não pode apresentar.

Pelas quaes razões, tres gentis homens desejosos de fazer serviço ao Principe, e o serviço ser tal que conformasse com sua inclinação, fizeram um cartel geral com as condições que V. A. verá por elle mesmo, os quaes aceitaram muitos, e houve muitos aventureiros e o Principe fol um d'elles o que ganhou um dos preços, e disseram que ganharia todos se não quizera uzar de muita egualdade com um competidor.

Na corte do combater alguns dias antes do dia da festa, estando um domingo quatro selvagens vestidos de pelles de urso com grandes velosas barbas, do mais dos rostos descobertos, nas cabeças carapuças de pelles de lobos, tangendo folias, e mais atraz outro selvagem, grande de corpo coberta toda a cabeça até os pés, das mesmas pelles, com uma caldeira grande que lhe cobria o rosto, trazia o braço direito alevantado e n'elle um papel enrolado que era um cartel do desafio, o qual depois de fazer suas cortezias em uma pequena arenga, apresentou ao Principe nosso Senhor, que o aceitou com cuja resposta tornando a tocar as folias fizeram vista na ordem em que vieram.

#### CARTEL

Tres mantenedores, para serviço do Principe Nosso Senhor, dizem que no lugar e hora que por Sua Alteza for assignalado, manterão um torneio de pé contra quantos quizerem com elles combater tres golpes de Pico e cinco de Espada, para que depois se veja quem melhor mostra fez em cada uma das ditas armas; elles mantenedores lhe darão ao que melhor combater de Pico, um anel de oiro digno d'um diamante, e ao que melhor fizer de Espada, uma pluma guarneçada, e ao que mais gentil homem vier, conforme a ordenança de el rei, umas luvas de ambar e ao ventureiro que sair com melhor invenção outra pluma guarneçada, e um maço de luvas, a parte que melhor fizer na folia, e elles mantedores não levarão nenhum dos ditos preços ainda que os mereçam porque não querem mais que o gosto de servir a Sua Alteza a quem pedem que por lhes fazer mercê queira assignalar



os juizes para que os preços se deem a quem os merecer, os quaes juizes julgarão com estas condições :

— O que puzer mão n'outro, não ganhará preço.

— O que dér estocada com espada não ganhará preço, nem poderá entrar no preço do mais gentil homem da primatica, nem o que dér golpe da cinta para baixo, das ditas armas.

Consentiu tambem El-Rei Nosso Senhor que se aceitasse o cartel pelo que houve muitos aventureiros e o principe foi um d'elles e que por bem de suas prematicas, seus naturaes podessem trazer sedas, a que, Sua Alteza acudiu necessariamente, porque a desordem dos portuguezes nobres quando lh'o a elles não defendem, é muito maior que todas as outras nações ; permittiu que n'esta festa podessem servir-se de tafetas somente, resistindo em certas importunações que trabalharam por persuadil-o a poderem levar brocados, tellas e todas as sortes de sedas.

E quiz que esta festa se fizesse em dia de N. Senhora de Agosto, fora da cidade, juncto ao valle de Emxobregas, de cujo sitio e graças se pode escrever muito, se não escrevera a V. A. que o viu algumas vezes, porque alem do lugar ser aprasivel é muito aparelhado aos taes desenfadamentos. E para que a gente de toda a qualidade pudesse por mar e por terra dar rasão das galantarias, concertos, atavios e invenções de cada um, quando a fantasia o pudesse compreender, e para que os torneios e combates se podessem melhor ver, compoz-se, por seu mandado, um theatro de madeira, de muita despesa e custo, algum tanto alevantado sobre a terra, quasi quadrado, de 35 passos em quadra, cercado em roda de grades de altura de cinco palmos para não poderem entrar dentro senão os que houvessem de combater.

A qual praça ou campo feito para os combates esteve quasi atravessada d'uma lança da altura de quatro palmos para se combaterem sobre ella.

O theatro estava assentado e situado entre o mar e um monte alto que chamam dos frades, por ser dentro da cerca de S. Francisco, a uma ilharga d'elle estava outro theatro muito mais alto, tambem de madeira, armado sobre dois mastros ou grandes columnas, para que V. A. entenda melhor, dos quaes sobejava muita parte do cadafalço que se cobria com ramos verdes e nas pontas bandeiras de seda de diversas cores, lustrosas e galantes, que se viam ao longe. E este cadafalço se tapessou por cima e ilhargas, de tapeçaria de Raz de estofamento rico e de muito preço ; as bordas e encostos cubertos de pannos de ouro, porque nelle esteve El-Rei Rainha e Infantes com suas damas, e o Infante Dom Luiz e o Cardeal vossos filhos com alguns grandes da Corte.

A' outra parte do theatro sahia uma ponte de largura de sete passos e



setenta de comprido lançada ao mar e forte quanto bastava para suster o impeto e furia das ondas se por ventura os ventos dessem ordem a isso, e para poderem entrar por ella todos os aventureiros que quizessem vir por agua. Da mesma parte da ponte estavam armados seis mastros de muita altura e das ilhargas se puzeram umas luminarias em triangulo que davam claridade ao longe, e do meio sobre o alto delle um ninho quadrado muito maior que de cegonha cercado de grades de pau tintas de branco e verde e sobre o ninho uma ave Phenix branca em pé levantada e de aspecto viva e um artificio e composição maravilhosa quasi dobre de grandeza de uma aguia.

Das casas do Camareiro Mor, donde o Principe havia de sahir, que estão desviadas do lugar do combate obra de dusetos passos, té a entrada do theatro novo se fez uma rua que tomou todo o comprimento daquelle espaço de largura de setenta palmos; tinha de cada parte 17 mastros de grande altura tão cubertos de rama de louro e murta que ficavam parecendo arvores; de mastro a mastro uns arcos da mesma rama compostos de muita galantaria, e em cada mastro um escudo das mesmas armas e divisas reaes; dos arcos pendia uma invenção de brandões de quatro braços que chamam pendurados por outras invenções e galantarias que davam muita graça á obra, e nos altos estavam humas luminari as grandes que depois que foi noite ardendo tudo juntamente, davam tanta claridade que ao perto podia-se ver tudo e ao longe julgava-se a terra e o mar, onde o fogo por muitas partes reverberava, ser abrasada em vivas chammas. E dava muito favor a isto o mosteiro dos frades que estando por muitas partes occupado destas luminarias, fabricadas sobre grandes mastros, a soberba de sua alura fasiam que da outra parte do mar, que são duas leguas, se participasse da mesma claridade. E porque das obras e cousas de fogo falarei ao diante em lugar aonde mais serve, não direi mais disso.

Da rua por onde o Principe veiu, não sei o termo com que melhor a engrandeça, falando verdade, que afirmar a V. A. que a que se fez nas grandes festas que el-rei Francisco, que está em gloria fez na celebração do casamento do duque de Leornes e Princeza de Navarra, onde el-rei que era o delphim defendia no passo com 6 companheiros, lhe não fez nenhuma vantagem, porque ainda que a outra estivesse em floresta onde os arvores sem nenhuma composição manual faziam maravilhosamente seu officio, estoura em artificio teve tanta graça e dava tanto contentamento aos olhos que não sei qual precede. Os tres mantenedores que fizeram o cartél que se haviam de combater, com com as condições declaradas n'elle, foram Gomes Freire, filho de Simão Freire, Jorge de Mello, e D. Antonio, filho de D. Francisco de Noronha, todos tres moços, e D. Antonio de menos

idade que todos e que quantos aventureiros ali houve, excepto o Príncipe, e assim parecia que convinha que o fossem todos pois a festa se fazia a elle e elle havia de entrar nos perigos d'ella, posto que esta ordem se não guardou muito por inteiro porque á vista dos moços houve alguns aventureiros que o não eram.

Estes tres mantenedores mandaram armar a uma ilharga do theatro uma tenda branca da India, lavrada toda em torno de muitos laços de rosas e outros lavoures galantes, de carmesim, junto da qual estavam tresentos picos para os mantenedores e aventureiros se servirem d'elles quando fosse necessario. No alto da tenda havia muitas bandeiras de damasco pardo e amarello, feitas para aquelle dia. Onde depois de cada um d'elles combater com o aventureiro que lhe caía a giro, se retomavam a fóra a só cobrar alento e concertar as armas, se disso havia necessidade. Na qual havia cadeiras de velludo guarnecidas e franjadas de seda e oiro, e alguns refrescos misturados com agua fria coisa que eu não sei se os framengos approvarão por boa. Os quaes mantenedores fizeram sua entrada desta maneira.

Sahiram do mosteiro de S. Francisco que está quatrocentos passos desviado do lugar dos combatentes, caminhando por uma estrada larga e graciosa e de uma parte o mar e da outra parte se participa com o jardim do Camareiro Mor, donde o príncipe sahiu.

Traziam todos tres doze pagens cada um quatro, que vinham adiante com monoplas nas mãos, elmos e plumas e outras peças, e serviam ao dia quatro pifanos e quatro caixas tambem vestidos todos das cores dos mantenedores. Levavam mais tres homens — que serviam de sargento, capitão e chocarreiro portuguez de que V. A. veria poucos e se visse alguns seria sem saber porque tambem este o era.

Trás estes, mais chegados aos mantenedores, e diante d'elles hia um homem com uma copa dourada, grande e rica e os preços nella, os quaes preços deram os mantenedores.

Trouxe Gomes Freire sobre as armas uma coura de tafeté pardo forrada de telilha de prata, cortado o tafeté sobre ella, e os golpes bordados e de perolas; na cabeça um murrião de velludo pardo tambem forrado de telilha e de prata, cortada em escamas de cada uma das quaes pendia uma perola, com plumas brancas e pardas e nella uma letra que tirada do italia-no dizia:

*Se o engano durasse  
Outra cousa não queria*

Tirou Jorge de Mello sobre as armas uma coura de tafeté pardo cheia de argenticaria de prata e ouro, forrada de telilha de ouro cortada por cima;

nos golpes uns botões escarchellados e nos vãos aonde não haviam golpes, argenteria, e na cabeça um murrião de setim pardo forrado de telilha de ouro e com uns levantados á maneira de tufos, em partes firmas de diamantes com algumas esmeraldas e plumas brancas e pardas com argenteria.

Dom Antonio vestiu sobre as armas uma coura de tafetá pardo forrado de telilha de ouro cortada em escamas, de que pendiam frocos de seda brancos e amarellos e encarnados cortados ao longo para dar lustro.

Levava na cabeça um murrião de setim pardo forrado de telilha de ouro cortado o setim sobre a tela de cortes miudos; os cortes tomados com botões de ouro pequenos muito galantes e de muita curiosidade, entre elles nos logares aonde mais podiam estar entremetidos, outra somma de botões de ouro grandes e de muito lustre; com plumas brancas e pardas.

Todos juntamente levavam espadas, adagas e talabartes de tauxia; nas mãos picos com as empunhadeiras de velludo pardo franjadas de pardo e amarello, e os ferros dourados.

Junto delles vinham os padrinhos de cada um, que foram Dom Vasco Coutinho e Dom João Coutinho e Dom Bernardo Coutinho e Dom João de Castello-Branco, filho de Dom Simão de Castello-Branco, vestidos da sorte dos mantenedores, cada um com sua gineta nas mãos, porque os elmos e manoplas e outras peças levavam os pagens.

Form juizes do campo, Dom Jaimes e Dom Constantino, irmãos do Duque de Bragança, e João da Silva, Regedor da Justiça destes Reinos que tiveram seu assento em um catafalco baixo, feito para elles, juntos do qual, em pé, estiveram aos pés de El-Rei com a cabeça descuberta, acima o Rei d'armas Portugal, vestido de uma cota de ouro, com as Armas Reaes esculpadas nella da mesma maneira; um pouco mais avante estavam outros quatro Reis de Armas; da parte do Regedor, tambem em pé e descarapuçado esteve o Escrivão da Nobresa com um caderno de papel nas mãos em que essentava os toques e nomes dos aventureiros.

Mestres do campo foram Pedroalves Correia e Ruy de Azevedo, fidalgos exercitados na guerra e arte da milicia e semelhantes ceremonias, cujos atavios não escrevo pois não eram armas, andando em corpo com ginetas nos mãos e com as cabeças descobertas. Pertencia ao seu officio acompanhar os aventureiros athe os apresentar ante El-Rei e os tornar ao campo onde se haviam de combater, o qual campo S. A. mandou segurar com um publico pregão dado em alta voz por um seu Rei d'Armas.

Seriam cinco horas depois do meio dia quando El-Rei, Rainha e os Infantes damas e alguns grandes da Corte vierem ao posto onde se haviam de ver os torneos. Não escrevo os concertos e atavios de cada um porque dos Reis não ha que dizer, que elles são senhores de tudo e tem tudo e tudo.



se pode crer e esperar delles, El-Rei nosso Senhor um pedaço de vantagem leva pois se sabe que elle só tem debaixo da sua dominação todas as quantidades de ouro e prata, perolas e pedraria e assim outras cousas que servem no aparato Real.

As damas de que folgava escrever, como lhes sejam defesos brocados e tellas, não fallarei em sedas nem outras galantarias.

Basta poder-se dizer que das perfeições que a natureza dá, que é a melhor composição de todas, a casa da Rainha e da Infanta vossa filha foram sempre tão lustradas que ninguem lhes faz vantagem.

Estando El-Rei no posto, entraram os mantenedores na ordenança que dice, os quaes depois de faserem as cortesias e ceremonias necessarias, se foram ao posto esperar a quem viesse.

COMO EL-REY, RAINHA E INFANTES FORAM A ENXOBREGAS A VER  
O TORNEO, E APARATO COM QUE O VIRAM (1)

Tornando atras do que temos dito não se pode passar em silencio o que ao diante aconteceu, como do que houve em todas as cousas de tão principal festa.

E posto o sitio n'este soberbo concerto que de sumptuoso podera abater o antigo theatro de Roma com mais artificios que riqueza por escusar gastos sem tempo, vindo o dia e horas limitadas, viera el-rei aquella manhan da cidade ouvir missa ao mosteiro de São Francisco com a Rainha e toda a nobre Côrte, e recolhido nas Casas do Arcebispo, aonde jantou, como foram horas, sahiu com a Real Magestade que altamente representava muito gentil homem, e foi-se sentar no cabo da varanda sobre o mar, tendo á sua mão esquerda a Rainha, de assás Real presença e formosura, e taes estavam ambos que poderiam representar Jupiter em seu throno com Juno, e para mais semelhança disto a seu lado tinha a Infanta Dona Maria que se mostrava a formosa Minerva com quem pode contender com divida confiança, assim em rara gentileza e sutil ingenho, como toda a outra sobrehumana perfeição.

A Rainha vestida de uma cota de tella de França, de oiro e prata, e

(1) Desde esta parte, a Carta corresponde textualmente á descripção do torneio introduzida no *Memorial das proezas da segunda Tavola redonda*, de Jorge Ferreira de Vasconcellos, publicada em 1567, e tão rara que apenas se conhece hoje 2 ou 3 exemplares d'esta primeira edição. Ha, uma segunda, do sr. M. B. Branco, feita em 1867. Mantenho, porem a copia do meu alfarabio, corrigindo assim muitos termos e expressões erradas nas impressões anteriores.



um saio alto de fralda, com mangas francesas de tafetá preto, cortado e picado com pontas de perolas grossas e entre ponta e ponta uma rosa de diamantes e rubis, umas manguinhas com tiras atravessadas, bordadas sobre telilha de ouro, tomadas com peças de perolas e rubis; uma cinta de ouro e perolas e na biqueira oito perolas pendentes e um balão grande todo guardado de perolas ao redor, e na cinta por charneira uma agulha grande, com um balaiz grande; no peito um diamante e quatro perolas em torno e um pendente muito grande feição de pera; uma gorgeira de perolas grossas e do mesmo theor; uma coifa de faces e um volante de rede com uma dou-radura; por arrecadas umas perolas grossas á maneira de peras; nas mãos dez aneis de rubis e esmeraldas; umas axorcas de perolas e pedraria, tudo em grande extremo rico e acabado, a que ella dava Real lustre que podia dar a extremada Zenobia, como aquella que o tem mui abalisado em suas perfeições.

A infanta Dona Maria vestida de saio de setim, cortado e pegado com bordadura de recaimado de ouro e prata de uma mão travez em largo e uma dianteira de moncas de ouro de canutilho de muitas perolas, forrada de setim encarnado; umas manguinhas da mesma maneira; uma cinta de ouro; uma gorgeira cuberta de perolas; um toucado em astros do mesmo theor, na cabeça uma tira de pedraria e um só firmal em uma guedelha e um fio de perolas ao pescoço.

E assim se mostrava tal que para eu o desenhar vou-me com o pintor que cobriu o rosto a Agamenon no sacrificio de Efigenia, porque coisas em que a natureza abalisa seu extremo não lhe chega engenho humano para entendel-as quanto mais para saber pintal-as, por o que conhecida minha fraqueza visto ser de sorte mortal, quero desviar-me da queda de Phaeton, acolhendo-me ás damas naturalmente piedosas, as quaes um degrau abaixo com a camareira-mór se assentavam tão formosas e tão galantes que comer pintal-o seria querer pintar a redondesa do mundo em uma pequena taboa.

E mais sendo tão sabido serem as damas portuguezas, entre todas as outras, quaes os planetas entre as estrellas, assim nas partes da pura gentileza, como nas de honesta e virtuosa descripção, e para se sustentar esta alta opinião de suas feições, nas suas costas estava a nobreza do Reino; senhores e fidalgos cortezaes em pé, com uma cavalleirosa-ufania digna d'elles e dividida a ellas.

Da mão direita, tinha el-rei assentados seus irmãos, reaes esteios do seu real estado, o cardeal Don Henrique em quem resplandecem taes perfeições de virtude e sagrada sciencia que a militante Egreja estriba e esforça n'elle e o tem por uma das principaes columnas de seu estado, e o infante Dom

Luiz de quem se pode com verdade dizer o que disse o Grego antigo *Frodasem theseo*, que não menos fiel e prompto companheiro do que Theseo foi de Hercules se tem mostrado e mostra sempre de el-rei em seus trabalhos, para os quaes e para todos os do mundo basta seu magnanimo espirito e claro juizo.

E diante estavam encostados á varanda o esclarecido Principe, vestido de roupa franceza de setim aleonado atroçolado pelas bordas, com uma obra romano d'ouro e prata; toda a roupa semeada de umas rosas de flôr de laranja, d'ouro e com tres perolas em cada rosa, muito ricas, e debaixo uma coura de setim branco atroçolada de ouro, e os muscos do theor, e as meias calças de gram, e uma gorra aleonada, com trocaes de cadeas de ouro de martello, e uma espada de oiro com uma bainha de velludo branco, e os sapatos do mesmo: — ao que elle dava o ar que a seu estado cumpria e de natureza lhe vem; — o Senhor Dom Duarte tinha uma roupa de setim branco cortada e guarnecida de umas rendas de ouro e prata, tomadas as aberturas das mangas e das ilhargas da roupa com umas cruses pequenas de diamantes e rubis; debaixo uma coura de mangas de seda branca, com uma mistura de oiro com alguns fios cramesins bem metidos que ficavam muito galantes; as calças do mesmo theor; uma gorra de veludo branco guarnecida de cadeinhas e rosas de diamantes té meia gorra, e ás voltas todas uma pluma parda amarella e branca, cores da Princesa, testificando a opinião que tem de militar debaixo da vontade do Principe seu Senhor, em cuja obediencia sempre mostra uma inteira promptidão.

Era esta a summa do aparato da banda da terra que a do mar se mostrava coalhada de muitas naus e muitos generos de barcos com muitos ricos toldos, suave musica de diversos e muitos instrumentos e lustrosa gente sem conto.

Mais era para temer a queda de tão soberba vaidade humana, que para ninguem presumir e particularisar as grandezas de Lisboa, as quaes deixam muito atraz de si, com verdade, todos os fumos de quantas cidades lhe presumem fazer rosto, mas porque com tantas cousas a muita copia nos faz pobres de memoria, deixo ser tanta a gente do mar que punha receio não poderem as aguas sofrer o peso, porque na terra por todo o monte e nas arvores subida foi tanta sobegidão que até os telhados do aposento Real estavam cobertos e em tal maneira que arrunhou um canto e cahiu com perigo e damno de algumas pessoas.

E porque estes são sempre uns muitos certos fins das festas humanas, passo-me ao mais necessario.

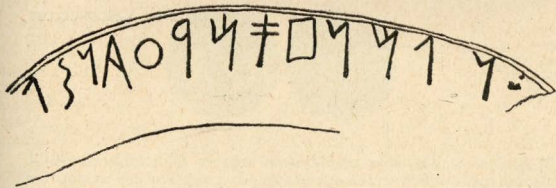
(Continúa)

## INSCRIÇÃO IBÉRICA DO ALGARVE

A epigrafia ibérica própria, pelas dificuldades que ainda a atravancam, e ao mesmo tempo pelos esclarecimentos que já está dando, e se espera ha-de continuar a dar, para o conhecimento da história antiga da Península Hispano-Portuguesa, é estudo que muito atrai os investigadores das cousas do passado. Convém impulsioná-lo, publicando todos os elementos que o auxiliem, por modestos que sejam.

Pela minha parte, no que tange àquela espécie arqueológica, reuni no Museu Etnológico umas tantas inscrições lapidares inteiras, e fragmentos de outras (1), e moedas de Salácia em que se lê *Eviom*, em letras ibéricas, e publiquei textos d'aquela Museu, e dos da Figueira e Alcácer do Sal (2).

Havendo passado duas semanas em Faro, de Dezembro de 1933 para Janeiro de 1934, tive ensejo de examinar uma pedra de xisto em que se lê a inscrição constante da figura junta. Tem de comprimento 1<sup>m</sup>06, e de largura máxima 0,<sup>m</sup>26, mas está quebrada na parte inferior.



Apareceu enterrada num campo próximo do sítio da Portela e da ribeira de Vascão, freguesia do Ameixial, concelho de Loulé; e deve-se o seu achado ao S.<sup>r</sup> José Rosa Madeira, que a ofereceu ao Museu Municipal de Faro.

Acêrca da interpretação dos caracteres vejam-se os *Monumenta Linguae Ibericae* de Emil Hübnér, e os apontamentos que reuni nos meus artigos citados na anotação 2. Julgando de inscrições anologas, esta é funeraria, e a lapide devia estar a pino.

Tenho notícia vaga de outras inscrições, cuja busca ficará certamente ao cuidado dos ilustres Presidente da Câmara e Director do Museu de Faro.

## ANOTAÇÕES

1. Algumas das lápides provinham da colecção formada por Estácio da Veiga (Museu do Algarve).

2. Publiquei moedas: no *Archeologo Português* I, 81-84; VI, 83-85, e estampas respectivas; XIX, 304 Sgs., e est. I e II, depois da p. 322.

Publiquei inscrições: *ibidem*, III, 185-193; V, 40-42; XIX, est. I, diante da p. 322 (pendente amuletiforme); XXVIII, 205-208.

Cf.: *Religiões da Lusitania* III, 11-13 (inscrição); *De terra em terra*, II, 34-37 (moeda), 85 (pendente), 86-87 (moedas).—Devo declarar que no *Arch.* VI, 83-85, e nas *Religiões*, II, 21, se imprimiu equivocadamente *Evion* em vez de *Eviom*.

Campolide (Lisboa), Novembro de 1934.

J. LEITE DE VASCONCELLOS



## UM EXEMPLAR DE OURO INÉDITO NO REINADO DE D. MANUEL NO GABINETE NUMISMÁTICO DO RIJKS MUSEUM VAN OUDHEDEN DE LEYDEN

Ha tempo depois de ter visitado alguns museus estrangeiros, lembrei-me de coligir informações sôbre o monetário português existente nos principais.

Dirigi-me a um grande número dêsses estabelecimentos e consegui recolher dados interessantes sôbre o que alguns possuem.

E' curioso que de Espanha, *aqui ao pé da porta*, ou não me responderam ou me informaram ser pequena a série portuguesa, que de França também poucos elementos colhi e que ao contrário da Holanda, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Inglaterra e Suécia, apurei existências interessantes.

Referir-me-hei nesta nótula a uma resposta holandesa na do Rijks Museum van Oudheden de Leyden.



E' conservadora das moedas deste Museu uma distinta senhora, Elis Cohen, dotada de invulgares conhecimentos sôbre numismática á qual as séries e a história portuguesa não são desconhecidas e que sôbre o monetário português existente na sua secção me prestou todas as informações incluindo o envio de decalques das moedas mais raras, etc.

Falava-me porém numa moeda que no metal-ouro em que se encontrava batida se não achava descripta nem em T. de Aragão nem em qualquer catálogo e eu supunha seria uma moeda dourada.

No ano passado tive oportunidade de visitar o Museu de Leyden e de verificar o valor da sua colecção portuguesa que comprehende vários *Portugueses*, um *Escudo de ouro de D. Afonso V* etc. n'um total só na série con-

tinental de 1300 numismas dos quais perto de 600 são variantes, principalmente nas legendas, dos citados em T. de Aragão, segundo informação do seu ilustre conservador que por esta indicação dá bem nota do cuidado com que estuda os exemplares á sua guarda.

E foi-me então dado examinar a moeda em questão cujo cunho é no Avv: e Rev: o do Meio-Tostão de D. Manuel I, n.º 10 de T. de Aragão, mas de diâmetro um pouco maior, sensivelmente o dos Tostões.

Examinada a moeda no laboratório, a meu pedido, constatou-se que era efectivamente de ouro e não apenas dourada e que pesava 6,5 gramas, fendo apurado ainda que tinha sido adquirida em Amsterdam num estabelecimento cujo proprietário já é falecido.

E' escassa a legislação de D. Manuel sôbre moedas, mas, nem na que conheço li já qualquer cousa sôbre cunhagem deste tipo, nem em qualquer catálogo encontrei até ao presente qualquer referência a êle.

Será uma contrafação? Será um ensaio?

Ensaio em ouro de moeda de prata poucos conheço e ainda que o maior diâmetro se possa attribuir ao cunho perfeito e a moeda não ter desgastado ou cerceio, é tão marcada, tão nítida a regularidade do cunho que me inclino para a primeira hipótese.

Possivelmente será mais um exemplar para acrescentar à "série conhecida de moedas de prata e de cobre de alguns reinados da 2.ª dinastia que pertenceram ao coleccionador Júdice dos Santos", à Colecção Real etc, mas êste batido em metal fora do vulgar.

RAUL DA COSTA COUVREUR

## ALGUMAS INSCRIÇÕES ROMANAS DAS VIZINHANÇAS DE CASCAIS

Nos verões de 1915 e 1917, ofereceram-se-me ensejos de percorrer, quasi à aventura, alguns arredores de Cascais, com o fito de registar vestígios de passadas eras (1).

### I

*Alapraia* foi um dos lugarejos, que visitei. No cunhal de um tanque particular (hoje *Casal de Santa Terezinha*) examinei uma pedra com inscrição romana, de que recentemente outros investigadores tiveram a gentileza de me enviar uma cópia, em que reconheci a mesma lápide.

Com a nota de «pedra incompleta, caída e a dimensão de 0<sup>m</sup>,45 por 0,40», transcrevi:

V I T O R I V S G  
I V I C T O R I  
I I A E A M  
N A A S I C

As letras gastas e as incrustações calcáreas tornam esta epígrafe pouco aproveitável; o seu andamento porém, parece denotar uma epígrafe tumular.

Na 1.<sup>a</sup> linha, a última letra visível, um G, deve ser a inicial de um nome paterno. Na 2.<sup>a</sup> pode suprir-se a terminação *inus*, lendo-se pois o cognome *Victorinus*, diferentemente da 1.<sup>a</sup>, em que a terminação é clara: *Vitorius*. Os jornais, ainda no presente mês de Dezembro, noticiaram o aparecimento de uma lápide sepulcral, entre Evora e Montemor-o-Novo, com o mesmo cognome de *Victorinus*. O *Corpus Inscriptionum Latinarum* (vol. II e Suppl.) regista *Victorius* (n.<sup>os</sup> 4969 e 5294), mas não *Vitorius*, se bem que o feminino *Vitoria* (n.<sup>o</sup> 3658). De *Victorinus* ha nos *cognomina* não raros exemplos.

No fim da 3.<sup>a</sup> linha e princípio da 4.<sup>a</sup>, pode ler-se o onomástico *Amoena*, bastante comum. Nesta linha, os meus obsequiosos correspondentes tinham

---

(1) Vejam-se os *Diários de Notícias* de 18-I; 3-III; 2-IV; 14-VI; 3 e 21-VIII-1916 e 24-IX-1917. Mas já antes destes números, eu tinha publicado, em os números de 17-IX; 26-XI, 28-XII-1915, várias outras notas de Cascais, sob a epígrafe geral de *Antiquitas*, concernente a estudos sobre Lisboa e vizinhanças.

lido as duas primeiras letras como A C, mas o final coincide. Julgo que as duas últimas letras são as siglas de F(*aciendum*) C(*uravit*), se de singular se trata, sendo *Amoena* o jugeotio gramatical.

O nome do dedicante do monumento era: [?] *Vitorius* . . . *Victorinus*. Não são raros os nomes de pessoas, em que o cognome é formado do anterior elemento (*nomen*), modificado por expressiva desinência, v. g. *L. Aelius Aelianus*, (*Corpus I. Lat.*) II, 3862); *M. Aemilius Aemilianus* (id. n.º 1752), mas também *Licinia Licinilla* (id. 5378); *Parentia Parentulla* (id. 3643).

## II

A região de Alapraia tem, em certo modo, personalidade arqueológica, a datar desde as épocas pré-históricas porque aí existiu uma cova que, em tempo, descrevi com alguma individualização e publiquei em o «*Arqueologo Português*» e além desta, soube de outra próxima.

Mas, mais afortunados do que eu, os referidos investigadores citaram mais algumas lápides de que, por mercê especial, vou dar aqui notícia, notando porém que foram elles os descobridores.

Neste artigo, relacionarei pois, mais esta epigrafe.

Q · MARIVS.....

F · GAL · TANC..

NVS · IVLIA · M...

ARANTA · H · S...

Esta pequena lápide mede 0,47×0,38 e está embebida na face exterior de uma parede da *Quinta da Boa-Vista*.

A minha cópia confere com a que me enviou o ilustre Director desta Revista.

A transcrição latina d'êste epitáfio parece ser esta:

*Quintus Marius* . . . *filius Galeria* (tribu) *Tancinus Julia M(arci)* [(*ff*)*ilia*] *Aranta h(ic) s(it*i*)* [(*s*)*unt*]. O nome completo do defunto masculino é *Quintus Marius Tancinus*; êste cognome revela sangue céltico no cidadão que adquirira já o onomástico bem romano de *Quintus Marius*. O nome do pai d'êste desapareceu com a mutilação de lápide; era no final da 1.ª linha que êle estaria gravado, pois que logo o princípio da 2.ª linha tem a sigla F(*ilius*).

As duas últimas siglas da epigraphe H(*ic*) S(*iti*) referem-se aos dois defuntos que me parece a lápide mencionar, um masculino, outro femenino; talvez o final da última linha se complete assim H(*ic*) S(*iti*) S(*sunt*); a razão



é que, nesta inscrição, os dois onomástico estão em caso nominativo, re-  
gendo a cláusula final, que não pode ter outra interpretação.

O cognome *Aranta* de Júlia não é registado no *Corpus*, mas a sua  
estirpe céltica figura-se-me provavel, em presença de *Aranto*, (*n*) cognome feme-  
nino usado na província de Cáceres (*Boletín de la R. Academia de la Historia*,  
1904, Out. e 1905, Jan.) e *Arantia* na Gallia (*Corpus Inscriptionum Latina-  
rum*, XIII 4419). Note-se êste factio flagrante de romanização de dois talvez  
cônjuges de raça dos Celtas :

*Quintus Marius Tancinus*  
——— *Julia Aranta*

E' sabido que as mulheres não tinham *praenomen*. No final da 3.<sup>a</sup> linha,  
ha um *M(arcus)*. Transcrevi *Marci Julia*, porque julgo corresponder ao ono-  
mástico do pai de *Julia Aranta*: filiação correctamente intercalada nos nomes  
(*nomen e cognomen*) desta.

A tribu *Galéria* era a mais geralmente mencionada nas inscrições ro-  
manas desta região; esta circunstância indica de certo modo a antigüidade  
da lápide, pois que, depois do imperador *Caracalla* (sec. II-III), caiu em  
desuso tal menção.

### III

Por fim, uma terceira pedra engastada na mesma parede da anterior  
deixa ler :

ERNIVS • M •

Pode presumir-se que o onomástico é *Vernius*, como no *Corpus Ins-  
criptionum Latinarum*, II, 2301, epígrafe da Bética.

Todas estas três inscrições denotam a existência de parcas ruínas que  
os séculos foram pulverizando, mas que ainda servem bem de apoio para a  
hipótese fidedigna de uma povoação lusitano-romana naquele lugar, onde  
aliás fôra precedida milenariamente de populações prehistóricas.

F. ALVES PEREIRA

O ARABISTA FR. MANUEL REBÊLO DA SILVA  
E O  
ESTUDO DA LÍNGUA ARÁBICA ENTRE NÓS

Os dois documentos que a seguir se publicam, são extraídos dum dos volumes de manuscritos pertencentes à última livreria do 2.<sup>o</sup> Visconde de Santarém (falecido em Paris a 17 de Janeiro de 1856) e que, vindo parar às mãos de Júlio Firmino Júdice Bicker e por morte d'este aos seus herdeiros, estes incluíram no Catálogo de venda em leilão da sua livreria, efectuado em 1899, onde então o adquiriu o dr. António Viana, em cujo arquivo os copiei ha anos.

Estes interessantes documentos, que reputo inéditos, completam a *Noticia biografica de Fr. Manuel Rebello da Silva, Socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa* e o *Resumo Historico sobre o estabelecimento da Cadeira de Lingua arabe em Portugal*, escritos por António Caetano Pereira e publicados no Tomo I das «Actas das sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa», 1849, respectivamente a pags. 323-331 e 348-360.

Ajuda, 16 de Janeiro de 1935.

JORDÃO DE FREITAS

---

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

«Na minha parte que, como Lente proprietario da Cadeira do Arabe, sôbre a presença de V. Ex.<sup>cia</sup> digo que fallaria de mim em separado, a fim de que V. Ex.<sup>cia</sup> conheça de um golpe de vista como tem influido na decadência do Estabelecimento Arabico, o particular procedimento que desde 1820 se praticou comigo, e que ainda continua, não obstante estarmos, por muita fortuna no Reinado da Justiça.

«Quando se estabeleceo formalmente a Cadeira do Arabe, appliquei-me a elle por uma simples curiosidade; hum capricho fez com que não dezesstisse, e o meu Mestre Fr. João de Sousa, o mais habil que tem tido a Europa, porque tendo nascido, e vivido em Damasco com a linguagem do Paiz que he o Arabe, athe a idade de mais de trinta annos, reunia os conhecimentos da Europa, que o farião singularmente, ramo e admiravel aos nacionaes; Este

bom Religioso aproveitou o meu ardor, e sem eu o pensar fui mandado pelo Estado para Tanger dos Estados de Marrocos para ali praticar a Lingua, aperfeiçoar-me nella, e ajudar o Consul Geral Portuguez nas relações politicas dâ Nossa com aquella Corte.

“Em 12 de Janeiro de 1797 desembarquei em Tanger para Casa do Consul Geral Jorge Pedro Colaço. Cuidei logo do meu dever, e no seguinte Maio começou a ver-se o meu serviço, filho de difficil trabalho. Crescerão os negocios Politicos, como nunca, e por conseguinte os meus trabalhos; porque não houve hum só em que eu não tivesse parte. Na Secretaria da Guerra, e na dos Negocios Estrangeiros devem existir muito abundantes peças pela minha Letra em Arabe. Cumpre que eu diga que a minha manutenção corria por conta do Estado; mas eu não tive ordenado algum; nem mesmo gratificação.

“Erão assim passa los quasi tres annos e feito huma jornada penosa á Corte daquelle Imperador em serviço do Estado quando Este espontaneamente me Decretou huma pensão annual de Quarenta mil reis, paga pelo Real Erario e tendo sido obrigado a ter ali maior demora para se concluir em Negocios por mim começados, nunca tive mais cousa alguma no espaço de oito annos e tres mezes, de constante trabalho que ali tive.

“Recolhido a Lisboa no principio de Abril de 1805 foi aquella Pensão levada á Somma de Septenta mil reis, por Decreto de Junho do mesmo ano. Desde então fui occupado pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, por onde então, e muito depois corrião as cousas de Marrocos, e foi meu exclusivamente todo aquelle trabalho; assim como a compra, arranjo e remessa das muitas e variadas encomendas que aquelle Imperador todos os annos fazia a esta Corte e tudo isto sem eu ter titulo, ordenado; nem gratificação; servindo assim, e gratuitamente o Estado por espaço de treze annos e digne-se V. Ex.<sup>a</sup> notar, que havia hum official ordinario da Secretaria, com ordenado correspondente, e que o recebia em perfeito descanso a quem devia pertencer o serviço que só, privativamente eu era mandado fazer. Nunca procurei o serviço; mas tão bem nunca o recusei quando era mandado.

“No meio do sobredito serviço fui mandado á Regencia de Argel com o chefe Luiz da Motta Feo Cardoso em comissão do Real Serviço. Duas vezes fui man(da)do só a Corte de Marrocos, por causa das duas intrigas de Corte, que ambas tiveram melhor resultado, do que se podia esperar, e sendo a ultima de anno, e meio athe não tive ajuda de custo; nem o Estado contra a sua esperança fez despeza alguma que com huma embarcação da Coroa que me levou, o que não aconteceu à Inglaterra, e a Espanha, que para o mesmo fim tiveram de fazer despezas consideraveis com presentes de



muito valor man(dan)do com elles seus embaixadores, que lá mesmo observei. Mr. Acourt foi pela Inglaterra; pela Hespanha Dom João Raphael Lobo.

«Em attenção ao exposto, e quando eu podia ser aliviado daquelle serviço por ter Nelle arruinado a minha robusta saude fui nomeado Official Supranumerario da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha por Decreto de 1818 com o correspondente Ordenado, hoje passarão aquellas relações para o dos Negocio Estrangeiros, e eu ali pertenci; e por ali continuei a ser occupado como antes, athe que chegou o malfa(da)do anno de 1820. Aquelle intruso Governo me tirou o lugar de Official, e o ordenado; e não obstante ainda depois me occupou: forão chamados os demais officiaes, que tinham sido expulsos por tal Governo; mas eu estou de fóra. Depois privou-me da dita Pensão de Septenta mil reis, ao mesmo tempo que se conservou, e conserva a Fr. Antonio de Castro meu Substituto, e a Fr. José de S.<sup>to</sup> Antonio Moura, a este com menos trabalhos, e aquelles sem nenhuns; Requeri a Pensão, por 3 vezes, e athe por ser indecoroso ao Decoro Real, por ser verificada a Ordem do Governo intruso, cumprida e verificada 14 dias depois q.<sup>o</sup> El Rei, vindo de Vila Franca entrou em Lisboa no pleno gozo dos Seus Reaes Direitos mas athe hoje estou privado della.

«Tal he Ex.<sup>mo</sup> Snr, o resultado de tantos trabalhos, e serviços; ou antes hum castigo, por ter gasto a maior, e principal parte da minha vida sem crime algum, que nunca se me deu, e sei de certo que nunca tive; nem tenho, salvo se o foi o ter sido sempre Portuguez e Vassallo fiel. A' vista d'isto ninguem se quer expor; ninguem se quer aplicar; porque me vejo doente, e castigado em lugar dos premios tão justamente merecidos, e tão injustamente tirados. Poderia eu ter melhorado de fortuna fóra de Portugal; o que esteve no meu arbitrio; mas eu nasci christão; Portuguez, e Vassallo sempre fiel.

«Em 14 de Maio de 1829.

Fr. Manuel Rebello da Silva

---

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

«Manda-me o Regulamento que em cada anno Lectivo dê parte pela Secretaria de Estado de que V. Ex.<sup>cia</sup> he o Digno Ministro, do numero dos Estudantes que frequentam a minha aula do Arabe; de suas applicaçõens, frequencia, e progressos; por isto pois

«Levo á presença de V. Ex.<sup>cia</sup> que o P.<sup>c</sup> Fr. José Filipe da minha Congregação, tendo frequentado o estudo do Arabe parte do anno passado frequenta tambem o presente com toda a regularidade, boa applicação, optima



conducta, mas tão achanhado de espirito, e de tão curto talento para o Arabe que não posso esperar, por ora, seja util para o futuro.

«Frequenta tambem este anno o estudo do Arabe, hum Irlandez, que se assigna = P. J. Machena = que parece foi addido á Legação Ingleza nesta Corte. Pertende elle habilitar-se pelo estudo do Arabe para hir para Constantinopla. Tem talento; e principiou com muita coragem; mas vai afroizando na frequencia, e na applicação. Contudo se continuar fará progressos mais que os ordinários.

«Por esta occasião peço licença para dizer a V. Ex.<sup>cia</sup> que este estabelecimento do Arabe, unico em Portugal, e que certo tem prestado serviços importantes ao Estado, e causado ciumes a algumas Naçoens vai acabar, porque eu me acho já adiantado em idade, e achacoso, o meu Substituto tão bem não he novo, e tambem adoentado, resta outro que he da minha idade, com molestia habitual, e occupado na Secretaria de Estado de que he official Ordinario e não sei que haja alguém mais neste ramo em Portugal.

«Foi este estabelecimento fundado pela Rainha Fidelissima de memoria sempre saudoza, e conhecido o seu interesse Politico fui reputado por um dos mais uteis da Nação pelos serviços que tem feito, e assim mereceo ao Ministerio de então, e ao que se seguio athe 1820 deveo sempre cuidado, e attenção; e naquella epoca tinha eu cinco discipulos deste Convento; três delles optimos, e hum estava a ponto da ser mandado pelo Estado para Tanger p.<sup>a</sup> ali praticar a lingua, e aperfeçoar-se nella. Como tudo então se confundio, e deslocou, eu tão bem fui victima; os discipulos todos tomarão logo outros destinos, espantados de que o Arabe tivesse a virtude de fazer infelizes, depois de muitos serviços, trabalhos e perigos de vida. Com o proceder do Governo intruso comigo, influio tanto neste estabelecimento, que tem afugentado os Estudantes, levarei em separado ao conhecimento de V. Ex.<sup>cia</sup> o que aquelle Governo me fez, que ainda dura; e o que eu tinha feito e fiz depois; e passo ás providencias que ainda poderão aproveitar, se o Governo quer que o Estabelecimento não acabe.

«Primeira. A consideração respectiva com o Lente do Arabe qualquer que elle seja, com o seu substituto; porque os que se applicão a este estudo com vistas de virem algum dia occupar aquelles lugares, vendo-os em abandono, ou não principião; ou tendo principiado dezistem logo, como a experiencia tem mostrado. Ninguem ignora que o estudo do Arabe requer constancia, muita paciencia, e applicação aturada. Depois a pratica necessaria, por alguns annos, no Paiz dos Arabes que he alguma cousa para quem o experimenta. Ali serviços, e perigos; e voltando para o Reino acha-se com menos consideração, e com menos ordenado que qualquer professor dos do Pateo, que nunca serviu directamente o Estado, nunca serve, e nunca passou

pellos trabalhos daquelle. Qualquer cadeira tem de ordenado 440\$ reis, ha alguma de 50; mas a do Arabe por ser unica, e sujeita immediatamente á Secretaria de Estado tem só de ordenado 359\$ mil reis de q.<sup>o</sup> ainda paga Decima; e o substituto 100\$ tão bem com Decima, e esteve tão bem na Barbaria; parece pois que os principios da Justiça distributiva não tem applicação aos que se dedicam ao Arabe, e talvez por isso a não haja.

“Segunda. Pela experiencia se tem conhecido que os seculares não atuão no estudo do Arabe, logo que, conhecem a sua difficuldade, e que tendo necessario para a vencer estudo muito aturado, e longa applicação, e que não tem a esperar interesse correspondente de todo dezistem; e neste caso he conveniente, e talvez necessario lançar mão de alguns religiosos moços desta Congregação, que têmão os numeros proprios; porque tendo a aula em casa, e o regulamento do Claustro se applicarão com mais constancia, e aproveitamento. Mas assim mesmo devo lembrar. Que havia o costume de hum premio de 30\$ que se pagava aos quartéis pelo Coffre do Subsídio Litterario para aquelle estudante que no fim do anno mostrasse bom aproveitamento, e lhe ficava em Penção annual para sempre, se sempre continuasse. O meu Substituto anda agora por tal título; porque sem estímulo tudo acaba: Aquelle premio, ou antes Pensão tinha por fim ajudar os Estudantes para a compra dos Livros qus sempre são caros; porque são raros; e alem disto era hum meio ou prizão politica para os obrigarem a não dezistirem tão facilmente. A minha Congregação tem pouca gente nova; mas no Collegio de Coimbra está hum Estudante, que alem dos bons principios que tem adquirido na Universidade, tem ademais os numeros Convenientes para poder servir o Estado, e vir sustentar com o tempo este estabelecimento, e talvez me não fôsse difficil atrahi-lo ao estudo do Arabe p.<sup>a</sup> o fim do Corrente mez, que ha-de sahir para Férias; mas no estado, em que se acha o Estabelecimento não só me não anima a convida lo; mas nunca o faria sem Ordem expressa de V. Ex.<sup>cia</sup>.

“Terceira. Para haver Religiosos moços, na minha Congregação e delles se escolherem os que forem a proposito para conservar este deposito da Lingua Arabica, singular Brazão da 3.<sup>a</sup> Ordem visto não haver outro em Portugal, e muito poucos bons na Europa, seria conveniente que o Estado habilitasse o meu Geral para este fazer prudentes acceitaçoens para Noviços, independentemente da Meza do Melhoramento, que muito serve de estorvo a isso; pois presentemente ha muita falta de gente para o serviço do Claustro, e do Estado no ministerio de Capelaens da Armada Real, da Brigada Real da Marinha, e mais serviço em que a minha Ordem se tem empregado ainda desde antes dos Filippes. Nem esta medida seria nova; pois que no comêço do Melhoramento, foi izento o meu Geral no tocante as

aceitacoens p.<sup>a</sup> Noviços, repetindo então El Rey de saudoza memoria as palavras do grande Pombal=A Congregação da 3.<sup>a</sup> Ordem tem servido sempre e desde o seu principio; pode chamar-se a Religião do Estudo, e não convem prender as mãos ao seu Geral=. Esta Real Determinação foi vocal, cumpriu-se huns poucos de annos; mas o Melhoramento aproveitando depois a ocazião, obrigou o Geral a uma inteira sugeição. Sem aceitacoens não ha religiosos, e sem estes não haverá quem sirva o Estado nos differentes ramos, que esta Congregação tem servido. V. Ex.<sup>cia</sup> disporá o que for servido a bem do Estado, e das Letras, porque tanto se interessa.

«D.<sup>s</sup> guarde a V. Ex.<sup>cia</sup>. Lisboa e Convento de Nossa Senhora de Jesus em 13 de Maio de 1832.

De V. Ex.<sup>cia</sup>

*Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Visconde de Santarem*

*Subdito, e Creado humilde*

*Fr. Manuel Rebello da Silva*

*Lente Proprietario da Cadr.<sup>a</sup> de Arabe.*

## ALGUMAS PALAVRAS SÔBRE O PRIMEIRO DUQUE DE BRAGANÇA E O SEU TÚMULO

D. Afonso, primeiro Duque de Bragança, era como se sabe, filho natural do Mestre de Avis e de D. Inês Pires, Comendadeira de Santos, filha de Pero Esteves, o Barbadão, homem assás probo e que imenso sofreu ao ver-se deshonrado e sua familia.

O primeiro Duque de Bragança nasceu, em Veiros, em 1377, há 558 anos, e faleceu em Chaves, em Dezembro de 1461, contando sessenta e quatro anos de idade.

Só em 1401, tendo vinte e quatro anos, foi D. Afonso legitimado, figurando como conde no documento da perfilhação.

A oito de Novembro dêste último ano, casou com D. Brites Pereira, filha de D. Nuno Alvares Pereira, o que deu origem a que passasse a ser Conde de Barcelos, título que lhe veio por parte do sogro.

Grande e nefasta foi, porém, por vezes, a influência política que o primeiro Duque de Bragança exerceu durante bastante tempo.

A-par-de privilégios importantíssimos que lhe foram concedidos, D. Afonso ascendeu aos mais elevados cargos, tendo chegado a governar o Reino no período em que D. Afonso V esteve em África.

Do primeiro matrimónio teve o primeiro Duque de Bragança três filhos: D. Afonso que foi Conde de Ourém e Marquês de Valença; D. Fernando, segundo Duque de Bragança e D. Izabel que casou com o Infante D. João.

Um dos seus filhos, o segundo Duque de Bragança, sabendo das maquinações que na côrte seu pai e irmão preparavam contra o infeliz Infante D. Pedro, morto no recontro de Alfarrobeira, não duvidou pôr-se ao lado dêle, o que não impediu o trágico desfecho dessa infeliz e vil contenda.

Mais escrupuloso que o pai, o segundo Duque de Bragança, que foi casado com uma filha de D. João de Castro, mostrou em África a sua bravura, comandando 700 lanças e 2.000 infantes.

Ao contrário do que sucede com os despojos mortais dos restantes Duques de Bragança que jazem no Panteão de Vila Viçosa, o primeiro Duque



de Bragança foi sepultado, bem longe dêles, a princípio, na Capela-Mor da Igreja Matriz de Chaves, sendo depois trasladado para o mausoleu que, na Capela-Mor do Convento de S. Francisco dessa cidade, lhe mandou erigir a Duquesa D. Catarina, filha do Infante D. Duarte, mulher do sexto Duque de Bragança.



Tendo mudado de local o citado Convento, foram novamente trasladados os ossos de D. Afonso, que hoje repousam, finalmente, no túmulo que lhe mandou erigir D. João IV e no qual se vêm as armas que usou o primeiro Duque de Bragança : — Encima-as a Corôa Ducal. Em campo de prata assenta uma aspa vermelha com cinco escudos das armas reaes, armas que se completam tendo por timbre meio cavalo branco com três lançadas no pescoço e rédeas vermelhas.

Ladeando uma grande concha que assenta sôbre êste túmulo, ha uma legenda dêste teor :

AQY JAZ DÕ : A° : F° DELREI : DÕ JOÃ : O P° : DE  
GLORIOSA MEMORIA O P° DUQ : DE BRAGÃÇA.

Sem a imponência máxima e valor artístico de alguns túmulos existentes em Portugal, belos entre os mais belos, o túmulo do primeiro Duque de Bragança, apresenta, todavia um certo cunho de originalidade, como se vê da gravura que acompanha estas simples palavras sôbre um assunto tão vasto e digno e de que resta tanto que dizer, apesar do muito que sôbre ele já se tem escrito.

*Nuno Catharino Cardoso.*

## O PINTOR JOÃO DOMINGOS PONTE

Há perto de dois anos, quando estudava na Torre do Tombo algumas habilitações de familiares do Santo Officio alentejanos, recebi do meu amigo D.<sup>r</sup> Carlos Lobo de Oliveira, que, no antigo cartório da Câmara Eclesiástica de Beja, fazia investigações paralelas ás minhas, informação de que, pelos meados do século XVIII, existiam naquela cidade parentes dum certo João Domingos Pontes, nascido em Itália e familiar da Inquisição.

Tive curiosidade de saber quem teria sido êsse João Domingos Pontes; requisitei a habilitação respectiva (1) e, examinando-a, encontrei a noticia de que o homem era pintor e trabalhara na obra do tecto da Igreja de Nossa Senhora do Loreto,

Como não encontro nas *Noticias de Alguns Pintores*, de Sousa Viterbo, o nome dêste artista, presumo que se trata dum pintor ainda não conhecido, o que me leva a publicar o pouco que averigui a seu respeito.

João Domingos Ponte, como lhe chama a habilitação, ou João Domingos Pontes, segundo o livro de baptisados da Fregresia do Salvador de Beja em que se encontram os registos de 1750, nasceu em Génova e recebeu o baptismo na Igreja Paroquial de S. Donato da mesma cidade. Era filho de Nicolau Ponte mordomo do Príncipe Doria, e de Angela Maria Ponte, neto paterno de Bartolomeu Ponte e de Antónia Ponte e neto materno de Lourenço Matthei e de Maria Matthei, todos de Génova. Em 1690 vivia em Lisboa, na Rua do Norte e habilitava-se para familiar do Santo Officio.

O Genovês César Ghersi, homem de negócios e familiar do Santo Officio (2), aparece como testemunha na habilitação de João Domingos Ponte e afirma no seu depoimento que *o conhece de quinze ou deseseis annos a esta parte, por então vir para esta cidade em rezão de fallar com elle muitas vezes e lhe encomendar a Pintura do tecto da Igreja do Loureto.*

Como êste depoimento foi feito em Julho de 1690, pode concluir-se que o artista veio para Lisboa por volta do ano de 1674.

Além dêste César Ghersi, depoem na habilitação João Tomás Ghersi e

---

(1) Habilitações do Santo Officio — João, M. 25. D. 595. A carta de familiar foi passada a 12 de Dezembro de 1690

(2) Habilitações do Santo Officio — Cesar, M-1-D. 1. A carta de familiar foi passada a 20 de Fevereiro de 1674.

João Jácome Ghersi, ambos familiares do Santo Ofício ; o segundo declara-se compadre do pintor.

Três das testemunhas (3) que depoem relativamente á consorte de João Domingos informam que este já não exercia a sua arte e se fizera negociante.

João Domingos Ponte era casado com Isabel da Ponte *que da o leyte ao Principe Nosso Snor*, natural de Lisboa e baptisada na Freguesia de S. Paulo, filha de João Letre, ou Lately, inglês convertido ao catholicismo, que fôra piloto duma nau de guerra britânica e, depois dono duma casa de pasto em Lisboa, e de Mariana Letre, mulher portuguesa, mas que adoptara o apelido de seu marido. Esta Mariana Letre, natural de Lisboa e baptisada na Freguesia de S. Paulo era filha de Felipe António, natural de Flandres soldado da guarda del Rei e depois cosinheiro do Marquês de Sande quando este foi como embaixador a Inglaterra.

Os autos de habilitação mencionam dois filhos do pintor e de sua mulher, António de Pontes e Manuel de Pontes, moradores, provavelmente com seus pais, na Rua do Norte, mas não se referem a uma irmã inteira destes, chamada Juliana Maria Xavier de Pontes (4), natural de Lisboa e baptisada na Igreja do Loreto, terceira mulher de José de Andrade Cabral, natural da Vidigueira e cavaleiro da ordem de Cristo (5). Dêste casal foram filhos Maria Izabel Felícia, baptisada na Freguesia de S. Mamede de Lisboa, e José, baptisado na freguesia do Salvador de Beja a 8 de Abril de 1750. Maria Izabel Felícia de Andrade Cabral casou em Beja, na Freguesia do Salvador, a 5 de Maio de 1751 com António de Odiarsa Cabo natural de de S. Matias, filho de Francisco de Odiarsa Cabo, cavaleiro da Ordem de Cristo e de Maria Antónia do Cabo.

A obra que Cesar Ghersi encomendara ao seu compatriota João Domingos Ponte perdeu-se no Terremoto de 1755. O P.º Carvalho da Costa informa na sua *Corografia que o Tecto da Igreja he todo apaynrlado com excellente pintura, e a Narração do formidavel Terremoto*, manuscrito que pertenceu a Júlio de Castilho diz que *o Tecto desta egreja era de esteira, apainelado com admiraveis passos da Escriptura, segurado em Travões grossissimos, e todo o mais madeiramento era mui forte, e de singular madeira* (6).

(3)—Francisco Maria Cambiaso, Rafael Safino e o P.º Lourenço Granara, todos genoveses.

(4) As informações relativas a Juliana Maria Xavier de Pontes, a seu marido e a seus dois filhos foram collhidas em Beja, no antlgo Cartório da Câmara Eclesiástica pelo D.º Carlos Lobo de Oliveira.

(5) Era filho de João Luis Botelho e de Izabel Coelho Feio Lobo, naturais de Beja.

(6) Júlio de Castilho. O Bairro Alto, 2.º vol. pag. 32.

A Igreja do Loreto fora destruída pelo fogo em 29 de Março de 1651 (7). A colónia italiana de Lisboa tratou de a reedificar, mas as obras demoraram muito tempo e a nova Igreja só foi aberta ao culto em 7 de Setembro de 1676 (8). Foi portanto entre 1674 ou 1675 e meados de 1676 que João Domingos Ponte trabalhou na pintura do tecto da Igreja renovada.

E' natural que outros artistas tivessem colaborado com João Domingos Ponte nesta obra, mas não possuo nenhuma informação a tal respeito. Também não tenho notícia de outro qualquer trabalho deste pintor.

O facto de o italiano ter abandonado a sua arte para se meter a negociante parece indicar que a pintura lhe não deu em Portugal grande lucro. A actividade comercial deve ter sido mais compensadora, pois César Ghersi no seu depoimento afirma que João Domingos Ponte vivia limpa e abastadamente.

Lisboa, Janeiro de 1935

CARLOS DA SILVA LOPES

---

(8) Ibid. Ibid. pag. 23.

(7) Ibid. Ibid. pag. 30.



## AS SEPULTURAS DOS MARQUESES DE MONTEMÓR EM SANTA PAULA DE SEVILHA <sup>(1)</sup>

Num obscuro recanto no extremo noroeste de Sevilha, escondido em acanhado páteo murado, que o separa da estreita viela, está o mais lindo pórtico conventual que é dado contemplar na maravilhosa capital da Andaluzia.

E' uma leve construção de tejolo que encosta à parede do templo, formada por um arco em ogiva de 4 arquivoltas em cujo tímpano azulejado se vêem as armas da Espanha, com coroa aberta, encimadas por uma cabeça de água e ladeadas por dois escudos contendo: um as palavras "Tanto monta", o outro o clássico feixe das setas, e por cima pequenas tabelas onde se lê "Pisano" numa e na outra as iniciais S. P. Q. R.

Acompanhando a arquivolta exterior, corre uma larga faixa de azulejo policromo, de belo desenho Renascença, em que sobresaem sete preciosos medalhões no estilo dos Della Robbia. Em baixo, junto à imposta, lê-se ainda, num pequeno rectângulo: "Niculoso Francisco I / taliano me f / ecit in el agno dei . 154." <sup>(2)</sup> Nos espaços exteriores deixados pela curva desta faixa, notam-se sobre fundo de azulejo, quatro anjos em relevo: dois em pé sobre mísulas de barro e dois ajoelhados e como que suspensos, mostrando uns quadros negros de onde se destacam as siglas I. H. S.

Corôa toda esta obra de arte uma simples cornija sobre a qual se alternam pequenos pináculos e querubins e de cujo centro se ergue uma cruz floreteada de pedra, tendo aos pés uma caveira e duas tíbias cruzadas.

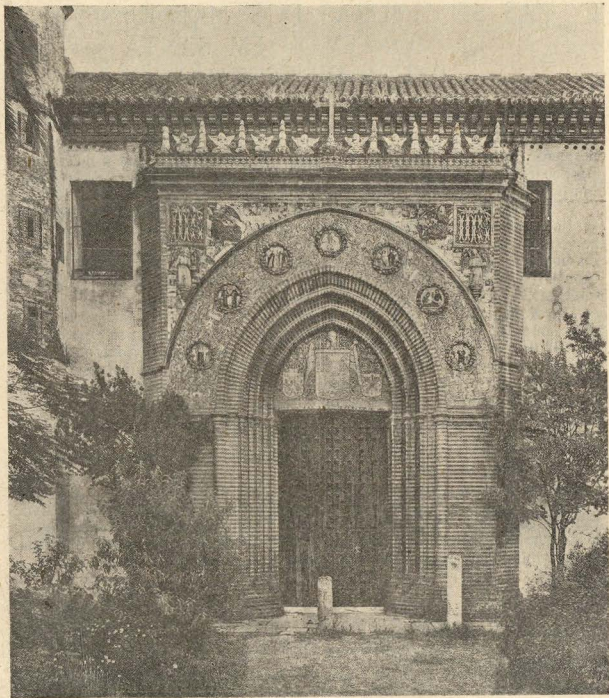
Dá passagem este formosíssimo portal para a pequenina igreja, de uma só nave e lindos azulejos de Triana, do humilde convento de Santa Paula, mandada reconstruir pela nossa marquês de Montemór, então homisiada em Espanha com seu marido, o condestavel D. João de Bragança. <sup>(3)</sup>

---

(1) — Comunicação feita na secção de Arqueologia Histórica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 10 de Maio de 1930.

(2) — Acerca de Niculoso Italiano, ou Niculoso Pisano, veja-se Gestoso y Perez, *Hist. de los barrios vidriados sevillanos*.

(3) — «La Iglesia y Coros alto y bajo, en la forma de ahora reedificaron dō Juan Condestable de Portugal, y su mujer doña Maria Henriquez ...» Alonso Morgado. *Hist. de Sevilla*.



\*

E' bem conhecida a tragédia desenrolada em Evora a 20 de Julho de 1483 e que depois se repetiu com menos aparato, se-bem que com não menos crueldade, nos paços de Setubal e na masmorra do castelo de Palmela. E, ficassem as Alcáçovas um pouco mais distantes da fronteira, que a cêna ridícula representada em Abrantes teria sido um acto mais dêsse drama sangrento. O marquês de Montemór, tivera porém tempo de ganhar terras de Espanha e fôra oferecer a sua espada a Fernando e Isabel.

Andava então acêsa e brava a guerra de Granada. Naquele ano de 1484, fôra resolvido apertar o cêrco dêsse último baluarte mourisco. Atacaram-se os castelos fronteiriços e devastaram-se os campos verdejantes do reino granadino. Toda a nobrêsa sevilhana se lançava na luta e ante êsse arder guerreiro, não terá ficado tranqüilo o bisneto do belicoso Mestre de Aviz, que em Sevilha vivia acolhido e honrado por todos.

Mal informado pois andou Garcia de Rezende, ao contar que o perseguido condestável de Portugal, ao chegar-lhe a noticia da sua irrisória execução, «foi muy enojado e triste e dahi a pouco tempo se finou». Não, o enérgico conspirador da Vidigueira, não se deixaria morrer de melancolia, qual romântica donzela, quando parentes e amigos desembainhavam as suas espadas e corriam para a luta, quando aos seus ouvidos chegava o clangor das trombetas guerreiras, o vozear da soldadesca e o tiljntar das armas pelas calçadas de Sevilha.

De resto, a própria inscrição tumular no-lo confirma: «... murio yendo a la guerra de Granada...»

Trouxeram-lhe o corpo para Sevilha e levaram-no a enterrar a Santa Paula. Mais tarde a marquêsa viuva mandou fazer sepultura na capela-mor em que juntos dormissem o sono eterno, até que, em 1592, as monjas collocaram os defuntos esposos sob dois arcosólios nas paredes laterais da igreja, em arcos revestidas de azulejos sôbre que descançam as estátuas tumulares: a do marquês do lado do Evangelho, a da reedificadora do lado da Epístola.

A Primitiva inscrição transcreve-a D. António Caetano de Sousa, nas suas *Memórias sepulcraes* (\*) e certo manuscrito do século XVII que se guarda na Biblioteca Nacional de Lisboa, com o n.º 273, e diz assim:

*«El muy Ilustre y magnifico Señor, Don Juan Condestable de Portugal / y Marques de Monte-mayor Viznieto del Rey Don Juan de Portugal murio yendo a la guerra de Granada a postrero de Abril de*

(\*) — Ms. da Bibl. N.ª de Lisboa.



*MCCCCLXXXIV / el qual y la muy llustre y magnifica Señora su muger la Marquesa Doña Isabel Enriquez Viznieta del Rey Don Enrique de Castilla y del Rey D. Fernando de Portugal que edifico esta Iglesia está en esta sepultura».*

Parece pois que o túmulo terá sido primitivamente um só, de cuja tampa terão acaso separado as figuras jacentes que hoje vemos sob os arcosólios laterais: «El muy llustre y magnifico Señor Dom Iuam... y la muy llustre y magnifica Señora su muger... *está en esta sepultura*», dizia a inscrição, se-bem-que Alonso Morgado, na sua *Historia de Sevilla* (2), nos conte como... «está sepultados en la capilla mayor, *en sepulchros* de jaspe con sus bultos de marmol...»

Quando as freiras fizeram a trasladação, pintaram com letras de ouro uns epítáfios que o tempo fez dezaparecer, mas não ha muitos anos, o falecido arqueólogo Gestoso y Perez, a quem as antiguidades sevilhanas tanto devem, «para salvar del olvido la memoria de las personas alli sepultadas», compoz e fez escrever sobre cada um dos moimentos, com caracteres góticos de tal perfeição que qualquer os toma por antigos, duas inscrições que rezam assim:

*«El : llustre : y muy : magnifico : señor : don : ioan : condestable : de : portugal : y : marques : de : montemayor : uiznie / to : del : rey : don : ioan : de : portugal : murio : yendo : a : la : guerra : de : granada : postrero : de abril : de : mcccclxxxiv : »*

*«la : llustre : y : muy : magnifica : señora : doña : isabel : enriquez : marquesa : de : montemayor : edifica / dora : de esta : iglesia : uisnieta : del : rey : dō : enrique : de : castilla : y : del : rey : dō : hernado : de : portugal : »*

Àqueles que um dia tenham a ventura de passar pela encantadora cidade do Guadalquivir, lembro que devem destinar algumas horas para a visita a Santa Paula que além do interesse especial que nos desperta, é uma das mais belas joias dessa maravilhosa terra.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

(2) — Sevilla, 1587. L.º VI, cap.º II, pag. 153 v.



## UM TORNEIO A VALER

(Continuação da pag. 42)

Acabado de Suas Altezas aparecerem na varanda, surgiu no porto uma urca assaz soberba e poderosa que pelo mar com as vellas metidas vinha de longe prometendo de si muito.

E feita sua salva, disparando grossa artilharia logo pareceu que não seriam sem raios estes trovões, aos quaes a repiques, os mantenedores que não estavam descuidados começaram a sair de S. Francisco, e entretanto entraram na praça da liça, Ruy Pereira de Azevedo e Pedro Alvares Correia, Mestres de Campo de espadas e capas pretas, e logo cinco Reis d'armas. Os juizes já nomeados Dom Jaimés, Dom Constantino vinham de capas pretas curtas e pelotes com muitas peças de ouro, não querendo parece, mais que ameaçar a galanteria que n'elles é tão propria como outras cousas muitas que não são para tão estreito logar, e João da Silva, Regedor da Casa da Suplicação, vestido d'uma loba aberta roçagante com que elle representava bem seu cargo, e com elle Jorge Pedrosa escrivão da nobresa, gentil homem e lustroso.

E assentados os juizes junto da tenda dos mantenedores, á mão esquerda, com o escrivão á ilharga do Regedor, e os Reis d'Armas Portugal com seu Arauto e passavante, o qual dentro na liça contra onde suas Altezas estavam deu o seguinte pregão:

— *O muito alto e muito poderoso Rei Dom João, concede campo seguro a tres cavalleiros de nome e armas para que se possam combater por serviço de suas Damas, com todos os que por a mesma causa contra elles quizerem provar suas venturas.* As armas que hão de trazer serão arneses, e as com que hão de combater, pique a espadas, e os golpes que com ellas podem dar e os preços que levarão os que o melhor fiserem, e as condições por onde se pode ganhar e perder serão como cartel é já declarado e a todos é manifesto.

Acabado o pregão tocaram os menestris e recolhido o Rei d'Armas com sua companhia para os juizes, logo os mestres de campo nomeados deixaram as capas e tomaram suas ginetas, ficando em pelotes pretos com algumas peças de ouro, e ricas espadas e adagas na cinta, honestamente galantes.

Soavam já perto os atambores e pifanos da banda de São Francisco, donde vinham os mantenedores por terra em ordenança.

E a pouca demora entrou pela porta da ponte, Soares, homem conhe-

cido por sua aprasível arte e do tempo, com um floreu franqueando o campo, em calças e jubão de setim forrado de telilha de ouro e coura de tafetá pardo cortado todo em escamas, com muita argenteria.

E logo apoz elle seguia um sargento, de calças, gibão e coura de tafetá pardo cortado em escamas com muita argenteria e forrado de telilha de ouro com sua gorra concertada, e guarnição de espada, talabartes, sapatos de veludo pardo. E logo dous atambores, dous pifanos, e logo pages, como atras dice, em ordenanças; desde ahi outros dous atambores e dous pifanos.

Detraz desta gente vinha um homem que levava os preços, de pelote preto cortado e tomado com pontas d'ouro, calças de jubão de setim pardo, e tres padrinhos em ala diante dos mantenedores, dos quaes — Gomes Freire, que entrou da banda da cidade, na ala, vinha de armas pardas e sobre ellas uma coura de tafetá pardo com golpes d'alto a baixo, forrado de telilha de prata, etc.

*(Segue a repetição, posto que mais desenvolvida do traje e armaduras dos mantenedores).*

Entrando os tres esforçados aventureiros pela ponte, com gentil e extremado ar e hombridade de suas partes, com suas espadas na cinta e picos aos hombros, prometendo de si que sustentavam toda a opinião digna delles, os mestres de campo foram recebe-los á entrada e pela praça os guiaram de rosto a Suas Altesas a que fiseram seu acatamento. Chegando á porta da liça deshi os levaram ao longo della voltando té os presentarem ao juises, os quaes lhes mandaram tomar os nomes do Escrivão que os escreveu na pauta que para isso tinha.

E logo se recolheram á sua tenda junto da qual tinham muitos picos e espadas e achas para o combate.

#### DE COMO SE COMEÇOU O TORNEO E DE ALGUNS AVENTUREIROS QUE CORRERAM

Recolhidos os mantenedores n'esta ordem que contei, por entre os barcos que occupavam toda a praia, a pouco espaço appareceu uma espan-tosa e grande serpe que parecia ir nadando sobre as aguas com as mãos, movendo-as com muito estrondo, tão aprasível á vista e não sem espanto que não creio eu que fosse mais Esoulapio vindo n'esta figura á Italia.

A qual pelos ouvidos lançava fumo e pela bocca uma temerosa lava-reda de fogo, e pondo o peito no caes da ponte, d'uma ilharga lançou dois aventureiros de si, que em gentil e airosa disposição e presença premettiam de si serem filhos de alguma Deidade animosa, e por suspeita que se teve

de Alexandre e Scipião Africano nascerem de Dragos, não era muito tomar-se esta opinião delles, pelo que em suas animosas obras se viu.

Por maneira que com esta esperança de todos, entraram na praça, ambos, de armas brancas e nas cabeças morriões de aço de soldados de infantaria, e por cimeira uma aguia de prata com as azas abertas e no bico levava tal letra :

Puede esta librar del fuego  
que del Cielo manda Dios  
y no puede a mi de vos.

Sobre as armas trasiam couras de tafeté aleonado, forradas de telilha de ouro com uns cortes meudos e compassados e atorçolados de torçal de prata ; entre golpe e golpe uma aguia de prata de duas cabeças e pelos encontros dos hombros letras de ouro e alamares de prata e retroz aleonado ; as bordas apassamanadas de prata e de sedas aleonadas muito conforme a boa galantaria ; muslos do theor, meas calças brancas e sapatos de veludo branco.

Diante de si levavam dous padrinhos com os elmos com suas plumas de aves e argentaria, vestidos com jubões de setim forrados de cendal aleonado com golpes miudos, e deste forro e dos muslos de tafeté branco, e meas brancas, sapatos de veludo branco.

Um delles sobre a coura de tafeté branco cortada de alto a baixo de cortes estreitos, levava roupa de tafeté aleonado e cortes meudos tomados pelo capello, e mangas de pontas de ouro, e outro, assim coura aleonada de tafeté de cortes atravessados tomados com peças de ouro, e ao pescoço uma cadéa de ouro ; suas espadas ricas e talabartes guarnecidos de veludo branco e de aleonado ; as gorras com sua pluma branca e outra roxa com argentaria, medalhas e pontas de ouro.

Cuja riqueza e primor de obra, assim destes, como de todos os mais que vieram não encareço, porque tem portuguezes em tão pouco riquezas de Cresso que são nada para elles.

A respeito de cavallaria manhosa e discreta galantaria e preço das peças de ouro, só estimam a boa invenção dellas, de que estes esforçados aventureiros não carecem antes por serem os primeiros pareceu que ficassem com este lugar.

E assim trasiam um tambor e pifano, em calças e couras de tafeté aleonado e branco cortados, e espadas de cabos prateados guarnecidos com talabartes de veludo de que eram os sapatos.

D'esta maneira entraram em gentil concerto, dando de si alta mostra,



vindo com seus picos ao hombro, muito airosos e tam bem postos que lhes não poderam ser negadas as esperanças que de si davam e provaram em effeito ao diante.

E recebidos pelos mestres de campo foram guiados ante Suas Altezas a quem feita cortesia passaram se aos juises pela via da liça que levaram os mantenedores, e esta ordem tiveram todos em sua entrada.

Os juises informados de sua fidalguia lhes mandaram escrever os nomes na pauta, os quaes eram Fernando da Silva e João Lopes Leitão, e d'ahi os puseram as suas guias ou mestres de campo no posto, da banda do mar, estancia assinalada para os aventureiros combater e os informaram das condições do cartel, as quaes accetadas por elles, os juises lhes mandaram offerecer picos e espadas, e de que escolheram as que ficaram foram levadas aos mantenedores que se recolhiam na tenda.

Donde o primeiro que saiu foi Gomes Freire, cavalleiro de tão nobre opinião e confiança que em parte lhe quiz a fortuna contrastar, dado que não pôde no todo, porque lhe resistiu elle com não menos animoso esforço que vigor, combatendo-se com Fernão da Silva tão esforçadamente, que ainda que lhe cahiu a espada por a furia com que feria d'ella não se lhe teve a falta nem fraqueza e não pareça desculpa, mas realmente foi assim.

O esforçado Fernão da Silva mostrando-se sel-o no pico, na espada se abalisou tanto que levou o preço della com muita rasão como se verá na sentença ao diante. E acabado entre os dous animosos competidores os golpes instituidos no cartel e proseguindo com outros, os mestres de campo que estavam um da banda da tenda dos mantenedores, outro da partedos aventureiros (contra) a varanda de suas Altezas, vendo o esforçado combate tão profioso, metteram as ginetas entre os combatentes para os departirem, o que fizeram com trabalho, e assim deixando de si muita gloria entre as damas que os viram com olhos piedosos e ufanos, não menos com piedoso louvor de toda a cõrte.

O mantenedor se recolheu com furioso aspecto e descontente de não poder satisfazer-se de seu contrario (e podera-se dizer por elle: *Por el otro que si iva, las barbas se está misando*); tudo se devia esperar delle, mas os fados repartem suas horas, e esforçam seus desastres onde acham resistencia.

Nisto saiu seu companheiro Dom Antonio de Noronha contra João Lopes Leitão e deram-se dos picos não menos esforçadamente quebrando alguns, e nas espadas mostraram não menos sufficiencia que dextreza, e despartidos com continente de pouco satisfeitos do muito que fizeram pelo que presumiam fazer, se lh'os mestres não atalharam, o mantenedor se recolheu á tenda e o aventureiro para o seu companheiro. Encostados ás



grades da praça com as costas no mar esperaram o que lhes os juises mandassem (\*).

Já neste tempo emleuados os olhos em nouidades, porq̄ poupão o gosto humano que em nada sabe ter constância, erão dahy leuados contra o mar, occupados em verem, não sem admiração, outra aventura q̄ pello porto entraua assáz estranha e nunca vista, de tal forma. E bem parecia couza de alimento e natureza, a qual em dous Caualos Marinhos de Estremada grandeza, um Ruço e outro Castanho fouueiro, de grandes comas, com as cabeças embridadas, os peitos alterosos sobre a agua, asaz soberbos e da Cinta para baixo erão pescados com suas barbatanas e escamas de prata. Remavão com as mãos com seus peitorais Ricos dourados, No meio hũa esmeralda contrafeita muito grande emcastoada em ouro, com hũas folhas que a resistião.

Antre estes Cavallos havia hũa estancia em que vinhão ministros chamellas Italianas, Vestidos de Roupas francesas brancas com bandas encarnadas e jibões de çeda destas duas cores e calças forradas da mesma seda, Sapatos e Gorras de citim emcarnado e suas plumas de cores, e nos instrum.<sup>tos</sup> bandeiras emcarnadas e brancas.

Dos colares dos Cavallos nasciam hũas argolas grandes e douradas em que prendiam hũas cadeias grossas douradas que tiravão hum barco. Presas em outras argolas cujas pontas trazia na mão Esquerda o Governador dos Cavallos, que era então Trombeta de Neptuno, Rei dos Mares, homẽ Marinho primeiram.<sup>te</sup> visto na Libia na Lagoa britania tangendo hum buzeo grande o qual era de grandeza quasi gigante e tinha meyo Corpo da Cinta p.<sup>a</sup> baixo de Escamas com hũa colla depescado e os pees com garras e Vnhas e da Cinta p.<sup>a</sup> cima figura de Corpo humano, Sem alguma Roupã, com grande barba e cabellos marinhos. Por barrete hũa Concha aman.<sup>ra</sup> de buzeo, Não como os que se achão nestas p.<sup>tes</sup> Vnhas m.<sup>lo</sup> compridas e na dyreita trazia o tridente de Neptuno com sua bandeira Verde pintada de Mares e vinha asiy na proa que era de peixe agulha co fusinho do Esporão, pintado de cores diuersas, da qual nascião hũas barbatanas Rouoleas que fazião hum assento sobre a Cabeça em que o Tritão vinha assentado com as cadeas como ja disse, como Redeas dos Cavallos nas mãos.

Daqui surgiam duas man.<sup>ras</sup> de Rotolos muito grandes que por cima se vinhão ajuntar fazendo como Castello affeição de toldo a grossura delles forrados de hũas escamas Verdes Sobre pratta, q̄. Lustrauão m.<sup>lo</sup> pla parte

---

(\*) Aqui foi suspensa a publicação do documento que seguidamente se transcreverá com a ortografia original.

de fora pintados alguns pescados e Nerejdes douradas em campos azues, ysto e tudo o mais do batel guarnecido de cordeis de ouro m.<sup>10</sup> grossos e da p.<sup>10</sup> de dentro era a proa pintada de brutesco em campos amarellos e da proa à popa hia hũa Varanda bem obrada e dourada em partes azul.

A forma da popa não se pode Declarar por a novidade della som.<sup>10</sup> era feita em Redondo por dentro a feição de Theatro, com huns arcos e no vão de cada hum delles, pintado hum dos Planetas e por cima dos arcos, pintado o Ceo com algũas figuras Celestes em que andaua hũa cornija e da banda de fora era a popa feita em Redondo, cuberta de escamas Verdes sobre pratta e em Lugar de Gouernalho, dous grandes olhos de Vulto deição com a grandesa da popa sobre a qual Vinha hum Monstruoso animal como Leão muyto gr.<sup>do</sup> e de Vulto q̄. Mostraua olhar p.<sup>a</sup> onde Viera. E das bandas da popa Nascião huns Rotolos q̄. vinhão assentar sobre a cabeça de hũa meta, a qual Sustinha hũa p.<sup>10</sup> da popa q̄. na mão direyta tinha hũa Verga de ferro dourada de que nascia hum toldo feito em triangulo a basis de dentro raza forrada de tella de ouro e por cima como piramide de Rico brocado e nos quantos huns pendões de ouro e çeda, de baixo do qual toldo hauia hum estrado de degraos todo Ricamente alcatifado e nelle hũa Cadeira não Costumada Laurada ao modo Antigo e dourada, Com hum pano de Velludo Caramezim, No qual vinhão assentados dous cavalleyros que em sua noble presença logo mostrauão Responderem seus Animos ao aparato e fausto que trazião. E assim os trouxe ao porto hum batel diante dos cavallos atona com m.<sup>10s</sup> Remos bem ataiuados, todos de Roupetas e Capelinhos turquezes emcarnados com bandas brancas, o qual trazia muytos arteficios de fogo de muitas man.<sup>ras</sup>.

Pois dando estes famosos Aventureyros hũa apraziuel e asaz Lustrosa Vista desy, Sahirão em terra, levando diante as charamelas ytilianas q̄. vinhão sobre os Cavallos e Logo o Tritão muyto Vistoso e apessoado estremadamente proprio e apos elle dous pagẽs em Calças e Couras de tafeta branco e emcarnado, galantes e bem concertados. Daly da mesma Sorte dous padrinhos, hum Lusitano e outro Ethiopio, os quais, antes dos aventureyros entrarem na praça lhes tirarão das Cabeças gorras que trazião, encarnadas, cõ m.<sup>tas</sup>, pontas de diamantes e medalhas de ouro com plumas brancas e lhes puzerão os Elmos q̄. os pages lhes trazião do theor das Armas, com plumas bracas e Negras, as quais armas erão douradas com Sutis Laoures de prata, Sobre que trazião pelotes Curtos de tafeta emcarnado com hũa Manga sobre que lhes dava m.<sup>10</sup> Ar, e erão cheios de hũns quadrados de Çeda branca m.<sup>10</sup> pequenos e onde cruzauam hião por todas as p.<sup>10s</sup> apontadas de Diamantes e ouro e, dentro de cada hum dos quadrados, hum golpe a man.<sup>ra</sup> de escama e sobre elle hũa pessa de Argentaria por q̄se

oparecia a tella de ouro de que os pellotes erão forrados, os altos das Calças de Ceda branca e encarnada, as meas emcarnadas e assim os Sapattos, Espadas e adagas de ouro Riquas e Guarnecidas de Velludo branco e assim entrarão, postos os de piquas aos hombros, com tão uistosa e apessoada disposição, q̄. logo parecião Ser daquelles esforçados Trojanos q̄. se semearão pelo mundo.

Recebidos dos Mestres de Campo, forão pela praça da liça ante Suas A. A. a que, dada Sua deuida obediencia, passarão aos Juizes, e Tritão como embaixador de Neptuno, lhes deu hnm papel que continha o seguinte :

Estes dois Cavalleiros se perderão  
do Naufrágio de Eneas com mau tpo  
A brassos de ondas brauas Se Valerão  
te que domou Neptuno o brauo Vento.  
Deste torneio as Ninphas fama derão  
que a serviruos Moueu Seu pensam.<sup>to</sup>  
por M̃ Tritão, trombetta Seu, Neptuno  
Volos manda apesar de Eolo E Juno.

Por a noticia que os Juizes tinham da fortuna de Eneas causada plos Reys dos Ventos a Rogo de Juno, Irmã e molher de Jupiter, o que Neptuno lhe socorreo, Visto como em lhe mandar estes Cavalleyros q̄. como disse Tritão, Salvarão quando com as forças de seus fortes braços cortarão as agoas, contendendo com elles Sobre Lograr os ares de Cima, mostraua Reconhecer Vaselagem a ElRey nosso sñor, que o dos Mares Satisfeitos de sua fidalguia, mandarão tomar os Nomes que erão João Caru.<sup>o</sup> paralim e Dom Fran.<sup>co</sup> de Castelbranco.

Dali forão leuados ao posto, offeresseosse nelle João Carvalho, com animosa postura como aquelle que Ja em outro torneio Auia pouco tempo q̄. Leuara o preço da piqua e Correndo contra seu Competidor quebrarão algũas piquas, destra e esforçadam.<sup>to</sup> e não Se mostrou menos de Espada. E Logo Dom fran.<sup>co</sup>, mostrandosse portugues Trojano, quebrou as Suas tres piquas cõ estremado Esforço e destreza, a qual assy seue na Espada, por man.<sup>a</sup> que ambos Se mostrarão assy nas armas, como inuenção. Deshi derão Lugar aos q̄ Vinhão prouar sua Ventura



DE OUTROS AUENTUREYROS Q. SE VIERÃO A COMBATER  
COM OS MANTENEDORES

Em q.<sup>10</sup> estes não menos dous Esforçados que Lustrosos Auentureyros se Combatião, do Urca estrangeira q. atras apontei Surta no porto ao som de seus grossos tiros, se Lancou ao mar hũ batel com gente de Armas e arcabuzaria pla proa, que trasia hum Guiõ e hum homẽ tocando hũa trombeta Italiana, no qual Vinhão dous Caualeyros hum delles de armas pretas douradas p.<sup>10</sup> e Elmete do theor e per Cimeira na p.<sup>10</sup> esquerda hũa Aguia de ouro com hũa penacheira de Seis plumas de tres Cores: Roxo, Amarelo e branco e sobre as Armas Coura de tafeta Roxo cortada e entretalhada de ouro, Guarnecida de passamane de ouro e Roxo forrado de tafeta amarello tostado que vinha Junto das armas tomados os Golpes com botões douro a man.<sup>ra</sup> de diamantes. Os olhos das Calças do theor e meas Roxas, Sapattos de Velludo Roxo, espada de Romper, adaga dourada e talabartes guarnecidos de Velludo Amarello. O seu companheiro do theor com Armas brancas. Os Padrinhos, o do p.<sup>10</sup>, jubão de Citim branco piquado, Coura de tafeta amarello forrado de tafeta Roxo, toda cortada com muitas pontas douro plos Golpes, Guarnecida de passamane douro e Roxo, e por diante com botões de ouro esmaltados muitos de tafeta amarello forrados de tella Roxa, meas calças brancas, Sapattos de Citim branco picados, a gorra do theor cõ m.<sup>10</sup> pontas, estampa m.<sup>10</sup> Riqua e pluma branca. O segundo leuaua sobrejubão de Citim azul, coura de tafeta azul forrada de tafeta branco, talabartes dourados, Espada dourada Guarnecida de Citim azul, a gorra com sua pluma e botões douro e medalha.

E diante dos padrinhos trazião hum Sargento de jubão de Çeda amarella picado, coura de couro cortada, Guarnecida de passamane douro e Roxo com argentaria, espada, adaga e talabartes guarnecidos de velludo amarello, Gorra de citim branco piquada com pluma branca e Roxa guarnecida de argentaria e sua estampa hum colar de ouro grosso e Riquo ao pescosso. Sapattos de Velludo branco picados e meas calças de tafetá amarello forradas de tella de ouro Roxa guarnecidas de passamane douro Roxo, Pifano, atambor e trombeta, com jubões de çeda, couras de couro, muslos de pano amarelo forrados de tafetá Roxo, meas calças brancas e gorras Vermelhas, os quais entrando neste concerto Na praça, os Mestres de Campo os guiarão pla man.<sup>ra</sup> dos outros e os juizes lhes mandarão tomar os nomes q. erão Dom Alvaro de Noronha e Jorge de Moura. Elles Se puserão Logo na estância offerecidos a todo o trance e quebrarão seus piques com muyto esforço o q. tambem mostrarão na Espada te q. os despartirão com m.<sup>10</sup> Honra e Lououor de Sua Caualaria, daqual não careçião os mante-



nedores p. que todos tres o fizerão Estremadam.<sup>10</sup> como lhe entraua seu giro.

Mas as couzas quan.<sup>10</sup> mayores são, quanto menos deixão tentearse, E passadas em Summa amenos quebra que se lhe pode dar e tambẽ Voume poupando agosto dos ouintes portuguezes q̃ Estimão abreuidade nas palauras e nas obras, e sobeja puresa da qual certo não careço Hjeronimo de Mello e seus compan.<sup>10s</sup> Sustentando o paço tão Inteiro q̃ parecia q̃ com o trabalho se asinauão e assim o sustiuerão sem algũa quebra, antes muita milhoria athe o fim, mas como diguo, não se pode particularizar tudo.

Em hũa nauetta de fora da terra erão ya chegados ao porto tres auenturejros os quais se soube serem Ruy Diz Lobo, que vinha de Armas brancas e sobre ellas coura de taffetá com golpe de alto a baixo e por estos outros atrauessados pequenos cheos de argentaria douro forrada de Cores, digo forrada de tella de pratta e passamanada de passaman de prata e Roxo, No Elmo plumas de cores cheas de argentaria; os altos das Calças de tafeta, hũ corte branquo e outro roxo, forradas de tafeta roxo; as meas de Roxa branqua, espada e adaga de tauria e talabartes Guarnecidos de Velludo branco e os Sapattos. E leuaua hum pagem e escudeiro de pelotes roxos cortados, tomados os Golpes com perlas e botões douro e jubões de tafeta Roxo cheos de argentaria, as calças como as do auenturejro, Gorras de Velludo branco com medalhas e plumas de argentaria, adagas e espadas de tauria guarnecidas do mesmo Velludo e destas cores hum pifano e tambor.

Dom Luis Lobo trazia Armas brancas Lauradas de hum debuxo em branco plas bordas e sobre ellas coura de tafeta branco, Verde e encarnado, toda cortada com Golpes a man.<sup>o</sup> de anxadres, forrada de telilha de ouro cuberta de argentaria de ouro e prata. No Elmo pluma de cores com argentaria, os altos das calças de citim branco com Golpes de alto a baixo picados forrados de cendal branco, meas encarnadas, de Sapttos de Velludo encarnado, talabartes e Espada de tauria guarnecida de Velludo Verde. Hum escudeiro de pellotte Verde todo cortado, tomado com muitas pontas de ouro, jubão de tafeta encarnado, os muslos de tafeta branco cortados e forrados de tafeta Verde, meas calças brancas, Sapattos de Velludo Verde, chapeo de tafeta verde apassamanado de passape douro com borlas e plumas da mesma cor e sua medalha.

Manoel Sousa, companh.<sup>o</sup> tambem na tenção e Cores de Dom Luis Sobre Armas brancas Lauradas de tauria de ouro, trazia o Coura de Theor da sua com Golpes como rede, os altos das calças de tafeta de tres cores e assi o Sendal de forro com botões douro plos Golpes, Ao pescoço hum Colar de ouro e no al de sua pessoa e escudeiro como Dom Luis.

Entrando pois assim no Campo em alla cõ seu pifano e tambor diante, foramlhe feitas as diuidas Cerimonias e offercidas no posto. Estremaráõ altam.<sup>16</sup> seu Esforço com esforçados Golpes de piqua e de Espada, e forão hauidos dignos de memorial nome que por tais obras Se ganha.

A Manoel de Sousa Se julgou o preço do pique por os quebrar todos tres com estremada destreza e apartandoçe da liça p.<sup>a</sup> as grades da praça derão lugar a hũa auentura que era entrada.

DA ESTRANHA AUENTURA QUE VEO A PRAÇA E DO MAIS  
QUE SUCCEDEO NELLA

Acabado o Combate dos tres auenturejros que açima ditto fica, ouue grande Rumor na praça por hũa estranha auentura que nella entraua. Será hũa mulher sabia encantadora a qual vinha vestida de hũa Saja framenga amarella cõ muitos mininos de pratta semezados plo vestido.

Sua mascara fermosa e os cabellos soltos, na cabeça hũa celada de prata com hum meyo gatto negro q̄. sahia della, a qual vinha tangendo hũa trombeta Italiana de guerra e diziasse vir do bosque deserto em q̄. fazia habitação e por seruiço de hũa dama trouxe aly hum monte laurado a modo de cerra com muitas beninas, musgo, era e outras diuersas flores em que Vinhão cubertos m.<sup>105</sup> tiros de fogo sem se verem e plas lhargas lhe corrião quatro fontes, tudo de m.<sup>10</sup> artificio.

Chegando pois a sabia com este monte apos sy da banda de São bento, por terra, des que o assentou na praça que vio tempo para o q̄. trazia detreinado, andou darredor delle, como q̄. fazia alguns conjuros e logo encantadam.<sup>16</sup> começou atirar m.<sup>105</sup> tiros de fogo e com grandes estalos como de Rama Verde q̄. arde a algum espaço em q. parecia queimarsse, e assim com a força deste fogo se abriu em quatro partes inteyras e de dentro sahirão quatro Sabias Vestidas de man.<sup>ra</sup> da que a desencantou e hum caual.<sup>o</sup> armado da cinta p.<sup>a</sup> çima de armas brancas e sobre o elmo hum capp.<sup>e</sup> de flores p.<sup>a</sup> baixo hũa fralda de tafeta amarello atroçollado de branco, os muslos do theor, as meas calças brancas e os sapattos de velludo branco. Por padrinho hũa fermosa Donzella q̄. parecia era a ocazião de sua Vinda aly, como tambẽ o era da sua obscura morada. Vinha vestida de saya framenga de telilha de ouro, toucada com crenhas e hũa crespina, e sobre ella Gorra de Velludo branco com muitas pessas de ouro, medalha e pluma branca diante do rendido Çual.<sup>ro</sup> de sua fermosura que a Seguiu com hũa Vfanía e confiança de seu seruiço a cometer todo o perigo e sahir com a Victoria delle certa opinião de portuquezes.

(Continúa)

## ERMIDA DE SANTO AMARO EM LISBOA

**SITUAÇÃO E ACESSOS.** — Fica situada no alto de Santo Amaro a ermida desta invocação, num planalto para os lados da parte ocidental da cidade, disfrutando-se do seu adro, e especialmente dos seus terraços, um dos mais belos panoramas de entre os vários em que Lisboa é abundante. No tempo da sua edificação no século XVI a ermida ficava completamente isolada, e o panorama que dela se avistava era extensíssimo, vendo-se até à barra do Tejo, os montes da Outra-Banda, e as encostas ocidentais dos montes das Necessidades e dos Prazeres; actualmente (1935), apesar de cerceado um pouco o campo de visão pelas edificações que fizeram no lado ocidental, ainda o panorama é bastante extenso, e compensa bem o trabalho de subida dos vários lanços de escada, talhados na encosta, de acesso pelo lado sul, que começam na Rua 1.º de Maio (antiga Rua de S. Joaquim), e terminam no seu adro.

O acesso pela banda do norte é hoje muitíssimo cómodo, em vista da comunicação fácil, por meio de várias ruas que no planalto se rasgaram, com a linha de carros electricos que serve os populosos bairros de Santo Amaro e da Ajuda.

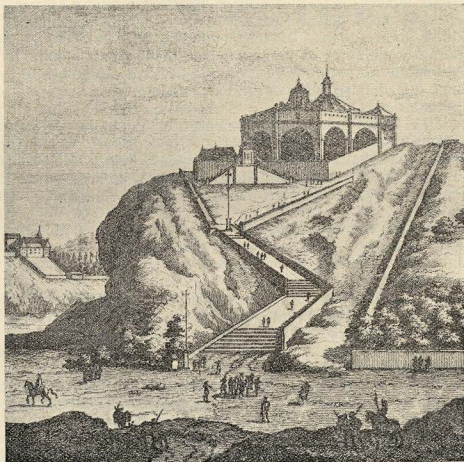
**PLANTA E DISPOSIÇÕES GERAIS DO TEMPLO.** — A ermida, que está classificada monumento nacional, é um dos mais originaes templos da capital, devido em parte à bizarrria do seu traçado. Tem em planta a forma de feradura, com o seu eixo de simetria orientado na direcção nor-oeste, e o lado convexo, que é voltado para sudeste, apresenta um traçado poligonal com sete lados rectilíneos, dos quais quatro são fechados, e três abertos, que correspondem aos três portões de entrada. No interior dêste recinto, e isolados dos muros de contorno, ficam a sala de oração e a capela-mór; ambas com a forma circular em planta, sendo a primeira circundada por uma galeria ou átrio sensivelmente semi-circular, e a segunda ladeada pela sacristia e por casas de habitação. As faces planas da parte convexa são separadas por seis gigantes ou batareos, que suportam o impulso da abóbada do átrio.

**SALA DE ORAÇÃO.** — Tem interior e exteriormente a forma circular em planta, com oito metros de diâmetro interior, e é coberta por uma cúpula esférica, de cantaria com artezões, sobrepujada por um pequeno lanternim, com três janelinhas, e cúpula também semi-esférica, com uma cruz no alto.

A iluminação da casa é feita pelo lanternim, pelas portas, e por duas janelas gradeadas que ladeiam a porta de entrada.



Possue dois altares colaterais de madeira, o do lado do Evangelho com a imagem de S. João Baptista, e o da banda da Epístola com a de Santa Bárbara.



Vista da Ermida de S.<sup>to</sup> Amaro no século XVIII, extraída do livro «Les delices d'Espagne et du Portugal», por Juan Alvarez de Colmenar, edição de 1715.

A ermida ainda conserva uma belíssima balaustrada ou teia de pau santo, e dois lindos lambris de azulejos policrómicos (branco, azul, vermelho, verde e roxo) da fábrica do Rato, com dois quadros ao centro alusivos à lenda da fundação da ermida pelos galegos tripulantes de uma barca que naquelas proximidades deu à costa.



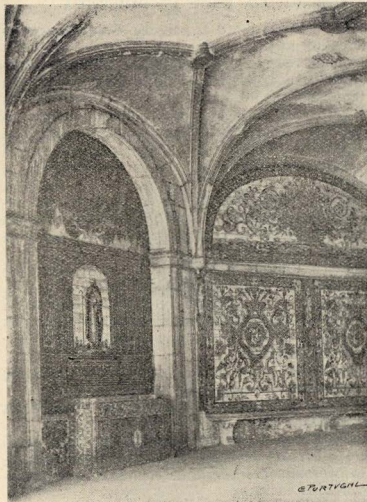
Por cima da porta de entrada abre-se para o interior da sala uma janela de sacada do côro.

CAPELA-MÓR. — E', como a sala de oração, coberta com uma abóbada,

esta semi-esférica, de cantaria com artezões. No altar-mór está uma imagem do Santo padroeiro da ermida, em altar de madeira com interessante obra de talha.

ÁTRIO. — Entre o muro da sala de oração e o de contorno da ermida fica o átrio, com 5,<sup>m</sup>40 de largura, coberto por abóbada abatida com arestas, artezoada, tendo nos fechos pequenas rosáceas, cruzes de Cristo e uma perna. Neste átrio estão rasgados três vãos de portas de acesso sôbre o ádro, correspondendo a três faces da fachada poligonal, sendo o da esquerda orientado para o sul; e tem três portas para o interior da sala de oração, e duas, nos topos, para a sacristia e para a casa que lhe fica simetricamente situada.

As portas do adro são fechadas com portões de ferro forjado, do século XVIII, com bandeiras semi-circulares, e circundando a ornamentação



Vista de uma parte do átrio circular, mostrando os painéis de azulejo, e o artezoado da abóbada.

ção em estilo Renascença, pernas e braços, emblema de Santo Amaro, nas laterais, e uma mitra, na bandeira central.

Sôbre a porta principal de entrada da sala de oração está a seguinte inscrição :

COMECOVSE A EDIFICAR ESTA ERMIDA DE SANTO AMARO A DOZE  
DIAS DE FRO DO ANO DE 1549 ANOS E AVIA SETE ANOS QVE HERA  
AQVI EDIFIQVADA A QVE AGVORA SERVE DE SAMCRISTIA

Esta galeria tem assentos de cantaria junto às paredes, e dois altares laterais encostados ao muro de contorno do templo.

As paredes são completamente revestidas com lindos e notáveis azulejos policrómicos (com as cores branca, amarela, roxa, verde e azul) em estilo Renascença, do 1.º terço do século XVII, que constituem um dos melhores atractivos e incentivos para a visita à ermida. Formam painéis ornamentais, com anjos, festões e fitas, envolvendo uma cartela central, que contém os já citados emblemas do santo; nos dois painéis dos altares está representado o santo, em tamanho natural, num trajando de peregrino, e no outro revestido de pontifical.

Os painéis ficam separados por pilastras também de azulejos, com folhagens e sereias com as caudas enroscadas, e por cima dos mesmos estão outros tantos painéis semi-circulares, onde se acham representadas jarras ou vasos de flores, ladeados por dois pavões.

SACRISTIA. — Fica situada no topo do átrio, do lado da Epístola, e contígua à capela-mór, para a qual tem uma porta. É uma pequena casa rectangular, ao fundo da qual estão arcazes com gavetões, e por cima destes, na parede, quatro quadros em tela representando vários milagres atribuídos ao santo; uma imagem do mesmo, vestido de bispo, com mais outros personagens, está pintada no tecto de madeira.

No lavatório vê-se um medalhão de mármore, representando Santo Amaro a salvar um naufrago, segurando-o pelos cabelos.

A dar fé ao que diz a inscrição atrás transcrita, teria sido o local desta sacristia o sítio da primitiva ermida.

DEPENDÊNCIAS DA ERMIDA. — Por cima da sacristia, e no corpo do templo que faz simetria a esta, ficam casas de habitação, que antigamente deviam ter sido logradouro do pessoal serventuário da ermida, e que actualmente estão ocupadas por locatários vários.

TERRAÇOS. — Sôbre a abóbada do átrio correm dois terraços com grades de resguardo, separados por um corpo central, mais alto do que os mesmos, e que constitue o côro do templo. O acesso aos terraços e ao côro fazia-se por uma escada própria, no corpo do edificio do lado esquerdo; actualmente está vedada, sendo necessário entrar por uma casa particular, com muita dificuldade e incómodo.

**FESTEJOS E OUTRAS NOTÍCIAS.** — Como se sabe, Santo Amaro, abade e bispo, é o advogado das pernas e braços partidos, e muitos devotos oferecem ainda as suas promessas de cera, com a forma daqueles membros, que se vêm pendurados no arco e paredes da capela-mór.

A ermida, construída ha 396 anos, segundo reza a inscrição existente, foi encerrada à devoção dos fieis, profanada e roubada após a implantação do regimem republicano em 1910, e acha-se novamente restituída ao culto desde 15 de Janeiro de 1927.

Existia ali uma confraria, de que fiseram parte alguns dos mais illustres nobres doutros tempos.

Nela se faziam antigamente grandes festas ao seu patrono, que começavam em 15 de Janeiro e se prolongavam ordinariamente até 2 de Fevereiro. No seu adro organizavam os galegos das companhias de aguadeiros de Lisboa, um arraial e danças ao som de gaitas de foles, e nele apareciam, além dos vendedores dos artigos que era de uso negociarem-se em todas as festanças populares portuguesas, mulheres vendendo rosários de pinhões de Leiria.

Com a evolução dos tempos estas festas têm desaparecido pouco a pouco e dos antigos galegos freqüentadores do arraial, ainda há cinco anos (em 1930) lá apareceu o último, que, com a sua gaita de foles, animou uma dança improvisada no adro, e até na sala de oração.



Vista actual exterior da Ermida, lado sul

AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

# ALGUNS ARTISTAS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS NO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

## 1.ª SÉRIE

Durante a escolha e classificação dos numerosos documentos que constituem o recheio d'este arquivo, temos encontrado alguns relativos a artistas, arquitetos, escultores, desenhadores, calígrafos, gravadores e pintores, portugueses e a estrangeiros que, mais ou menos, exerceram a sua actividade entre nós.

Conseguimos assim reunir, numa secção especial, algumas dezenas de documentos que se referem a Francisco António Ferreira; Joaquim Machado de Castro e Francisco António; José Joaquim Freire, Pedro Lourenço António Nunes, Henrique de Sousa Peixoto, Feliciano de Sousa Correia e José Valentim de Freitas; Gregório Paes do Amaral e Domingos dos Santos Moraes Sarmento; Gregório Francisco de Assis e Queiroz, Teodoro António de Lima, Francisco Tomas de Almeida, José Antonio do Vale, Manuel Marques de Aguiar; Domingos António de Sequeira, Arcângelo Fusquini, André Monteiro da Cruz, Bartolomeu Antonio Calisto e José Nunes de Carvalho, entre os artistas portugueses e Francisco Bartolozzi, Benjamin Comte, Caetano Landy, José Viale, Louis Jean Desprez e Armand Julien Pallière, entre os estrangeiros. (1)

Em trabalhos anteriores publicamos já uma parte d'estes documentos, outra será publicada nesta revista em duas séries.

Começaremos por José Nunes de Carvalho, natural de Vizeu, que, apesar de ter sido, professor de pintura de historia e architectura civil, não achamos mencionado em parte alguma.

Daquella cidade veiu para a de Lisboa, em 1805, com o seguinte passa-

---

(1) Vid. os nossos trabalhos *O Pintor Sequeira no Arquivo Histórico Militar*, Lisboa 1931; *Um pintor francês em Portugal. Armand Julien Pallière e A propósito do retrato de Wellington gravado por Bartolozzi*, artigos publicados na revista *Portugale*, n.ºs 23 e 24; *A iconografia de Wellington e os seus descendentes*, artigo publicado no *Diário de Lisboa*, de 24 de Maio de 1933; *Artistas estrangeiros em Portugal*, comunicação lida na sessão de 8 de Dezembro de 1932 da classe de letras da A. S. L. (*Boletim*, vol. IV, 1932) e ainda no 4.º vol. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*.



porte passado pelo desembargador Domingos José Correia Botelho, avô de Camilo Castelo Branco, afim de se matricular na *Aula de Desenho* do Castelo, anexa à Casa Pia de Lisboa :

O Dr. Domingos José Corr.<sup>a</sup> Bott.<sup>o</sup> Juiz de Fôra, com Alçada por Sua Magestade Fidelissima, que Deos guarde, nesta Cidade de Vizeu, e seu Termo, &c.

Faço saber aos Senhores, a quem o conhecimento deste pertencer, que desta dita Cidade passa para Lx.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> a Aula do Desenho José Nunes de Carv.<sup>o</sup> desta Cid.<sup>o</sup> de id.<sup>o</sup> 17 annos bom estud.<sup>o</sup> de gramatica e philosophia ensigne na pintura e principalm.<sup>te</sup> em retratar attend.<sup>o</sup> a id.<sup>o</sup> de estatura ordenr.<sup>a</sup> magro rosto comprido e branco olhos castanhos cab.<sup>o</sup> preto com m.<sup>to</sup> pouca barba.

Foi legitimado pelo Escr.<sup>am</sup> abaixo.

E para que se lhe não ponha impedimento em quanto transitar pelo dito caminho, lhe fiz expedir o presente que lhe valerá por ida som.<sup>to</sup> Dado em Vizeu aos 23 de Março de 1805. E eu Antonio Leitão de Carv.<sup>o</sup> Escrivão do Senado da Camara o subscrevi.

*Botelho.*

Reg. a fl. 66 v.<sup>o</sup>

Frequentou, depois, a *Aula Regia de Desenho de Historia e Architectura Civil*, em que teve o primeiro premio de figura, o que tudo consta deste honroso atestado :

Eleuterio Manoel de Barros Professor da Aula Regia de Desenho de Historia, e Architectura Civil nesta Corte, e Cidade de Lisboa &c.<sup>a</sup>.

Attesto, e Certifico, que Jozé Nunes de Carvalho Discipulo Ordinario desta mesma Aula, tem frequentado á dois annos com grande Applicaçãõ, e todos os quaes levou o prim.<sup>o</sup> Premio de Figura, sendo certo q. o sobred.<sup>o</sup> sempre se tem comportado sem nota alguma no seu procedim.<sup>to</sup>, e por ser verd.<sup>o</sup> passei a prez.<sup>te</sup> Lx.<sup>a</sup> 27 Outubro de 1811.

*Eleuterio Manoel de Barros.*

Em 1810 era já professor de desenho de historia, como consta deste requerimento, em que, sendo soldado dum regimento de milicias da capital, pede para ser licenciado :

Senhor

Diz Jose Nunes de Carvalho Professor de Dezenho de Historia, q. tendo praça de soldado no Regimento de Milícias de Lisboa Oriental, e

não podendo partir por se achar em mau estado de saúde, e em circumstancias q̄ taobem o impossibilitão, como he presente a V. A. R., por isso

P. a V. A. R. se digne licencíalo, athe q̄. o Sup.<sup>to</sup> possa unirse ao corpo, ou pello tempo q̄. V. A. R. for servido.

E. R. M.<sup>c</sup>.

Apezar da intervenção do Marquês de Tancos, expressa na seguinte carta, dirigida a D. Miguel Pereira Forjaz conseguiu apenas uma licença de 20 dias :

He o portador d'esta Jose Nunes de Carvalho Pintor Retratista bem conhecido de ti, e com effeito marcha o Regin.<sup>to</sup> oriental, em q̄. lhe fizerão assentar Praça; ora elle em consciencia poucos progressos pode fazer pelas Armas, não deixando de fazer alguns com o Pincel; não posso deixar de o recomendar a tua Protecção á *Portuguesa*, e seria seu procurador se cá estivesse, mas confio em ti, e sou teu

8 de 7.<sup>bro</sup>

Am.<sup>o</sup> verdade.<sup>o</sup>

*Duarte.*

Num ultimo requerimento, sem data, apresenta diversas particularidades que interessam à sua biografia :

Senhor

Diz Joze Nunes de Carvalho Professor de Pintura de Historia, e Architectura Civil q̄. ficando derogadas pellas ultimas determinacoes de Vossa Alteza Real a resp.<sup>to</sup> do recrutamento, as exenções e prevelegios concedidos as pessoas q̄. exercitão artes liberaes; esta sujeito a elle em rasão da idade, e estado de solteiro: como porem na pessoa do sup.<sup>to</sup> concorrem circumstancias, e qualidades porq. mais aproveitaria a Patria na sua profissão do q̄. nas armas; por isso ousa pôr na presença de Vossa Alteza o seguinte.

Q. o sup.<sup>to</sup> natural de Vizeu tendo mostrado desde pequeno gd.<sup>e</sup> naturalidade para a pintura foi para ella destinado applicandose quanto ali podia, e recebendo juntamente educação leteraria a fim de se illustrar como para seu fim era conveniente: o q̄. se colige do passaporte junto.

Q. veio para Lisboa em 1805 com destino para a aula de desenho aonde entrou sem perda de tempo, e em consequencia da sua g.<sup>ta</sup> applicação foi premiado no seu primeiro anno de 1806 com primeiro premio,

com destição (sic) de circumstancias não vulgar, e o mesmo no segundo de 1807 tendose o Sup.<sup>to</sup> comportado sempre sem notta como se vê da attes-tação junta daquelle tempo.

Q. o Sup.<sup>to</sup> de idade de 22 a 23 an.<sup>s</sup> esta feito das mãos dos mestres ; em estado de poder estudar por si, e de aproveitar attendendo a idade, e continuado exercicio .como he bem conhecido em gd.<sup>o</sup> parte da Corte : ao mesmo tempo q̄. o Sup.<sup>to</sup> he de pequena estatura delgado, e visivelmente debil, e falto de toda a robustez q̄. exige a vida militar : à vista do que

Pede a Vossa Alteza Real se digne excusar o Sup.<sup>to</sup> attendendo tao-bem a q̄. os artistas do pays não sobejão, principalmente neste ramo, e q̄. de huma rigorosa requisição não resultaria ao Estado mais de 3 ou 4 pes-soas que custa a apparecerem, e q̄. tem feito despesa ao Estado para se appromptarem.

E. R. M.<sup>ce</sup>

Apresentamos, agora, dois documentos relativos à passagem por Lisboa de um artista estrangeiro, Caetano Landy, do qual nada sabemos :

P.<sup>a</sup> o Dezembargador Jeronimo Francisco Lobo

Tendo sido presentes ao P. R. N. Senhor os diferentes officios de V. S. relativos ao Conde de Monte Alban; foi o mesmo Senhor Servido determinar que V. S. o faça partir para o destino que lhe foi ordenado, e tambem o seu secretario, e o Pintor Caetano Landy, na primeira Embarca-ção que se offerecer ; fazendo V. S., nas vespersas da sua sahida, aprehen-são nos Papeis que se lhes acharem, e examinando o que elles contém, de que dará parte a S. A. R. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deus guarde a V. S. Palacio do Governo em 4 de Outubro de 1811

*D. Miguel Pereira Forjaz*

S. Alteza Real a quem foi presente o officio de V. S.<sup>a</sup> em data de 18 do corrente mez, He Servido permitir que V. S.<sup>a</sup> conceda Passaporte para Boston ao Pintor Caetano Landy.

Deus guarde a V. S.<sup>a</sup> Palacio do Governo 21 de Outubro de 1811.

*D. Miguel Pereira Forjaz*

Seguem-se alguns documentos, em que se trata dum discipulo da *Aula Regia de Desenho*, Feliciano de Sousa Correia, acêrca do qual não encon-tramos outros elementos que esclareçam a sua biografia :

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Diz Feliciano de Souza Correia que elle supp.<sup>1o</sup> pelos seus progreços que fez na Aula Regia do Dezenho de Istoria, ou de figura, e Architectura sevil merceu o ser aprovado nas duas Claces como mostra pelo documento junto n.<sup>o</sup> 1 e como o supp.<sup>1o</sup> todas as suas vistas forão o ser fiel vassalo, e utel a Patria, se ofereceu voluntarim.<sup>1o</sup> no Corpo dos Enginheiros Constructores da Marinha sem vencim.<sup>1o</sup> algum de que V. Ex.<sup>a</sup> se dignou nomealo como mostra no docum.<sup>1o</sup> n.<sup>o</sup> 2 em cujo Exercicio esteve quaze 3 Annos e pronto sempre na Execução de todas as Obras de que era emcumbido, e sendo depões chamado pello Intendente geral, e Fiscal das Obras Melitares p.<sup>a</sup> ser empregado em Dezenhador da Caza do Risco das m.<sup>mas</sup> Obras como mostra no decum.<sup>1o</sup> n.<sup>o</sup> 3 aonde se acha actualm.<sup>1e</sup> exercendo o lugar proprio da sua Profição neste estado, o Ordenado que vence hé somente de hum cruzado, o que lhe não chega tanto para alimento como para a devida decencia que deve apprezentar se portanto

P. a V. Ex.<sup>a</sup> seja servido informar sef or necessario, das verdadeiras razoens que deixa manifestadas, de augmentar lhe o Ordenado nos termos que for do seu agrado, para que possa subsirtirce a apresentar-se como deve.

E. R. M. (1)

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Em observancia do Aviso que me foi expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 21 do corrente mez com o requerimento incluzo e Documentos de Feliciano de Souza Corrêa, Desenhador da Caza do Risco do Arsenal das Obras Militares cumpre-me informar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Supp.<sup>1o</sup> ainda não tem dois annos de exercicio nesta Repartição havendo sido admittido em 19 de Novembro de 1811 vencendo logo 400 rs. por dia como os mais Desenhadores que nesse tempo forão aceitos; e por tanto me parece prematura a sua pertença para que lhe seja augmentado o seu vencimento emquanto não produzir motivos que mereção ser attendidos com destença dos mais Desenhadores.

V. Ex.<sup>a</sup> porem mandar a que for servido. Arcenal Real das Obras Militares 26 de Julho de 1813. (1)

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

D. Miguel Pereira Forjaz

(1) T. m a seguinte observação a lapis : «Entregue a Porta em 4 de Agosto de 1813».

(1) Não tem assinatura por estar cortado o papel e tem a lapis a observação : «Excusado».



Estão nas mesmas condições do anterior, um tal Henrique de Souza Peixoto, que se diz discipulo ordinario da *Aula Publica de Desenho de Historia e Figura*, e outro Pedro Lourenço Antonio Nunes, que, tambem, frequentou a mesma escola, aos quais se referem os documentos que, a seguir, se reproduzem :

Senhor

Diz Henrique de Souza Peixoto, filho de Antonio de Souza Peixoto, Discipulo ordinario da Aula Publica de Desenho de Historia, ou de Figura, e Architectura Civil, que frequentando a dita Aula com louvavel procedimento, applicação, e aproveitamento, como mostra na Certidão junta dos seus respectivos Professores, sendo hum dos concurrentes no concurso do anno proximo de 1809, cujo concurso se acha ainda indeciso, e no qual o Sup.<sup>o</sup> por aquella habilitade, que consta da referida Certidão, espera como certo lhe seja conferido algum dos Premios alli estabelecidos ; que não satisfeito com tão util, e louvavel exercicio frequenta ao mesmo tempo a Academia Real da Marinha no Curso Mathematico do primeiro anno, como se vê na Attestação do respectivo Lente, tudo afim de preencher o grande desejo, que tem de servir a V. A. no Real Corpo da Marinha, em que pela sua actividade, e natural inclinação tem igualmente o Sup.<sup>o</sup> todas as esperanças de ser mui util ao Real Serviço ; por este motivo implora o dito Sup.<sup>o</sup> a Innata Piedade de V. A. R. para que seja Servido mandar-lhe sentar Praça de Sargento de Mar, e Guerra, ou de Voluntario no Real Corpo de Marinha, ficando sujeito a frequentar as Aulas da Academia, em quanto não fôr nomeado para embarque, ou outro qualquer destino, que fôr do Real Serviço de V. A. R.

P. a V. A. R. seja servido attender a tão justa supplica para lhe deferir, como implora, por seu Real Avizo.

E. R. M.<sup>ce</sup>

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Diz Pedro Lourenço Antonio Nunes filho de Henrique Joze Nunes Clarim da Casa Real que elle Supp.<sup>o</sup> ficou de menor idade por falecimento do ditto seu Pay andando nos primeiros estudos athe a idade de 14 annos despois passou por Ordem Regia para a Aula do Desenho e Architectura vai por 4 annos aonde tem afeçtivamente exercido como consta dattestação junta nos quais tem mostrado quanto dezeja dezempenhar o seu dever como podera mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> nas obras que nestes tempos tem feito ; e como

o Supp.<sup>e</sup> tem sumo dezejo de se adiantar e prosperar no que exerçita roga a V. Ex.<sup>a</sup> a Graça de numiar e darlhe exerciço na Real Obra Publica em atençaõ ao que fica exposto portanto ;

P. a V. Ex.<sup>a</sup> seja servido defferirlhe  
como supplica ;

E. R. M.<sup>ce</sup>

Germano Antonio Xavier de Magalhaens, Professor da Aula Publica do Desenho de Historia ou de Figura e Architectura Civil, pelo Principe Regente Nosso Senhor que Deos Guarde &.

Attesto e faço certo em como Pedro Lourenço entrou na sobredita Aula em 15 de Junho de 1813, e tem frequentado a mesma Aula com muita applicação, e continua a frequentar com muito bom comportamento distinguindo-se dos mais Discipulos pela sua grande actividade nos seus estudos. Lisboa 28 de Junho de 1813.

O Professor *Germano An.<sup>to</sup> X.<sup>er</sup> de Mag.<sup>es</sup>*

A um architecto encarregado da reedificação de Lisboa e das obras das aguas livres, Francisco Antonio Ferreira, se refere este requerimento, em que a sua viuua pede lhe seja concedido continuar a receber os ordenados de seu falecido marido :

Ex.<sup>mo</sup> Snr.

D. Maria Escolastica da M.<sup>e</sup> de Deus Sousa Ferreira, viuua de Francisco Ant.<sup>o</sup> Ferreira, Architecto, que foi, da Reideficacam da Cid.<sup>e</sup> e Das Obras d'Agua Liures, teue a muito especial honra de V. Ex.<sup>cia</sup> encarregar se de remetter, na Sua Saca de seus Papeis o Requerimento da Supp.<sup>te</sup> p.<sup>a</sup> a Corte do Rio de Janeiro, emediatam.<sup>to</sup> a S. A. R., em que Me pede a Graça dos Ordenados, em sua continuação, que vencia o dito seu defunto, Marido. Não tem Protecção, nem a necessita ; emquanto a de V. Ex.<sup>cia</sup> na qual unicam.<sup>te</sup> esperancia a sua felecidade da obtenção de Sua Impêtra.

V. E.<sup>cia</sup> deue persuadir-se da desgraçada indegencia, mais .mais (sic) que outra, em que com suas f.<sup>as</sup> ficou a Supp.<sup>a</sup> Viuua ; bem vendo, que seu defunto marido nem foi remunerado com algumas Tenças p.<sup>a</sup> ella, e suas f.<sup>as</sup>, nem tampouco deichou, como não podia, pela tenidade de seus ordenados alguns Bens rendozos, de que subristane (sic).

Implora pois a V. Ex.<sup>cia</sup> quera tomar em sua alta ponderação, e en comparaeis esfeitos da sua maior piedade, sempre constante, a muita justa

pertenção da Supp.<sup>16</sup>, e mesmo assim interpor sua mais enfalivel respeitavel Porteição p.<sup>a</sup> que a Supp.<sup>16</sup> desgraçada Viuua obtenha de S. A. R. aquella Graça, que no d.<sup>o</sup> Reqm.<sup>10</sup> supplica. Emtanto hauera de V. Ex.<sup>cia</sup> amaos, e sempre a mais especial M.<sup>ce</sup>

Encerramos a primeira série destes apontamentos com um documento, talvez, de 1812, relativo ao pintor, miniaturista e restaurador de quadros, José Viale, natural de Genova, discípulo de Carlos José Ratti, de quem se occupou, ha mais de um século, Cirilo Wolkmar Machado e, recentemente, o sr. Dr. Xavier da Costa no seu magnifico trabalho de síntese da história artistica de Portugal no século XVIII *As belas-artes plásticas em Portugal durante o século XVIII*.

José Viale foi pai do conhecido professor e humanista Antonio José Viale que foi professor de desenho de varias pessoas da familia real portuguesa: princesa D. Maria Teresa, e infantas D. Maria de Assunção e D. Ana de Jesus Maria e infante D. Sebastião.

Excellentissimo Sig.<sup>r</sup>

Diz Joze Viale q̄. tendo a Honra de estar ao Serviço de S. A. R. como Pintor privativo, e delegado para tudo o q̄. pertence a Repartição de Pintura e Academia nesta Corte, na forma do Decreto de 28 de Junho de 1802 q̄. estando p.<sup>a</sup> sahir d'este Porto p.<sup>a</sup> Genova huma Embarcação; e Lembrando-se o ditto Viale q̄. possa ser do agrado do Governo, receber com brevidade Pedras de primeira qualidade da mina de Massa de Carrara: o mesmo Viale não teria duvida a transferir-se em Genova para alli escolher as melhores pedras q̄. da sobredita qualidade se acharem, carregando-as immediatamente no mesmo ou em qualquer outro Navio que for mais conveniente para o pontual Despacho e Desempenho q̄. se propõe.

Aqui ficam reunidas algumas achegas para a história das belas artes em Portugal que, se o illustre director desta revisa o permitir, continuaremos em algum dos seguintes números.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA.

# AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE CASTELA E OS ESCU- DOS DE OURO DO MESMO REINADO (\*)

A numária do reinado de D. Afonso V, após as séries dos dois reinados precedentes onde a custo se distingue um ou outro motivo notável, traduz hem o alvorecer daquela época em que Portugal atingiu a sua maior opulência e que na Numismática é bem sintetizada no *Português* de D. Manuel, a moeda mais representativa do nosso poderio, em cuja legenda canta a grandeza do Portugal de então, por uma forma que o ouro de D. João V, apesar da sua abundância e do seu pretenciosismo artístico não consegue suplantiar porque na sobriedade da sua gravura e principalmente no orgulho dos seus dizeres, como em nenhuma outra, se concretizam de forma tão evocativa os feitos daquêles que firmaram e levaram o nome de Portugal, Aquém e Além Mar.

Entre as moedas dêste reinado ocupam lugar de merecido destaque, nas de ouro, os Escudos, pelo toque, pela perfeição do fabrico e pela raridade e aquelas de ouro e prata, de que no primeiro metal é apenas conhecido um exemplar e muito raras no segundo, em que D. Afonso V materialisa a ideia de um Portugal Maior, não na aceção que hoje tal designação encerra, mas sim na sua primária significação de dilatação de fronteiras, ideia que atinge todo o deslumbramento na aclamação de Plasência, alcança lances de costumado heroísmo nos campos de Toro, mas breve se desvanece com a desistência de Alcântara.

Escassa é a legislação monetária de D. Afonso V, pelo que a decifração de determinados pontos deixados em suspenso pelos numismógrafos atrahe naturalmente os estudiosos e assim, ha meses, o nosso presado e erudito consócio Snr. Dr. Batalha Reis, publicou um muito interessante e documentado trabalho sôbre a época de D. Afonso V, sob os aspectos históricos, económicos e numismáticos do qual o capítulo, Política Económica e o dos Documentos Inéditos bastariam evidentemente para firmar a personalidade

---

(\*) Comunicação feita em sessão da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses.



do seu autor, trabalho em que, sob o ponto de vista numismático, são visados dois objectivos principaes estabelecendo-se:

1.º — que todas as moedas com as armas de Portugal numa face e as de Castela na outra só podiam ter sido lavradas em Toro, lavramento de que não havia noticia e que portanto essas moedas se devem denominar Moedas de Toro.

2.º — Que a série numismática de D. Afonso V se póde dividir em 3 fases à primeira das quais pertencem os *Escudos de Ouro* e de que a última é occupada apenas pelos *Grossos* com as armas de Portugal e as de Castela e fixando cronologicamente a forma como as moedas dèste reinado se devem dispôr.

No desenvolvimento do estudo do primeiro ponto, o Snr. Dr. Batalha Reis interpreta eruditamente o que constituem e o que significam para a Numismática determinados sinais ou caracteres existentes em alguns Grossos e justifica qual deve ser a verdadeira significação a attribuir às letras que usualmente encimam em tais moedas os Escudos de Portugal e de Castela, significação diferente da até agora admitida.

No desenvolvimento do segundo ponto o illustre autor, estudando o toque da moeda, a forma do escudo e o número de castelos das armas de Portugal, fixa qual é, no seu entender, a época de lavramento dos raríssimos Escudos de ouro de D. Afonso V e estabelece uma ordem cronológica para o ordenamento das moedas do mesmo filácio.

A enumeração sucinta que acabo de fazer de uma parte do trabalho, dá, em breves palavras, nota da sua amplitude e do seu valor.

Velho numismata, o assunto interessou-me e rejubilei que um passo mais se tivesse dado nas investigações históricas e em especial dèsse reinado.

No entanto, lido e bem lido o notável estudo, não pude concordar com èle inteiramente e sendo certo que, dada a autoridade pessoal do seu illustre autor, as suas conclusões podem ser consideradas como estabelecendo doutrina no levantamento de indeterminações que envolvem os pontos principaes, consequentemente podendo condicionar a arrumação e catalogação das espécies em questão, não obstante o passo de Fr. Vicente Salgado, com que o Snr. Dr. Batalha Reis finalisa a sua obra poder ser interpretado como só podendo fazer a crítica, e digo a crítica no bom sentido, aquêles que pudessem dizer como na conhecida frase: — *«comigo, eramos sete sábios eo al-moço»* — entendi que não devia deixar de manifestar o meu modo de pensar no assunto, porquanto acima e muito acima de qualquer vaidade pessoal, que em investigação de assuntos históricos não devia existir, a ambos nos anima o desejo muito superior de que as investigações determinem conclusões quanto possível rigorosamente fundamentadas, deduzidas da consideração

de todos os elementos obtidos, da interpretação desses elementos e das várias hipóteses susceptíveis de serem encaradas, finalidade absolutamente independente de nomes e de desejos de notoriedade.

Posto isto, entrei próprioimente na matéria da minha comunicação, analisando as duas conclusões apresentadas que devem representar no estado actual, como resultado das investigações levadas a efeito, a solução de indeterminações até agora existentes, e doutrina a acatar na Numismática Portuguesa.

I — OS *GROSSOS* COM AS ARMAS DE PORTUGAL E DE CASTELA, SÓ FORAM LAVRADOS EM TORO O QUE JUSTIFICA QUE TAES NUMISMAS SE DEVAM DENOMINAR MOEDAS DE TORO.

Os fundamentos desta afirmação são concretamente:

- a) — Saber-se que D. Afonso V, *só em Toro* estivera de maneira constante, fazendo de tal praça seu quartel general para as operações de guerra.
- b) — Saber-se que um dos primeiros actos de um soberano, quando se apoderava de qualquer Estado ou, quando mesmo só *in nomine*, se julgava senhor dele, era bater moeda com essa qualidade.
- c) — Terem sido identificados determinados sinais como significativos de que as moedas que os apresentam tivessem sido cunhadas em Toro.

Se bem que, com um escrúpulo que muito o honra, o Snr. Dr. Batalha Reis, deixe consignado que Schulman já tinha identificado os sinais que determinado Grosso apresenta como sendo cabeças de touro, cabe àquele Snr. ligando eruditamente esses sinais com a heráldica local, estabelecer de forma, a meu vêr, sem sombra de dúvida que as moedas em que esses sinais aparecem, devem ter sido cunhadas em Toro e ainda que aquelas em que um outro sinal de forma imprecisa se encontra gravado devem da mesma forma ser atribuídas a essa cidade pela identificação que dêsse sinal faz com um T.

Não tinha até agora sido identificado na sua relatividade nenhum dos dois sinais, nem era suspeitado que em Toro D. Afonso V tivesse cunhado moeda, de sorte que o mérito destas duas descobertas é inegável, o mesmo pensando acêrca de outro resultado a que as investigações conduziram o Snr. Dr. Batalha Reis, qual seja o de atribuir ás letras P. L. e C, que em alguns exemplares sobrepunjam os escudos de armas, o significado, não de inicial de oficina monetária, como até aqui eram consideradas, mas sim das dois reinos representados nesses escudos.

Mas o illustre autor vai mais longe, afirmando que *só em Toro* todas as

moedas em questão podiam ter sido cunhadas, transcrevendo com a devida venia as seguintes passagens :

“convenceu-nos (o estudo feito sobre a estada de D. Afonso V em Toro) que só em Toro D. Afonso V deve ter batido moeda como Rei de Castela e Leão.” (1)

e mais adiante :

“Pois que antes da aclamação de D. Afonso V como Rei de Castela e Leão que em Plasência se efectuou a 25 de Maio de 1475 e onde esteve até primeiros dias de Junho, não é aceitável que elas se tivessem batido”. (2)

Estas duas passagens podem resumir-se no conceito de que não é aceitável de que noutra local que não em Toro, depois da aclamação, se tivessem lavrado os Grossos do tipo em questão.

Fixemos datas, servindo-nos das indicações contidas no trabalho do Snr. Dr. Batalha Reis. D. Afonso V teria resolvido entrar em Castela em Janeiro de 1475, mas só teria atravessado a fronteira em 18 de Maio, sendo a 25 aclamado em Plasência onde se demorou até princípios de Junho, pelo menos.

Seguiu depois para o Norte, demorou-se em Arevalo etc, de fórma que a entrada em Toro, dadas as distâncias, deve ter-se realisado, na melhor das hipóteses, em fins de Junho.

Isto é: desde que D. Afonso V resolveu entrar em Castela, até chegar a Toro, mediou meio ano; desde aquela resolução até á aclamação 4 mezes e deste acto, ou desde que atravessou a fronteira, o que é quasi o mesmo, até entrar em Toro mais de um mez, deslocando-se em País de que queria, ou melhor, de que se considerava já Rei.

Afirma se, como vimos, que não é aceitavel que antes da aclamação, D. Afonso V tivesse batido moeda com o novo título.

Esta afirmação está porém em contradição com o segundo fundamento apresentado, do costume de se fazer a cunhagem mesmo quando os monarcas só *in nomine* se consideravam soberanos do outro Estado, prática confirmada pela asserção (3) de os Reis Católicos terem passado a usar nas moedas, depois da aclamação de Plasência, o título de Reis de Portugal, ainda que com exclusão de gravura das quinas porque

— “talvez assim fosse por a moeda marcar a posse do lugar em que é batida” — diz o autor. (4)

(1) Pág. 36.

(2) Pág. 37.

(3) Pág. 19, nota.

(4) Idem.



o que, com a devida vénia, me parece também ser contraditado pelo facto conhecido de, por exemplo, Filipe IV ter continuado a usar as quinas nas suas moedas apóz 1640.

Não se me afigura portanto que se possa aceitar, sem reparo, a afirmação indicada.

Admitamos no entanto provisóriamente que D. Afonso V não tivesse batido moeda com o novo título antes da aclamação. Mas natural é também admitir que logo apóz esse acto e como sua consequência, a tivesse feito correr e como de Plasência a Toro medeia, pelo menos, um mez, eu sou levado a pensar que, ou D. Afonso V a poderia ter cunhado na primeira cidade, ou que a levaria já na impedimenta do seu exército.

E, quer o primitivo pensamento do Rei Africano fôsse o de se internar em Castela, como parece indicar a região por onde sahiu de Portugal, quer arrostando com todas as dificuldades de atravessamento de cursos de agua e de linhas de alturas, normalmente à sua direcção, êle fosse o de fazer uma marcha paralela à fronteira em vez de a atravessar mais ao Norte, deslocando-se dentro do seu país, marcha que pode ter como justificação o desejo de congregar forças, ou de se mostrar aos seus partidários, que motivo poderia ter levado D. Afonso V a só ter pensado em cunhar moeda em Toro que não era a capital do seu novo reino, quando é certo que políticamente lhe conviria ir afirmando essa soberania pelas terras que atravessava, e uma das formas é bem reconhecido que se realisava pela moeda?

Não vejo portanto, pelo raciocínio, na falta de documentos, que só em Toro as moedas em questão pudessem ter sido batidas.

A identificação dos indicativos de Toro em determinadas moedas dá-me a convicção, com o illustre autor, de que nessa cidade se cunharam as moedas com esse indicativo, tanto mais que é bem conhecido que as oficinas monetárias dos reinos que constituem a Espanha, costumavam empregar muitas vezes em vez de letras, indicativos tirados da heráldica local ou por qualquer forma ligados ás povoações, tais como o emprego de uma romã para Granada, de uma concha para Corunha, etc. ao contrário do que acontecia entre nós, em que o indicativo era sempre uma ou mais letras.

Dentro da raridade de todas as moedas de que me estou ocupando, as com o indicativo de Toro figuram em mínima quantidade e no maior número elas não apresentam qualquer indicativo, posta de parte a antiga significação dada ás iniciais que encimam os escudos. Concluo portanto que estas teriam sido cunhadas em Toro mas, mais nada.

A constatação do primeiro ponto permite a seguinte interrogação: por que motivo é que, se foram todas as moedas cunhadas em Toro, umas têm o indicativo dessa oficina e outras não?



A esta pergunta reconheço que se me pode objectar que também é facto conhecido que ha moedas, para o caso de D. Afonso V, sem indicação de officina monetária.

É certo, mas, exactamente por êsse motivo, também eu posso dizer, em reforço do meu raciocínio, que as moedas sem o indicativo de officina tanto podem ser de Toro, como de Lisboa, ou do Porto, officinas donde saíram moedas sem indicativo.

Em reforço porém da sua tese, da exclusividade de Toro, o illustre autor aduz os seguintes argumentos:

«pela analogia com outras em que essas marcas (cabeças de touro e letra) faltam, *certificamo-nos* de que pertencem *todas* à mesma officina monetária ... Toro. (5)

E mais adiante:

«E' esta pois (a identificação da letra) mais um argumento de alto valor para reforçar a attribuição que fazemos à cidade de Toro *de todas* as moedas de D. Afonso V que têm as armas de Castela e Leão.» (6)

Efectivamente em todos os reinados, mais ou menos, ha moedas sem indicação de officina monetária em que um certo pormenor permite também, com mais ou menos segurança, attribuir essas moedas a determinada officina.

É portanto perfeitamente justificado procurar levantar a indeterminação por esta via, e assim, o illustre autor, depois de, pela redacção, procurar forçar o convencimento, comparando todas as moedas, com ou sem indicativo da officina de Toro, diz achar-lhe analogias que lhe permitiram as afirmações feitas.

É claro, trata-se de um ponto puramente subjetivo, mas eu, comparando os diferentes exemplares, tão bem reproduzidos na obra, «*Moedas de Toro*», não consigo, em absoluto, o mesmo resultado, achando-lhes exactamente as mesmas diferenças que se acham em todas as moedas dentro da cunhagem do mesmo tipo.

Comparem-se por exemplo as reproduções n.ºs 3 e 13, reputadas *claramente análogas*, como exemplares dos tipos I e III (pág. 79).

Mas tanto esta analogia só muito subjetivamente — digamos — se pôde encontrar que, não obstante a forma incisiva pela insistência e pelo tom que transparece nas duas transcrições que me permiti fazer, o investigador fundamentalmente probo e honesto, não se pôde no entanto eximir a deixar escrito:

*«ao examinar esta série de moedas, uma cousa grandemente nos im-*

(5) Págs. 36-37.

(6) Pág. 70.

*pressiona quan'o ao seu aspecto, às técnicas diferentes que aí se revelam como resultantes por certo de serem obras de moedeiros vários, postoque os pormenores de execução de umas para outras peças de tal modo estão tratados desigualmente como, guardadas as devidas proporções, um Murillo de um Rubens» (1)*

Com as considerações expostas, cheguei ao fim da análise do primeiro ponto, sendo agora ocasião de apresentar as hipóteses diferentes que sobre o assunto julgo poder formular.

E assim, eu penso que D. Afonso V, aprestando-se com tempo para a empreza de unir Portugal e Castela, se teria premunido de todos os meios não só de assegurar pelas armas, mas também de afirmar por outra forma o seu domínio no novo estado e como, fosse qual fosse o objectivo local a atingir, ao atravessar a fronteira, uma das fórmãs de patentear essa posse era pela moeda, não julgo fora de natural poder admitir que na impedimenta do seu exército se encontrasse já moeda com o novo título para fazer correr mesmo antes que qualquer acto de legalização de domínio lho permitisse de direito, o que aliás estava dentro dos costumes da época, como o próprio Snr. Dr. Batalha Reis expõe.

As circunstâncias que obrigaram D. Afonso V a dirigir-se para o Norte, fazendo uma marcha em Castela paralela à fronteira e as que provieram da atitude de Fernando de Aragão, tê-lo-iam levado a assentar arraiais em Toro e aceitavel é também que a necessidade de dispor de mais numerário o tivesse obrigado a cunha-lo nessa cidade que temporariamente consideraria como capital do seu novo Reino, possivelmente servindo-se até de moedeiros do país que, como seria natural, teriam empregado na gravura dos cunhos u-na certa semelhança com as moedas dêle, semelhança que se verifica na fórmula de indicação da oficina monetária, cunhagem que poderia ter sido mais reduzida em quantidade o que, até certo ponto, justificaria a maior raridade das moedas desta casa. Mas não vejo demonstrado que tais moedas se devam considerar como provenientes *apenas* de Toro e como tal devam passar a dominar-se na terminologia numismática, porque, para manter aquela asserção, seria necessário provar que realmente não tinham ou não podiam *tôdas* ter sido cunhadas noutro lugar, ou à face de decumetos, ou pelo raciocínio. Ora afigura-se-me que na falta dos primeiros, o segundo não conduz a êsse resultado.

Com o devido respeito pelas opiniões alheias, nego-me portanto à con-

---

(1) — Pág. 79

cordância em que se devam designar em globo por *Moedas de Toro* todas as raras moedas a que me tenho vindo referindo.

Passo ao segundo ponto.

II — A SÉRIE NUMISMÁTICA DE D. AFONSO V PODE DIVIDIR-SE CRONOLÓGICAMENTE EM TRÊS FASES, SENDO A ÚLTIMA OCUPADA APENAS PELAS MOEDAS COM AS ARMAS DE PORTUGAL E DE CASTELA, E FIXANDO-SE O LAVRAMENTO DOS ESCUDOS DE OURO NA PRIMEIRA.

Como conseqüência de muito atentar na diversidade de tipos da série numismática de D. Afonso V, chega o ilustre autor do livro *«Moedas de Toro»* à conclusão de que as moedas dêste reinado se devem classificar em três fases.

A primeira começando em 1438, a segunda em 1457 e a terceira em 1475, compreendendo esta última só as moedas com os escudos de Portugal e Castela, concluindo com as seguintes palavras que, com a devida vênia, transcrevo: (\*)

«seguinte-se pois a ordem que estabelecemos para o agrupamento das moedas do Rei Africano, cumprida fica a primeira e fundamental regra que deve presidir á organização de um numofilácio: a rigorosa observação da cronologia.»

palavras que confirmam a afirmação pouco antes feita de que:

«o quadro que apresentamos (na Estampa IV) de evolução de forma do escudo de Portugal é simultaneamente o indicador de como se devem classificar e dispôr as moedas de D. Afonso V» (°)

De forma alguma posso concordar com esta conclusão porquanto sabendo-se que D. Afonso V só cessou de reinar em 1481, esta ordem de disposição das moedas implicaria cronologicamente a conclusão, ou pelo menos a suposição de que de 1475 a 1481 só se lavraram as moedas de Portugal como reino unido ao de Castela e Leão, quando é certo que o episódio histórico que determinou a cunhagem destas moedas terminou em 1478 sem qualquer veleidade, por parte de D. Afonso V, de continuar a supor-se rei de Castela e Leão que a justificasse, como mais tarde as quinias nas moedas espanholas de Filipe IV.

(Continúa)

RAUL DA COSTA COUVREUR

(\*) Pág. 40.

(°) Idem.

## UMA MOEDA RARA

Às revistas de arqueologia incumbe tornar conhecidos dos estudiosos os objectos raros ou notáveis que se guardam, não só nos museus, mas em colecções particulares. No primeiro caso estão as interessantes referências feitas nesta Revista pelos Ex.<sup>mos</sup> Snrs. Dr. Leite de Vasconcelos, Dr. Pedro Vitorino, Dr. Paiva Pessoa e P.<sup>o</sup> Aguiar Barreiros, a objectos existentes nos museus de Belém, do Pôrto, de Castelo-Branco e de Braga.

Quanto ao segundo caso, cabe-nos a vez de dar conhecimento da existência de um raro exemplar do ceitil que Teixeira de Aragão descreveu a páginas 250, do tomo I, sob o número 22 e reproduziu na estampa XIV, n.<sup>o</sup> 22, da sua *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal* e que D. Manuel mandara cunhar, com a legenda em caracteres árabes, para circular em Marrocos.

Se não estamos em êrro, conhecem-se apenas três dessas moedas: uma que se guarda no Museu Numismático Nacional e provém da colecção do ilustrado Rei D. Luiz; outra, que pertenceu ao Dr. J. Cumano, conforme diz Aragão; e ainda a que me refiro, em tempos oferecida cremos que por Amador de los Rios ao falecido conselheiro Luciano Cordeiro, e está hoje na posse de seu filho, o director desta Revista.

Como curiosidade, transcreve-se a nota com que o distinto arqueólogo espanhol fez acompanhar o seu valiosíssimo oferecimento:

*Moneda muy rara acuñada por el rey Manuel para circular en Tanger cuando fue tomada por los portugueses.*

Segue a decifração da legenda árabe.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA



# ALGUNS ARTISTAS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS NO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

## 2.ª SÉRIE

Continuando a publicação dos documentos do Arquivo Histórico Militar, segue-se um relativo ao pintor André Monteiro da Cruz, que, segundo o livro do nosso amigo e camarada Garcez Teixeira *A Irmandade de S. Lucas*, Lisboa 1931, entrou para esta corporação em 17 de Novembro de 1793.

Era então solteiro e morava na rua do Vale, freguezia de N. S. das Mercês, conforme se lê no mesmo livro.

Cirilo Wolkmar Machado nas escassas linhas que lhe consagra na sua *Collecção de memorias*, diz que foi discípulo de Simão Caetano Nunes e que «além de ornamentos, e quadraturas, também pinta paizagens, gados, caça, e outros objectos curiosos, com muita aceitação do Publico, e presentemente está feito Mestre das Obras Publicas.»

Raczynski acrescenta que, em 1843<sup>(1)</sup> tinha 73 anos de idade e era professor da Academia de Belas Artes, em cuja exposição, realizada naquele ano, figuraram os seus quadros o *Pôr do sol* e *Ribeiras de Trancoso*, de que se occupou Garrett no *Jornal de Belas Artes*.

Já na exposição de 1840 da mesma academia apresentara diversos trabalhos.

No Palácio da Ajuda existem pinturas suas e, como consta do documento que vai lêr-se, também trabalhou no Palácio do Conde da Ega, à Junqueira.

### III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Andre Monteiro da Cruz, Pintor d'Architectura, está exercendo o Posto de Major do 3.º Batalhão da Legião Nacional do Loreto; Requerio este a S. A. R. a sua demissão, visto este Posto ser incompatível com a pratica da sua Arte, pois está incumbido de Obras particulares; e igualmente na decoração das Pinturas nas Sallas do Palacio do Pateo do Sal-

---

(1) Neste ano regia uma aula nocturna de desenho de ornato, destinada à instrução dos officiaes fabris, conforme se lê a pág. 192 do 2.º vol. da *Revista Universal Lisbonense*.

danhia, pelo Ill.<sup>mo</sup> Intendente das Reaes Obras Publicas, e como tivesse a honrra de se imcumbir do seu requirimento, o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Marquez de Olhão o q.<sup>1</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. como seu Padrinho entregou a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> lhe deferir indo o d.<sup>o</sup> buscar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tive a honrra de falar lhe no Palacio do Governo onde obteve a honrra de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> lhe dizer q̄. lhe entregue huma memoria a qual subemisso entrego a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> E. R. M.<sup>ce</sup> (1)

O seu retrato, pintado por Gregorio Luis Rato, figurou na exposição de 1852 da Academia de Belas Artes de Lisboa.

Bartolomeu António Calisto, (2) a quem se refere o documento junto, foi, igualmente, encarregado de trabalhos no Palácio da Ajuda, por decreto de 9 de Abril de 1803, com o ordenado de 600\$000 reis.

Nasceu em Belem em 1768 e faleceu em 9 de Junho de 1821. Foi discipulo de Joaquim Manuel da Rocha na Aula Régia de Desenho e Figura ou Aula do Castelo, na qual se matriculou em 1783.

Em 21 de Fevereiro de 1788 partiu para Roma, onde foi aluno de Labruzzi no Colégio Português.

Por Agosto ou Setembro de 1796, juntamente com Vieira Portuense, deixou aquella cidade e visitou o norte de Itália e parte da Alemanha. Em Dresde separaram-se os dois artistas, partindo Calisto para Hamburgo no começo do ano de 1793. Daqui embarcou para Portugal, mas teve a má sorte de ser aprisionado pelos franceses que o conduziram a Nantes, donde, só passados três meses, conseguiu vir, por terra, á sua patria, onde chegou no fim daquele ano. Em Mafra ha, tambem produções suas.

Senhor

Diz Bartholomeu Antonio Calisto Pintor da Caza Real, e Obra do Palacio da Ajuda, que a elle Sup.<sup>e</sup> lhe foi conferido o Posto de Capp.<sup>m</sup> da 4.<sup>a</sup> Comp.<sup>a</sup> do 1.<sup>o</sup> Batalhão da Legião Nacional do Destrito d'Ajuda, que o encheria de muita honra a pode-lo servir; mas elle tem a representar que se acha na incompatibilid.<sup>c</sup> de poder exercer o d.<sup>o</sup> Posto, e ser util militarm.<sup>1o</sup> no Serviço da Patria, em razão de estar encarregado da pintura de Quadros concernentes aos gloriosos triumphos das Armas Portuguesas neste Reino, que lhe não deixão tempo vago para o dedicar a outro Serviço, ja pela brevid.<sup>o</sup> que delles se exige, ja pelo seu alto assumpto, que precisa da mais seria applicação e estudo.

A attestação que junta do Viconde de Santarem seu Inspector mostra

---

(1) Tem á margem o seguinte despacho: «Ao Gen.<sup>al</sup> p.<sup>a</sup> q̄. lhe defira como for justo»

(2) Estas notas biográficas são extraídas do referido livro do nosso amigo o sr. Dr. Xavier da Costa, que aumentou as que vêm no livro de Wolkmar Machado.

bem que não he ficticia a impossibilid.<sup>o</sup> que o Sup.<sup>e</sup> allega, e assas se manifesta que de tão heroico Objecto não deve largar mão hum só momento, até o seu . . . . . ; e tanto que por igual . . . . .

. . . . . ; e tanto que por igual . . . . .  
(1)  
junta, seja Servido Mandar eximir o Sup.<sup>e</sup> dum Serviço, que viria a fazer inuteis todos os desejos que elle tem de desempenhar com merito a sua arte, e a atrazar o que lhe está encarregado pelo seu Inspector, e a fim de que não tenha hum exito inverso, espera o Sup.<sup>o</sup> que V. A. R. haja de Mandar Expedir pela Secretaria competente as Ordens necessarias ao G.<sup>nal</sup> da Extremadura para (que) fique de nenhum effeito a nomeação do referido Posto, e haja de passsr as mais Ordens ao ditto fim.

Apoz a sua morte sua viuva Angélica Rosa Calisto, veiu pedir uma pensão, o que lhe foi indeferido, como consta do seguinte officio que se acha no *Diario das Côrtes*, de 1821, a pag. 1649: «Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor. Passando ás mãos de V. Excellencia o requerimento incluso de Angelica Rosa Calisto, viuva do pintor da Camara Bartholomeu Antonio Calisto, com a informação do Inspector da obra do Real Palacio d'Ajuda, pedindo ser contemplada com alguma pensão, a exemplo de outras viuvias em iguaes circumstancias, tenho a honra de participar a V. Excellencia, que S. Magestade julgou não dever annuir a esta supplica; 1.<sup>o</sup> pela falta de direito; 2.<sup>o</sup> pelo máu exemplo; 3.<sup>o</sup> porque os exemplos preteritos não devem reger; e muito lucrarão os que estão de posse de pensões em obter a confirmação dellas. Devendo porém este requerimento, e a sua decisão servir de regra, que haja de regular para o futuro; rogo a V. Excellencia queira ter a bondade de o levar ao conhecimento do Augusto Congresso, para decedir como julgar justo, e conveniente. Deus g. a V. Exc. Palacio de Queluz, em 23 de Julho de 1821. Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor José Joaquim Ferreira de Moura.

*Francisco Duarte Coelho*

O documento que, a seguir, se reproduz é mais um belo especime caligráfico do celebre Domingos dos Santos de Moraes Sarmento, de quem nos occupamos nos *Subsidios para um dicionário bio-bibliográfico dos caligrafos portugueses*, Lisboa 1923. (2)

(1) Palavras comidas pela humidade.

(2) Aos trabalhos que ali indicámos sobre este caligrafo acresce este, publicado posteriormente: *O caligrafe Domingos dos Santos Moraes Sarmento*, por Alberto Navarro, possuidor de varias das suas produções, inserto no vol. I do *Arquivo Nacional de ex-libris*.

Nasceu na Aldeia Nova das Donas, termo da vila de Fundão em 1766 e faleceu no Limoeiro em 1814.

A sua rara habilidade caligráfica foi a sua desgraça. Tendo imitado as apólices do Erário Régio foi condenado á morte, porém, por graça de D. João VI, obteve a substituição desta pena pela de prisão perpétua.

Os seus trabalhos foram elogiados pelo Cardeal Saraiva e por Balbi.

### III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. D. Miguel Pereira Forjaz

Além das graças, q̄. por Mãos do meu Amavel e Virtuoso Bemfeitor, o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Salter, já rendi a S. A. Real, pelos Grandísimos Benefícios de me tirar do sordido Segredo, em q̄. tantas afflições padeci, para o quarto, q̄. antes occupava; e Ordenar, se me pagasse quanto se me devia; e eu devo dar particularm.<sup>10</sup> a V. Excellencia os mais vivos agradecimentos pela muita louvavel charidade, com q̄. concorreo para ser modificada minha incomparavel tortura: E teria ha mais tempo satisfeito a este sagrado dever, se a minha arruinada saude mo houvera promettido.

Vou portanto ajoelhar na Respeitavel Presença de V. E., e beijar-lhe as Mãos Bemfazejas por tanta Piedade, q̄. comigo practica; e certifica-lo q̄. sempre lembrado de tão Grandes Benefícios, sempre animado da mais pura gratidão, serei sempre assiduo em dirigir ao Ente Supremo ardentés supplicas pela Preciosa Vida, e Saude de V. E.; estas supplicas são mui justas; ellas serão despachadas, não por meritos meus, mas porq̄. as muitas Virtudes de V. Ex. exigem da Mão Divina huma recompensa mes no já nesta vida, e huma Coroa d'Immortal, e Celeste Gloria na outra. Feliz o Reino, onde a Virtude se acha ainda habitando em tão Nobres Corações, como o de V. E., e dos outros Ex.<sup>mos</sup> Senhores Regentes da Monarchia! Feliz o Principe com taes Representantes de Sua Angustia Soberauiá, e Real Pessoa! Feliz a Nação, q̄. chega a ser regida pela Virtude mesma! E feliz eu, q̄. na minha infelicidade pude merecer, pelo meu Amor a S. A. Real, e á minha afflicta Patria, a dita, e fortuna de tão Altas Protecções!

Porém a minha alegria, Ex.<sup>mo</sup> Senhor, ainda he incompleta. Sahi do Segredo sem real. Estou doente, e não tenho a q̄. me tornar. O d.<sup>o</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. Salter, a quem tenho por 3 vezes recorrido, de ambas me remette p.<sup>a</sup> V. S., q̄. hade expedir a Ordem, para o III.<sup>mo</sup> Des.<sup>or</sup> Jeronimo Francisco Lobo me cobrar as mezadas. Assim supplico a V. E. me socorra na necessidade extrema, em q̄. estou, e minha infeliz Familia.

V. E., pelo Santissimo Nome de Deos, não permita, q̄. aos diferentes extraordinarios tormentos, q̄. da minha vida tem composto huma série de desditas, e não interromptidas afflições, tenha eu de passar tãbem pelos hor-



rores da fome, q̄. estou proximo a experimentar. Seria essa a única pedra, q̄. ainda me faltava engastar se corôa do doloroso martyrio, em q̄. ha 10 annos estou penando! Mas q̄. não devo eu esperar das Insignas Virtudes Nobreza, e Compaixão de V. E.

Aos Pés de V. E. cheio de respeito e veneração ajoelho,  
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor,

de Vossa Excelencia  
Muito afflictivo, e obrigadissimo Criado  
*Domingos dos Santos Moraes Sarmiento*

A 12 de Maio de 1809 (!)

De 11 de Setembro de 1805 ha, no A. H. M. uma relação da despeza feita com o preso de estado Domingos dos Santos Moraes Sarmiento, da qual consta que se dispendeu com êle a importância de 1.205 reis, assim distribuidos : 605 reis, de azeite para a luz, 1 canada e meio quartilho, durante 13 dias e 600 reis de medicamentos de botica.

A José Valentim de Freitas se referem sete documentos que nos vieram às mãos no Arquivo Histórico Militar.

Deles se tiram algumas notas biográficas deste artista, que não vemos mencionado em qualquer livro ou artigo.

Foi discípulo de desenho e arquitectura na Aula Régia do Castelo. Foi, em 1812, admitido como desenhador na Casa do Risco do Arsenal Real das Obras Militares e ali reingressou em 1830.

Eis os referidos documentos :

Duarte Jozé Fava Cavaleiro Professo na Ordem de São Bento de Aviz Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros Intendente Geral, e Fiscal das Obras Militares, Publicas, Inspector dos Quarteis da Corte e Reino Encarregado da Reedificação do Plano da Cidade de Lisboa pelo Principe Regente Nosso Senhor que Deos guarde &.<sup>3</sup> Atesto que tenho feito escolha de Jozé Valentim de Freitas Sargento do Batalhão de Artilheiros Nacionaes de Lisboa Oriental para ser um dos Desenhadores da Caza do Risco do Arsenal Real das Obras Militares, logo que se mostre desembaraçado de outro qualquer serviço, e para constar, onde lhe convenha mandei passar a prezente, a qual fiz sellar, e assignei, Lisboa trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos e doze.

*Duarte Jozè Fava*

---

(!) Na margem tem estas observações : «Ja se expedio ordem mas repitasse. Expedirão-se Avizos á Thesouraria na data de 24 de Abril, e ao D.<sup>o</sup> Jeronimo Fran.<sup>o</sup> Lobo, na de 14 de Maio.»

Senhor

Dis Jose Valentim de Freitas primr.<sup>o</sup> Sargento da primr.<sup>a</sup> Comp.<sup>a</sup> do Batalhão de Artilheiros Nacionaes de Lx.<sup>a</sup> Oriental, q̄. tendo estudado Desenho, e Architectura na Real Aula do Castelo de S. Jorge, thé á inzazão dos Francezes, sendo estes expulsos se applicou ao Exercício de Artelharia, em huma das Legions Nacionaes q̄. se criarão p.<sup>a</sup> a Defeza desta Cidade, e depois no d.<sup>o</sup> Bat.<sup>am</sup> onde o Sup.<sup>e</sup> como bom Patriota, se propôs a Defeza da Patria; e porq. pertende continuar o mesmo Dezenho, e Architectura na Caza do Risco do Arcenal Real das Obras Mellitares em q̄. se achá p.<sup>a</sup> o d.<sup>o</sup> fim asseito, como mostra pelo Docum.<sup>to</sup> junto, obstando-lhe o estar occupado no sobred.<sup>o</sup> Bat.<sup>am</sup> motivo porq. o Sup.<sup>e</sup> Recorre a V. A. R. p.<sup>a</sup> lhe fazer a graça de o excuzar do serviço do Batalhão, p.<sup>a</sup> ser empregado na d.<sup>a</sup> sua Arte em q̄. sempre se occupou, e portanto

P. a V. A. R. se sirva deferir-lhe como supplica

E. R. M.<sup>e</sup>

Em 5 de Fevr.<sup>o</sup> de 1812

*Joze Valentim de Freitas*

Senhor

Tenho a honra de pôr na Prez.<sup>a</sup> de V. A. R. o Requerim.<sup>to</sup> do Supp.<sup>e</sup> e o Documento da escolha que d'elle há feito para o desenho da Caza do Risco o Then.<sup>to</sup> Coronel do Real Corpo d'Engenhr.<sup>os</sup> Duarte Joze Fava, para á vista de tudo V. A. R. se digna Determinar o q̄. for servido, e haver a sua devida execução.

Quartel no Conv.<sup>to</sup> da Boa Hora em Lisboa aos 4 d'Abril de 1812.

*João da S.<sup>a</sup> Braga*

Then.<sup>to</sup> C. Comd.<sup>to</sup> (\*)

El Rey Nosso Senhor Manda remetter a V. S.<sup>a</sup>, para informar, o requerimento incluso de Joze Valentim de Freitas, em que pede ser admittido na caza do risco do Arsenal Real das Obras Militares.

Deus guarde V. S.<sup>a</sup> Paço de Queluz em 7 de Abril de 1830.

*Conde de S. Lourenço*

S.<sup>r</sup> Francisco António Raposo

---

(\*) Observação á margem : «S.<sup>r</sup> Cruz (?). Deselhe p.' ora alguma licença»

Senhor

Diz Joze Valentim de Freitas, que tendo-se elle dedicado desde os seus primeiros annos ao estudo do Dezenho, e Pintura, como prova pelo documento junto, foi o exercicio da Arte do Dezenho por algum tempo a sua profissão, até que achando o supp.<sup>o</sup> q̄. a applicação do Dezenho ás Artes fabricis lhe offerencia grandes vantagens, o supp.<sup>o</sup> estabeleceu uma Fabrica de Bejutaria, de q̄. subsistia decentemente; mas a total ruina a que o seu estabelecimento se reduziu faz com que o supp.<sup>o</sup> não achando outro meio senão o de implorar o Auxilio de V. Mag.<sup>o</sup> se prostre aos Pés de V. Mag.<sup>o</sup> a supplicar-lhe a graça de o mandar admittir na Caza do Risco do Arsenal R. das O. Militares, para assim o supp.<sup>o</sup> remediar a indigencia em que se acha por tanto

P. a V. Mag. se digne conceder ao supp.<sup>o</sup> a referida graça, que requer

E. R. M.

*Joze Valentim de Freitas*

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Cumprindo o Avizo que pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra me foi dirigido em data de 7 do corrente com o requerimento incluzo de Joze Valentim de Freitas, tenho a honra de informar a V. Ex.<sup>a</sup> para chegar ao conhecimento d'El Rey Nosso Senhor que não he desconveniente seja admittido o Suplicante a desenhador deste Arsenal pois que tenho observado o seu prestimo nas Obras por elle executadas as quaes me apresentou.

Sua Magestade porem Mandará o que for Servido.

Arsenal Real das Obras Militares 26 de Abril de 1830.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Conde de S. Lourenço (!)

El Rey Nosso Senhor, Deferindo ao requerimento de Joze Valentim de Freitas, sobre que V. S.<sup>a</sup> informou em 26 de Abril proximo passado, Hé Servido, que V. S.<sup>a</sup> mande admittir o Supp.<sup>o</sup> a Dezenhador n'esse Arsenal Real das Obras Militares.

D.<sup>a</sup> G.<sup>o</sup> a V. S.<sup>a</sup> Palacio de Queluz, em 13 de Maio de 1830

*Conde de S. Lourenço*

Snr. Francisco António Raposo

(!) Minuta sem assinatura.

Arcângelo Fuschini (1) a quem se refere os documentos adiante reproduzidos, nasceu em Lisboa em 1771 e foi baptizado na igreja do Loreto. Era filho duma veneziana e do pintor Fernando Fuschini, natural de Faenza.

Foi aluno da Aula Régia de Desenho e Figura, onde se matriculou em 12 de Outubro de 1784, tendo ali sido discípulo de Joaquim Manuel da Rocha. Em 1788 foi para Roma onde foi discípulo de Labruzzi no Colégio Português. Depois da invasão dos francezes recolheu à sua pátria e, por decreto de Abril de 1803, foi nomeado para as obras do Palácio da Ajuda com o ordenado de 1.000\$000 reis. Foi professor de desenho do Infante D. Pedro Carlos e teve o hábito de Cristo em 1805. Em 1833 foi demittido de pintor régio. Faleceu em 4 de Abril de 1834.

Senhor

Diz Archangelo Fusquini Mestre de Pintura do Ser.<sup>mo</sup> Snr.<sup>e</sup> Infante D. Pedro Carlos, e Pintor de Historia empregado no Real Palacio novo d'Ajuda, que tendo sido nomeado pelo Gen.<sup>al</sup> da Prov.<sup>ca</sup> para Capp.<sup>am</sup> da 8.<sup>a</sup> Comp.<sup>a</sup> do 2.<sup>o</sup> Batalhão da Legião Nacional de Bellem, elle se julga impossibilitado de poder desempenhar o ditto exercicio por se achar actualmente occupado em fazer diversas obras grandes para V. A. R. como he noctorio e constante, cujas requerem toda a attenção, e disvello do supp.<sup>e</sup> para o completo dezempenho dellas: motivo porq̃.

P. a V. A. R. haja por bem o mandar q̃. o supp.<sup>e</sup> seja escuzo da nomeação de capitao assima referida vistas as circumstancias, q̃. expõe

*Archangelo Fusquini*

E. R. M.<sup>co</sup>

Para D. Antonio Soares de Noronha

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup>

O Principe Regente Nosso Senhor Manda remetter a V. Ex.<sup>a</sup> a Petição incluza de Archangelo Fusquini, para que V. Ex.<sup>a</sup> lhe defira como for de Justiça.

Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo em 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1811.

*D. Miguel Pereira Forjaz*

---

(1) Aplica-se-lhe a mesma observação que fizemos quando tratamos da biografia do pintor Bartolomeu Antonio Calixto.



Na *Gazeta de Lisboa*, n.º 109 de 10 de Maio de 1830, encontramos a seguinte curiosa notícia: «El Rei Nosso Senhor, em Audiência de 29 de Abril, houve por bem conceder a Archangelo Fosquini, pintor da Sua Real Camara a Graça de poderem usar a Medalha de ouro com a Sua Real Effigie, sua mulher, filhos, e filhas, pelo que tornou a beijar a Augusta e bem-fazeja Mão de Sua Magestade», na qual se patenteia o seu affecto á pessoa de D. Miguel.

Fuschini, conforme diversos documentos que, por serem extensos, não se reproduzem nestas notas, mas que serão publicados no 5.º volume do *Boletim* do Arquivo Histórico Militar, foi, durante três anos, professor de desenho da celebre condessa da Ega e de seus filhos e, em atenção a não ter recebido qualquer ordenado por este cargo e a estar casado com uma aia e afilhada dos condes da Ega, foi-lhes dada, como dote, por estes a propriedade de casas, sita na rua do Gestal n.ºs 12 e 13, para nela habitarem enquanto fossem vivos.

Ultimamente encontramos, no Arquivo Histórico Militar, alguns documentos relativos ao gravador José Lúcio da Costa que, com todos os mais referentes aos outros gravadores que já mencionamos na 1.ª série destes apontamentos, serão utilizados pelo nosso amigo o sr. Ernesto Soares no seu importante trabalho sobre a *História da gravura em Portugal*.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

# AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE CASTELA E OS ESCU- DOS DE OURO DO MESMO REINADO

(Continuação da pág. 95)

Em meu modesto entender, se apparecesse algum outro Escudo, além do de Paris, com as armas de Portugal e de Castela, êle deveria ser incluído no numofilácio juntamente com os Cruzados que teriam começado a cunhar-se em 1457, possivelmente a seguir a êles, se se admitir que cessada a causa que tinha determinado a cunhagem de moeda com liga mais elevada se teria voltado ao toque anterior, como juntamente com os Grossos só com as armas de Portugal eu continuarei deixando na minha colecção os que apresentam a dualidade dos escudos.

E' esta a minha opinião sôbre a primeira parte da proposição.

Passarei agora à segunda.

Na comunicação que apresentei na Comissão de Numismática em Junho de 1933 e a que allude o Snr. Dr. Batalha Reis a páginas 62 Nota, baseando-me em observações que fazia sôbre a evolução do número de castelos e da forma do escudo nas moedas, considerações que me honro sirvam também de fundamento a esta parte do trabalho do autor, aventava eu a hipótese de que os Escudos de ouro tivessem sido lavrados em época não só anterior mas também posterior à da cunhagem dos Cruzados, porquanto notava que dos cinco Escudos de ouro cuja existência eu conheço, dois, pelo menos, tinham só 4 castelos, o que em harmonia com êsse estudo, me levava a inclinar para a hipótese indicada acêrca do lavramento de taes moedas.

O facto de eu saber que além do exemplar de colecção real desenhado em Aragão, das gravuras da História Genealógica da Casa Real e das Memórias de Lopes Fernandes, todos com 4 castelos havia ainda um exemplar no Museu de Copenhague que, segundo as informações que sôbre êle tinha, também teria 4 castelos, levaram-me a considerar a hipótese, baseando-me nas conclusões do estudo a que alludi, de que seria de supor que, tendo estas moedas começado a ser cunhadas no começo do reinado, mas que, tendo cessado as causas que tinham levado à cunhagem dos Cruzados com toque mais elevado, a exemplo do que teria acontecido com a prata, se teria voltado á cunhagem dos Escudos de toque mais reduzido que aqueles, con-

cluindo eu por aventar a hipótese de terem tais moedas sido lavradas no começo e no fim do reinado.

O Snr. Dr. Batalha Reis contesta a minha conclusão e fixa no começo do reinado, anteriormente aos Cruzados, a época de cunhagem destes Escudos, tendo em atenção as circunstâncias que eu já tinha considerado do número de castelos e forma do escudo dizendo que eu tinha sido induzido em erro ao admitir que o exemplar de Aragão tinha 4 castelos quando realmente esse exemplar que hoje, como componente da antiga coleção real, está no Museu Numismático Nacional tem realmente 6 castelos e verificando assim que a gravura de Aragão está errada, generaliza, afirmando que as de Lopes Fernandes e da História Genealógica também o estão.

Como eu penso que todas as afirmações devem ser bem pesadas, não me dei logo bem por convencido porque, primeiro não se pode assegurar, afigura-se-me, que as gravuras de Lopes Fernandes e da História Genealógica sejam copiadas do exemplar da coleção real, segundo porque o texto de Lopes Fernandes não deixa perceber bem se a gravura que apresenta quere ser cópia da História Genealógica se de qualquer exemplar seu dizendo «este exemplar apresenta o defeito das quinas pendentes como se acha na História Genealógica» e finalmente porque sabia que o exemplar de Copenhague tinha 4 castelos.

Tendo no ano passado, ao visitar o Museu de Copenhague, tido ocasião de examinar este último exemplar, obtive a confirmação de que elle tem 4 castelos, mas ainda verifiquei que não só o escudo apresenta uma forma característica que poderá aproximar-se da do fim do reinado, no arredondamento da parte inferior, mas tambem que se dá nelle o facto muito curioso que desconhecia de, como nas duas gravuras citadas, apresentar as quinas pendentes.

Quere dizer: existe o tipo desenhado por D. António Caetano de Sousa e por Lopes Fernandes, apresentando a seguinte legenda:

DOMINUS. ALF. REGIS. PORTUGAL  
ADIUTOR. ET. PROTECTOR. MEUS. DEUS.

O problema da determinação da data do lavramento de tais moedas complica-se portanto com o facto insólito, não somente para os numismatas, de as quinas se apresentarem pendentes em moeda do tempo de D. Afonso V. E de duas uma: ou realmente existiram já antes de 1485 ou de 1483, como cita o Snr. Dr. Batalha Reis, armas com quinas pendentes ou projecto de assim as tornar e então a moeda pode ser autêntica e esta moeda seria a representada nas gravuras já citadas, ou realmente as gravu-

ras estão erradas e esta moeda é falsa, podendo ainda dar-se o caso de as gravuras conhecidas serem cópias de exemplares não autênticos também.

O facto conhecido de o corregimento das armas se ter dado em 1485 reinando D. João II, e a documentação transcrita pelo Snr. Dr. Batalha Reis, incluindo a nota sobre a tapeçaria revelado pelo Snr. Conde de Tovar, podem fazer recuar a data de emprêgo das quinas pendentes a 1483 no máximo e portanto por estas considerações a moeda deve ser considerada apócrifa, tanto mais que a forma do escudo não é a da época precisamente, no entanto eu julgo que uma sentença desta ordem deve ser dada pesando-se bem todas as agravantes e atenuantes, isto é, mediante profundo exame.

Se é certo que a indústria da falsificação de moedas quer com aquele fim que sempre foi considerado altamente criminoso, de prejuizo público, quer com o fim, também criminoso mas de efeitos mais limitados, de enganar coleccionadores não é nova, D. António Caetano de Sousa e Aragão citam vários casos, são bem conhecidos os cunhos de Becker na numismática visigótica etc. e se não é menos para ponderar que realmente o Museu de Copenhague possui no seu monetário várias dessas falsificações, indicadas como tal, o que é também certo é que na numismática portuguesa as falsificações ou apresentam tipos desconhecidos, a que se não refere a legislação monetária, pela gravura, como nas citadas por Aragão a propósito de D. Pedro I, D. Deniz, D. António etc. ou, mantendo a gravura usual, diferem no entanto, nas dimensões, das peças que correspondem ao que essa legislação determinava, como os exemplares de prata que aquele último autor cita de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, que pertenceram ao falecido coleccionador Júdice dos Santos e estão hoje na minha coleção, etc.

Ora a moeda de Copenhague reproduz no *metal*, *dimensões* e *gravura* um tipo que existiu, e se é certo que, à semelhança das gravuras da História Genealógica e das Memórias de Lopes Fernandes, ela tem as quinas pendentes; o que também é certo é que, dado o escrúpulo havido neste pormenor da reprodução, o falsificador não deveria ter descurado nem a legenda, e esta no Anverso nem é igual à das gravuras citadas nem à de Aragão, empregando as flexões MEUS, DEUS e REGIS, diferentes das que são empregadas nas gravuras referidas, nem também a forma do escudo que é diferente dos conhecidos.

O facto de as quinas laterais serem pendentes é realmente desconcertante para a hipótese de a moeda ser considerada a autêntica, o que eu estou longe de afirmar, mas as observações que fiz sobre a incerteza de que a gravura de Lopes Fernandes não seja a cópia de um exemplar, porquanto este autor, que não desconhecia a alteração no escudo ordenada por



D. João II, apenas chama *defeito* ao facto de as quas se encontrarem de tal forma na moeda em questão *não alterando a gravura*, não me permitem sair do estado de dúvida nem em favor da afirmação do Snr. Dr. Batalha Reis, atribuindo os Escudos ao começo do reinado, nem da minha hipótese de que elles também pudessem pertencer ao seu fim, suposição a que o facto das quas pendentes do exemplar de Copenhague poderia ainda dar uns vislumbres de confirmação, que no entanto estão longe do meu espirito.

E assim eu julgo em referência à segunda e última parte desta segunda conclusão do trabalho do Snr. Dr. Batalha Reis que, no que diz respeito à época do lavramento dos Escudos de Ouro se não disse ainda a última palavra, não considerando portanto nem indiscutivelmente provada a afirmação do Snr. Dr. Batalha Reis, de que tais moedas só tivessem sido cunhadas no começo do reinado, nem a minha hipótese, afigurando-se-me mais em harmonia com as características das conclusões scientificas limitar-me a dizer que o assunto se não apresenta ao meu espirito, ainda como convenientemente esclarecido, confessando como V. Ex.<sup>as</sup> verificam, desta sorte a minha ignorância, mas também sem de forma alguma pretender fazer valer quaisquer argumentos em favor da minha anterior opinião.

Ao finalizar estas notas, eu desejo acentuar bem que as considerações que apresentei não devem de forma alguma ser tomadas como visando qualquer propósito puramente destrutivo e muito menos depreciativo das conclusões do proficiente trabalho a que nelas me refiro, devendo apenas ser consideradas como filhas daquele modo de formação do meu espirito que na comunicação que fiz na Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos e a que se alude na nota da página 62 do livro «Moedas de Toro» se define nas palavras seguintes com que a finalizava :

«diremos que habituados por educação e por profissão às demonstrações precisas em que as bases são os axiomas e os teoremas, não nos apaixonamos, como é muito de uso em assuntos de História, pelas nossas hipóteses e que de bom grado aceitaremos conclusões diferentes que em bases mais sólidas se firmem, ou que com a autoridade que no assunto nos falta sejam apresentadas».

E assim as considerações que apresentei encontram justificação não só porque novos estudos se apresentaram, mas principalmente porque a última das condições indicadas nas palavras cuja transcrição acabo de fazer, tão brilhantemente se realizam na pessoa do ilustre autor do livro «*Moedas de Toro*».

Lisboa, Março de 1935

RAUL DA COSTA COUVREUR

## ESTELA FUNERÁRIA DE ALENQUER

Num arroteamento de terras, no lugar denominado das Paredes, ao sul de Alenquer e nos subúrbios desta vila, apareceram no verão de 1934 fragmentos de cerâmica grosseira, aparentemente romana. Um dos sinatários da presente nota (H. C.) visitou imediatamente o local, vendo confirmadas plenamente as suas suspeitas com a descoberta de uma necrópole romana de incineração. As sepulturas (mais de dez) não apresentavam revestimento algum, e apenas se distinguiam pelos restos de ossos calcinados, cinzas etc. que continham. Entre o espólio, encontraram-se quatro lucernas, uma campainha de bronze, uma moeda também de bronze mas muitogasta, e sobretudo um grande vaso de barro em forma de *dolium* contendo à mistura com cinzas e ossos humanos calcinados um vaso e prato de *terra sigillata*, dois vasos ou taças de vidro, uma elegante taça de barro com figuras mitológicas vários unguentários e fragmentos de objectos de bronze.

A superfície explorada é relativamente pequena, mas algumas sondagens praticadas nas proximidades fazem supor que o cemitério será ainda maior.

A 1<sup>m</sup>,80 de profundidade, deitada em posição horizontal, jazia a estela funerária, de que nos ocupamos no presente trabalho, e cuja fotografia reproduzimos.

Serviu esta pedra certamente de cabeceira duma tríplice sepultura, e a sua posição primitiva era a vertical. Nota-se isso perfeitamente na sua parte inferior, parte da qual se encontrou já fragmentada. Feita de grés brando da região, apresenta na sua singeleza uma certa elegância que contrasta com a brevidade da epígrafe. A sua configuração não é inédita na arquitectura funerária. A parte superior apresenta a forma dum arco, tendo gravadas cinco arcaturas concêntricas, com ornamentação à maneira de corda na do meio. A epígrafe propriamente dita ocupa três faxas abertas em toda a largura da pedra, na sua metade superior, que respeitam contudo o filete gravado em ambos os lados da parte central da estela.

O espaço inferior à inscrição é preenchido por uma curiosa gravura cruciforme (cruz latina, sem cabeça), elaborada com notável esmero. Os braços laterais da cruz repetiam-se certamente na base da figura, a julgar pelo traço que ainda se nota, em baixo, à direita.

Sem ter em conta os fragmentos da metade inferior que não aparecem na gravura mede a estela 1<sup>m</sup>,85 na sua altura, e 0<sup>m</sup>,82 de largura. A parte que primitivamente estaria soterrada, jazia completamente despedaçada.

As letras estão bem gravadas, e a sua configuração denota ainda um certo arcaísmo.

Na primeira linha, o G com traço inferior indica bem claramente que é um G e não um C. A Parte curva do P de *Capito* não fecha de todo. É o P derivado da forma arcaica Γ, bastante comum nas inscrições do império. No S notamos também a circunstância da igualdade dos dois anéis ou curvas, próprias das boas inscrições.

O traço central do E, em *Maela* e *Longinie*, na segunda linha, é do mesmo tamanho que o dos outros dois, o que indica para a epígrafe uma data de bom século. O M de *Maela* tem ainda os caracteres clássicos das letras lapidares: as duas hastes laterais não descem verticalmente, e o vértice do ângulo central toca a linha. Há a notar nesta palavra as duas letras geminadas M e A.

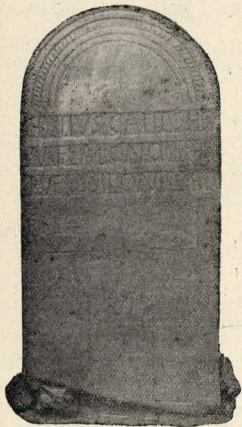
A forma do L, com a haste horizontal medindo quasi metade da vertical, é ainda dos primeiros séculos. Só a partir do século II é que diminui de tal modo, que muitas vezes dificilmente se distingue um L dum I. O E final de *Longinie* é claramente um E, em vista do traço horizontal da base, embora de tamanho um pouco menor que o dos outros dois.

A largura do N é ainda uma reminiscência do N antigo, em que a largura quasi igualava a altura.

O O que aparece em todas as três linhas da epígrafe tende, principalmente na segunda, para a forma circular da época imperial mais arcaica.

Todas as palavras estão separadas por pontos bem visíveis.

A indicação da primeira pessoa a que se refere a inscrição aparece completa, isto é, com o seu *praenomen* (Gaius), o *nomen* (Julius) e o *cognomen* (Capito). O *praenomen* Gaius vê-se com certa freqüência na Península, por ex. em Aviz (Hübner, «Corpus Inscriptionum Latinarum», II, 46). Talvez mais comum ainda seja a associação do prenome Gaio com o nome





Júlio. Assim por ex. vamos encontrar um Gaius Julius, da tribo Galéria, numa inscrição de Montemor (C. I. L., II, 123), outro em Coimbra (ibid., 378), um terceiro em Mérida (ibid., 490), e até numa lucerna hoje guardada na Biblioteca Nacional de Madrid (ibid. 4969 — 1).

Não menos comum é o cognome Capito. Vemo-lo, por ex., numa inscrição de S. Miguel de Odrinhas (C. I. L., II, 312), e noutras de Aramenha (ibid., 159), de Cáceres (716), de Osmá (2828) etc. Às vezes aparece Kapito com K, como por ex. numa lâmina de chumbo, procedente de Córdova (C. I. L., II, 2242). Em Salamanca descobriu-se uma lápide funerária, dedicada a Lúcio Júlio Capitão (*Lucio Julio Capitoni*), por sua irmã Julia Rusticilla (ibid., 870).

A segunda linha da epígrafe começa logo pelo *cognomen*, porque as mulheres não usavam *praenomen*. Maela não é um cognome desconhecido na região. No Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses está exposta uma lápide funerária, dedicada a Quinto Cecílio Rufo, da tribo Galéria, por sua mãe Antístia Maela. É interessante a coincidência de aparecerem na mesma epígrafe os cognomes Maela e Rufo, como na nossa de Alenquer. Mas mais interessante é a procedência que lhe atribuem os distintos epígrafistas que a publicaram <sup>(1)</sup>: foi encontrada em Lisboa, em 1924, numa parede do antigo palácio dos Condes de Cocolim, junto ao Arco de Jesus. Ora, os Condes de Cocolim tiveram propriedades em Alenquer. Teria vindo de lá a lápide do Museu do Carmo?

Longínia é mais raro. Há uma Longínia, filha de Longino, numa inscrição procedente de S. Salvador (Baños, Galiza) (C. I. L., II, 2534). A maneira sucinta como é apresentado o nome desta mulher na nossa epígrafe, denota que teria sido possivelmente uma escrava. Os escravos, segundo Cagnat, não usavam senão um só nome, fazendo-o seguir do nome ou cognome do seu senhor, em genitivo <sup>(2)</sup>. *Longinie* será o genitivo de Longínia, estando o ditongo *ae* substituído simplesmente por *e*, como acontece com freqüência. Teríamos então Mela de Longínia, isto é, Mela escrava de Longínia.

O mesmo se diga de Rufo, na terceira linha, que aparece apenas com a sua filiação. Encontra-se muitas vezes êste *cognomen* em inscrições achadas em Portugal, por ex. em Penalva (C. I. L., II, 422 e 423), Idanha (448, 449, 457), Serpa (66), Vila Viçosa (149) etc. Silo ou Silão (também cognome) não é tão comum; mas vemo-lo em Bragança (2510), e na Espanha em Mérida

(1) F. A. Garcez Teixeira e J. M. Cordeiro de Sousa: *Inscrições Romanas do Museu do Carmo*. «Arqueologia e História», Vol. VI. Lisboa, 1927-1928, págs. 18.

(2) René Cagnat: *Cours d'épigraphie latine*. 4.º édit. Paris, 1914, p. 80.



(560), em Cória (773) etc. Esta última inscrição, de Cória, é interessante, por dizer respeito a uma tal Avita, escrava de dois senhores: *Avita Silonis et Vegeti hic sita est.*

A leitura ou interpretação da epígrafe não oferece pois dificuldade :

G(aius) Julius Capito H(ic) S(itus) (Est).  
Macla Longinie H(ic) S(ita) (Est)  
Rufus Silonis F(ilius) H(ic) S(itus) (Est).

Ou em português :

Aqui jaz Gaio Júlio Capitão  
Aqui jaz Macla (escrava) de Longinia  
Aqui jaz Rufo, filho de Silo ou Silão.

É um modesto mas interessante documento a acrescentar aos que atestam a antiguidade da povoação que hoje tem o nome de Alenquer (1).

HIPÓLITO CABAÇO e EUGÉNIO JALHAY

---

(1) A estela faz hoje parte da colecção arqueológica de Hipólito Cabaço em Alenquer.

## UMA INSCRIÇÃO INÉDITA

Num dos mais formosos rincões da província da Beira Alta, floresceu, na primeira metade do século XIX, no sítio de Fornos de Maceira Dão, um dos inúmeros conventos que, nessa época, abundavam em Portugal.

Quando há meia dúzia de anos por ali passámos, o silêncio da vida contemplativa estava substituído de há muito pela agitação da vida agrícola.

Nenhum interesse especial encontrámos no velho casarão. Apenas se poderá abrir uma excepção para a sua pequena igreja, em forma de rotunda e que, quando a visitámos, servia de palheiro.

Afastada a palha, lemos, no centro do recinto, a seguinte inscrição que, embora consideremos de pequeno valor, aqui deixamos reproduzida, na previsão da sua provável desapareição.

Diz ela :

AQUI JAS  
O SARJEM  
TO MOR  
SIMÃO DO  
COUTO SOU  
ZA VALEM  
TE DE TI  
BALDE  
FALECIDO  
EM 2 DE  
NOBR.<sup>o</sup>  
1859

Devia o sargento-mór Sousa Valente ser pessoa de pequena importância.

Nenhuma referência a êle encontrámos, e apenas o ilustre director do Arquivo Histórico Militar, sr. Coronel Henrique Ferreira Lima, nos forneceu a notícia colhida naquele Arquivo, de que era capitão da 2.<sup>a</sup> companhia das Ordenanças de Ansemil, tendo sido reformado por decreto de D. Miguel, de 17 de Julho de 1833.

Ansemil era uma comenda da Ordem de Malta, abrangendo as regiões de Alcafache, Meza e Freiria, na região de Coimbra.

GARCEZ TEIXEIRA

## O ESPÓLIO DUM ARTÍFICE ROMANO

Por atencioso convite do nosso amigo, sr. Gil Viana, de Santarem, fomos, durante as curtas férias do Carnaval de 1935, visitar a sua propriedade de Vale de Figueira, aros daquela cidade, e denominada Quinta do Cirne, onde o proprietário nos informara haver vários achados de caracter arqueológico.

A Quinta do Cirne é uma vasta chã varzina, arroteada para culturas cerealíferas; e foi ao fazerem os alqueives que encontraram, não só pedra aparelhada, como, também, fragmentos de cerâmica, tanto telhas de rebordo (*tegulae*), como curvas (*imbrices*), e, ainda, restos de vasos, de vária forma, em barro vermelho ou branco. Segundo informações, foi descoberto um pano de mosaico que, pela descrição feita, seria do tipo *opus vermiculatum*, o qual foi destruído pelo vandalismo dos indígenas antes da quinta ser pertença do actual proprietário. Não ha memória de se terem encontrado moedas e inscrições.

Pela nossa parte apanhamos no local não só fragmentos de cerâmica de vasilhame como de telhas e ossos partidos, e verificamos alguns restos de muros, formados por pedras sobrepostas ligadas por cimento, o que tudo nos leva a crer tratar-se dalguma antiga *villa* estabelecida nos férteis campos dos arredores da cidade de Scalabis, centro administrativo dum *convento* da Lusitânia em tempos do domínio romano.

As águas do Tejo, nas suas cheias habituais, inundam estes terrenos, nêles permanecendo alguns dias; e como é pouco provavel ter sido a *villa* edificada em local acessível ás inundações, é de presumir que o açoreamento do rio, combinado com algum movimento tectónico do Ribatejo, tenha alterado a morfologia local.

Emquanto visitamos a Quinta do Cirne aconteceu terem-se encontrado, nas terras que se cavavam, algumas ferramentas de tipo romano, formando um conjunto interessante, e do qual vamos dar notícia.

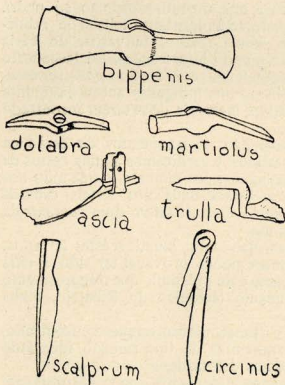
Trata-se de ferramentas de carpinteiro e pedreiro, que se encontravam agrupadas, reunidas, sem que em redor, apparecesse mais algum outro utensílio metálico; e de supôr é que faziam parte do *mobiliário* da *villa* onde poderiam ter applicação adrede.

Essas ferramentas, espólio legado por qualquer artífice obscuro, provavelmente escravo, à posteridade, são as seguintes:

Um machado de dois gumes (*bipennis*), de 28<sup>cm</sup> de comprimento de gume a gume; os dois gumes são desiguais, medindo o maior 9<sup>cm</sup> e o me-

nor 6; a largura do *ólho* elíptico é de 2<sup>cm</sup>, e o seu comprimento é de 5,5<sup>cm</sup>.

Uma enxó, (*ascia*) sem o cabo de madeira, de folha triangular, terminando por um *pé* que encaixa numa espécie de anilha, também de ferro, que deveria estar fixa à madeira por pregos ou cravos (*clavis*); a folha mede 11<sup>cm</sup> de comprimento, e o cabo que a prolonga 9,5<sup>cm</sup>; o gume é de 9<sup>cm</sup>; a largura da anilha que a fixava ao pé é de 3<sup>cm</sup> e prolongava-se por mais 8<sup>cm</sup> pelos lados do cabo, tendo o cravo sido pregado sensivelmente ao meio.



Um martelo sem orelhas (*martiolus*), de 24<sup>cm</sup> de comprimento e 3 de largura média; a cabeça do martelo mede 6 cm; e o *ólho* elíptico cêrca de 2 por 4<sup>cm</sup>.

Um picão (*dolabra*), de 16<sup>cm</sup> de comprimento, e pouco menos de 2 de largura média; o seu *ólho*, circular, de cêrca de 1,5<sup>cm</sup> de diâmetro e 1 de encabamento.

Um escopro (*scalprum*) de 23<sup>cm</sup> de altura, 1 de espessura e de largura variável, não superior a 2<sup>cm</sup>.

Restos duma colher de pedreiro ou trôlha (*trulla*), constituída pela parte que encabava na madeira, com 12<sup>cm</sup> de comprimento e quasi 1,5<sup>cm</sup> de diâmetro, e por parte da folha, pá ou colher propriamente dita, de que ha um fragmento de 4<sup>cm</sup> de comprimento por outro tanto de largura, indicando bem a serventia do instrumento.

Um compasso (*circinus*), com um dos ramos partido, e o outro medindo cêrca de 20<sup>cm</sup> desde o eixo de rotação até à ponta; êste ramo do compasso mede de largura 1<sup>cm</sup>, e quasi 4<sup>mm</sup> de espessura.

Todas estas ferramentas se encontram cobertas de ferrugem, e algumas com arestas embutidas e pontas quebradas.

Duas delas (*trulla* e *dolabra*), são nitidamente de pedreiro ou alvanel; outras duas (*ascia* e *bippenis*) pertencem à arte da carpintaria; as restantes



três (*circinus*, *martiolus* e *scalprum*) podem considerar-se comuns às duas actividades.

Todos os utensílios apresentam estrutura mais forte do que os dos seus correspondentes actuais; e, nomeadamente, os de alvanaria, o não que é para admirar dada a resistência dos materiais a que eram aplicados.

Talvez seja possível, em exploração metódica, encontrar nos restos da *villa*, que supomos ter existido na Quinta de Cirne, outros elementos de valor arqueológico; no entanto, é inegável que o conjunto de ferramentas agora encontrado, não só é invulgar, como se deve considerar contribuição de valia para o espólio da época romana em Portugal.

Ao terminar esta despretenciosa noticia consigno os meus agradecimentos ao meu benévolo amigo, sr. Gil Viana, e ao sr. Leiria, arrendatário da Quinta do Cirne, pelas facilidades que se dignaram proporcionar à minha visita e indagações.



FALCÃO MACHADO

## MOEDAS DE CILPES E NÃO CILPE

A Numismática é uma das Ciências auxiliares da História que mais continuamente lhe ministra subsídios novos, e dos mais variados; ora são de caracter puramente histórico, ora geográfico, económico, lingüístico, etnográfico, heráldico, artístico, industrial, etc. Assim, o que de momento damos a público é historico-geográfico, ou melhor — toponímico.

Trata-se duma preciosa moeda autónoma de Península — da série a que vulgarmente se chama ibérica — que nos revela o nome *exacto* duma antiga cidade hispânica, de que os únicos monumentos até hoje conhecidos a atestarem a sua existência, eram também duas moedas.

Porém, como êsses espécimes numismáticos estivessem em mau estado de conservação, a sua leitura não pôde ser perfeita, e daí os investigadores não terem colhido o nome completo dessa povoação — de ha dois mil anos — do território onde hoje é Portugal.

*Cilpe* lhe chamaram todos os autores, Delgado, Hübner, Vives... localisando-a na *Regio Myrtilensis*. Todavia, o encontramos um exemplar optimamente conservado, que perfeitamente se ajusta à descrição daqueles outros dois *asses* que acima apontamos e são atribuídos a *Cilpe*, dá-nos a identificação dêles, e sem dúvida, à mesma série, a par do nome completo da cidade aí mencionada a que todos pertenciam, e era *Cilpes* e não *Cilpe*.

O tipo desta moeda é um dos que largamente vemos representados no numerário de variadas cidades autónomas da Península — o cavalo dum lado e as espigas do outro. (Pesa 8 gramas). O valor dela não está, pois, no tipo, mas na sua inscrição: *Cilpes*.

E, a talho de fouce convem dizer — para esclarecimento daqueles que, como nós, de principio se impressionassem com a aproximação sónica de *Cilpes* com *Silves* e até da sua localização territorial — que, ao que parece, nada tem que ver uma com outra.

Eis os resultados a que chegamos, ou antes, a que chegou o ilustre filólogo e arabista Prof. Doutor David Lopes, que acerca de tal consultamos, posto que a mutação do *c* em *s* só a julgamos possível atravez do árabe, que tantas modificações imprimiu à linguagem românica da Península. Porém, neste caso não teve ela interferência, pelo menos no sentido da hipótese que formuláramos. Ouçamos o Mestre: «Pergunta-me se o preislâmico peninsular *Cilpes* podia dar *Silves*. Respondo negativamente. *Galecia* deu em árabe *Jalequia*: teríamos, pois, *Quilpes*.

... A forma preislâmica de *Silves* era *Silbis*. A forma árabe *Xilb* mos-

tra que antes dessa gente a ocupar se escrevia com s inicial e era na verdade *Silbis*, como disse, porque não tendo a sua lingua o som do s forte o mudou em x, como em *Lixbona*, *Xantarin*, *Xintra*, etc.

« Não será *Quelfes*, freguesia do concelho de Olhão? »

Atentando no tipo, já descrito, nota-se que vai êle contra esta sugestão, se tomarmos em conta a regra geral de que, vivendo as povoações do li-



toral mais da pesca do que da agricultura, essa ocupação a vemos registada nas moedas por peixes, ao passo que as espigas indicam antes a lavoura, o que se coadunava com a nossa primitiva hipótese de *Silves*, e já não com qualquer povoado junto de Olhão, cuja lembrança ainda hoje perduraria na denominação de *Quelfes*, como aponta o sábio arabista e nosso estimado Mestre.

Como quer que seja, a verdade é que primitivamente fôra *Cilpes* e não *Cilpe*.

Aqui fica, pois, mais esta achega da Numismática para o esclarecimento de perfeita restituição da antiga toponímia peninsular.

PEDRO BATALHA REIS

## UM TORNEIO A VALER

(Continuação da pag. 74)

E sendo recebido dos mestres de campo que lhe declararão as condições do torneio, elle as acejtou e des hy moueo contra suas A. A. segundo elles o Guiarão cantando diante as quatro Sabias ate porem no posto a seguinte letra :

«Por la mas alta hermosura  
q̄. la sierra  
ha venido esta auentura  
en esta tierra

«el cauallero Nouel  
que Viene de Amor herido,  
trahe su mal tan escondido.  
que nadie no sabe del,

«Mas hermosa e mas dura  
q̄. la Cierra,  
la que traxo esta auentura  
en esta tierra.

E Cantando esta cantiga com Suave harmonia, parecerão m.<sup>to</sup> bem. O Cawal.<sup>o</sup> feito seu acatam.<sup>to</sup> a suas A. A., offereceusse aos Juizes com gentil apostura e, tomandolhe o nome, disse que era Diogo Botelho, e ahy mostrando seu esforço contra seu competidor. quebrou dous piques m.<sup>to</sup> bem e da espada tambem Se uio sua destreza.

Enquanto este auentureyro Se occupava em Seu combate, p.<sup>r</sup> entre os barcos que cubrião o porto começou a Entrar hum cõ dous Castellos na proa e popa e Seu mastro e mea gauia e a nella tomada com todo o mais de folhas de Era, o qual Remauão noue Saluagẽs Vestidos de musgo e os capelinhos e outro q̄. o Gouvernaua todos de mascaras. E dentro vinha assentada a Deosa Diana, em meyo de duas Nimphas, hũa que tangia, hũa arpa e outra hum Rabilette, e a Deosa cantando hũaestança da prim.<sup>ra</sup> Zaloga de Gracilaso q̄. Diz:

«Por ti el cilençio de la silua vmbrosa»

A qual uestia Roupa de tafeta Verde com rosas nas mangas tomadas com muitas cores de fittas, hum manto de tafeta caramezim tomado com



hũa fita. Na cabeça hũa Capella de Era e debaixo hum Casco de ponta a man.<sup>ra</sup> de Rede tomada com hũns nos e esmaltes verdes q̄. atrauessauão o Branco e hũa mea lua de prata no meyo da cabeça. Do joelho p.<sup>a</sup> baixo hũas botas de ouro e uerde. O Rosto cuberto cõ hũa Rede de Cristal. As nimphas de roupa de tafeta amarelo tomado com suas fitas, com mascaras, em as cabeças capellas de era.

Na proa do barco vinha hũa cometta de roupa de tafetta encarnado com outra roupa de tafetta Verde que lhe chegaua athe a cinta com hua faicha de boninas de cores e as mangas das mesmas boninas te os cotouellos e na cabeça hum chapeo de tafetta verde cuberto tuda de era. Sua mascara e espada a tiracolo e bastas de cor de prata. E logo este estranho e montanhes atauio declaraua donde podia nascer.

Chegado pois desta man.<sup>ra</sup> ao Canto, sahio Dianna com suas Nimphas diante tangendo E ella Cantaua a Estança ja ditta E apos ella seguião como auentureiros cõ bastões nas mãos e escudos Verdes com arcos e setas diuiza de Dianna, detras delles seus escudeiros Vestidos de Verde.

Ruy Telles da Silua leuaua arnes branco cõ tonellete, greuas e sapatos de armar e hũas bandas douradas com bazeliscos por ellas. Elmo da mesma sorte cerrado cõ hũa penacheira de muitas plumas de argenteria, muslos de citim branco com cortes dalto a baixo forrados de tafeta.

Paulo da Silua, seu Irmão, trazia arnez branco laurado todo com hũns rostos nelle, hũa celada de theor com suas plumas e sobre as Armas coura de tafeta Verde e branco feito em emxadres muito meudo e no Verde della pessos de argenteria, com botões, com golpes de alto a baixo, os altos das calças da mesma obra, meas brancas e sapatos de velludo verde.

Diogo Lopez de Siq.<sup>ra</sup> vinha de armas douradas cõ suas greuas Sameadas de bem me queres, com Leões de ouro por ellas e seu elmete serrado do ther com penacheira de plumas de argenteria, espada dourada com talabartes de guarnição Verde. Sobre as armas sayo de armas de tafetta verde com cortes dalto a baixo e outros atrauessados nos mesmos, muslos de tafetta branco e forro Verde cortados dalto a baixo.

Dom Thomas trazia armas Verdes sameadas de bem me queres com diuiza de luas de ouro, coura de tafetta verde cortada em s. s. tomada por diante cõ botões de ouro, sem elmette serrado com penacheira de plumas, muslos de tafeta branco de cortes dalto a baixo piquados, meas calças brancas e capellos e talabartes de velludo verde e assim a guarnição da Espada dourada.

Andre Roiz de Beja leuaua arnez branco com barras de ouro atrauesadas, o elmo do theor serrado com plumas de cores e sobre ellas sergete de armas de tafetta uerde com folhagens a man.<sup>ra</sup> de conchas perfiladas de

ouro falço e em meyo de cada concha hũa pessa de argentaria, os muslos do theor e o forro, espada dourada Guarnecida de velludo verde e os sapatos e talabartes.

Entrando pois a Deosa da Caza com estes sinco auenturejros que em suas guerras, disposições e galantaria montanheza, bem parecião couza daquelle a quem Dianna com m.<sup>ta</sup> razão prospõe a seu amado Hipollito, conhecendo q̄. nũca os montes forão tratados de tão Heroicos animos e assy nem hũ delles daua de sy menos esperanças que os casadores que Melcagio ajuntou contra o porco de Celidonia, pois certo a entrada que fizeram na prassa não foy pouco vistosa e apraziuel, antes deu tanto lustro a festa que foy grande p.<sup>to</sup> della. E, sendo guiados plos mestres de Campo ante Suas A. A., cesarão as Nimphas de tanger seus Instrumentos e Dianna de cantar e dahy disse:

M.<sup>to</sup> altos e muy poderosos Reys, pois tantas terras e mares vos obedecem, Razão he que as altas serras donde he minha antiga habitação fação o mesmo. De Ala Venho em seu nome cõ estes meus Cauall.<sup>os</sup> a seruiuos p.<sup>a</sup> que em seus esforços conheçais se jguala auenturas dos brauos montes com a presunção de uossos paços Reais.

Acabada a breue falla, feito seu aCatam,<sup>to</sup> foramse assy offereçer aos Juizes q̄. mandarão tomar os nomes aos cauall.<sup>os</sup> ja dittos e repartindolhe os combates, mostrarão sua cauallerosa oppressão, quebrando muitos piques com m.<sup>to</sup> esforço e não menos desenvoltura e ardidez tiuerão na espada, mas tudo se lhe esperaua sabida sua habitação e morte a q̄. imitauão.

Aqui sahio Dom Antonio de n.<sup>ra</sup> mantedor cõ Diogo Lopes Siq.<sup>a</sup> que Vzou com elle da Cortezia q̄. lhe seu nobre e Esforçado animo daua e por lhe ter ventagẽ grande em Idade, Corpo membrudo e forcoso, não quiz fozello esperandolhe os Golpes como firme Rocha, o q̄. Dom Antonio soffreu mal, porq̄. seu Espirito lhe promettia as cousas mais difficultosas, segundo a natureza de seu tronquo as Sempre acabou porq̄. se não ouue cõ elle menos animoso q̄. discreto, porq̄. depois q̄. Vio q̄. Diogo Lopes o não podia encontrar do pique leou da Espada e deulhe hum Golpe com furiosa sanha pera o prouocar. Mas o constante auenturejro não se moueo p.<sup>f</sup> onde o mantenedor o leixou anojado de sua confiança mais do q̄. o fora de seus Golpes, dado q̄. fosse m.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> arecear, Segundo fama de suas forças Exercitadas em brauas alimarias.

Acabado o fermoso combate dos sinco auenturejros de Dianna q̄. tiuerão com os mantenedores, chegou ao porto hũa fragata alcatifada riquam.<sup>te</sup> toldada de Razo amarelo e Roxo q̄. de ambas as partes chegaua a agoa com desaseis Remejros das mesmas cores a turquesqua. O comitre e

pilloto com cabayas de Razo e carapuças com borlas de çeda e sua bandeira quadrada do theor do toldo.

Sahirão tres auent.<sup>ros</sup> o prim.<sup>ro</sup> Dom francisco de Lima, q̄. vinha de armas douradas ao sinzel e coura de Riso roxo entretalhada sobre tella douro e borlada de pratta e o Elmete posto e vista erguida e nelle plumas Roxas e amarellas, q̄. erão as suas cores, e os muslos de citim amarellos e trocelados de pratta e espada e adaga de trauxia, guarnecidas de velludo amarello e hũa Cadea francesa, digo e assim os talabartes atrocellidos de pratta, sapattos do mesmo. O padrinho de calças, jubão e coura de citim amarello cõ hũa Cadea francesa bem posta, sapattos e gorra de velludo amarello, pluma desta cor, com sua medalha e adaga riqua. Hũ pagem com calças e gorra de tafetta amarello forradas de Roxo, e o mais como o pgdrinho. Fifano e tambor de calças amarellas e Roxas forradas de ceda, couras de tafetta destas cores, Espadas de cabos prateados, guarnecidos de velludo amarello.

Fernão Roiz, segundo aventurejro, vinha da man.<sup>ra</sup> de Dom fr.<sup>co</sup> Sobre as armas de ouro e pretto. Trazia hum padrinho e pagẽ de ceda Roxa, plumas Roxas.

Ruy de Sousa, q̄. era o terc.<sup>ro</sup> trazia sobre as armas brancas, coura de tafetta amarello e Roxo com golpes dalto a baixo e por elles barrinhas do mesmo tafetta com argentaria grossa forrada de sendal amarello, na cella da pluma de cores e ao pe dellas hũa letra que dizia:

Pera sempre viuer triste  
sobejaõ me as Esperanças.

Huma Espada de tauxia guarnecida de velludo Roxo e assim os talabartes e os Sapattos. Seu padrinho como elle de jubão de citim Roxo e amarello. E entrando todos tres em alla com seu pifaro e tambor diante, tocando, os mestres de Campo os Receberão e guiarão por sua ordem costumada, e conhecidos plos Juizes por fidalgos, puseraose no posto onde Dom fran.<sup>co</sup> quebrou os seus tres piques muy Esforçadamente e seus companhr.<sup>os</sup> alguns, e nas espadas dando m.<sup>tos</sup> e muy esforçados Golpes, e seus competidores, mostra isto quam bem empreguada e diuida lhes era a nobreza e caullaria e quão natural leixando clara esperanza do q̄. farião quando o tpoõ os pusesse a guarnel da sua obriguação. E sendo despartidos, recholheirão p.<sup>a</sup> os outros q̄. esperauão o combate da folga.

Os mantenedores tendosse todos tres mostrado altamente animosos e de Alto e estremado esforço, caso que tinham soffrido m.<sup>to</sup> trabalho, e por rezão deuião de estar cançados, parecia desejarem de nouo muitos mais



auent.<sup>ros</sup> em q̄. seus forcosos braços descançassem a furia dos animos. Mas Phebo tocado por uentura de algũa inueja, ou dezejos de já repouzar nos braços que aly tinha perto, hia alongando sua clara luz do apraziuel e Sumptuoso citio e parecendo que plas horas serem taes não Virião mais auent.<sup>ros</sup>, os q̄. estauão na praça se puserão em ordenança com todas suas companhias p.<sup>a</sup> hirem acompanhar o Principe cõ muito certa confiança q̄. Sua A. os satisfaria de alguma afronta ou nojo q̄. dos mantenedores tiuessem por uentura Recebido p.<sup>a</sup> o que o magnanimo principe já a este tpo se tinha saydo da varanda aonde estaua com Suas A. A. indoçe armar a Sua guarda Ropa q̄. era alem da orta, nas cazas do Camareyro mor já dito junto de S. Fran.<sup>co</sup> e em proua que tinha a lica outra noua e grande Luz q̄. vencia as treuas do mundo, daua nouo e Estranho Lustro ao nosso Emisferio porq̄. o sol nos negaua ja a sua, dando lugar aesta nossa, forão acesas todas as Luminarias do monte, e pareceo arder todo em chamas mais espantosas e altas q̄. as da monte Etna.

E dando esta claridade nas agoas do mar, as fazia parecer de cristal ferido dos Rayos do Sol, e com o mouimento dellas fazia muitas differenças asaz contemplatiuas por man.<sup>ra</sup> que ficou tudo parecendo outro nouo mundo, não se admiração de quem o Comtemplaua. E a nora de fogo q̄. atraz apontey começou a tiralo.

Em q̄.<sup>10</sup> estas couzas representaua o que se Esperaua, o m.<sup>10</sup> Esclarecido Príncipe se armou p. ordem do Infante Dom Luis, de hūas armas brancas lauradas de agoa forte, com greuas trancadas feitas em quatro quartos que se perecião tanto das calcas como dellas seus sapattos de malha e sobre as armas hūa sobreueste de cetim carmezim atroçolado de ouro e pratta e de alto a baixo, por meo dos troçais, escamas atroçoladas do mesmo. Hūa das escamas aberta por que se parecião as Armas e outra serra cortada e os espaldares do theor, hūa banda de cores da Princesa e assim hūa cellada a vzanca antiga com m.<sup>10s</sup> cordois de ouro grossos, oito plumas brancas, amarelas e pardas. Hūa espada de combater, com cabos dourados, e punho de fio de ouro, guarnecida de Velludo branco atroçolado de ouro e pratta do theor os tolabartes.

Neste entretanto q̄. S. A. Se aprecebia desta man.<sup>ra</sup> e os olhos dezeijos esperauão sua Vinda, os sabios do Caua.<sup>o</sup> nouel, atraz notados, q̄. estauão na praça da lica, e assim Dianna e suas Nimphas, enganauão o tempo aos prezentes cantando e occupando os ouuidos com sua melodia em modo q̄. nhūa tardança se sintio, antes foy hū escamel das esperanças q̄. diuirtidos com tal Extremo Renouarão o gosto p.<sup>a</sup> o fim e principal intento do torneio, que era a mostra dos altos principios de Illm.<sup>o</sup> Principe.

As luminarias neste comenos ardião por todas as p.<sup>10s</sup> trabalhando ven-



cer as treuas p.<sup>a</sup> franquearẽ o Campo as suas claras e famosas obras e da nora de fogo desparauão m.<sup>tos</sup> foguetes plos ares a man.<sup>ra</sup> de Cometas q̄. parecia tẽ os Ares participarem deste aluoroço, não Sem espanto ainda dos olhos q̄. de fora o uião.

Do batel de Neptuno no mar se lancauam tambem m.<sup>tos</sup> e muy diuersos pla agoa e plo ar por man.<sup>ra</sup> que parecia dar O quarto elemento bataria aos outros tres, ou o Campo em q̄. Jupiter Com Seus Rayos desbaratou os Gigantes e ajudaua a isto a serpe que estaua no porto lançando pla boca contino linguas de fogo, o q̄. não era pouco temeroso de uer.

#### DE COMO O PRINCIPE VEO TORNAR, E O Q̄. NISSO PASSOU.

O Magnanimo Principe veo per hũa Rua q̄. p.<sup>a</sup> isso foy feita na orta do Camareyro mor, desde a Varanda Real ate a Sua Guarda Roupa, em meo de duas ordens de Estejos em ramados com suas ermelhas entre as quais hauia m.<sup>tos</sup> tropheos e mais a baixo molhos de muretes q̄. ardião, e nas pontes Luminarias q̄. fazião a Rua tão clara como dia, a qual uinha acabar em hũa porta q̄. entrava na Lica per baixo da Varanda del Rey nosso Sñor e Verdadeiram.<sup>to</sup> q̄. estaua tão artificiosa e apraziuel esta Rua q̄. lhe faço jniuria em q̄.<sup>to</sup> mal posso responder com palauras a seu primor, nem declaralo.

Per tanto, conhecida minha falta, passemos ao Serenissimo principe q̄. entrou por ella na praça leuando em ordenança apos si todos os auenturejros em Suas Companhias tão ofanos, q̄. desbaratauão todo o perigo e tudo lhes fora leue passar e romper esquadrões e fortes heroes. E com esta opinião entrãuão em gentil ordẽm em que os punha Antonio de Tavora, Sarg.<sup>to</sup> do Principe, m.<sup>to</sup> bem disposto e Gentil homẽ e desenuolto.

Indo pois o Principe diante desta ordenança dos auenturejros, como Cappi-tão leuaua ante sy doze moços fidalgos com brandões acesos, em Calças e Couras de tafetta pardo, branco e amarello, cores da Princesa, entretalhadas hũas per outras muy donforme tudo a boa e discreta galantaria, todos com muitas pessos e pontas de ouro, medalhas e pedraria asaz Riqua, ayrosos e galantes. Atraz elle hia hum enano do Principe, doutor em medicina, da librẽ dos pagens, com hũas armas de folha de frandes que parecião fino aço, com sua celada e penacheira de plumas. Diante do Principe, algum tanto desuiado, uestido como atraz apontey, tirada som.<sup>to</sup> a roupa com a banda das Cores da princesa, o S.<sup>f</sup> Dom Duarte que lhe trazia o Elmete m.<sup>to</sup> ayroso em tão tenrra Idade, com hũa Segurança e Serenidade de Catão.

Dahy seguio o animozo Principe bredade grande de muyta opinião,

tão Estremado ar e postura de Corpo, membros e Gentileza de rosto, ordenado de hũa brandura humana e nobre e no Infante Dom Luis q̄. lhe vinha de lado, tudo atraz se via claro hũa não pequena mas Virtuozza Uagloria das Esperanças de tal principe o qual hindo assim nesta ordem a longo da Lica contra a tenda dos mantedores, foy dando volta por junto dos Juizes, sem ter conta com elles, vindo de rosto a Suas A. A. e des que lhe fallou da porta da Lica fronteiro passou de longo da banda de dentro entre a Liça e a tea athe chegar aos Juizes aos quaes disse q̄. era o Principe Dom João e elles lhe tornarão que fosse per Longos annos.

Os auenturejros se puserão ao som dos atambores com igual passo em modo que ficou a tea cercada delles e assy estiuerao quedos com os piques altos, per uerem o Combate do animoso Principe.

Em este meyo tempo combatião com fuguetes a Aue fenix, a qual se começou a queimar, mostrando dar lugar ao nouo Phenix q̄. tão cedo começaua a sofrer trabalho das Armas em q̄. se esperaua Ser Phenix.

Tocando pois hũa trombeta da banda do Principe q̄. estaua no posto, respondeo entradas dos mantenedores e sahio logo Dom Antonio de Noronha, a que o Principe tinha mandado dizer q̄. se desse com elle igualmente, como qualquer outro. E tomando o S.<sup>r</sup> Dom Duarte o Elmete, lho deu logo hũ pique m.<sup>to</sup> desenuolto, com o qual correndo contra seu competidor Dom Antonio, ao encontrar leuantou o pique q̄. lhe não soffreo seu Leal coração tocar nelle, e o mesmo fez tambem o Principe, mas desgostozo e des que vio q̄. não queria encôtralo, leou da Espada lancando de si o pique.

Os tambores e pifaros soauão q̄. parecia romper os mores exercitos do mundo, fazendo em todos os animos hum querreiro aluoroço.

Vindo pois as Espadas passou o mesmo de que o principe ficou nada satisfeito, antes muyto pezarozo, perq̄. ao ensayar com o mesmo Dom Antonio e com Ruy de Sousa, auenturejros, tinha quebrado muytos piques, na vista asaz Destra e esforcadamente e assy se mostrara na Espada não menos manhoso feridor q̄. forcoso como aquelle que tinha membros e forças m.<sup>to</sup> alem do que a tal jdade demanda.

E perguntado plo jnfante Dom Luis porq̄. não encontrara seu competidor lhe respondeo que era fraquesa dar em quem lhe não daua, q̄. o jnfante m.<sup>to</sup> folgou de ouuir porq̄. o tinha visto ansayar e sabia oque nelle tinha, e assim se foy com elle p.<sup>a</sup> suas AA. q̄. o Esperauão, não pouco contentes de tais principios q̄. na Esperança q̄. se delles podia tomar.

(Continua)

## AS MEDALHAS DE OURO DA IGREJA DA MEMORIA <sup>(1)</sup>

Na noite de 10 de Novembro de 1794, um violento incêndio destruiu o Paço Real da Ajuda, enorme casarão quasi inteiramente construído de madeira e atulhado de quantas preciosidades fôra possível salvar das ruínas fumegantes do Terremoto Grande.

«A voracidade do incendio foi logo tão impetuosa, que não bastou para impedir que elle consumisse a maior parte daquelle vasto edificio, a prompta assistencia da tropa... nem o concurso das bombas, e d'innumeraveis pessoas que se empregarão naquelle serviço», como informava a Gazeta de Lisboa, <sup>(2)</sup> e a heróica abnegação dos frades da Boa-Hora, dos Congregados do Oratório das Necessidades e dos Trinitários de Nossa Senhora do Livramento, que tantas vidas salvaram, a custo poude evitar a perda de uma parte do precioso recheio do edificio em cuja construção o Rei D. José, com bem comprehensivel temor, não deixara empregar materias pesados.

Para procurar o que ficara soterrado nos escombros, contratou o marquês de Angeja, encarregado pelo Príncipe de dirigir os trabalhos de desentulho, com uns *escovilhadores* a quem pretencia metade dos valores achados.

Encontrou-se, onde fôra o quarto da Rainha, um grande número de pedras preciosas pertencentes a muitas das suas joias cujos metais o fogo derreteria, diversas pratas umas em bom estado, outras amolgadas ou fundidas pelo calor, etc. Foram também recolhidas «cento e cinco Medalhas de Cobre de Vários tamanhos, e feitos, todas achadas, no quarto de S. Mag.<sup>o</sup>» e «Huma Medalha de Cobre das que ultimamente se fizeram para o novo Convento Arrabido que se havia de fazer em Mafra», etc.

Ora, entre os muitos documentos que, no desempenho de uma comissão de serviço público, eu tive de examinar nesse precioso e quasi ignorado Arquivo de Santa Luzia, deparei com uma «Conta do Ouro que existe no Real Thezouro, que se acha no Palacio de N. S. das Necessidades em poder

---

(1)—Comunicação feita á Comissão de Numismática da Ass. dos Arqueólogos Portuguezes, em sessão de 13 de Nov. de 1934.

(2)—Suplemento n.º XLV.

do Fiel do mesmo Thezouro Joaquim Jozé de Azevedo, e pertencente ao espólio q. se livrou do Paço d'Ajuda na ocasião do Incendio do mesmo Paço em 10 de Novembro de 1794», onde ha noticia de certas medalhas de que nem o saudoso investigador Artur Lamas, nem Lopes Fernandes, na sua *Memoria das Medalhas e condecorações*, etc., mencionam exemplares desse metal.

São elas :

«Quatro d.<sup>as</sup> de Ouro das quais huma he mais piquena, e todas tem de huma faxa o retrato do S.<sup>r</sup> Rey D. Jozé, e da outra hum distico Latino que diz serem da fundação da Igreja da Mimoria.»

«Huma d.<sup>a</sup> tambem de Ouro; a qual tem de huma parte as Armas Reais, e da outra o risco da Igreja da Memoria» e

«Huma d.<sup>a</sup> tambem de Ouro, com N. S. do Livramento de huma parte, e da outra o Prospecto da Igreja da Mimoria.»

Artur Lamas, supunha, e como se vê com razão, que esta série deveria ter exemplares de ouro, embora descreva apenas os de prata. Dos que têm a imagem de Nosso Senhora, dá noticia de dois, a que attribue raridade <sup>(\*)</sup>, mas ambos de prata.

Por me parecer que pode ter interesse a confirmação da existência destas medalhas, não quiz deixar de tornar conhecida a noticia encontrada no referido documento.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

---

(\*)—N.<sup>os</sup> 31 e 32, est. 11.



## EXCURSÃO A ALENQUER

(NOTAS DE UM VOGAL DA JUNTA DE ESCAVAÇÕES) (1)

Incumbido pelo ilustre Presidente da Junta de Escavações e Director Geral de Ensino Superior e Belas Artes, Ex.<sup>mo</sup> Senhor D.<sup>r</sup> Pereira Dias, de me dirigir a Alenquer para averiguar o fundamento da noticia constante de uma correspondência vinda da localidade de *Val-do-Paraiso* e publicada no *Diário de Noticias* de 9-X-934, para aquela curiosa vila parti em 3 de Novembro de manhã, regressando à noite a Lisboa, no mesmo dia.

Importava à Junta Nacional de Escavações o cumprimento do artigo 11 do Decreto n.º 21117 de 14-IV-932, segundo o qual o Ministério da Instrução Pública pôde mandar inspecionar quaisquer trabalhos de exploração de antiguidades e até embargá-los, quando não obedeçam a critério científico.

Interessava-se tambem o Sr. Presidente da Junta pelo paradeiro do busto de Damião de Gois, busto que exornava o túmulo do cronista na igreja da *Varzea* da mencionada vila e que, por occasião de uma visita de Sua Ex.<sup>a</sup> ali, andava extraviado.

Alvorçado com a informação da correspondência de *Val-do-Paraiso*, o Sr. Director Geral do Ensino Superior dirigiu um telegrama ao Sr. Administrador do Concelho de Alenquer, inquirindo do cumprimento do artigo 9 do já citado Decreto-Lei, o qual artigo determina a participação de escavações em imoveis não classificados ao Ministério da Instrução Pública, sob a pena de elevadas multas.

Respondeu o Sr. Administrador, expondo com clareza o que se tinha passado a respeito das pretensas escavações, atribuidas a um prestimoso cidadão de Alenquer, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Hipólito da Costa Cabaço.

Chegado a Alenquer, procurei avistar-me com aquela Autoridade Administrativa, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jaime Augusto Ferreira, que me dispensou atenção verdadeiramente cativante. Não só ouvi a pronta confirmação do telegrama enviado por S. Ex.<sup>a</sup>, mas, o que mais me tranquilizou ainda, colhi informações acerca da generosa dedicação e esclarecida prudência, com que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Hipólito Cabaço se interessa pelos vestígios de antiguidade, existentes no concelho de Alenquer.

No caso sujeito, não houve escavações, mas apenas pesquisas superfi-

---

(1) A Junta Nacional de Escavações e Antiguidades foi criada pelo Decreto-Lei n.º 23125 de 12-X-933 e o vogal, que subscreve estas notas, foi nomeado em Portaria de 19-X-933, juntamente com os Senhores Professores Drs. Mendes Correia e Vergílio Correia.

ciais, tendentes ao reconhecimento do caracter arqueológico dos restos encontrados no lugar indicado da *Serra de Montejunto*, onde aliás não fui, por ser muito distante e, dada a ausência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Hipólito Cabaço naquele dia, não ter eu, ao meu alcance, pessoa que com segurança e sem considerável perda de tempo, me fosse designar o sítio exacto, donde se anunciavam os trabalhos.

E' conhecido de todos os que, mais ou menos, têm procedido a pesquisas arqueológicas, como é aleatorio procurar numa serra extensa, ou mesmo em qualquer outro terreno, o local preciso de vestígios annunciados, indo-se desacompanhado de um guia conhecedor dos caminhos e do proprio sítio.

Tendo casualmente encontrado um dos clínicos de Alenquer, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. D.<sup>e</sup> Eduardo de Moura Gomes, da bôca de S. Ex.<sup>a</sup> vim a saber que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Hipólito Cabaço era pessoa verdadeiramente apaixonada pela arqueologia do concelho de Alenquer, não recuando diante de despesas e sacrificios para impedir a perda de quaisquer restos da antiguidade que apareçam.

O Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Moura Gomes era testemunha destes dotes e trabalhos do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Hipólito Cabaço, por serem os dois companheiros em muitas excursões que faziam pelo concelho de Alenquer, com o meritório fito de observar ou descobrir vestígios de eras passadas.

Tive mesmo ensejo de observar, no pátio de entrada da residência dêste cidadão, um dos seu últimos *salvados*; uma enorme lápide romana, cuja destruição hoje lamentaríamos se, com grande esforço e despesa, aquela não tivesse sido transportada para ali de uma distância de alguns kilómetros.

E' uma estela rectangular de calcário, com a parte superior semi-circular e ornada com uma fileira paralela de pequenos sulcos sensivelmente radiais, alem de outros traços em angulos rectos na superficie descoberta da pedra, quando colocada sôbre a sepultura. A sua largura é de 0<sup>m</sup>,80 e a altura, reunindo as duas peças em que está partida, pareceu-me ser de 2<sup>m</sup>,30.

A epígrafe foi publicada no fascículo anterior desta mesma Revista, donde a reproduzo:

G · IVLIVS · CAPITO · H · S ·

MAELA · LONGINIE · H · S ·

RVFVS · SILONIS · F · H · S ·

Na 2.<sup>a</sup> linha, M e A são letras conjuntas; na 1.<sup>a</sup>, o P não une à haste a curva do seio.

Na rápida leitura que fiz no local, dada a ausencia do proprietário, depois de *Longini* pareceu-me ver F (*ilius*) e não E; mas notei também a ausencia do ponto separativo precedente.

Por baixo da 3.<sup>a</sup> e última linha da inscrição, vêem-se duas pequenas gravuras, semelhantes a um esquadro de dois ramos em ângulo recto, cada uma do seu lado da linha mediana da lápide e um pouco afastada. Não sei se devem ser consideradas como meramente decorativas; não são raras nas lápides epigráficas, como pôde ver-se nas *Releções da Lusitania*, vol. III pág. 407 e outras. O egregio autor desta obra interpreta-as como luas estilizadas.

Como se vê nesta aproximada indicação tipográfica, são 3 linhas com as letras gravadas dentro de leve rebaixo rectangular, correspondente a cada linha de caracteres.

Era portanto, uma estela de túmulo colectivo de três pessoas e se, pela paleografia pouco esmerada, poderia attribuir-se ao 2.<sup>o</sup> ou 3.<sup>o</sup> século da era cristã, é talvez preferível assinar-lhe o século 1.<sup>o</sup>, atendendo ao nome da primeira personagem do epitáfio *Caius Julius*, mais generalizado naquele século em preito a Gaio Júlio Cesar.

Esta lápide procede de um sítio chamado *Paredes*, tendo aparecido juntamente tijolos de feição romana. E' um toponimico não raro e que revela a existência de antigas construções abandonadas. Não deixarei de notar que a denominação do sítio já me era conhecida por ter visto a sua referência no vol. II de *O Arqueologo Português*, extraída do antigo *Dicionario Geografico* do P.<sup>o</sup> Luis Cardoso.

\*

Eu recebera tambem do Ex.<sup>mo</sup> Sr. D.<sup>r</sup> Pereira Dias a incumbência, como deixo dito, de indagar o que fôra feito do busto de Damião de Gois. Mesmo em Alenquer, me contou um empregado subalterno da Câmara Municipal que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Sousa Pinto, quando Ministro de Instrução Pública, acompanhado pelo próprio Sr. Director Geral do Ensino Superior e algumas pessoas da sua Família, notando a falta do busto no local próprio da igreja da Varzea, dissera ali mesmo que era necessário saber onde êle teria ido parar, para ser colocado sem demora no sítio que lhe sem duvida competia.

Com êsse intuito Sua Ex.<sup>a</sup> escreveu, no regresso, a seu Primo, o dr.

Alberto de Sousa Pinto, juiz de direito da comarca de Alenquer, pedindo-lhe que indagasse o paradeiro do precioso busto. Devido à acção deste ilustre magistrado, ficou-se sabendo que esta escultura se encontrava guardada no edificio da Câmara Municipal, para onde fôra conduzida pelo funcionário desta, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Augusto Adolfo Namorado Troni, que encontrara na rua uma criança a brincar com aquela preciosa relíquia.

No dia da minha visita a Alenquer, o busto achava-se já transportado para o túmulo de Damião de Gois na velha igreja da *Várzea* e colocado no seu primitivo lugar, mas aparentemente apenas seguro com gesso; circunstância esta deploravel, para a qual peço a atenção da Junta de Escavações. O valioso icone do cronista notavel de D. Manuel 1.<sup>o</sup> deve ser incrustado no seu lugar, não por meio de gesso, donde se desprenderá mais cedo ou mais tarde, mas por perno de cobre ou bronze, visto ser de pedra calcarea, e determinando-se a sua justa posição com criterio rigoroso.

Devo a propósito, recordar tambem que esta escultura, já no tempo de Possidónio da Silva, esteve igualmente extraviada e foi Joaquim de Vasconcelos (ainda vivo felizmente) quem, supponho que em 1879, a encontrou sepultada nos entulhos da mesma igreja da *Várzea* e incitou o falecido Presidente da Associação dos Arquitectos e Archeólogos Portugueses a ir àquela vila repôr o busto do cronista sôbre a inscrição latina da sua sepultura. Oxalá não se repita o descalabro!

Depois disto, como podêmos ter confiança no trabalho executado recentemente de fixar com gesso a escultura, já um tanto mutilada do grande alenquerense quinhentista? A que entidade official poderemos recomendar a reparação dêste inadmissivel conserto?

O túmulo de Damião de Gois encontra-se na capela-mór da igreja de *Nossa Senhora da Várzea* e ainda assim, resguardada a capela por uma simples grade de ferro sob o arco cruzeiro. Mas poder-se-á chamar igreja ao edificio no estado em que se encontra, incompleto e esburacado em parte?

Sôbre o pavimento, um montão de madeiras e, a um lado, a pobre cama de um humilde guarda que, tão inconveniente e desconfortavelmente, ali pernoita!

Informaram-me de que as obras de restauração da igreja estão suspensas desde 1910 ou ainda pouco antes. Nenhum vestigio de antiguidade architectónica ali existe, além de uma pequena capela lateral, artesoadada de tijolo, a desmorronar-se! O aspecto architectural da modesta igreja é tambem o mais vulgar que é possível! O interior... deshonroso!



Com extrema e diligente cortesia, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Administrador do Concelho acompanhou-me à igreja profanada da Misericórdia; lindo templo, com magníficos azulejos murais quinhentísticos e outros, que mal se podem ver, do seculo de 600; lindo templo que serve de depósito de tudo, mas notavelmente de belos restos da antiguidade, que constituiriam rico museu lapidar, com inscrições romanas e portuguesas, capiteis de épocas e estilos vários, sarcófagos inteiriços, sendo um medieval com o nicho para a cabeça do cadaver, mós circulares, marcos brasonados, uma magnífica pia baptismal, datada de 1561, com seu pé abalaustrado, que me disseram ter vindo da *Várzea*, etc, etc.

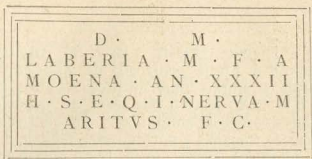
O tecto d'este rico templo é de madeira, com grandes e artísticas decorações picturais e regularmente conservado. Na tribuna do altar-mór, uma imagem de S. João Baptista preside a esta abominavel profanação de um templo precioso como é este da Misericórdia! Diz-se que se pensa em fazer ali museu, que certo benemérito alenquerense enriquecerá com o recheio do seu; mas a inopia municipal paraliza todos os projectos.

Pois é de notar que o Município de Alenquer possui um dos mais amplos e magníficos Paços do Concelho do País! Entrada com largo átrio; escadaria quasi monumental, optimamente iluminada por um zimbório envidraçado; salas e corredores de grande capacidade... Não terá um edificio d'estes locais alguns, onde possa estabelecer-se o Museu Municipal, quer na parte lapidar, quer na parte mobiliária?

Lealmente direi que, à parte o meu desamor a transformações de igrejas em museus em todas as circunstâncias, seria mais económico e sobretudo mais util à ciência e à instrução pública do concelho, dispôr as peças lapidares do porvindouro museu no átrio, na escadaria e nos corredores do edificio municipal, onde os iletrados principalmente, que ali acorrem todos os dias, aprenderiam o respeito que é devido a tais vestígios antigos e denunciariam outros que conhecessem.

Em edificio, como o da Câmara de Alenquer, certo método, ordem e critério artístico na disposição das pedras, só nobilitariam aquele monumento, e honrar-se-iam os próprios munícipes, bem como os seus representantes ou administradores. Reclama-o o seu justo brio de alenquerenses, herdeiros de uma cidade lusitânica!

Mas não desejo aproximar-me do termo d'este breve relatório, sem dar a transcrição da *tábula* romana que vi na mencionada igreja da Misericórdia, entre a desordenada acumulação de páus e pedras ali depositadas.



Na 3.<sup>a</sup> linha, N e A, bem como A e N são letras conjuntas. De passagem, visto que estas notas não constituem um estudo, indicarei, à cerca da interpretação desta epígrafe que, na 3.<sup>a</sup> linha, é raridade estar abreviado o *nomen Iulius*) do marido *Quintus* (*Iulius*) NERVA. Atendendo ao emprêgo dêste *nomen* e do *cognomen*, esta lápide poderá considerar-se do 1.<sup>o</sup> século da era cristã. Com a sua moldura, mede 0,<sup>m</sup>59 × 0,<sup>m</sup>44.

\*

No concelho de Alenquer, pelas informações que me ministraram, ha numerosos sítios que merecem exploração; grutas várias na serra; castros, como aquele de que fala o telegrama do Sr. Administrador; cemitérios e ruínas da época romana; vestígios, cujos apagados restos podem contribuir para a localização ainda incerta da *Jerabriga* ou *Lerabriga* do *Itinerário*, povoação esta que, pelo significado da desinência *briga*, devia estar situada em lugar elevado; tudo poderá concorrer para o aumento do património arqueológico da Nação, se a sua pesquisa e fiscalização se efectivarem.

\*

Segundo o artigo 9.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 23125 de 12 de Outubro de 1933, a Junta Nacional de Escavações póde propôr a nomeação de delegados seus locais ou regionais para lhe prestarem auxílio nas respectivas localidades ou circunscrições, como informadores e fiscais em matéria de antiguidades e de explorações arqueológicas.

Em consequência das seguras informações, que obtive, na visita que fiz a Alenquer, em honrosa missão da Junta de Escavações, vou ter a satisfação de propôr para seus delegados regionais no concelho de Alenquer os Ex.<sup>mos</sup> Senhores:

Dr. Eduardo de Moura Gomes, médico municipal em Alenquer e Hipólito da Costa Cabaço, proprietário, podendo eu assegurar à Junta de Escavações que, enquanto estes cavalheiros permanecerem em Alenquer, como seus delegados, ela terá conhecimento de todos os vestígios antigos que aparecerem de qualquer natureza e época e, na medida do possível, eles impedirão com zelo atropêlos ou vandalismos.

F. ALVES PEREIRA

# NUEVAS DIRECTRICES EN LA NUMISMÁTICA HISPANA

La frecuente interpretación que de la Numismática se hace en España, esto es, el hecho de considerarla meramente como «ciencia auxiliar de la Historia» limitada a la descripción y catalogación de las monedas, tal vez se halle necesitada de revisión ante las perspectivas que ofrece la ciencia que investiga y expone el pasado. Aunque cobijado el estudio de todas las monedas y medallas en el concepto general de *Numismática*, ésta ofrece en sí misma partes tan diferentes y distantes entre sí como son las épocas a que las monedas se refieren. La diferencia fundamental entre la Numismática antigua y la medieval y moderna es el *documento*; aquélla es una disciplina arqueológica, epigráfica y geográfica; ésta es no solamente arqueológica sino archivológica, siendo el documento su base esencial.

No entraremos aquí en cuestiones como la de la enseñanza de esta ciencia ni los criterios de clasificación, métodos de exposición ni nada que afecte a la metodología pedagógica (1); las presentes líneas van encaminadas sólo a señalar la posibilidad de nuevas directrices en el campo de la Numismática, entre los investigadores españoles, viendo si es posible que con nuevas orientaciones se amplíen los horizontes de esta disciplina.

2. — En la Numismática medieval y moderna poco puede darse como definitivo sin el documento; éste es su base y el numismata no debe contentarse con la utilización de los elementos internos y externos de la moneda, sino que debe ir a la busca del documento, directo o indirecto. Y el documento que ilustre no solamente las características internas de la moneda, ley, talla, fecha de acuñación etc, sino también el motivo, la causa de su emisión, la razón de ser de tal o cual tipo o leyenda (2) Así interpretada la Numismática se convierte tanto en ciencia *auxiliada* como *auxiliar*, ilgran-

---

(1) Véase sobre estas cuestiones el trabajo del P. Arturo García de la Fuente *La moneda antigua factor de cultura*, Madrid, 1934, 11 págs.

(2) Sobre esta interpretación de la Numismática y la utilización de los elementos internos y externos de la moneda es modélico el libro del Dr. Pedro Batalha Reis, *Moedas de Toro*, que en Portugal representa la orientación que quisiéramos ver arraigada entre nuestros historiadores y numismáticos, así como ha marcado una pauta en el aprovechamiento de los modernos procedimientos gráficos al servicio del estudio de las marcas.



do a ser la misma Historia y a identificarse con ella, pues paralelamente a la página de historia política o social se puede trazar aquella otra página de historia económica en la que la monetaria resalta y constituye muchas veces su misma base.

3. — La revisión del concepto de la Numismática quisá debiera llevarse al extremo de establecer un nombre que, sino siempre, en ocasiones la sustituyese, como más expresivo. La acepción actual reduce esta ciencia a los límites del catálogo, del inventario y de la descripción de las monedas; nosotros mismos historiadores pocas veces se aprovechan de la historia monetaria, utilizando solamente la ilustración gráfica que supone la piesa metálica, mas o menos artística, con una cabeza de rey o con el escudo de un estado. Esta estrecha interpretación lleva al extremo de no poder estudiar el investigador en ciertas obras de Numismática un sistema monetario, por no constar en ellas las monedas de cuenta o imaginarias, base las más de las veces de aquellas otras que, como efectivas, son objeto de una descripción detallada. Un ejemplo; el *sueldo* cuando es suma de *dineros de velón* y no tiene una piesa que le represente. La denominación *Historia monetaria* o *numaria* tal vez diera mejor idea de las posibilidades de estas disciplinas al servicio de la historia general, por apartar a los numógrafos de la labor escueta de catalogadores de monedas, asignándoles una más importante misión en la elaboración de la Historia.

4. — No puede olvidarse que la Numismática no se halla ya en sus comienzos y que es hora de incorporar a la Historia las observaciones que de la investigación monetaria resultan. Aun reconociendo que son necesarias nuevas ediciones y adiciones, no es nuestro momento el de las *descripciones generales* de las monedas de los diferentes países, es decir, el de los grandes catálogos nacionales. Nos hallamos ante la necesidad, sino se quiere que la Numismática esté tan olvidada de los historiadores generales como lo está, de hacer historia con las monedas, de documentar la significación política de las monedas publicadas en las descripciones generales, cuando la tienen. En España sería altamente interesante que los numismáticos se dedicaran ante las láminas de obra de Heiss <sup>(2)</sup> a documentar todas y cada una de las unidades monetarias allí descritas. Por lo que a Castilla se refiere, el Dr. D. Casto M. del Rivero ha documentado las monedas salidas de la ceca de Segovia <sup>(3)</sup> y recientemente el distinguido numismata

---

<sup>(2)</sup> *Descripción general de las monedas hispano-cristianas desde la invasión de los árabes.*

<sup>(3)</sup> *El Ingenio de la moneda de Segovia. — y Segovia Numismática.*

D. Pio Beltran ha podido identificar con documentos de Teixeira una espléndida piesa de Fernando III de Castilla <sup>(5)</sup> y este mismo autor trabaja desde hace muchos años en la historia de las monedas leonesas y castellanas, obra que mejorará infinitamente la única de que, hoy por hoy, podemos disponer, la de Heiss.

5. — Entre las múltiples directrices que se abren a la numismática hispana medieval destaca la político-económica y la de la investigación de las relaciones comerciales y monetarias entre los diferentes reinos. Si, por ahora, prescindiendo de las posibilidades, atendemos a los resultados obtenidos por nuestra parte con la interpretación de la Numismática, no como disciplina que brinda los tipos monetarios y los elementos externos de la moneda, sino como estudio o materia a la que hay que buscar documentos que nos justifiquen las acuñaciones y la razón de su ser, nos hallamos, con que en los reinos de la antigua corona de Aragón hemos podido ver el significado de diferentes emisiones monetarias, considerando la Numismática como la misma Historia y no limitandonos a la descripción de tal piasas y a su estudio desligado de toda relación con la historia política.

6. — Por no hacer indebidamente extensas estas líneas, sólo citaremos algunos resultados. Por ejemplo: La guerra dinástica castellana, que tanto afectó a Portugal, como puede verse en lo que ha escrito, magistralmente, el Dr. Batalha Reis en su libro *Moedas de Toro*, tuvo repercusiones en el Reino de Valencia por la pretensión de Fernando el católico de acuñar moneda extranjera en esta ceca para pago de deudas contraídas con particulares. En el mismo Reino, durante la guerra de las Germanias, se pudo atender a las necesidades de los ejércitos realistas destacados en Denia y Segorbe gracias a las acuñaciones monetarias realizadas en dichas ciudades situadas respectivamente al sur y al norte de la capital.

Durante la guerra de sucesión las monedas acuñadas a nombre del Archiduque Carlos de 1707 a 1714 que por ser de carácter general han podido ser tenidas por castellanas, fueron batidas en Barcelona y constituyeron el numerario propio de aquella contienda, durando lo que ésta, normalmente, y teniendo gran intervención en las causas ocasionales de estas emisiones, las deudas de guerra contraídas con Inglaterra. Las primeras acuñaciones barcelonesas de Felipe V, antes de la citada guerra de Sucesión se hicieron con la refundición de pesos mejicanos y en no poco grado influyó

---

<sup>(5)</sup> Publicada en el vol. II del *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros Bibliotecarios y Arqueólogos*.

en el resultado de aquel pleito dinástico el apoyo monetario que el rey Felipe tenía en América y la difícil situación dineraria del Archiduque.

Durante la guerra por la Independencia, se hicieron numerosas acuñaciones de necesidad. Las cuantiosas sumas de dinero recibidas por la Junta de Defensa del Reino de Valencia hicieron posibles las acuñaciones monetarias a nombre de Fernando VII y la tenaz resistencia opuesta a los franceses.

En otro aspecto, el estudio de los hallazgos y el de las relaciones comerciales a través de los diplomáticos han puesto de relieve el paralelismo monetario entre diferentes y distantes países. Y para no extendernos más terminamos aquí esta enumeración de resultados obtenidos gracias a las monedas y a los documentos y a la interpretación de la Numismática como Historia monetaria; disciplina que con su carácter político-económico ofrece las más amplias perspectivas y a lo que hay que señalar nuevas directrices para su propio provecho y utilidad de la Historia, las cuales creemos pueden ser las indicadas puesto que los resultados obtenidos abonan las orientaciones propuestas.

F. MATEU Y LLOPIS



## O ESPÓLIO DO CASTELO DE ALMOUROL

Entre os objectos encontrados nas excavações feitas em 1899 no Castelo de Almourol, figuram umas placas cujo estudo parece interessante. São as seguintes.

Três, circulares, com 93 mm. de diâmetro e a espessura média de 1 mm. São de cobre e, duas delas, providas de dois prolongamentos nas extremidades do diâmetro horisontal, de largura e comprimento de cerca de 20 mm. e com as extremidades cortadas em V aberto para o exterior. Em cada uma destas asas há um furo de 3 mm. destinado à sua fixação por meio de pernos de ferro, alguns dêles ainda existentes. A terceira placa, tem na parte superior, em plano normal ao da placa, uma saliência furada, destinada a suspendê-la com movimento oscilatório, limitado por um prolongamento da saliência.

Tôdas as três placas têm o mesmo desenho, e a mesma inscrição, embora esta não seja completa em algumas, em virtude das letras ocuparem maior espaço. Duas circunferências concêntricas com a placa, respectivamente de 89 e 73 mm. de diâmetro, limitam o espaço onde se contém a legenda. No círculo interior, existe o desenho que passo a descrever. Ao centro, um cavaleiro, com armadura completa, excepto o elmo, e com espada, ajoelha voltado para a direita, de mãos postas. Na sua frente, uma dama, de pé e em cabelo, com um longo vestido, levanta com as duas mãos um elmo que vai colocar na cabeça do cavaleiro. À rectaguarda dêste, está espetada no solo a lança, com bandeirola triangular com uma pequena cruz ao centro. Mais à rectaguarda, vê-se a cabeça e os quartos dianteiros do cavalo, distinguindo-se bem as rédeas, o freio, as faceiras e a testeira. Uma árvore cuja ramaria surge por cima da cabeça do cavaleiro, e uma outra mais pequena por detrás da dama, completam o desenho, que, assim como a legenda, é aberto a buril.

O fundo da placa e as letras eram de esmalte azul, e o metal dourado, existindo ainda de tudo visíveis restos. As legendas são em caracteres unciais e começam na parte superior depois de uma cruz. Julgo ler, sem erro, o seguinte, embora nas três placas haja variantes em algumas letras, que penso serem devidas a imperícia do *ourives de gineta*:

+ AMO RVOU ME UACO FICA O CORACOM MEU



que parece ter a seguinte leitura, pontuando á moderna :

AMOR, VOU-ME ; VACO FICA O CORAÇOM MEU.

A gravura, sobretudo a de uma das placas, é bastante grosseira, mas vê-se que, à parte as legendas, é copiada com grande fidelidade de um modelo único. Creio que estas peças remontam aos séculos XIV ou XV, e constituíam ornamentação dos peitorais ou gamarras dos arreios da cavalaria da Ordem de Cristo.

Duas placas circulares com 53 mm. de diâmetro e 1 de espessura. Uma tem dois prolongamentos no sentido do diâmetro horizontal, com as dimensões e forma das anteriores. Inferiormente tem duas saliências normais ao plano da placa, destinadas a suportarem um pingente, por meio de um perno de ferro que as atravessava pelos furos que existem.

A outra tem dois prolongamentos no sentido do diâmetro vertical, e de maior comprimento, tendo o superior um furo para o perno de ligação e o inferior charneira para um pingente. O desenho é constituído por duas circunferências com os diâmetros de 47 e 27 mm. No círculo interior, um busto de mulher, até á cintura, com um vestido às riscas verticais, olhando a três quartos à esquerda. Entre as duas circunferências, a começar em uma cruz, a legenda, que é a mesma das placas citadas anteriormente, mas só até ao A de UA, por o espaço não comportar mais. Metal, esmaltes, dourado e aplicação, como as anteriores.

Três placas circulares, de 67 mm. de diâmetro e espessura média de 1 mm. Têm na parte superior um olhal de suspensão, normal ao plano da placa. Tôdas três têm o mesmo desenho, que consiste no seguinte. Uma circunferência de 50 mm. de diâmetro limita a cercadura, constituída por um ramo de hera disposto em sinusoide. No círculo interior, um elmo voltado para a direita, com grande guarda nuca.

É encimado por um grifo de asas abertas, sustentando uma fita com legenda. O elmo apoia-se num escudo à valona, formado por três arcos de círculo, tendo em campo de esmalte que parece branco um grande E gótico minúsculo, de ouro. A legenda da fita diz apenas, também em caracteres góticos minúsculos: RAISO. Isto, em duas das placas, onde ainda se vêem os restos do esmalte, que parece branco, e têm a cercadura e o relêvo do desenho dourado, estando uma delas em muito mau estado. A terceira, está em bom estado, mas não era esmaltada nem dourada, sendo o dese-

nho em baixo relêvo, feito também a buril, como nas outras. São de cobre e deviam ter a mesma aplicação que as anteriores.

Não me parece fácil a interpretação do desenho. A letra E do escudo seria naturalmente a inicial de EDUART, o que poderia levar-nos a relacionar a placa com D. Duarte, o que a época provável do trabalho não contradizia.

Por outro lado, a legenda deverá interpretar-se como RAISON, estando as restantes letras encobertas no resto da fita, o que levaria a relacioná-la com o infante D. João, filho de D. João I, cuja tenção era JE AY BIEN RAIZON, sendo a tenção de D. Duarte TAN QUE SERAI. Aumenta ainda a confusão o facto de ser o infante D. João administrador do mestrado de Santiago, e não ser da Ordem de Cristo, cuja era o castelo de Almourol. Fica pois, o problema sem solução.

Uma placa circular, de cobre, de 65 mm. de diâmetro e 1 de espessura.

Duas circunferências concêntricas com a placa, de 40 e 35 mm. de diâmetro, em relêvo, formam uma fita que, com a circunferência exterior, limita o espaço onde se contém a legenda. No interior um grande S uncial, atravessado por uma seta com a ponta para baixo. O fundo é constituído por traços cruzados, abertos a buril e dourados.

A legenda começa em uma cruz na parte superior, e é em gótico alemão dizendo, salvo melhor leitura:

+ ENDIOSESELPODERENTODAOCA

que julgo dever lêr-se

EN DIOS ES EL PODER EN TODA OCA(SION)

Por não haver mais espaço não se teria completado a legenda.

Conserva ainda vestígios do esmalte. Tem um furo sôbre a cruz da legenda, por onde seria suspensa. Era para ornamentação de arreoio.

Uma placa circular, de cobre, com 57 mm. de diâmetro e menos de 1 de espessura. Tem um olhal que entra numa charneira de um travessão de 57 mm. de comprimento, terminado em pontas de lança, furadas ao centro para os pernos de ligação, um dos quais ainda existe, mostrando que a espessura da peça onde se ligava era de cerca de 4 mm.

Não tem legenda e é ornamentada da seguinte forma.

Uma circunferência de 53 mm. de diâmetro limita exteriormente uma

coroa circular de 2 mm. de largura esmaltada alternadamente a branco e vermelho. Segue-se, interiormente a esta, outra coroa de 6 mm. de largura ornamentada a traço. Nova coroa de 5 mm. de largura com 8 florões em fundo de esmalte branco. O círculo central é ocupado por um florão, com centro e 6 pétalas relevadas e ornamentadas a traço, parecendo que deveria assentar sôbre fundo de esmalte branco.

O travessão e as partes relevadas, são dourados.

Devia ter a mesma aplicação que as anteriores.

Uma placa de 65 mm. de diâmetro e 1 de espessura média, de cobre. Tem na parte superior disposição para se suspender, oscilando. Tem o seguinte desenho, que ocupa toda a sua superfície, com excepção de uma pequena orla lisa de 2 mm. de largura: ao meio, e tomando quasi tôda a altura, uma dama, de frente, com vestido de mangas perdidas, agarrando com a mão esquerda uma flor cuja haste e folhas tomam o lado direito do círculo. A mão direita está na cintura. Aos pés, um grande leão deitado. O outro lado do círculo é ocupado por outra planta de largas folhas. Uma fita que se apoia por um extremo no peito da dama, diz:

#### TENER AMOR

Vestígios de esmalte nos fundos, e de dourados nas superfícies.

Mesmo destino que as anteriores.

Duas placas circulares, com bordos de oito lóbulos. Diâmetro máximo, 62 mm. Têm dois prolongamentos no sentido do eixo horizontal, de 20 por 15 mm., com um orifício cada, destinado aos pernos de fixação. Espessura média superior a 1 mm. São de cobre como as anteriores.

O desenho consiste em uma cercadura simples, com 2 mm. e, ao centro, um castelo com três tórres sôbre fundo de esmalte azul. Nos espaços vagos à direita e à esquerda do castelo, duas flores de seis pétalas e na parte inferior, um florão de quatro pétalas. Sobreposto ao castelo, num espaço em forma de portal, um busto de mulher olhando a três quartos à esquerda, sôbre fundo de esmalte vermelho. O busto tem uma coroa aberta. De um e outro lado do busto, dois pequenos florões de quatro pétalas.

Os traços, feitos a buril, conservam ainda o dourado.

São anèpígrafas e, entre tôdas, as de mais belo desenho e execução. Julgo-as destinadas ao mesmo fim das anteriores.

Uma placa de cobre, com o bordo de seis lóbulos, separados por seis saliências. Diâmetro máximo, 66 mm.



Dentro de um rebordo de 2 mm. de largura, está o desenho constituído por um grande escudo esquartelado por uma cruz de Cristo, de esmalte vermelho, tendo no 1.º e 4.º quartéis as quinas, sendo as laterais apontadas ao centro. No 2.º e 3.º não há vestígios de peças heráldicas, vendo-se que o campo era todo dourado. O escudo é ladeado por dois grifos, parecendo que sustentam sôbre as cabeças outros dois pequenos animais, que se tocam por cima do escudo. Na saliência superior conservam-se vestígios da suspensão, agora quebrada.

Julgo-a também ornamento de gamarra.

Uma placa de cobre com 44 mm. de diâmetro e espessura média superior a 1 mm. Nos extremos do diâmetro horizontal tem duas saliências de 8 mm. de largura por 11 de comprimento, com orifícios que ainda conservam os pernos que a ligavam.

Duas circunferências concêntricas de 36 e 20 mm. de diâmetro limitam uma faixa ligeiramente ornamentada, e o círculo central é todo ocupado por um belo A uncial de 16 mm. de altura.

Todo o desenho é aberto a buril e parece nunca ter tido esmaltes.

Devia ter a mesma aplicação das anteriores.

Uma placa de cobre de 62 mm. de diâmetro máximo, limitada por seis lóbulos e, entre êstes, seis saliências quási circulares, furadas, e que ainda conservam vestígios dos pernos de ligação.

De um dos lóbulos nasce outra saliência, hoje quebrada que naturalmente seria para suspensão de um pingente.

O interior da placa é quási completamente preenchido por um complicado desenho onde, pelo mau estado da placa (que, embora completa, está dividida em três fragmentos), apenas se podem perceber duas pequenas flores de trevo, e vestígios de esmaltes policromos e de douradura.

Deve também ter servido de ornamentação de arreo.

Uma placa de cobre, com as dimensões e forma da anterior, mas tendo, em vez de uma excrescência, duas, uma na parte superior e outra na inferior, ambas quebradas, mostrando terem-no sido violentamente e não pela acção do tempo. Na parte central, e inferiormente, tem um B gótico minúsculo, de esmalte, com 18 mm. de altura, aberto sôbre um fundo dourado, e encimado, parece, por uma coroa aberta.

Ródeia a letra, pelos lados e pela parte superior, uma fita de 9 mm. de



largura, com legenda em caracteres góticos minúsculos esmaltados, mal conservada, onde se lê:

POLA P... S

As letras, que se não podem ler, são duas ou três. Creio que a legenda se prolongava pela parte encoberta de fita, motivo por que a julgo de difícil reconstrução.

Todo o resto da placa é dourado.

Mesma aplicação das anteriores.

Ficam descritas as dezassete placas que julguei deverem grupar-se por terem a mesma aplicação. Referir-me-ei, porém, ainda a outras peças que penso poderem ter tido o mesmo destino. São quatro e o fragmento de uma outra.

Consistem em um aro de cobre, de secção triangular de 5 mm. de base e 4 de altura, tendo o contorno a mesma forma e dimensões que o perímetro das placas hexalobadas já descritas. Têm também as mesmas saliências com vestígios dos pernos de ligação, assim como da saliência onde se suspendia outra peça. São de perfeita execução mas não têm ornamentação, sendo, porém, douradas.

Evidentemente, tinham a mesma aplicação que as placas descritas.

Também julgo dever citar nove peças mais ou menos fragmentadas que, pela sua forma, se vê serem destinadas a sustentar as placas ou a servirem-lhe de pingentes. São também de cobre, com vestígios de douradura, e nada oferecem digno de estudo.

GARCEZ TEIXEIRA

## DAS MOEDAS DE TORO

RESPOSTA À CRÍTICA DO ENG. RAUL DA COSTA COUVREUR  
«AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE  
CASTELA E OS ESCUDOS DE OURO DO MESMO REINADO

Quiz honrar-me o ilustre Engenheiro Raul da Costa Couvreur, como distinto colecionador-numismata que é, com uma crítica<sup>(1)</sup> ao meu trabalho à-cêrca das «Moedas de Toro». Nele — como em regra em todas as críticas — se discorda de algumas conclusões a que nêsse estudo chegamos; e, se tal fôsse apenas o resultado dum parecer meramente subjectivo, nada tínhamos nós a dizer. Porém, como tais observações são elegantemente guiadas pela justa idéia de que «...muito acima de qualquer vaidade pessoal... a ambos nos anima o desejo muito superior de que as investigações determinem conclusões quanto possível rigorosamente fundamentadas...», não posso nem devo deixar de responder às sugestões apresentadas precisamente por concordar com essa doutrina. E assim, esclarecendo êsse ilustre colecionador, igualmente melhor ficarão informados do assunto aqueles que por êle se interessarem.

Antes de começar a análise dêsse texto, que a par e passo seguiremos, para nenhum ponto ficar sem o devido esclarecimento, cumpre-me agradecer as amáveis expressões que aí se me dirigem.

As fundamentais discordâncias do Sr. Eng. Couvreur quanto aos meus resultados são as seguintes: não aceitar que só em Toro se tivessem cunhado as moedas de D. Afonso V que têm as armas de Castela, nem tão pouco concordar com a disposição cronológica que estabeleci para as moedas do Rei Africano.

Em primeiro lugar salientaremos que, para que subsistam tais dúvidas, importa a derrocada completa de tudo o que estabelecemos — e portanto também de toda aquela parte que o próprio crítico aceita «sem sombra de dúvida» — não podendo propôr-se isoladamente cousas que, para garantilas, era necessário criar-lhes um ambiente de múltiplas razões que as justificassem, como aquele que envolve as nossas conclusões.

Com efeito, tão homogénio, lógico, e seqüente é o que estabelecemos — o que só acontece quando ha a fortuna de trilhar a verdade histórica —

---

(1) In *Revista de Arqueologia*, vol. II, pags. 88 a 95, e 106 a 109. De que se fez separata de 14 pags.

que, não é fácil querer enchertar-lhe qualquer outra peça que lhe não pertença, sem o desconcerto de toda a máquina dos acontecimentos que indistritavelmente se entrelaçam em volta do mesmo assunto a que respeitam. E tão difícil é negar estes, pelas razões que os impõem, como pretender dar visos de verdade a queles.

\*

Encaremos agora o problema de perto e objectivamente seguindo a crítica do Sr. Eng. Couvreur.

Assim, não concorda êsse illustre Engenheiro que só em Toro Afonso V tivesse cunhado moeda como Rei de Castela. Porém nenhum documento ou testemunho apresenta que demonstre o contrário: faz apenas suposições.

E, ao passo que aceita, sem discussão, os lavramentos de Toro para as moedas que têm uma cabeça de touro ou T, duvida das outras que, embora com aquelas se liguem por evidentes analogias, têm outros símbolos.

Por dois aspectos salientes temos de observar êste ponto: o da possibilidade, pelo tempo, de haverem sido cunhadas noutra qualquer terra, e o do exame directo das moedas.

Em nenhum deles se nos afigura que o Sr. Eng. Couvreur tenha razão para sustentar o seu ponto de vista; e se não vejamos: Afonso V muito embora em Janeiro de 1475 já houvesse—pelo Conselho reunido em Estremôz (2)—resolvido entrar em Castela, a verdade é que aos 18 de Maio ainda êle estava em Arronches, donde se dirigiu para Placência onde a Infanta D. Joana o aguardava, para a celebração dos desposórios régios que uma semana depois, a 25 de Maio, com toda a solenidade ali se realizaram, em presença de todo o povo e de outros muitos Senhores castelhanos e portuguezes (3). Ali estivera em festas cêrca duma semana também (4) fazendo-se logo caminho de Arevalo, em que igualmente... «esteveram poucos dias, donde El Rei se foy aa cidade do Touro...», no dizer do Cronista (5).

Por aqui se vê, pois, que não é exequível D. Afonso V ter batido moeda antes da sua entrada em Toro. E nêste passo convém não esquecer o

---

(2) Vid. o Doc. n.º 2 que nas *Moedas de Toro* damos em Apêndice, e é um extracto, de fol. 4 v a 9 v., do códice N.º 443, da Colecção Pombalina de B. N. L.

(3) Vid. Textos confirmativos in *Moedas de Toro* pag. 18 e notas 3, 4, 5, *ibidem*.

(4) Vid. Damião Gois, *Crónica do Sr. D. João*, Cap. LII, pag. 125. Cfr. *Moedas de Toro*, pag. 19.

(5) Ruy de Pina, *Cronica de D. Afonso V*, cap. CLXXIX.

cuidado de que então se rodeavam no lavramento da moeda, não sendo de modo algum aceitavel que o tivessem feito *em jornada*, quando o seu fabrico demandava instalações que se não acomodariam facilmente: eram as forjas, cadinhos, bigornas e toda a outra ferramenta mais leve como martelos, tesouras, balanças... além de ser muito para lembrar a segurança e recato em que tal se fazia, e não era possível ter em viagem ou nas breves pousadas das vilas.

E agora, a confirmar este juízo, temos as próprias moedas, em que as primeiras lavradas com as armas de Castela ostentam já o símbolo de Toro: a cabeça de touro (que o Sr. Eng. Couvreur aceita, e sem dúvida, como sendo marca de Toro).

Logo, se bom de perfilhar é que antes de entrar em Toro D. Afonso V não deve ter batido moeda como Rei de Castela, mais de aceitar é ainda que só aí elle a forjou, posto que também só nessa vila (de Toro) elle esteve «duma maneira constante durante o tempo em que assim se intitulava, — aí tinha a sua côrte e nela a Rainha, bem como o grôso do seu exército— ao passo que de curta duração e largos afazeres fôra sempre a sua estadia em tôdas as outras terras onde estivera no decorrer dessa improfícua campanha» (6). Assim o demonstramos na *Resenha Histórica* que antecede a descrição das *Moedas de Toro*, ao fazer o estudo pormenorizado dêsse passo da vida do Rei Africano (7)

\*

Olhemos agora directamente para as moedas.

Em primeiro lugar salientaremos que *só de Toro* existem marcas monetárias.

E a este propósito ocorre-nos uma pergunta: se outra cidade igualmente tivesse cunhado moeda, não usaria também, como aquela, a sua marca monetária dela própria — como todas as tinham?

Neste passo devemos lembrar, pois, que era essa a regra geral do tempo. Isto é, toda a moeda forjada excepcionalmente em qualquer terra que não a de uso, tinha sempre a marca que o indicava (8) E' o que semelhan-

(6) Vid. *Moedas de Toro*, pag. 36.

(7) Vid. esse trabalho de pag. 17 a 27 nos respectivos documentos, fidedignos, em que nos apoiamos.

(8) E' o que vemos também nas moedas do Reino: todas as que não eram de Lisboa, tinham a marca da officina de que saíam; só para as da capital era por vezes facultativo tê-la ou não, por ser o local de direito próprio a essa prerrogativa.



temente aconteceu com as moedas de D. Fernando quando da campanha contra Castela: o dinheiro lavrado então fora do Reino, em Çamora, Corunha, Tuy ou Milmanda, teve sempre a marca da oficina monetária que directamente designava a vila donde provinha. Foi precisamente o que se deu com a série de Toro: lá estão as cabeças de touro a confirmar essa antiga prática. E o deixarem de se usar, para em vez delas se empregarem as letras dos Reinos representados nas armas, ou até mesmo simples anéis, só indica que essa cunhagem se ia tornando regular em Toro, que aí funcionava como «capital» desse novo Reino.

\*

Muito para notar é ainda a evolução da forma do escudo e, neste particular, o sentir-se nessas primeiras moedas de Toro (as que têm as cabeças de touro) influência das moedas anteriores, isto é, na serie de Toro são essas as que mais se aproximam das lavradas anteriormente no Reino — o que é também mais um argumento de análise para reforçar a nossa convicção de que as *primeiras* moedas que se lavraram com as armas de Castela são as que têm o símbolo de Toro (as cabeças de touro),<sup>(9)</sup> com quatro castelos nas armas de Portugal — como o tinham também as moedas do Reino.

\*

Outra razão subsidiária evocaremos em reforço da nossa tese — o tipo dos *escudos de ouro lavrados em Toro* ser exactamente *igual* aos *grossos* do I tipo (especialmente do N.º 2), que *primeiramente* ali se devem ter cunhado. De modo que, devendo ter sido limitado esse lavramento do ouro, como da raridade extrema das suas peças se infere, — por certo que essa cunhagem se deve ter dado logo que em terras de Castela assentou arraiais, como soi dizer-se, isto é, assim que chegou a Toro e cunhou moeda. E' precisamente o que nos confirma o único exemplar que existe (no *Cabinet des Médailles*

---

(9) Aproveitamos o ensejo para lembrar que, se fomos nós que tivemos a sorte de interpretar esse símbolo como marca de officina monetaria, ligando-o a Toro, já outros antes de nós judiciosamente haviam notado que esses sinais eram «cabeças de touro» e não «estrelas» como aliás mais vulgarmente lhes chamaram. Ao publicar as *Moedas de Toro* julgavamos que a primeira pessoa que as tinha devidamente notado havia sido Schulman, na sua lista de 20-II-933, o que mencionamos na nota da pag. 75. Porém, informa-nos agora o distinto numismata Sr. Dr. Pompeu de Carvalho Mirabeau que isso mesmo fôra notado já, e muito antes, por quem organizou o *Catalogo da Colecção Monetária do Dr. Justino Cumano*, 1908, a pag. 96 sob o N.º 1822.

de Paris), visto que aos lados das armas estão as *cabeças de touro*, como marcas moletárias a indicar-nos a terra em que fôra batido; e em volta das quas *quatro* castelos. O que igualmente vem ao encontro das considerações feitas àcerca da moeda de prata: dos *grossos*.

\*

São tôdas estas razões que, entrelaçando-se, se reforçam mutuamente, posto que tôdas convergem no mesmo sentido; o que unicamente se dá, quando traduzem uma realidade. Assim o julga a Crítica Histórica.

Mas o Sr. Eng. Couvreur uma vez que aceita que essas moedas (as que têm cabeças de touro) pertencem a Toro, para negar que elas não são as *primeiras* dessa série, tem então de transformar em barafunda a seqüência que estabelecemos no agrupamento desses espécimes, e perfilhar a opinião de que os castelos nas armas de Portugal se usavam sem qualquer ordem, como se se tivesse empregado 6, 8 e 10 castelos, para depois voltar ao uso dos 4 e saltar para os 12. E' a confusão — e julgo que difícil de sustentar.

Atente-se no cuidado e respeito que então havia pelas armas e sua representação, <sup>(10)</sup> e se não poderá aceitar a falta de critério que deveria existir se assim fôsse, na sobredita desordem.—Não é, porventura, dado êsse espírito, mais lógico de propôr que êsse aumento de castelos nas Armas representasse aquêles mesmos castelos de que os cronistas nos falam que o Rei, depois de haver entrado em Toro, foi receber o preito e menagem deles? Não representava o braço o próprio Reino? Não estava o Reino de Afonso V a ser engrandecido diáriamente, digamos, enquanto esteve em Toro, até à batalha de Castro Queimado?

Não é, pois, razoavel e coerente dispor as moedas na seqüência do aumento dos castelos — 4, 6, 8, 10 e 12 — que vemos no escudo de Portugal, (e que simultaneamente acompanham a evolução da sua forma) como reflexo do crescente poderio em adeptos que Afonso V teve depois que entrou em Toro,—como nos relatam os cronistas e outros documentos?

Só isto se nos afigura exequível. E para que de tal nos demovamos é preciso que se nos apresente um *documento* que o contrarie, e não mera suposição infundada.

Notaremos mais, como dificuldade de aceitar o ponto de vista do nosso distinto crítico, em ter como de Toro *só* as moedas que têm o indicativo irrefutavel dela, que, se assim fôsse, como explicar que de Toro houvesse

---

<sup>(10)</sup> Àcerca dêste ponto veja-se in *Moedas de Toro* o Cap. «Dos Castelos», de pág. 61 a 64, e os textos da época, que a êle se referem, aí transcritos.

*tão poucas moedas* — (se por de Toro só tivéssemos as que mostram as cabeças de touro ou o T) — se foi nessa vila que o Rei mais esteve, para já não dizer onde dum modo estavel unicamente pousou? — Qual foi a outra terra em que houvesse estado de arraiais tão assentes como em Toro?

A hipótese de as levar já forjadas do Reino, fica totalmente prejudicada pelas considerações que nos levam a crer que antes da aclamação o não houvesse feito, e, sobre tudo pela confirmação disso mesmo que o estudo das próprias moedas nos dá.

\*

Importa ainda notar a confusão manifesta que ha <sup>(11)</sup> ao atribuir-se-me a afirmação de que os Reis Católicos usaram nas *moedas* o título de *Reis de Portugal*, quando eu precisamente afirmei o contrário. Eis novamente o que eu disse: «Note-se que os Reis Católicos embora juntassem aos seus títulos o de *Reis de Portugal*, e aos sêlos acrescentassem as nossas Quinas, não *poseram nas moedas, entretanto, qualquer indicação alusiva a êsse facto*; e talvez assim fôsse por a moeda marcar a posse do lugar em que é batida — como o fazia o Rei de Portugal — e os sêlos apenas o afirmem teóricamente». <sup>(12)</sup> Não percebo como daqui se possa depreender que Fernando e Isabel houvessem empregado nas *moedas* o título de *Reis de Portugal*.

Encontra êsse ilustre coleccionador mais uma «contradição» <sup>(13)</sup> em eu ter dito não ser aceitavel que D. Afonso V tivesse batido moeda como Rei de Castela *antes* da sua aclamação em Placência, e o que apontei como usança do tempo — dum monarca poder bater moeda em nome dum Reino de que se julgasse senhor, até mesmo sómente *in nomine*. Ora a «contradição» não existe, por que aquella afirmação é a resultante do estudo pormenorizado dêsse caso especial, e esta apenas a recordação duma prática geral usada nêsses velhos tempos.

Depois disto, e julgando outra vez contraditar a referência que havíamos feito — e agora novamente ficou transcrita acima — de que a positiva indicação de Rei de Castela nas moedas que Afonso V forjou em Toro, claramente indicava a posse da terra onde era lavrada, aponta o Sr. Eng. Couvreur <sup>(14)</sup> as moedas hespanholas que mantiveram as nossas Quinas incluídas no brazão de Castela, depois de 1640, e que não correspondiam a posse

<sup>(11)</sup> A pag. 91 da *Revista* e 6 da *Separata*

<sup>(12)</sup> Vid. *Moedas de Toro*, pag. 19 nota.

<sup>(13)</sup> Cfr. pag. 91 da *Rev.* e 6 da *Sep.*

<sup>(14)</sup> A pag. 92 da *Rev.* e 7 da *Sep.*



alguma. Mas este argumento não tem valor, pois que,—ao passo que aquela é uma *indicação positiva nas legendas e nos símbolos*— este é apenas a lembrança vaga dum enobrecimento do braço (não havendo a êle a mínima referência na legenda) usado em memória dum feito notável (como o era para os hespanhois a recordação da dinastia filipina), e não que isso pretendesse envolver qualquer outra afirmação de direito, que não fôsse a simples evocação do passado. São portanto duas cousas diferentes.

\*

Quanto às aproximações técnicas ou artísticas que estabelecemos, de que o Sr. Eng. Couvreur aponta um exemplo de que discorda<sup>(15)</sup> (a analogia dos tipos I e III), para daí insinuar que sendo diferentes pertencerão a oficinas também diferentes, limitar-me-hei a responder com o que esse illustre Engenheiro aceita «sem sombra de dúvida»; isto é, que artisticamente mais se não podem distanciar, em toda essa série, do que as que agrupamos nos I e V tipos: e, no entanto, esses dois grupos *concorda* o distinto crítico que igualmente pertencem a Toro; pois umas têm as cabeças de touro e as outras o T. Com efeito, na mesma oficina podiam trabalhar artifices de técnicas bem distantes... sem que das suas produções algo tenhamos a inferir do que essa mesma consideração, e não que por tal deveriam pertencer a casas da moeda diversas.

\*

No que respeita à segunda parte da crítica, isto é do que se refere à divisão e agrupamento do numerário afonsino em três fases distintas, respectivamente iniciadas em 1438... 1457... e 1475..., diremos que o Sr. Eng. Couvreur embora diga que de forma alguma pode concordar com ela, limita-se no entanto a levantar uma objecção à ultima fase, e a propor que nesta também se devem ter lavrado os *escudos* de 18 quilates — que nós sómente admitimos na *primeira* (1438-1457).

Quanto à suposição "...de que de 1475 a 1481 só se lavraram as moedas de Portugal como reino unido ao de Castela e Leão..."<sup>(16)</sup> que diz se infere das minhas conclusões — não posso eu agora também concordar de forma alguma que assim seja, posto que, bem claramente a pag. 37 do meu estudo escrevi que essas moedas se cunharam "...de Junho de 1475 a

---

<sup>(15)</sup> Vid. pag. 93 da *Rev.* e 8 da *Sep.*

<sup>(16)</sup> Vid. pag. 95 da *Rev.* e 10 da *Sep.*



*Junho de 1476*... bem como é pouco natural que depois da safda d'El-Rei da vila de Toro (a 13 de Junho de 1476) se continuasse êsse lavramento que, quando muito, se poderia ter prolongado até à entrega da vila aos futuros Reis Católicos, que se deu, passados três meses, a 19 de Setembro de 1476; mas nunca além desta data».

De 1476 a 1481 se algumas moedas se lavraram, outras não foram senão os *cruzados*, *grossos* ou *meios grossos*, em seqüência do que anteriormente se havia estabelecido, isto é, que se não faria moeda ligada e não que se pudesse ter voltado ao toque baixo, como o admite o Sr. Eng. Couvreur (17)

Quanto à afirmação de que os *escudos de 18 quilates* se lavraram «no começo e no fim do reinado» (18) de Afonso V, diremos que tal juízo é apenas baseado em mera suposição. Tendo para isso desprezado êsse ilustre Engenheiro tanto a análise cuidada dos exemplares, como até a própria legislação das moedas. Exemplifiquemos: para aceitar semelhante opinião, é preciso não ter olhado, e querer negar, a evolução da forma do escudo... a alteração da letra... a modificação do toque... a própria legislação monetária! — É necessário começar por fazer tábua rasa da evidente evolução que se deu na forma do escudo do Reino, e pretender que se voltasse ao formato antigo — o das moedas de D. Duarte usado por D. Afonso V no começo do seu reinado, acentuadamente ponteagudo (a que nós chamamos a 1.ª fase monetária do Rei Africano 1438-1457) — depois já do escudo ter grandemente evoluído para uma forma menos lanceolada — ou seja para aquela que apresenta um certo paralelismo dos lados, bem como a junção dêles menos pronunciada. (19)

Depois, é preciso negar outra evidência: a modificação que se operou na escrita — isto é, o deixar de se usar exclusivamente a letra gótica (como nas moedas da primeira fase monetária se verifica) para se começar a adoptar o alfabeto romano, cuja influência, na segunda e terceira fases monetárias do reinado de Afonso V, é manifesta. (20)

(Continúa)

PEDRO BATALHA REIS.

(17) Vid. pag. 96 da *Rev.* e 11 da *Sep.*

(18) Vid. pag. 107 da *Rev.* e 12 da *Sep.*

(19) O que nos reinados subseqüentes se acentua. Vid. *Moedas de Toro*, pág. 38-40, e est. IV.

(20) Cfr. *Moedas de Toro*, págs. 66 e 71; onde até notamos um *cotrim* do período de transição.

## ALGUMAS PALAVRAS SÔBRE D. JOÃO DE ALBUQUERQUE E O SEU TÚMULO

Em Aveiro, cidade aprasivel, existe um dos mais belos túmulos que conheço em Portugal: o de D. João de Albuquerque, Senhor de Angeja e Canelas, filho de D. Pedro Vaz da Cunha, também Senhor de Angeja, casado com D. Helena de Ataide, filha de Martim Gonçalves de Ataide.

Bisneto de D. Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de S. Tiago e alferes mór de D. Pedro I, e neto de D. Tereza Afonso de Albuquerque, casada com D. Vasco Martins da Cunha, Senhor de Angeja, D. João de Albuquerque que foi casado com D. Catarina Pereira, era irmão de D. Pedro de Albuquerque e de D. Izabel de Albuquerque.

Foi pai de D. Pedro de Albuquerque, Senhor de Angeja, o qual serviu a D. Afonso V na guerra de Castela e a D. João II que lhe deu o posto de Almirante do Reino (Carta de 3 de Outubro de 1483), tendo-lhe sido depois confiscadas as terras que possuía e degolado em Montemor-o-Novo, por ter tomado parte na conspiração do Duque de Vizeu. Foi casado com D. Catarina da Costa, irmã do Cardeal D. Jorge e era irmão de D. Lopo de Albuquerque que teve o título de Conde de Penamacor e foi Senhor de Abiul por mercê de D. Afonso V, a quem serviu na mesma guerra em que entrou seu irmão D. Pedro.

E tendo feito parte da conspiração do Duque de Vizeu, fugiu, tendo falecido em Sevilha. Teve como esposa D. Leonor de Noronha, filha do arcebispo D. Pedro de Noronha.

O terceiro filho de D. João de Albuquerque chamava-se D. Henrique de Albuquerque, o qual foi também senhor de Angeja. <sup>(1)</sup>

O túmulo de D. João de Albuquerque longe de ser de «pesada arquitectura», <sup>(2)</sup> é dos mais interessantes que ha em Portugal.

Assentando sôbre quatro cabeças de leões, vê-se, em estátua jacente, o tumulado vestido com as suas armas.

De mãos cruzadas sôbre o peito, a cabeça repousa sôbre duas almofadas.

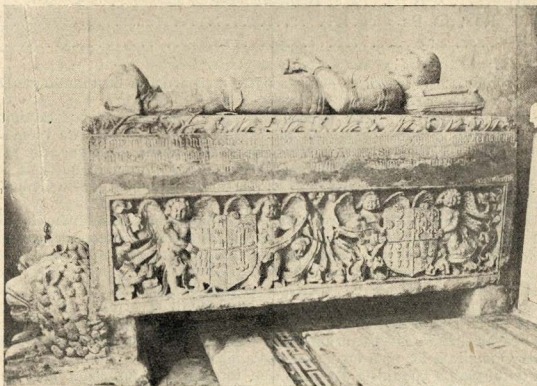
---

(1) Vide D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica, da Casa Real Portuguesa*, tomo I.

(2) Vide Marques Gomes, *Memórias de Aveiro*, 1875, pags. 162.

Tem como leito a tampa do túmulo, ornada na parte superior de folhagem em estilo renascença.

A seguir, ocupando um pouco mais de um terço da altura da arca tumular, encontra-se uma inscrição insculpida em quatro linhas de caracteres góticos, com as iniciais maiúsculas e que suponho que deve continuar nas partes restantes superiores dêste túmulo, completando-se assim os seus dizeres.



Na parte visível desta fotografia e que corresponde á sinistra da estátua jacente, leem-se quasi por completo as duas primeiras linhas, o que infelizmente não succede com a terceira e quarta linhas, ilegíveis por estarem tapadas com cimento ou argamassa, disfarçando-se assim os estragos produzidos pelas diversas remoções dêste túmulo ou pela acção do tempo.

A inscrição a que acima me refiro e cuja leitura devo á muita amabili-



dade do Ilustre Epigrafista Sr. Cordeiro de Sousa, Director desta Revista, é deste teor :

- 1) — ✕ Aquy : jaz : o muito : onrado : Sôr : E uallente : Caualeyro : Joam : Dalboquerqe : Do cõselho : Del Rey : E doseu : h (?) .....
- 2) — ....º Do Rey : Da dita : Canaria : E o desbaratou : E trouxe : Preso : A o arayal : Soo p(er)sy : E asy nas : Partes Dafrica .....
- 3) — .... seus (?)...y... Acôtec... am... eco (?)... esta : Aos...s Ro...os Pu...co.....
- 4) — .... a : e .....

A seguir a esta inscrição, surge a parte mais artística do túmulo de D. João de Albuquerque.

Entre ornatos do estilo indicado, quatro anjos, aos grupos de dois, sustentam, dois escudos. No escudo que está da banda da cabeceira veem-se as armas dos Albuquerque que Vilas Boas e Sampaio descreve no seu tratado de *Nobreza Hereditaria* e as dos Cunhas; no escudo que está da banda dos pés, as armas de sua mulher. (Da direita Albuquerque e Cunhas, da esquerda Pereiras).

Da inscrição do túmulo de D. João de Albuquerque vê-se que êle tomou parte numa das expedições às Canárias, às quaes se refere Azurara na *Cronica do Descobrimto e Conquista da Guiné*, e que conseguiu levar ao arraial um inimigo que aprisionou.

Em 1424, o Infante D. Henrique enviou às Canárias uma expedição comandada por D. Fernando de Castro; em 1440, uma armada sob o comando de D. Diogo da Silva, em que iam, segundo Azurara, 2500 homens e 120 cavalos. Em 1445 partiu uma outra expedição que submeteu os chefes da Gomeira e fez uma incursão em Palma; no ano seguinte, realisou-se uma outra para a conquista das Ilhas que formam o arquipélago das Canárias. Em qual destas expedições teria tomado parte D. João de Albuquerque? E' o que não pude averiguar dado o estado de mutilação da inscrição do seu túmulo, cuja fotografia me foi gentilmente cedida e que julgo ser pela primeira vez reproduzida, e o silêncio que sôbre êste vulto guardam os historiadores antigos e modernos.

Lisboa, Junho de  
1933

NUNO CATARINO CARDOSO



## UM TORNEIO A VALER

(Continuação da pag. 126)

Entretanto que o Príncipe se hia a uaranda, os aventurejros repartidos ygualm.<sup>te</sup> pedirão as armas da folla e feita sua oração, correrão e quebrarão seus piques, em que ouue fermosos encontros. Lançando mão das Espadas combaterão dellellas muy fermosam.<sup>te</sup> no qual combate se mostrou m.<sup>to</sup> João Lopes Lejtão, quebrando a Espada athe o punho porq.<sup>to</sup> foy julgado aos de sua p.<sup>te</sup>. Os mestres do Campo visto sua animoza furia os despartirão trabalhosam.<sup>te</sup> leuando húa vara grossa que p.<sup>a</sup> isso estaua na tea. Nisto tocarão os ministeos juntos.

El Rey nosso S.<sup>r</sup> se leuando e os caualeiros se recolherão em sua ordem pla porta da orta, com os Juizes. El Rey nosso S.<sup>or</sup> se leuando com a Raynha e o Príncipe foice a desarmar deixando o pouo todo e a Corte occupada em seus lououres e na grandesa da festa.

DE COMO SE DERÃO OS PREMIOS PER SN.<sup>ca</sup> DOS JUIZES, E A QUEM SE DERÃO E DO REMATE DESTAS FESTAS

O Domingo seg.<sup>to</sup> teue El Rey serão Real em que os caualeiros do torneio vierão vestidos muy galantemente e alguns dançarão com as Damas em recompensa de seus trabalhos e no cabo do serão apresentarão os Juizes Suas Sentenças dos preços do torneio e segundo fee do Escrivão da nobreza são os seguintes, tresladados das proprias

Sentença de Galantaria

Foy Julgado plos Juizes o preço de Galantaria ao Príncipe nosso Senhor plo ganhar por vir mais gentil homẽ que todos e melhor armado.

Sentença do pique

Foy julgado plos Juizes o preço dos encontros a Manoel de Sousa, aaventurejro plo ganhar por quebrar os tres piques ma's altos que osoutros.

Sentença da Espada

Foy julgado plos Juizes o preço dos Golpes da Espada a Fernão da Silua, plo ganhar por serem os Golpes mais altos e lançar a Espada da mão a seu contrario.

Sentença da fola

Foy Julgado plos Juizes o preço da fola a toda a p.<sup>te</sup> dos aventurejros

q̄. da parte da terra combaterão, per se mostrar nella Ventagem, e mostrarem hũa Espada quebrada athe o punho de hum delles, plo elle todos merecerem.

Dados assim os Preços a quem erão Julgados os Cavaleiros os mandarão a suas Damas q̄. lhes tomarão per mandado del Rey, o que tudo assim passou cõ muyto aluoroço e Contentam.<sup>10</sup>.

E Como a fortuna nelle sempre nos espreita, como custuma, quiz perturbar o gosto destas festas com o dezastre e grande desauentura com q̄. o agoou p.<sup>r</sup> que no fim do torneio se soube como vindo dous aaventurejros dentro de hũa grande Aguia ou Grifo, trazião consigo dous Gigantes per elles Vencidos na Serra de Sintra, E por uia de sua empreza, a fama sobre a aguia asaz fermosa e bem concertada chea de olhos e limgoas p.<sup>r</sup> todo o Corpo e nas mãos hũa bandeira das cores del Rey nosso Sñor, a quem vi nha offerecer estes dous aaventurejros com hum breue que dizia.

Muyto Alto e m.<sup>10</sup> poderoso Rey, Eu sou a fama sempre occupada em uossas immortais obras não satisfeita de as apregoar plo mundo, m.<sup>tas</sup> vezes que subo ao Ceo com ellas.

E aconteceu que dando lá as nouas deste torneio nas cazas de Zodiaco, cauzou tanta Inueja q̄. Polux e Castar antigam.<sup>10</sup> dos primeiros caual.<sup>os</sup> andantes colocados entre as Estrellas per Sua alta Caualaria foram mouidos a uos vir dar Mostra della com dezejhos de seruirem o Principe a que se deue Seruidão e amor não Som.<sup>10</sup> dos homens, mas das Idades Celestes, e desendo na Serra de Sintra acharão estes dous Gigantes que se querião embarcar p.<sup>a</sup> Sinabria com grossa preza, os quais Vos offerecem vencidos.

Esta era a tenção dos aaventurejros os quais Vinhão armados de armas quarteadas de preto e amarello com estrellas per ellas e no peito hum escudo pequeno em meyo do qual trazião pintado o signo Geminis e per sercadura noue Estrellas com hũa Letra q̄. dizia deste modo :

Corpo mortal tem tramento  
Immortal o pençam.<sup>10</sup>

E per declaração do qual está sabido serem estes dous Irmãos filhos de Jupiter hum mortal e outro immortal e amandosse ambos em gr.<sup>do</sup> Estremo, partirão de permeo a ymmortalidade, pois sendo sua tenção mostrarem a suas damas como no Corpo mortal que tinham p.<sup>a</sup> padecerem por estas, as amauão de immortal amor e puro pensamento, os fados que tem seus limites tomarão daqui azo que (vindo assi os dous aaventurejros dentro da aguia a qual) era armada sobre hum batel, deulhe o vento nas azas que trazia abertas e acoçobrou per man.<sup>ra</sup> q̄. enchendosse de Agoa, se foy ao fundo com todos os que dentro uinhão.

E dos aventurejros Xpoã de Moura foy saluo per hum seu criado e Luis da Cunha, filho de Aluaro da Cunha de Mello, se afogou.

Tinhão aqui as Estrellas, parece a Soltura da antiga fabula. Altos misterios diuinos entendidos soo de sua Cauza que obra tudo, e chorados de nos que os padecemos sem saber nem poder euitallos, saluo per seu meyo. Triste desconto dos gostos humanos contra os quais parece armarse o Ceo de proposito, perq̃. não ponhamos nelle esperanças e foy elle hum manifesto Roubo das Nereidas qual o q̃. antigam.<sup>10</sup> fizeram de Hilas, para que lhe foy feito o seg.<sup>10</sup> epitafio a Luis da Cunha.

Macte virtute puer animozo  
em Aguilla per Jupiter Robado  
qual fue Guanimeses el Hermoso  
las Nimphas del oceano em Reposo  
ensendidas de amor han despojado  
nuestra patria de ty p.<sup>a</sup> ornam.<sup>10</sup>  
honrra i gloria de su vano (elemento)

Sabido por Suas A. A. o triste cazo mostrarão delle o diuido sentim.<sup>10</sup> El Rey naturalmente piedozo que de costume tinha sanjar com merces e faoures os desgostos e perdas de Seus Vassallos por satisfazer em p.<sup>10</sup> o ojo dos Pays do defunto, fes lhe m.<sup>10</sup> de Duzentos e Sincoenta mil rs. em cada hum anno de tença e de quinhentos tt<sup>os</sup> em dinheiro p.<sup>a</sup> se fazer os gastos feitos e tomou lhe outro filho p.<sup>a</sup> criar no luguar do Irmão com o principe o qual não foy alheo desta Real obra, antes o Requerente, mostrandosse m.<sup>10</sup> pezaroso de tal desastre.

Este foi o Remate que derão os fados ao torneio. Mal ajão elles que não acabarão isto, antes principiarão como se fora pronostico de sua danada detreminação que não satisfeita sua incansavel Inueja q̃. concebera p.<sup>10</sup> de tão abalizados principes e valerosos caualeiros e nobre corte.

Passado pouco tempo andarão colhendo algũas flores destes Caualeiros quando em Affrica começauão a dar fruto temporão de sua natureza, morrendo as lançadas dos Inimigos da fee, vendendo cõ muyto esforço as vidas o preço do sangue pagando e comprindo com a obrigação de seus auos, com mayor ouzadia q̃. suas tenrras Idades requerião q̃. tudo fora sófriuel p.<sup>a</sup> a gloria que os tais seguião e a eterna memoria que de sy deixão.

Mas ay desaventura, gramde dor sem Remedio, perda tarde ou nunca Recompçada. Quem pudera ouuir sem Lagrimas o Cruel Roubo e temerosa conjuração das Estrellas contra Portugal, o qual passaua estas perdas cõ sofrim.<sup>10</sup> esperando refazellas com dobrada vingança na vida do seu ma-



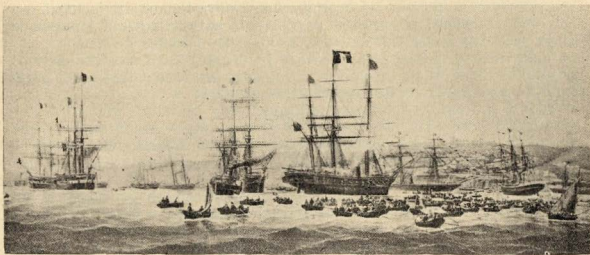
gnanimo Príncipe cuja Gentileza, capaz descrição, Reais condições, Virtuoso zelo, humana afabilidade, amorozo tratamento com os subditos e amorozo espirito, dauão de sy confiança e prometião esperanças de gramdes fundam.<sup>108</sup> Este espiou a falça fertuna contraminando a prosperidade do Pouo Lusitano q̄. pert(en)den)do El Rey seu Pay a seguralo, como no Príncipe tinha o particular gosto da conuerção de tal filho e o cuidado publico de seu Reyno, dezejos de uer fruito de tal planta p.<sup>a</sup> forralo dos perigos da perigoza mocidade, mandoulhe uir sua esposa com quem era desposado por palauras de futuro, a esclarecida princesa Donna Ioanna, filha do Imperador Carlos Quinto.

A qual entrada per ser m.<sup>10</sup> notauel a deixo de contar meudamente p.<sup>a</sup> mais largamente em outra p.<sup>10</sup> a Recitar per q̄. ha mister m.<sup>10</sup> tpõ e palauras p.<sup>a</sup> declarar o Aluoroço e festas com q̄. a Corte Portugueza se começou a perseber p.<sup>a</sup> este dezejado Recebim.<sup>10</sup>

A cidade de Lx.<sup>a</sup> se vio chea de boninas amarellas, de lustrosa libré dos lacayos do Duque de Auejro, a discreta tenção da Cobra, o apraziuel custoso e galante aparato cõ que foy tomar a entrega da Serenissima Princesa pera cujo conto auia mister hũa muy ociosa e eloquente pena porq̄. na inuenção dos Reposteiros, nos uestidos dos ministros, na grande copia de gente uistosa, na riqueza e primor do fatto e na abastança do al, não hauia mais que dezejar mas m.<sup>10</sup> que emuejar na soberba mostra que de sy deu a Castella, assy de estado como de Galantaria e descripção. E depois disto he p.<sup>a</sup> cuydar a Estranha morada da Princesa na populosa Lx.<sup>a</sup> fermosa armada de ricos barcos com toldos de diuersas e Gentis inuensões com que El Rey foy passala do Barrejro p.<sup>a</sup> a Cidade em hũa carauela toldada toda de Borcado que beijaua a agoa, tudo artificiosamente concertado e em tanta maneyra custoso e galante q̄. o mesmo Neptuno se quizera mostrar com os deozes marinhos e todas as Neroedas nesta famosa entrada, pois a temerosa bataria dos Groços tiros per toda a praya q̄. parecia q̄. todos os alimentos se destruyão. Mas não sey qual das Deozas inuejosa de tanta magestade mostrou a Eolo, Rey dos Ventos, q̄. pretendeo estrouar esta passagem mouendo os mares com q̄. foy com algum trabalho, mas os mares obedecendo a tanta grandesa amañou suas agoas e as uellas vierão todas sem perigo ao porto da Cidade aonde a esclarecida Princesa se uio em hum estremado grao de felicidade, lograndoçe com o Príncipe uinda em doçe conuersação, não euitando a conjuração enaçada dos fados que dentre as mãos lhe leuarão toda a gloria antes de poucos mezes, que assim durão os gastos e Contentam.<sup>10</sup> deste mundo.

FINIS





## A RAINHA DONA MARIA PIA (\*)

Lembro-me d'isto como se fosse hontem.

Formámos no sala do *Risco*, n'uma só fila, muito comprida, á direita da velha *Paciencia*, impertigados, pescoço teso, entalado em duas dobras de um lenço de seda preta, insupportavel, como mandava a ordenança do velho Celestino, o severo commandante da Escola, cheios, é claro, de um grande alvoroço alegre que os receios da revista imminente e as voltas do lenço do pescoço mal recalçavam e continham.

Veio «o lobo do mar», reluzente de douraduras e condecorações, cara de poucos amigos, muito desempenado nos seus bons setenta annos; espalhou por todos nós um olhar carregado e fundo; *percorreu-nos* vagarosamente, resmungando sempre, puchando a jaqueta a um, endireitando o cinto a outro, mirando as extraordinarias gravatas, repontando com um botão que se esquecera de entrar na respectiva casa, examinando se os espadins estavam bem cuidados, se as cabelleiras se permittiam fantasias janotas, se os bonés guardavam uma posição decente.

A *Companhia dos guardas marinhas*, como então se dizia, ia ter a honra, em virtude de uma complicada serie de privilegios que só o Celestino

---

(\*) Publicado na revista «Perfis Contemporaneos», n.º 37, pág. 145, 1897.

sabia, de fazer a guarda do desembarque á nova Rainha de Portugal, no *Caes das Columnas*, no proprio pavilhão até em que a gentil princeza de Saboia receberia as salemas da Corte e dos Altos Poderes do Estado. Era indispensavel que os lenços de seda preta apertassem correctamente os gorgomilos e que os continuadores dos Gamas não se esquecessem de apresentar as jaquetas irreprehensivelmente escovadas.

Como isto parece que foi ha seculos! . . .

Acabada a revista, e á voz imperiosa de Schultz, — lembra-me bem que foi a d'elle, — a *Companhia* desfilou a um de fundo, n'uma grande *bicha*, — que era tambem a ordenança determinada pelo Celestino, em virtude dos privilegios que só elle sabia.

Enfiou pelo longo corredor, desceu a escadaria que vem á rua do Arsenal, atravessou intrepidamente o largo do Pelourinho, e o *Terreiro do Paço*, muito apertada pela multidão enorme e foi postar-se no Caes, desdobrando-se ahi em alas até ao bello pavilhão empavesado de veludos e bandeiras que se erguera d'aquelle lado, ao centro.

Um dia soberbo, de encommenda: — assoalhado, fresco, transparente.

O Tejo em plena festa; cheio de barcos, de bandeiras, de movimento alegre, de scintillações iriadas, de ruidos joviaes, estimulantes.

Ao longe os cascos negros, luzidios compridos como baleias, dos navios italianos que faziam cortejo á *Bartholomeu Dias*, de altos mastros, esbelta, donairoza — uma belleza de navio como não são as fortalezas fluctuantes de hoje.

Cá em terra a multidão immensa, ruidosa, variegada, movendo-se em ondas encontradas, gritando, gesticulando, apertando-se, impaciente, n'uma grande tensão nervosa de curiosidade, de impressões novas, de entusiasmo.

De entusiasmo, sim.

Vinha da Italia a que ia ser Rainha de Portugal.

Era filha de Victor Manuel a que vinha ser mulher de Dom Luiz de Bragança.

E a Italia e Victor Manuel andavam-nos então nas cabeças e nos corações n'uma ovação instinctiva, entusiastica de ideas, de sentimentos, até de tradições communs.

A *Italia una*, a Italia livre, a Italia emergindo valorosamente, n'uma aureola de gloriosas reminiscencias, de generosas idealidades, da longa noite da dominação estrangeira, — o berço da nossa raça, a escola da nossa civilisação, restituída a uma e a outra, era para nós todos, feitos latinos por dentro e por fóra desde o alvorecer da vida, alguma cousa que nos importava intimamente, necessariamente, que nos pertencia e alegrava como cousa propria, como direito e gloria commum.

Victor Manuel, o Rei-soldado, o Rei feito soldado de uma aventura de emancipação e reintegração patriótica; o Rei da Independencia, o soldado da Liberdade; o pequeno Monarcha que se fizera grande Cidadão, Victor Manuel continuando e vingando Carlos Alberto, empunhando intrepido e firme, — mais tarde diríamos: previdente e habil, ambicioso e astuto, — o lábaro da Revolução e da Patria, exercia naturalmente na grande multidão uma fascinação irresistível, uma *sympathia* que pudèra até dizer-se instinctiva, ingênita, n'um povo como o nosso de fundas tradições democraticas como poucos. n'um paiz que se fizera pela Revolução e que a cobiça extranha nunca deixou, mais ou menos disfarçada ou hypocrita, de ameaçar e namorar do lado do Guadiana.

E depois um novo reinado começava.

Entre apreensões sombrias e luctas inopinadas recebera o novo e moço Rei portuguez a Corôa.

Aquelle consorcio da Dynastia de Bragança que parecia extinguir-se com a Casa de Saboia que afflorava triumphantemente na nova Carta politica da Europa, era uma esperança, uma garantia de paz publica, de tranquillidade nacional, de consolidação mais que dynastica, social e politica.

Sentia-se, comprehendia-se instinctivamente o symbolismo da oliveira, na aureola de prestigio, de formosa e opulenta mocidade, de bondade nativa em que se desenhava já a bella e amavel flôr da Italia ressurrecta, como em fundo de ouro as Virgens de Frei Angelico.

Pois tudo isto, toda esta disposição dos espiritos e dos corações, todas estas ideas e circumstancias se transfundiram e completaram, subitamente, traduzindo-se no som indefinivel, simultaneamente estrondoso e meigo, de um espanto *sympathico*, de uma saudação expontanea de milhares de bocas, ao deparar-se-nos a nova Rainha portugueza quando ella, atravessando brandamente, como deslisavam as Deusas, o breve espaço entre o Caes e o pavilhão, offereceu aos olhos avidos da turba aquella formosa cabeça que parecia emoldurada n'um resplendor de fogo, aquelle vulto encantador, ao mesmo tempo forte e magestoso como o de Diana a Caçadora e flexivel e gracioso como o de uma fidalga pastorinha de Wateau.

— «Tirar bonés!» — bradou-nos a voz evidentemente engulhada do Schultz.

Celestino voltou-se rapido como se lhe tivessem dado um soco nas costas, e o seu olhar terrivel immobilisou a *Companhia* nas mais atrapalhadas attitudes: uns de boné á altura do nariz; outros com elle levantado como acompanhando um viva que se recolhera a tempo; os lenços do pescoço n'uma feita indisciplina; os espadins reluzentes na maior anarchia de posições.



Schultz percebeu instantaneamente que tinha commettido uma grave infracção da ordenança, — a unica seguramente que tem commettido até hoje.

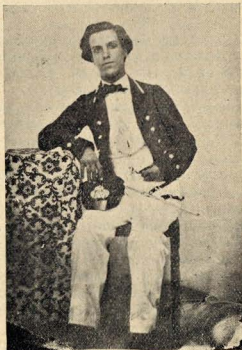
— Sem tomar folego, gritou novamente:

— «Pôr bonés!...»

E puzémol-os, é claro, mas como a nossa vontade era outra, e como do fundo dos nossos corações moços, entusiastas, ingenuos maldissimos do Celestino e da ordenança que nos não mandava não só descobriremo-nos, mas ajoelhamos.

\*

Embora não encontrando verdadeiramente uma Corte em que pudesse



O Conselhoeiro Luciano Cordeiro com o uniforme de *Guarda-Marinha*

beber a lição do novo meio, da sociedade nova a que vinha presidir; tendo mesmo de refazel-a sobre tradições perdidas e destroços pouco conciliaveis; sentindo-se quasi somente rodeada de cortezaos politicos que lhe disputavam nas açodadas contumelias a influencia e o valimento dos seus interesses de facção, a gentil princeza italiana,—menina e moça inopinadamente trazida de casa tão cedo deserta dos cuidados maternos, — identificou-se, em brevissimo tempo, com esse novo meio, com essa sociedade desconhecida e extranha, sem esforço visivel, naturalmente, sinceramente, n'uma admiravel facilidade de adaptação que não excluia, antes exactamente revelava uma delicadeza igual de coração e de intelligencia.

A nacionalisação politica fez-se n'ella, quasi sem darmos por isso, verdadeira e completa naturalisação.

A estrangeira desapareceu: — a italiana era dentro em pouco a genuina portugueza de alma e coração que é hoje, que tem sido sempre.

Retrata e caracteriza bem esta rapida e completa identificação, a perfeita assimilação da lingua, e sabem todos a resistencia, nunca por completo vencida, geralmente, que á assimilação de extranhos offerece a lingua portugueza.



Pois como assimilou a lingua com tal maleabilidade que se dissera ter sido a primeira em que se exprimira, — e não só na sua forma litteraria, *official*, mas nas mil variantes e idiotismos da locução habitual ; e não só na sua estructura correcta mas na sua pronuncia mais peculiar e difficil, — assim tambem a intelligentissima Princeza da Casa de Saboia, parece ter assimilado as tradições, o genio, a psychologia da sua nova Patria n'uma feliz consonancia da sua alma bondosa e grande com este bello fundo de sentimentalidade cavalheirosa, de amavel abnegação, de fidalga generosidade do nosso character nacional, que pode ter-nos arruinado, é certo, com illusões imprevidentes, com prodigalidades mal empregadas, segundo bramam os politicos, mas que ao menos não nos teem degradado e envilecido no conceito do mundo e da historia como os egoismos ferozes e as baixas intrigas d'aquelles Senhores.

Na serie gloriosamente numerosa das Rainhas portuguezas que deixaram um rastro de luz e de amor na alma popular ou nos bronzes da Historia, a Rainha Dona Maria Pia conquistou, e continua, incontestavelmente um logar inconfundivel, primeiro pelas singulares circumstancias, até pelo especial papel que o seu advento á Corôa e á dynastia de Bragança representa, depois pela sua discreta e patriotica ponderação social e pela sua longa obra de caridade.

Ah, que se o bom e velho Celestino, empertigado e apertado na sua severa disciplina, tivesse podido adivinhar o que seria aquella fulgurante e juvenil Senhora perante a qual nos mandava comicamente hirtos, com duas voltas de seda preta no pescoço ; — se elle previsse quantas lagrimas de desgraçados ella havia de enxugar, a quantas fomes e miserias ella havia de accudir, quantas viuvas e quantos orphãos, quantos desvalidos e quantos desesperados ella salvaria, sem falar, que não vale a pena, em quantas injustiças e ingratições lhe morderiam a sombra pela vida adiante, ah, não teria sido o Schultz, não, mas elle proprio, o terrivel «lobo do mar», quem nos teria bradado :

— «Companhia : tirar bonés !»

LUCIANO CORDEIRO

A gravura que encabeça este artigo é feita sobre uma fotografia pertencente á collecção do director desta revista que a supõe uma reprodução do quadro de João Gomes Pedroso da Silva, exposto na segunda exposição da Sociedade Promotora das Belas-Artes, realizada em Lisboa no anno de 1863 e que no respectivo catalogo vem mencionado sob o nùmers 87 com o titulo : «Entrada no Tejo da Esquadriha que conduzio a Portugal S. M. a Rainha D. Maria de Saboya».

# MANUEL CARLOS DE ANDRADE

## E

### A SUA “ARTE DE MARIALVA”

Inocêncio Francisco da Silva, no volume quinto do seu precioso *Diccionario bibliographico*, escreve a respeito dêste indivíduo: «Picador da Picaria Real de Sua Magestade Fidelissima. Da sua naturalidade, nascimento, obito e mais circumstancias não me foi até agora possivel colher alguma noticia, posto que empregasse a esse intento as diligencias que estavam ao meu alcance».

O seu continuador, Brito Aranha, também não foi mais feliz, pois, no volume dezaseis, onde seria o lugar de tratar de Manuel Carlos de Andrade, nada traz sôbre êle.

No Arquivo Histórico Militar encontramos, porém, alguns documentos inéditos que dão a conhecer algumas noticias biográficas do autor da *Luz da liberal e nobre arte da cavallaria*.

Tanto pelos livros mestres, em que figura, como pelas suas informações semestrais, consta que era natural de Lisboa e que nascera talvez por 1755.

Por decreto de 1 de Março de 1797 foi promovido a alferes da Legião de Tropas Ligeiras, donde teve passagem, no 1.º de Novembro de 1801, ao Regimento de Cavalaria de Mecklembourg. O comandante dêste Regimento, o Marquês de Marialva, estribeiro-mór, informava dêle em 30 de Junho de 1802: «Serve bem, e tem bôa conducta». Nesta data tinha 5 anos, 3 meses e 29 dias de serviço.

Por decreto de 12 de Maio de 1800 havia sido nomeado Picador das cavalhariças reais, com o ordenado mensal de 17\$836 reis.

Pertenceu ainda ao Regimento de Cavalaria n.º 4, nome que recebeu aquêle antigo regimento, pela organização do exército de 1806, até 20 de Janeiro de 1810, data em que foi demittido do serviço pela sua avançada idade.

Foi casado com D. Maria Joaquina da Conceição de Andrade, de quem teve uma filha de nome D. Vitoria Rosa de Andrade as quais, em Novembro (?) de 1821, vieram requerer o pagamento do Monte-Pio que lhes pertencia pelo falecimento de seu marido e pai.

A conhecida *Arte de Marialva* tem o seguinte título: *Luz da liberal e nobre arte de cavallaria; offerecida ao sr. D. João, principe do Brasil. Parte primeira.* Lisboa na Regia Officina Typographica 1790. Fol. maior de XXVI-454 pag. e mais uma no fim, que contém a errata, ilustrada com 93 estampas e um retrato do Príncipe.

Apezar da indicação, contida no frontespício, a obra está completa, pois o volume contém também a segunda parte.

É uma edição luxuosa que patenteia o grau excelente a que subiram as artes gráficas naquela época.

A tiragem desta obra, como informa Inocêncio, foi de mil exemplares, dos quais oitocentos foram dados ao autor e os restantes destinados à venda.

Ainda segundo o mesmo bibliógrafo, custou a gravura das chapas, vinhetas e letras iniciais a importância de 4.200\$000 reis e a despesa total de impressão foi de 6.588\$000 reis, quantia bastante elevada para a época.

Não se chegou ainda a apurar quem fôsse, na verdade, o autor d'este trabalho dedicado à arte de equitação, se o Marquês de Marialva, D. Pedro de Alcântara de Menezes Coutinho, estribeiro-mór da Casa Real, se Manuel Carlos de Andrade, cujo nome figura no seu frontespício.

O genealogista João Carlos Feio, num artigo inserto no *Jornal do Commercio*, de 28 de Setembro de 1859, attribui a sua autoria ao fidalgo.

No prólogo *Ao Leitor* escreve o pretenso autor:

«Nesta obra servirei de guia aos que quizerem seguir as regras mais proprias da Liberal, e Nobre Arte da Cavallaria, tão precisa, e praticada em todos os Paizes da Europa, da Africa, da Asia, da America, e ainda dos Póvos mais rudes, e barbaros que elles contém. Tratarei sómente daquellas Regras, que tiverem repetidas vezes sido averiguadas por mim, ou pelos Autores que cito: e farei que em toda a sorte de ares, e trabalhos do Manejo seja a minha explicação acompanhada das razões mais perceptíveis, e claras, que me forem possíveis.

.....

Não chega porém a minha vaidade a persuadir-me que possa escrever nesta Arte com toda a exacção.»

Mas daqui nada se conclui para a resolução d'este problema.

Inocêncio diz que as gravuras, que ilustram este belo livro, foram *todas* delineadas pelo notável gravador Joaquim Carneiro da Silva.

Não é exacta esta afirmação, como facilmente verifica quem tiver a curiosidade de as examinar, como nós fizemos.

Dêsse exame conclue-se que outros artistas portugueses e estrangeiros colaboraram na illustração do livro.

Carneiro da Silva delineou *quasi tôdas as gravuras*. Exceptuam-se as que têm os n.<sup>os</sup> 35, 56, 61 e 72, que foram delineadas por Gaspar Frois Machado.

Quanto aos gravadores, que intervieram neste trabalho, temos, em primeiro lugar, o próprio Carneiro da Silva, que gravou as que têm os n.<sup>os</sup> 2, 37, 89 e 93; Gaspar Frois Machado, que gravou as que têm os n.<sup>os</sup> 3, 5, 8 a 14, 16, 18, 20, 29, 31, 35, 53, 56, 58, 61, 70, 72, 75, 81, 82, 86 a 88, 90, 91 e 92 além do ret. do Príncipe Regente; Manuel Alegre, que gravou as que têm os n.<sup>os</sup> 7, 48, 51, 57, 65, 68, 77 e 79; Luiz Fernz. Piedra, que gravou as que têm os n.<sup>os</sup> 39, 40, 66, 69, 80, 83 e 85; Martini, que dirigiu, segundo parece, a gravura das que têm os n.<sup>os</sup> 22, 23, 26 a 28, 50, 71, 78 e 84; H. Quevedo, que gravou, a agua forte, a que tem o n.<sup>o</sup> 76, que T. T. Drouet terminou em 1792. Ha ainda as gravuras que têm os n.<sup>os</sup> 21, 30, 33, 41, 43, 49, 54, 55, 60, 63, 64, 73 e 74 que, sendo delineadas por Carneiro, não consta por quem tenham sido gravadas, e outras com os n.<sup>os</sup> 1, 4, 6, 15, 17, 19, 24, 25, 32, 34, 36, 38, 42, 44 a 47, 59, 62 e 67 que não têm indicação nem do desenhador, nem do gravador.

Este tratado de equitação está dividido em X livros que tratam de diversos assuntos, entre êles dos inventores da nobre arte da cavalaria, do picadeiro, das raças e sua criação, partes do cavallo, princípios de geometria necessários ao manejo, instruções para os principiantes montarem a cavallo, nomenclatura necessária, arreios, galope, carreira, passado, diferentes movimentos, piruetas, corvetas, garupada, balotada, capriolas, escaramuças, qualidades dos cavalos destinados á guerra, picadores, etc.

Seguem-se os documentos, cujos originaes se guardam no Arquivo Histórico Militar.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA



## DOCUMENTOS

### I

Eu o Principe Regente Faço saber a vós, Dom Diogo Joseph Vito de Menezes Coutinho, Marquez de Marialva, do Meu Conselho, e do de Guerra, Gentilhomem da Camara da Rainha Minha Senhora, e May, Tenente General, e Ajudante General do Meu Exercito, Grão-Cruz da Ordem de São Thiago, e Meu Estribeiro-Mór, que Tendo respeito a representar-me Manuel Carlos d'Andrade achar-se servindo há muitos annos de Picador da Minha Casa com bom procedimento, e pedindo-me a mercê de nomeallo no referido emprêgo, para haver de poder nelle continuar na fórmula do Meu Real Decréto de seis de Novembro ultimo: Hey por bem, e Me praz accettallo por Picador das Minhas Cavalherices com o ordenado de dezasete mil, outocentos trinta e seis réis por mez. que o Escrivão das mesmas Cavalherices lhe lançará nas folhas dellas, com vencimento do primeiro de Janeiro deste prezente anno em diante, para lhe ser pago nos seus devidos tempos. E ficar-vos-há o dito Manuel Carlos d'Andrade em tudo, e por tudo subordinado na fórmula do dito Meu Real Decréto. Mando-vos o façais assentar no competente Livro de Assentamentos das Cavalherices, assim como o será no Livro de Matricula dos Moradôres da Minha Casa. E não pagou novos direitos, por haver-lhe feito mercê da remissão delles por Meu especial Decréto de vinte e nove d'Abril proximo, que foi registado no Livro do Registo das Cartas, Alvarás, e Decréto pertencentes ás Reaes Cavalherices a folhas trinta e huma.

Queluz aos doze de Maio de mil e outocentos. *Principe. Marquez Estribeiro Mor.* Praz a V. A. R. accetar a Manuel Carlos d'Andrade por Picador das suas Cavalherices com o ordenado de dezasete mil, outocentos trinta e seis réis por mez, como acima se declara.

### II

Senhor

Diz Manoel Carlos de Andrade q̄. tendo a honra de servir no exercicio de Picador há mais de quarenta annos, sendo dispensado do Real Serviço por falecimento do Senhor Rey D. Pedro 3.<sup>o</sup>, e premetindo V. A. Real dispensallo tambem p.<sup>a</sup> hir servir de Picador da Cavallaria da Legião sem perda do ordenado da Picaria Real. Pede A V. A. se digne mandar-lhe ajuntar o ordenado de q̄. lhe fez m.<sup>o</sup> do soldo da sua Patente, para andando com o Regimento, não ter difficuldades na cobrança. P. a V. A. Real se digne deferir-lhe como supplica. Manoel Carlos d'And.<sup>o</sup> E. R. M.

### III

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.

No requerimento junto expõem Manoel Carlos de Andrade, Picador do Corpo da Nova Legião : Que sendo Picador da Caza Real, fora dispensado deste Serviço, permitindo-se-lhe que o tivesse no dito Corpo da Legião, sem perda do ordenado da Real Picaria.

Pertende que Sua Alteza Real seja servido detreminar que o sobredito ordenado lhe seja satisfeito por esta Thezouraria Geral das Tropas da Corte, para o ficar recebendo nesta mesma Thezouraria ou onde quer que se achar o sobredito Corpo, juntamente com o soldo da sua Patente.

Pelo Alvara Original que o Supp.<sup>o</sup> apresenta do exercicio de Picador da Real Caza, com data de doze de Maio de mil oito centos, consta fazer-lhe Sua Alteza Real a merce do dito Exercicio com o ordenado de dezasete mil oito centos trinta e seis reis por mez, para delle ser pago por folhas formadas pelo Escrivão das Reaes Cavalharices, pela repartição das mesmas a seos devidos tempos.

Não consta, se ao Supp.<sup>o</sup> se lhe ficou, ou não conservando o ordenado do exercicio que teve antecedentemente na Picaria Real, e ainda que o dito ordenado se lhe ficasse conservando, parece não deve ser deferida a pertença do Supp.<sup>o</sup> por quanto seria abrir hum exemplo, para quaesquer Militares, q̄. por mercês percebão quaesquer estipendios em outras repartiçoens com o mesmo pretextos (sic) do Supp.<sup>o</sup> os pertendão receber nesta Thezouraria Geral das Tropas, vindo por esta forma a avultar mais a Despeza q̄. pela mesma se faz.

He o que posso informar a Vossa Ex.<sup>a</sup> q̄ D.<sup>s</sup> Guardê m.<sup>s</sup> an.<sup>s</sup> Belem 25 de Novembro de 1801.

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dom João  
de Almeida Mello e Castro

*Alex.<sup>o</sup> Peg.<sup>do</sup> Mexia Roda e S.<sup>a</sup> P (?)*

### IV

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Por meio desta representação vamos pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup>; que por Decreto de 1.<sup>o</sup> de Março de 1797, mencionado em Patente de 6 de Abril do d.<sup>o</sup> Anno, foi S. A. R. servido nomear Picador para o Corpo da Legião de Tropas Ligeiras, a Manoel Carlos de Andrade, com o

soldo, e gradação de Alferes, sem que na d.<sup>a</sup> Patente, se expresse mais algum abono ou mercê alem do dito soldo. E por Avizo expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra de 11 de Maio do d.<sup>o</sup> anno, em que S. A. R. determinou os cavallos que se havião de fornecer ao Coronel, Then.<sup>16</sup> Coronel, Majores, e Ajudantes do d.<sup>o</sup> Corpo creado de novo, foi tambem comprehendido o Picador com hum cavallo e ração para elle: Executou-se a Regia Ordem, e em consequencia matriculou nesta Thezouraria G.<sup>a</sup> das Tropas da Corte o d.<sup>o</sup> Manoel Carlos da Andrade, o cavallo para seu exercicio, entrando no recebimento da ração q̄. lhe competia: E continuando a exercitar no referido corpo da Legião, até fim de Outubro de 1801; por a Postilla lavrada em sua Patente, se lhe fez passagem do exercicio de Picador p.<sup>a</sup> o Regimen.<sup>10</sup> de Cavallaria de Mecklembourg, q̄. foi participada a esta Thezouraria p.<sup>r</sup> Av.<sup>o</sup> de V. Ex.<sup>a</sup> de 15 de Novembro do d.<sup>o</sup> anno, em virtude de cujo Avizo, se lhe formou logo novo assento no L.<sup>o</sup> do mesmo Regim.<sup>10</sup> de Mecklembourg, entrando a vencer nelle de 1.<sup>o</sup> do d.<sup>o</sup> mez de Novemb. E p.<sup>r</sup> que os Picadores dos Regimentos de Cavallaria deste Reyno não tem cavallos, visto não lhos mandarem dar as Reaes Ordens, p.<sup>r</sup> esta razão p.<sup>a</sup> o novo assento, se lhe não fez passagem da matricula do cavallo que lhe foi conferido para nelle exercitar na Legião de Tropas Ligeiras; motivo p.<sup>r</sup> que pondo o d.<sup>o</sup> Manoel Carlos de Andrade na Prezença de V. Ex.<sup>a</sup> o requerim.<sup>10</sup> que consta da copia junta N.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup>, obteve o Avizo que se vê a N.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup>, e em sua observancia se fez com effeito a passagem da expressada matricula do cavallo p.<sup>o</sup> o mesmo novo assento do Regim.<sup>10</sup> de Mecklembourg. Agora pela petição incluza N.<sup>o</sup> 3. nos requer certidão da existencia, e matricula do expressado Cavallo, ou seja p.<sup>a</sup> o fim de q̄. do mesmo se lhe abra assento no Livro Mestre do Regim.<sup>10</sup> de Mecklembourg, ou seja p.<sup>a</sup> com a d.<sup>a</sup> Certidão, haver a ração da palha e cevada correspondente, a q̄. não temos anuido, sem que expressamente se nos determine mandemos passar a mesma Certidão: sendo porem do nosso dever expormos a V. Ex.<sup>a</sup> que se o dito Manoel Carlos de Andrade ficar com a Praça do cavallo, e a ração que lhe corresponde, he um exemplo p.<sup>a</sup> os mais Picadores do Exercito requererem a mesma Praça. O que tudo levamos á prezença de V. Ex.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> S. A. R. nos mandar o q̄. for servido.

Deos G.<sup>16</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> m.<sup>105</sup> ann.<sup>s</sup> Belem 22 de Setembro de 1802.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. D. João  
de Almeida de Mello de Castro

a) *Aniceto José Gomes — João Cord.<sup>o</sup> Roda*



## V

O Príncipe Regente Nosso Senhor, Manda remetter a V. M.<sup>ce</sup> a representação incluza de Manoel Carlos de Andrade, Picador do Regimento de Cavallaria de Meklembourg, afim de que no L.<sup>o</sup> respectivo deste Regimento se lhe abra o assento que requer, da maneira em que se acha no do Corpo da Legião de Tropas Ligeiras em q. primeiram.<sup>ta</sup> servia: O que participeo a V. M.<sup>ce</sup> para que assim se execute. D.<sup>s</sup> G.<sup>de</sup> a V. M.<sup>ce</sup> Paço em 7 de Junho de 1802. D. João de Almeida de Mello de Castro. S.<sup>r</sup> Thezoureiro G.<sup>st</sup> das Tropas da Corte e Provincia da Extremadura, ou quem seu Cargo servir. Registe-se. Belem 8 de Junho de 1802. Gomes. Rodá. He o que consta a f. 60 v.<sup>o</sup> do L.<sup>o</sup> 11 de Av.<sup>os</sup>, a que me reporto. Belem 23 de Setembro de 1802. João Antonio de Fig.<sup>do</sup>.

## VI

Senhor

Dizem D. Maria Joaquina da Conceição de Andrade, e D. Victoria Roza de Andrade, Viuva e filha de Manuel Carlos de Andrade, Alferes Picador do Regimento de Cavallaria n.<sup>o</sup> 4, demettido do serviço por avançada idade em 20 de Janeiro de 1810; que suspendendo-se por largo tempo ás Supplicants a sua admissão ao numero das Pencionistas do Cofre do Monte Pio, para que seu falecido Marido e Pay fôra contribuinte, pela duvida (sem fundamento então suscitada) se devião ser admitidas as Viuvas e filhas dos Officiaes demettidos, finalmente em observancia da rezolução de S. Magd.<sup>e</sup> que declarou as supplicants com igual direicto, ao das mais Pencionistas, forão admittidas, fazendo-se-lhes em 1818, na Contadoria Fiscal das Tropas o respectivo ajuste de contas desde 20 de Janeiro de 1810, até ao ultimo de Outubro de 1816, de que se lhes passou o competente Tittulo, mas requerendo na Thezouraria o pagamento delle, foi deferido ás Supplicants que só podia ser pago, pellas Consignações estabelecidas no Parrafo 37 do Alvará de 21 de Fevereiro de 1816, que entre tanto baixára, e requerendo, se lhes pagasse pellas referidas Consignações constantemente lhes foi respondido, que o mencionado Alvará, não havia tido execucao nesta parte, perdendo por consequencia, o refferido Tittulo tanto do seo credito, que apenas houve quem o pertendesse negociar, pello exorbitante premio de trezentos por cento, não pode deixar de merecer a dezaprovação deste Soberano Congresso, a maneira por que as Supplicants tem sido conservadas, em hum atrazo tão desigual, e sendo obvia, a Justiça que lhe assiste, para



serem igualadas em pagamento ás mais Pensionistas, assim o requerem a Vossa Magestade pedindo juntamente providencias na derrogação do Parrafo do citado Alvará, que não tendo execução só teve o effeito de empecer ás Supplicantes, athé hoje o pagamento da quelles mesmos vencimentos, já satisfeitos ás mais Pensionistas, a quem as Supplicantes forão declaradas, iguaes em direito, e isto em Contravenção da quelle principio sempre subsistente, e agora tão solemnemente sancionado neste Soberano Congresso, que a igualdade de direitos exige igualdade na administração da Justiça: E para que na Thezouraria se não pretexse, novo embaraço, pella suspenção de pagamento dos ultimos trinta e hum mezes de Reformados, e Monte Pio vencidos em Abril preterito, decretada por Este Mesmo Soberano Congresso, as supplicantes requerem a Vossa Magestade haja por bem, em attenção ao exposto, e ao que tem sofrido por semelhante atrazo, declarar, o pagamento dos refferidos vencimentos das recorrentes desde 20 de Janeiro de 1810, athe ao ultimo de Outubro de 1816; fóra da sobredita suspenção, devendo-lhes ser pagos os vencimentos que já o forão ás mais Pensionistas da sua Classe, e sustada a satisfação das quelles que as mesmas uniformemente ficar suspença, cessando assim por huma vez as consequencias da excepção, que tão indevidamente se fez das Supplicantes, e tão opposta he ao justo Systema da igualdade.

Pedem a Vossa Magestade lhe deffira em guarda da  
Justiça inseparavel deste Soberano Congresso.

D. Maria Joaquina da Conceição de Andrade  
D. Victoria Roza de Andrade

*E. R. M.<sup>ce</sup>*

## VII

Ministerio da Guerra — 2<sup>a</sup> Direcção — 1<sup>a</sup> Rep.<sup>am</sup>

Manda El Rey pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Contador Fiscal da Thezouraria Geral das Tropas informe sobre o requerimento incluso de D. Maria Joaquina da Conceição de Andrade, e de D. Victoria Roza de Andrade mulher e filha do defunto Alferes Picador do Regimento de Cavallaria n.º 4, Manuel Carlos de Andrade, em que pedem

o pagamento do Montepio, que lhes pertence por se acharem em maior atrazo do que todas as outras Pencionistas.

Palacio de Queluz em 8 de 9.<sup>bro</sup> de 1821

Pelo Min.<sup>o</sup> da Guerra e p.<sup>r</sup> sua Ordem

O Chefe da 2.<sup>a</sup> Direcção

Assign<sup>o</sup> — *João da Matta Chapuzet*

VIII

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr

2.<sup>a</sup> Direcção N<sup>o</sup> 891 — Contadoria Fiscal da Thesour.<sup>a</sup> G.<sup>a</sup> das Tropas.

N<sup>o</sup> 125 — As Sup.<sup>es</sup> D. Maria Joaquina da Conceição e Andrade, e D. Victoria Roza de Andrade pertendem que se lhes pague o que nesta Repartição se lhes liquidou do seu Monte Pio, desde 20 de Janeiro de 1810, até Outubro de 1816, pelas rasoes q. expõem no requerimento junto, o qual se manda informar por Portaria de 8 do corrente.

He semelhante pertença opposta a deliberação do Soberano Congresso, manifestada no Aviso de 26 de Junho antecedente, que a Portaria de 2 de Julho seguinte manda executar, no qual se determina expreçamente, que fica sугeito ao Cofre de Amortisação da Divida Publica, tudo quanto ás Classes de Reformados, e Monte Pio se dever até fim de Abril ultimo; e por conseguinte estando a sup.<sup>o</sup> por pagar da liquidação que em 1818 se lhe fez, entra na generalidade da Soberana Determinação, e por isso indeferivel a sua supplica. El Rey porem Mandará o que Lhe parecer mais justo — Contadoria Fiscal da Thesouraria Geral das Tropas, 16 de Novembro de 1821.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Candido José Xavier

*Joaq.<sup>m</sup> Bernardino de Sena*

IX

D. Maria Joaq.<sup>na</sup> da Conceição  
de Andrade, e sua Filha.....

Pedem o pagam.<sup>to</sup> do Monte Pio p.<sup>r</sup> se  
acharem em maior atrazo q. as outras  
pensionadas.

Diz o Contador Fiscal, que todas as dividas ás Classes de reformados,  
e Monte Pio até fim de Abril ultimo, ficarão sujeitas ao Cofre de amorti-  
sação da Divida Publica; pelo Decreto das Cortes de 26 de Junho; e sendo  
o pagam.<sup>to</sup> q. as Supp.<sup>es</sup> requerem da liquidação q'em 1818 se lhe fez, he  
por isso indeferivel a sua supplica.

1.<sup>a</sup> Rep.<sup>am</sup> da 2.<sup>a</sup> Direcção do Ministerio da Guerra  
24 de Novembro de 1821.

*Carlos Pedro Moniz Per.<sup>a</sup> Pato*

## DOS ÊRROS EM EPIGRAFIA

Não vou tratar aqui dos êrros que se têm cometido em leituras de inscrições. Quero apenas dizer algumas palavras sôbre os êrros que, existindo nas inscrições ou nas suas reproduções, podem prejudicar a leitura do epigrafista desprevenido.

É comum, como adiante se verá, a existência de várias qualidades de êrros, mas o epigrafista consciencioso deverá sempre, antes de lançar mão da hipótese da sua existência, procurar com afino uma leitura aceitável e harmônica com as leis epigráficas e filológicas estabelecidas. Só na impossibilidade de tal leitura procurará estabelecer a hipótese do êrro.

Uma tal hipótese, assente ligeiramente, pode levar a uma interpretação falsa, com aparências, aliás, de verdadeira. O caso, bastante conhecido, das legendas do portal das Capelas Imperfeitas, na Batalha, é disto um típico exemplo.

Das duas centenas de legendas iguais, que lá existem, deduz-se, sem contestação, a seguinte leitura:

TĀYASEREY

Admitindo que o primeiro *y* representa simplesmente uma *tenaz*, e também que, por êrro, deixou de ser esculpido um *z*, interpretou-as D. Carolina Michaelis, em português, como

TANAZ SEREY

Brito Rebelo, supondo que o *ya* substituiu, por êrro do lavrante, um *que*, alvitrou que elas representam a divisa francesa de D. Duarte

TAN QUE SEREY

Mais tarde, Santos Ferreira, admitindo que o *til* sôbre o *a* apareceu por êrro do canteiro que tomaria por um *n* o que no original era um *u*, e o abreviara no *til*, leu-as em provençal como

TAU JASEREY

Vê-se claramente neste exemplo como a admissão da hipótese da existência de um êrro pode conduzir a interpretações tão divergentes, não só no sentido, como até no idioma.

E não falámos na interpretação de Fr. Luís de Sousa, que as leu em



grego, admitindo que quem as escreveu nesta língua as mandou gravar no alfabeto romano.

Nunca, pois, o epigrafista usará de demasiada prudência, quando introduzir na sua leitura a hipótese da existência de um êrro.

Para metodizar êste breve estudo grupperei os êrros da seguinte maneira :

- a) êrros de reprodução ;
- c) êrros de redacção ;
- b) êrros de execução.

### ÊRROS DE REPRODUÇÃO

Se o epigrafista não pode proceder ao exame directo da inscrição, tem de socorrer-se de um decalque, ou de uma fotografia, ou de uma cópia.

O decalque, quando tirado por pessoa que o saiba executar (o que, aliás, é fácilimo) é, incontestavelmente, o processo que a menos êrros pode dar origem, e que deve ser preferido. A imperícia do operador, pode, porém, torná-lo uma origem de êrros.

Quando o decalque, pelas grandes dimensões da inscrição, não possa ser tirado numa única fôlha de papel, convirá previamente verificar a maneira como as folhas foram ligadas, pois que uma má ligação pode causar, pelo menos, uma perda de tempo.

A fotografia, quando tirada com uma conveniente luz oblíqua, satisfaz.

A cópia, mesmo quando feita por pessoa hábil no desenho, é sempre de regeitar. O copista, nos pontos menos claros, desenhará sempre uma interpretação sua, que por completo desorientará o epigrafista.

A rejeição da cópia será o único meio de não fazer uma leitura errada.

### ÊRROS DE REDACÇÃO

A prática e o bom senso do epigrafista são, evidentemente, o único meio de se interpretarem as variadíssimas grafias dos redactores de há séculos, sobretudo na escrita abreviada. Embora esta obedeça, em geral, a regras conhecidas, casos há em que o redactor, afastando-se delas, pode induzir em êrro o epigrafista.

Apresentarei como exemplo a seguinte inscrição que li num decalque

existente há dezenas de anos no Arquivo da Academia Nacional de Belas-Artes, e que julgo inédita. Segundo indicação existente no decalque está numa parede da Igreja de S. Francisco, na Covilhã, no lado interior. É escrita em caracteres góticos minúsculos, geminados, e diz:

AQYU• JAZ• HOMVYTO: HONRADO: CAUALEIRO: FR  
EY: DIEGALUĀZ: DACUYNHA: COMĒDADOR: Q̄: FOY: DECAS  
TELEJO: ET: DECASTEL: NOUO: HOŪL: FOY: NATOMADA:  
DEACCEPTA: CON: HOMUJTO: ALTO: ETMUJTO: EXCELLENTE  
(EI) MUJTO: VIRTUOSO: SENHOR: REY: DOM: JOHAM:

O espaço da segunda palavra da segunda linha, acha-se, nos diversos exemplares do decalque, dificilmente legível, mostrando que o deve estar também na lápida, apenas se lendo distintamente o final, da seguinte maneira:

. . . . . UĀZ

parecendo que a primeira letra deveria ser um *d*. Ora sabendo-se que entre os cavaleiros de Ceuta houve um Martim Vasques da Cunha, ser-se-ia levado a procurar ler o nome de Martim nas letras ilegíveis. Não é, porém, assim, e as letras UĀZ não representam a abreviatura regular de Vasques, mas sim o final da abreviatura irregular de Diegalvarez. O exame atento do decalque, permite, a meu ver, a admissão da leitura que apresento.

Algumas vezes o lavrante colocava mal os pontos de separação. Na inscrição da fundação do Castelo de Tomar, que hoje está à direita da escadaria de acesso à Charola, lê-se, na segunda linha:

. . . . : PORTVGALENSI : UM : . . . .

O erro, no caso, presente, é de fácil verificação, e não causa embaraço ao epigrafista. Já mais embaraçante é a existência dos três pontos de separação na lapide tumular do Doutor Diego Lopez e de sua mulher Guiomar Jacobe existente na parede interior da igreja de S. João Baptista, naquela cidade, à direita da porta principal <sup>(1)</sup>, colocados da seguinte maneira:

. . . . PE : DRACA . . . .

cortando a palavra *Pedraça*, denominação de uma localidade pouco conhecida.

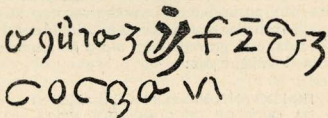
---

(1) Reproduzida em *A Lenda do Pintor Dralla*, por F. A. Garcez Teixeira. Lisboa, 1922  
Nota (1) da pág. 18.

## ÊRROS DE EXECUÇÃO

A imperícia e o analfabetismo dos artífices, são causa dos mais variados erros de execução.

A inscrição que a seguir apresento, gravada numa interessantíssima cabeceira de sepultura existente no Museu Lapidar de Tomar, é típica sob este ponto de vista.



Creio que nunca teria conseguido lê-la, tal é a irregularidade da sua caligrafia, se o acaso não me tivesse deparado as duas seguintes inscrições inéditas, existentes em duas lápides sepulcrais no pavimento da igreja de S. Pedro da Beberriqueira, de cujo adro provém a cabeceira de sepultura de que se trata:

S.<sup>A</sup> DE FR<sup>CO</sup> LOPES F<sup>O</sup> DE I<sup>O</sup> AL<sup>O</sup> VR  
ES O VELHO E DE SVA MV(LHER)  
(V)ITORIA FZ MORADOR  
ES NOS COCHOIS AO  
S 16 DIAS DE NOVEB  
RO ERA DE 163...

S.<sup>A</sup> DE FR<sup>O</sup> LOPES F<sup>O</sup> DE  
FR<sup>O</sup> LOPES DOS C  
OCHOIS FALE  
SEO 22 DE NOVENBRO DA ERA DE  
1632

Estas duas inscrições revelaram-me a existência do lugar dos Cochões, cujo nome está evidentemente relacionado com o apelido do falecido. Assim, creio poder interpretar a inscrição da cabeceira de sepultura, da seguinte maneira:

AQUI IAZ IOHAM FERNANDEZ COCHAN

A imperícia do lavrante pode ainda induzir em êrro o epigrafista dando à letra um tipo arcaico, o que, quando na inscrição não haja elementos que guiem na atribuição da data, pode levar a êrros importantes. Nos locais mais recônditos da província, o canteiro, em geral analfabeto, ia desenhar as letras que lhe indicavam, pelas de outras inscrições locais, recuadas algumas vezes de alguns séculos.

Na inscrição que apresento a seguir, que li num decalque, também existente há dezenas de anos no Arquivo da Academia de Belas-Artes, dá-se êste caso, embora não possa induzir em equívoco, visto que da inscrição consta a sua data aproximada. Segundo está escrito no decalque, a inscrição, que nunca vi publicada, está gravada num muro de suporte, em frente da Casa da Câmara da Covilhã, e diz:

HO LDO ANTONIO COREA CAVALLEIRO  
DA ORDÊ DE XPS COREJADOR NESTA CO  
MARCA POR ELREI DÕ MANUEL NOSO  
SOR MÃDOU FAZER ESTA OBRA ANO D...

As últimas letras da quarta linha, são ilegíveis, ou seja pelo mau estado do decalque, ou talvez pela corrosão da pedra. O conteúdo, porém, da inscrição, não deixa dúvidas sôbre a sua data aproximada. Sem esta indicação, o epigrafista desprevenido, seria levado pelo carácter da letra a atriuir-lheb uma data recuada de séculos.

Outro caso a considerar é o da inscrição ter sido lavrada em várias peças e estas terem sido juntas desordenadamente. Não me recordo de ter encontrado nenhuma inscrição lapidar neste caso, mas há pouco ainda foi apresentada à Academia Nacional de Belas-Artes uma comunicação sôbre a inscrição da custódia de Alcobaça, que, feita em várias peças amovíveis, que durante muito tempo se mantiveram na posição em que o lavrante as colocara, foram mais tarde, duas delas, trocadas, dando lugar a erradas leituras, aliás de eruditos epigrafistas.

Emfim, por êstes poucos exemplos que apresentei, vê-se que o epigrafista não pode deixar de admitir algumas vezes a hipótese da existência de êrro, ou seja na inscrição, ou seja na reprodução que chegou ao seu conhecimento. Simplesmente essa hipótese deverá ser estabelecida com o maior cuidado, e só na impossibilidade de outra leitura aceitável.

GARCEZ TEIXEIRA



## RELAÇÃO DE DISCÍPULOS DE LUIZ SERRÃO PIMENTEL NA AULA DE ENGENHARIA MILITAR

Há tempos, deparou-se-nos no Arquivo Histórico Colonial uma interessante informação autógrafa do cosmógrafo-mor Luiz Serrão Pimentel, feita em Lisboa em 4 de Dezembro de 1671, sôbre os cargos de cosmógrafo-mor e engenheiro-mor, que acumulou, a qual tem junta uma Memória dos engenheiros, seus discípulos, «que havia no serviço de Sua Alteza ao tempo que se effectuou a paz».

Refere-se êste documento a vários engenheiros mencionados pelo dr. Sousa Viterbo e pelo general Cristóvam Aires, mas dá dêles pormenores curiosos e trata de outros que aquêles eruditos investigadores não incluíram nas suas obras.

Justifica-se, por isso, a ligeira sùmula que vamos fazer, compatível com o limitado espaço de que dispomos, agora, nesta Revista, a tantos títulos benemérita.

Êsses engenheiros encontravam-se então assim distribuídos:

JERÓNIMO VELHO, na Beira. — SEBASTIÃO DE SOUSA, no Minho. — TOMÉ PINHEIRO DE MIRANDA, no Maranhão. — JOÃO COUTINHO, em Trás-os-Montes. — ANTÓNIO ROIZ, no Alentejo. — FRANCISCO JOÃO DA SILVA, também no Alentejo. — MANUEL MENDES DE MENDONÇA, idem. — ANTÓNIO CORREIA PINTO, idem. Dêste diz o seguinte: «...foy despachado pera Pernambuco por ordem do cons.<sup>o</sup> ultramarino: avizou-me estaua fazendo de nouo o Forte de Nassau, e que de la hauia de passar a Bahia», e, à margem, anota: «Agora tiue carta sua na frota e me diz tirou a planta do pays, dos Fortes, e portos das capitánias de Pernambuco que o g.<sup>dor</sup> manda por duas vias ao cons.<sup>o</sup> ultramarino». — JOSÉ CORREIA DE BRITO, que também estava no Alentejo. «...este vendose despedido deu em indencencias, e anda perdido: não ha que fazer caso delle». — GREGÓRIO PACHECO DE MORAIS, que serviu nas fortificações de Setubal. — JOÃO ROIZ MOURO, que assistia nas fortificações de Setubal e Sesimbra e «agora ha de assistir aos reparos e concertos da Fortaleza de Outão». — SEBASTIÃO PEREIRA FRIAS. — INÁCIO PEREIRA, que servia no Algarve. — DOM DIOGO PARDO DE OSÓRIO. — DOM FRANCISCO OSÓRIO, seu irmão, principiante, que assistia no Alentejo. — GONÇALO GOMES CALDEIRA, que servia em Lisboa e em Peniche. — SIMÃO MATEUS, «a quem dei m.<sup>tas</sup> lições, posto que não aprendeo na Aula he hoje Tenente g.<sup>ra</sup> Serue de g.<sup>dor</sup> de Peniche». — MATEUS DO COUTO, sargento-mor.

FRAZÃO DE VASCONCELOS

## URNA CINERÁRIA DE OLISIPO COM INSCRIÇÃO LATINA

Leio na «*Lisboa Antiga*», de Júlio de Castilho, a páginas 178-179 do Vol. I da 2.<sup>a</sup> edição, o que passo a transcrever :

«Como persuasão da tendência expansiva da população para o poente deixarei arquivado aqui um descobrimento, feito em 1846 numa escavação na calçada da Ajuda : era a base de um cipo, ou coluna sepulcral, de um palmo de altura, 1  $\frac{1}{2}$  de largura na frente, e umas 10 polegadas de fundo.

«A inscrição da frente era esta :

D. M.  
PUBLIO CLODIO JUVENI. VIX  
ANNIS. LXX. FECIT.  
CLODIUS FORTUNATUS  
PATRONO S. B.

«Tradução :

AOS DEUSES MANES  
A PUBLIO CLODIO, MOÇO DE SÓ  
SETENTA ANOS ERIGIU  
CLODIO FORTUNATO  
AO SEU BENEVOLO PATRONO

«El-Rei D. Fernando, sempre e em tudo artista, constando-lhe o achado, foi em pessoa copiar a inscrição, e guardou-a com o aprêço que os espiritos-superiores consagram a tais assuntos».

\*

Sem melindre para a memória nem menoscabo para a obra do olisipóto go incansável e esclarecido, que foi Júlio de Castilho, quero fazer alguns reparos à notícia transcrita. Move-me a averiguação da verdade, e interessam-me no assunto duas circunstâncias ponderáveis : — provir o monumento funerário de uma escavação no âmbito de Belém, por que me empenho e que me sugestiona pela história, pela monumentalidade e pelas belezas naturais ; — estar actualmente o aludido monumento no Museu Etnológico.

Vamos por partes e pela ordem de apresentação no texto da notícia

1.º — O aparecimento da «base de cipo» na calçada da Ajuda não denota isoladamente, só por si, expansão da cidade romana de Olisipo na direcção do Poente; faltam provas absolutamente na zona e larga zona intermediária, desde o ópido no môrro do Castelo de S. Jorge ao môrro da Ajuda; faltam outros documentos arqueológicos no aro de Belém e Ajuda. Poderia supôr-se a existência de uma «villa» rústica, e ainda para tal hipótese eram necessários outros vestígios além dêste representado pela «base de cipo». Assim, êste monumento funerário ou foi trazido de algures para junto do lugar onde apareceu, ou era isolado, como outros que se teriam perdido, à beira do caminho nos subúrbios da cidade, ou em terras próximo de tal suposta «villa»; já disse que nenhuns vestígios havia desta fundação romana, à qual se podessem ligar os nomes dos figurantes na inscrição transcrita.

2.º — Não se trata porém de «base de cipo» funerário.

A inscrição prova identidade, confirmada pelas dimensões, entre a leitura atribuída a D. Fernando e a de uma urna cinenária existente no Museu Etnológico. Não pode haver dúvidas. Feitas as correcções necessárias à interpretação as duas inscrições são uma e a mesma. Como disse, as dimensões lidas na «*Lisboa Antiga*» concordam com as medidas tiradas na urna do Museu Etnológico.

O monumento não se extraviou, está pois neste Museu: urna cinenária de pedra calcárea; n.º 18.653 do catálogo; semi-cilíndrica; a superfície redonda, sem ornato, despolida, embebia quasi integralmente no columbário, nicho, ou outro monumento adrede construído; a frente saía com a proeminência de 0,059 m.; o travamento era feito contra a parede por uma faixa polida, rectangular, ao alto, de 0,062 m. de largura, por meio de um cravo de fixação; a ligação da parte curva com a frente faz-se por uma cava lateral de 0,055 m. de largura que vai terminar nas colunazinhas cantonais da frente. Frente plana decorada de lavores de alto relêvo e com o cartel da inscrição bem patente.

A composição desta fachada, elegante e harmónica, é a seguinte: duas colunazinhas globosas, cónicas, ornamentadas de traços largamente cruzados, formam nos cantos o limite; sôbre o capitel de ambas poisa um cisne de asas levantadas, que vão formar o único relêvo no campo da cava lateral; os cisnes estendem o colo para segurar com o bico a extremidade do cordão em que enrola a grinalda estendida de canto a canto e arqueada até tocar a moldura inferior; as extremidades do cordão pendem de uma argola por êle formada. Ao centro, em cima da grinalda, cabeça com cabeça, estão duas aves, a da direita a debicar na folhagem, a outra com o bico levantado segura uma baga, colhida na grinalda; por baixo, em cada canto, entre os ra-

mos da grinalda e as colunzinhas estremes, há uma ave, iguais ambas elas às anteriormente descritas; assentam na moldura inferior e olham para cima para a grinalda, parecendo que a da esquerda tem uma baga no bico; ao contrário das outras, estas estão ambas voltadas para fóra.

O cartel, liso, emoldurado em réguas planas descendentes, ocupa cerca de <sup>3</sup>/<sub>4</sub> da parte superior da frente, separado apenas da grinalda pelas duas aves centrais; 0,189 × 0,066 m., e com molduras 0,227 × 0,095 m.



Dimensões da urna: 0,205 m. de altura, 0,345 m. de largura de frente, 0,2 m. de raio interno de superfície redonda e 0,27 m. de raio externo, 0,035 m. de espessura das paredes, 0,735 m. de perímetro externo da parte redonda.

Encontrada na escavação, a urna ainda cheia de terra ou mesmo fechada pela tampa semi-circular, segura por oito cravos de que restam orifícios



abertos na espessura do bôrdo superior (3 sôbre a frente e 5 sôbre a parte curva), pareceria sem dúvida «base de cipo».

3.<sup>o</sup> — A inscrição não foi bem copiada pelo Senhor D. Fernando. A leitura é a seguinte :

DIIS . MANIBVS  
P.CLODIO . IVVENI VIX  
ANNIS .LXX . FECIT  
P.CLODIVS FORTVNATVS  
PATRONO SVO BENEMERENTI

ou desenvolvidamente :

DIIS . MANIBVS  
PVBLIO CLODIO IVVENI QVI VIXIT  
ANNIS LXX FECIT  
PVBLIVS CLODIVS FORTVNATVS  
PATRONO SVO BENEMERENTI

4.<sup>a</sup> — Se mal lida, mal interpretada. O Sr. Coronel Vieira da Silva, que dirige a reedição da *Lisboa Antiga*, e a tem anotado com boa inteligência do encargo, admite na nota de pág. 178 um êrro de leitura da inscrição, por só assim justificar o êrro manifesto da tradução. O êrro principal, o que chama sobretudo a atenção, está na incongruência do que e do como se traduziu: IVVENI é ali cognome e não atributivo; VIX abrevia VIXIT, não é o advérbio homógrafo; por consequência não estiveram ali as cinzas de «moço de só setenta anos». Publius Clodius Juvenis, ou, se o quisermos, Públio Clódio Jovem, não era «moço de só setenta anos». Apenas por sarcasmo poderia alguém mandar abrir tal epigrafe. O rigor das fórmulas consagradas e a gravidade exigida pelo assunto não consentiriam porém gracejos.

5.<sup>a</sup> — A leitura está incompleta, conforme ao que se conclue da comparação das duas lições, não falando já do desenvolvimento das abreviaturas, feito na lição da *Lisboa Antiga*. Na 4.<sup>a</sup> linha falta o P. inicial de PVBLIVS, prenome do homenageante, um tanto apagado na inscrição. Na 5.<sup>a</sup> linha, depois de PATRONO lê-se SVO e não S.B; o B está na inscrição mas por inicial da formula laudatória BENEMERENTI, insculpida irregular e apressadamente.

A tradução deve entender-se assim dêste geito : Consagração aos *Deu-*

ses Manes. A Públio Clódio Jovem, que viveu setenta anos. Públio Clódio Fortunato, levantou este monumento ao que foi seu patrono benemerente.

CLODIVS e CLODIA são *nomina* frequentes. Uma inscrição funerária de Roma (Bormann, VI, 22437) refere-se a lugar que «ad familiam Messianam et Clodianam pertinet». IVVENIS *cognomen* conhecido: Gustavo Wilmanns, *Excerpta Inscriptionum Latinarum*, <sup>tr.</sup> II. Aparece em duas lápides da Tarraconense, uma de perto de Sagunto, outra de entre Sagunto e Certosa; Hubner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, nn. 3938 e 4012. Formas afins: IVVENIS, IVVENALIS, IVVENTINVS, IVVENTIANVS.

FORTVNATVS não dá também novidade: FORTVNATVS, FORTVNATA, FORTVNATIANVS: H. Dessau, *Inscriptiones Latinae Selectae*.

PATRONVS significava o *pater* nas suas relações com os libertos e com os clientes, principalmente como protector e conselheiro dêles em assuntos de civil e de justiça.

BENEMERENTI, fórmula epigráfica de consagração laudatória, tem outras apresentações, tais como: BE.ME, B.E.M.M.FECIT e BEN.M.M.F. (Bene merenti memoriam fecit), BENE.D.S.M. (Bene de se merenti), BENEM. (benemerenti), BE.ME.DE (Bene merenti de se), BE.ME.DE.S (id.), BEN.MER., BEN.M. e BENEMERENTI FECIT, MERENTI POSVIT, MERENTI FECIT, B.M.F. e ainda, similarmente, PRO MERITIS.

Quem era o homenageado?

PVBLIVS CLODIVS IVVENIS, que morreu na idade de 70 anos; foi senhor do escravo FORTVNATVS, e mais tarde patrono dêste depois de liberto, quando por tal mudança de estado tomou o *praenomen* e o *cognomen* do antigo senhor, e passou a ser PVBLIVS CLODIVS FORTVNATVS.

No fim da República e desde Augusto, os libertos *ex iusta servitute* tinham *tria nomina*: *praenomen*, o do senhor; *nomen*, o do senhor; por *cognomen*,—desde o fim do século II A.C. para os distinguir dos plebeus, os libertos usam o antigo nome de quando escravos. PVBLIVS — PVBLIVS, CLODIVS — CLODIVS, + FORTVNATVS.

Este liberto, agradecido, ergueu o monumento fúnebre às cinzas do patrono.

\*

Os símbolos empregados pelo *variator* dêstes labores eram comuns na arte de ornamentar as epígrafes funerárias. As grinaldas apareciam ricamente nos altares da época de Augusto e Cláudio; os cisnes andavam associados às grinaldas, seguras dos bicos dêles (Gonse, *Chefs d'oeuvre des Musées*, pág. 68, e Espérandieu, *Bas-reliefs de la Gaule Romaine*, I, n.º 140); da

mesma época nos chegam numerosos exemplos de colunazinhas e balaustres cartonais.

Que aves serão as do campo da fachada? Pombas da iconografia báquica seriam demais para simbolizar a alma do morto separada do corpo. Pelo que melhor se depreende obedecerem à disposição artística do autor ou do modelo seguido.

As grinaldas, ramos e flôres naturais ornamentavam os túmulos, sem perderem por isso o simbolismo próprio do emprêgo em tal lugar: nos cortejos funerários figuravam também os ramos, como se observa nos vasos do Dipylon (Perrot & Chipiez, *Histoire de l' Art*, VII, fig. 5); passaram depois nos ornatos tumulares a simples carácter decorativo (Dury, *Histoire des Romains*, I, 95, V, 245 e 271). Assim será nesta urna a grinalda com as aves que estão claramente associadas a ela; naturalismo consagrado em inscrições como a dos *Carmina Epigraphica* de Bucheler (n.º 492):... *ut sint qui cineres nostros breve floribus sertis saepe ornent*. Informações em Marquardt, *Le culte chez les Romains*, I, 375 e Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, III, 424-425.

O trabalho do lavrante não é perfeito. Cópia? A inscrição é irregular na forma das letras do alfabeto monumental, usado no século I A. C., na distribuição delas pelo campo, e na precipitação de colocá-las. Pelo que me parece dever depreender-se que a urna cinerária provém do final do século I e talvez ainda dos princípios do século II.

LUÍS CHAVES

## DAS MOEDAS DE TORO

RESPOSTA À CRÍTICA DO ENG. RAUL DA COSTA COUVREUR  
«AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE  
CASTELA E OS ESCUDOS DE OURO DO MESMO REINADO»

(continuação da pág. 153)

Com efeito, atente-se no quadro que estabelecemos da evolução da forma do escudo de Portugal, <sup>(21)</sup> e aí claramente se patenteará nas próprias moedas o que acabamos de dizer. A inclusão dum *escudo de 18 quilates* (caracteristicamente gótico como é) junto dos espécimes que constituem a segunda e terceira fases monetárias do Rei Africano, seria, antes mesmo de qualquer pormenorizado exame que o reprovasse, como um berro a chamar a nossa atenção, — tal é a diferença que entre êstes e aquele existe.

Além disto, esquece-se o nosso presado consócio do critério económico que presidia ao fabrico da moeda — jámais adulterado no lavramento do ouro; pois eram suas peças batidas directamente pelos officiais da Moeda d'El-Rei <sup>(22)</sup> — e bem explicito vem êle na *Ordenaçam dos meios grossos* promulgada em 1472, — dizendo que não mais se fabricassem moedas ligadas (*scilicet* dum toque baixo) porque "...as semelhantes moedas liguadas fazem alç.r o preço da prata, e ouro, e mercadoryas, e nosos povos tem sempre delas receio, não conhecendo seu verdadeiro valor, nem avendo-se por seguros da fazenda, que nas taaes moedas tem, segundo a experiencia em taes casos amostrou; mas que assy como a moeda dos cruzados... he de ouro fino sem liga alguã, assy a moeda que ora se lavrase fose de prata lympha de onze dinheiros..." <sup>(23)</sup> Como aceitar, pois, sendo esta a norma — da moeda principal ser de metal quasi sem liga — que se houvessem lavrado *escudos* de ouro tão baixo, como o eram os de 18 quilates, quando a própria lei os condenava?

---

<sup>(21)</sup> cfr. *Ibidem*, Estampa IV, pág. 38 frente.

<sup>(22)</sup> Entenda-se «Moeda» por «Casa da Moeda», como outrora se dizia — e ainda hoje abreviadamente.

<sup>(23)</sup> Vid. *Ordenaçam sobre a moeda dos meos grossos, que El Rei ora mandou fazer*... aos 16 de Setembro de 1472. *Livro Vermelho* de D. Afonso V in *Inéditos*, III, pág. 444.



Quando já se havia iniciado — em 1457... — a boa política de saneamento da moeda, claramente revelada nêsse documento, e que os espécimes monetários o confirmam, sem quebra no prosseguimento dela!?

Só a crítica de suposições, com o desprezo dos documentos, poderá levar a semelhante alvitre.

Na verdade, é para lastimar que os nossos numismatas tão pouca atenção prestem aos velhos manuscritos, e até aos elementos internos e externos da moeda ao quererem dissertar sôbre êles, quando a moderna Numismática — como aliás qualquer ciência histórica — deve e tem de aproveitar doravante todos os pontos que ilustrem o objecto de estudo, nomeadamente aqueles que o regulam, como a legislação, quer seja directa ou indirectamente. <sup>(24)</sup>

\*

Por fim alarga-se o Snr. Eng. Couvreur na evocação de determinado exemplar do Museu de Copenhague que apresenta 4 castelos nos armas de Portugal, e o escudo duma forma — a que chamaremos ultra-evolucionada para a época — para fazer crer que *no fim* do reinado de D. Afonso V se devem também ter lavrado dêsses escudos de *ouro baxo*, como diz Ruy de Pina, e não sòmente na primeira fase monetária como nós os julgamos.

Porém, tal argumento não é de ponderar por que se trata muito simplesmente duma moeda *falsa*.

Todavia quiere o illustre Engenheiro que seja êsse o tipo dos exemplares descritos na *História Genealógica* de D. António Caetano de Sousa, e na *Memória das Moedas* de Lopes Fernandes. E assim me recrimina o eu ter dito que os exemplares estampados nessas obras estavam *erradamente* representados. Ora, para provar que tal afirmação não é infundada, basta recordar que nessas duas reproduções as quinas das ilhargas estão direitas quando os exemplares *autênticos* as têm deitadas. Além de que todos os espécimes que conhecemos do *escudo* (de 18 quilates) — mas dos *verdadeiros* — têm 6, e não 4 castelos como naquelas obras; portanto, das duas uma: ou essas reproduções são cópia dum exemplar verdadeiro e, por serem *desenhos* estão erradas (como o provei com o de T. d'Aragão), <sup>(25)</sup> ou são

<sup>(24)</sup> Vid. a êste propósito o belo artigo do sapiente Numismata D. Felipe Mateu y Loppis (distinto Conservador do Museu Arqueologico de Madrid) intitulado «Nuevas directrices en la Numismática Hispana», inserto nesta prestável *Revista de Arqueología*, vol. II, pág. 136-9.

<sup>(25)</sup> Vid. *Moedas de Toro*, pág. 62, nota 1.

cópia fiel dum exemplar *falso*, e do mesmo modo se devem considerar *erradas*, posto que pretendem reproduzir as autênticas e não estas.

Posto isto verifica-se que o Sr. Eng. Couvreur teve como base das suas conjecturas, um exemplar *falso* e duas reproduções *erradas*. O que, em boa verdade, não constitui argumentação muito sólida...

#### ESCUDOS DE D. AFONSO V



verdadeiro



falso

Só é para admirar que êsse distinto coleccionador preste tanta atenção a essa moeda e sôbre ela borde tantas conjecturas, quando êle próprio «quási» se pronuncia pela sua apocrifia, assim dizendo: «...a hipótese de a moeda ser considerada a autêntica, o que eu estou longe de afirmar...»<sup>(25)</sup> ou mais adiante quando se refere à suposição que havia proprosto na mencionada comunicação à As. dos Arq.,<sup>(26)</sup> de que aqueles escudos de 18 quilates tinham sido lavrados também no fim do reinado de D. Afonso V, «...confirmação, que no entanto está longe do meu espirito...»<sup>(27)</sup>

É agora o momento asado de lembrar, neste passo, que já em 1910 publicou Schulman, num dos seus esplendidos catálogos, um exemplar igualmente *falso* — e como tal judiciosamente considerado — que procura reproduzir um *escudo* de Afonso V, e pode dizer-se que é uma peça da mesma série do exemplar de Copenhague — a que alude o Sr. Eng. Couvreur. Como neste, aí se vêem as quinas pendentes, os quatro castelos sômente, a mesma estranha forma do escudo, e talqualmente as flexões MEUS, DEUS e REGIS diferentes dos espécimes verdadeiros, o que todavia neste caso não

<sup>(25)</sup> Vid. pág. 108 da *Rev.* e pág. 13 da *Sep.*

<sup>(26)</sup> A que eu me referi nas *Moedas de Toro*, pág. 62, n. 1.

<sup>(27)</sup> Vid. pág. 109 da *Rev.* e pág. 13 da *Sep.*

constitui prova de autenticidade, como pretende o nosso distinto crítico em favor daquele. — Vejam-se, pois, as reproduções que damos d'esses exemplares a que nos referimos: do *verdadeiro* e do *falso*; aquele do numofiliácio del-rei D. Luis (hoje incorporado no Museu Numismático Português) e este da antiga coleção de Julius Meili<sup>(28)</sup> — idêntico ao de Copenhague.

De modo que, em última análise, temos que o Sr. Eng. Couvreur, embora muito aprecie as «demonstrações precisas em que as bases são os axiomas e os teoremas», não consegue mais do que levantar das afirmações feitas dúvidas, que aliás apenas tem a apoiar-las um documento que não é verdadeiro: o sobredito exemplar do Museu de Copenhague. E, inútil se me afigura insistir nas suspeitas características dele: desde a esmagadora e irrefutável de ter no escudo do Reino os escudetes das ilhargas direitos — quando só no reinado de D. João II essa mudança se deu, como o atestam os documentos mais fidedignos —, à forma do escudo que não existe em D. Afonso V, ao tipo da letra que não é a d'esse tempo — em fim, ao máu aspecto dela, que é muito para quem tem o hábito de lidar com moedas antigas. E tanto assim é que o próprio Sr. Eng. Couvreur o reconhece, mas infelizmente não obsta a que se estribe nela para querer provar aquilo que mais nenhum documento apóia.

Não me alongarei, pois, na explicação dos elementos citados para dar visos de autenticidade ao exemplar de Copenhague — por não desejar embrenhar-me pela senda das conjecturas meramente hipotéticas; limito-me a lembrar que o campo das falsificações é vastíssimo — e que devemos antes deternos na consideração dos caracteres que demonstrem a fraude, e não na dos que fielmente reproduzam o verdadeiro original.

Logo, para que as minhas conclusões possam ser refutadas, necessário é que outros documentos, mais sólidos do que este, apareçam a invalidá-las.

PEDRO BATALHA REIS

---

(28) Vid. *Collection de feu le Dr. Jules Meili à Zurich*, Amsterdam, 1910, 1<sup>a</sup> Pt. N.º 514, pag. 36, e Est. V. Exemplar este descrito no capítulo das *Moedas Contrafeitas*.

## UMA INSCRIÇÃO GÓTICA

A igreja de S. Mamede-o-Velho, situada um pouco abaixo da porta da Alfafa, onde hoje está a meia-laranja fronteira à entrada do palácio do Correio-mór, era uma das mais antigas de Lisboa. O terremoto grande destruiu-a completamente e, durante muito anos, os seus entulhos amontuaram-se para ali, em vergonhoso abandono, dando ao local a significativa designação de Monturos de S. Mamede.

Algumas cantarias foram sendo aproveitadas na edificação dos prédios vizinhos, outras porém ficaram esquecidas pelos escombros e muitas jazem ainda ocultas sob as construções que hoje cobrem por completo toda aquela íngreme encosta do monte da Alcáçova.

Numas obras a que a Fiscalização dos Caminhos de Ferro procedeu durante o ano passado nos baixos do palácio onde está instalada, apareceu uma pedra de forma rectangular, com 0<sup>m</sup>,67 × 0<sup>m</sup>,50 × 0<sup>m</sup>,15, que provavelmente terá estado embutida na parede de alguma capela do templo derruído.

Tem ao centro um escudo em relêvo onde parece não terem sido esculpidas nenhuma armas. Na parte superior, entre pauta, duas linhas de caracteres góticos minúsculos, que nos dizem:

✠ AQUY · JAZ · SOLANDA · Ḡ(AR)  
CIA · S(ER)UA · DA · U'GEN · MARIA

Por baixo do escudo lê-se a data:

<sup>L</sup>MI <sup>C</sup>IIII      XX <sup>O</sup>IIII

O *G* de *Garcia* tem em expoente o sinal indicativo da abreviatura, o *S* de *serva* é cortado pelo traço correspondente a *er*<sup>(1)</sup> e na palavra *Virgem* o *i* elevado indica-nos a letra suprimida<sup>(2)</sup>. É errónia a forma como se acha indicado o milénio.

Bom seria que esta pedra fosse porém recolhida... onde estas coisas se guardam.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

(1) — Vid. *Apontam. de epigrafia port.* do autor.

(2) — Id.



# INSCRIÇÕES LUSITANO-ROMANAS DO MUSEU ETNOLÓGICO

1. Lápide provinda do antigo santuário do deus Endovélico (perto de Terena, concelho de Alandroal), de que se fala nas *Religiões da Lusitania*, II (1905), 111-146, e noutras obras publicadas posteriormente.

DEO ENDOVEL  
LICO SACRVM  
FANNIVS APIO  
ANIMO LIBENS  
VOTVM POSVIT

Insculpida num mármore.

Foi de estar por extenso, em inscrições como esta, a cláusula, ou fórmula final, que os epigrafistas deduziram a explicação da abreviatura ALVQ que se lê muitas vezes nas lápides.— *Apio, -onis* tem origem grega.

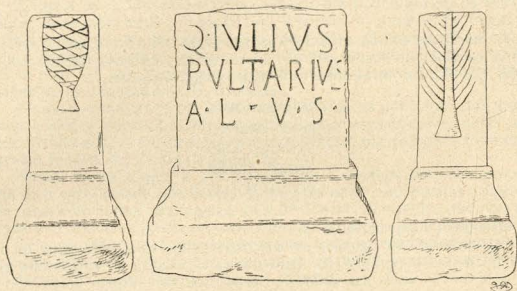
2. Do mesmo santuário. Parte inferior de ara ou cipo.

A lápide, de mármore, está mutilada na parte superior. No começo devia estar, pelo menos, o nome do deus.

.....  
Q. IVLIVS  
PVLTARIVS  
A · L · V · S

O cognome *Pultarius* lê-se numa inscrição funerária da vizinha Vila-Viçosa: C, II, 148. No lado esquerdo da lápide, olhando para ela o observador, vê-se figurada uma pinha; e no direito uma haste de pinheiro com ramos, como consta do adjunto desenho, feito pelo Sr. F. Valença, desenhador do Museu. É provável que estes emblemas se relacionem com o carácter naturalístico de Endovélico; vid. *Religiões*, II, 125 sgs. O cognome *Pultarius* deriva do lat. *puls, pultis* «papa de farinha». Havia um vaso para es-

tas papas chamado *pultarius*, nome de caracter originariamente adjectival; e o cognome corresponderá realmente a um adjectivo, que falta nos dicionários.



3. Em 1894 encontrei na igreja da Senhora da Abobriz, frêguesia da Amoreira, concelho de Obidos, uma lápide calcárea, quebrada, em que, depois de então discutir comigo mesmo o texto (deixarei acaso para outra vez reproduzir a discussão), apurei a seguinte leitura:

d M S  
 t O L I O  
 . . M A X I M I N O  
 i i V I R | ☐ E B O R O  
 . . . T ☐ A N N ☐ L I I  
 A I V

Linha 2: Não conheço outro exemplo de *Tolius*, mas ha o feminino *Tolia* numa inscriçção do C., II, 349, de Val de Maceira, concelho de Alcobça, da mesma região a que pertence a igreja da Senhora da Abobriz: *Tolia Maxima*, e até da mesma família do duúmviro. É curiosa a relação

morfológica em que os cognomes estão um com o outro: *Maximinus* e *Maxima*.

A palavra que vai do fim da 4.<sup>a</sup> linha para a 5.<sup>a</sup> é, no meu entender, EBORO brell(*iensi*) ou melhor EBORO briTT (*iensi*), nome étnico de *E. burobrittium*, de que fala Plínio, IV, 113, chamando-lhe apenas *oppidum*; e vid. também os *Monum. Ling. Ibericae*, p. 231. O final da linha 6.<sup>a</sup> pôde ser NIV ou INV, pois no meio está rachada a pedra. Esta, com a condução desde a igreja de Abobriz até Belém, sofreu no começo da linha 5.<sup>a</sup> deterioramento um pouco superior ao que já tinha. Dimensões: altura 0,<sup>m</sup>46; espessura 0<sup>m</sup>,53.

Vê-se que a inscrição se refere a um duúmviro de Eborobricio. De ser pre-romano o nome do *oppidum*, e de haver aqui um duúmviro, conclue-se que a povoação era um município.

J. LEITE DE VASCONCELLOS

# AINDA “AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE CASTELA”

RESPOSTA AO TRABALHO «DAS MOEDAS DE TORO»  
DO SNR. DR. PEDRO BATALHA REIS

Como era de prevêr o meu artigo sôbre o notável trabalho de investigação do erudito numismógrafo Snr. Dr. Batalha Reis àcerca das moedas que materialisam o sonho de união ibérica de D. Afonso V, motivou uma resposta que êste meu ilustre amigo publica na «*Revista de Arqueologia*» (II tomo pgs. 146 e seguintes).

Nêste seu novo trabalho, depois de uma referênciã a palavras do meu anterior artigo, o meu presado amigo revela desde logo a grande preocupação do seu espírito de a todo o transe procurar manter a sua têse da cunhagem exclusiva em Tôro, reeditando e apresentando novas considerações em defesa dos seus pontos de vista, sem no entanto, porém, rebater pela demonstraçã da sua inexiquibilidade as minhas suposições sôbre êsse ponto, não sendo também claro sôbre a minha outra discordânciã quanto à disposiçã das moedas segundo a cronologia, que constituem os dois pontos fundamentais das minhas discrepâncias.

Os assuntos é moda agora serem postos de fôrma a não darem margem para discussã, são sempre apresentados com a segurança de que a última palavra foi dita, de que o assunto ficou exgotado. E, ou *crê* ou *morre*. E para *crêr* usam-se vários processos.

Felizmente que o esmerado trato de que usa sempre o Snr. Dr. Batalha Reis, levando-o apenas para uma fôrma de redacçã, de convencimento *visual*, digamos, não o conduz para uma outra fôrma muito usada de procurar confundir, ou mesmo fazer calar, os antagonistas que não usem dos mesmos processos, o que, notando apenas a orientaçã do seu espírito coherente, faça-se justiça, com o dos da sua geraçã, traduzida logo como *fogo de barragem*, difinidor do exposto, em duas passagens iniciais que a seguir transcreverei, me permite muito gostosamente voltar á liça em defesa das minhas hipóteses.

As duas passagens são as seguintes :

«*Em primeiro lugar salientaremos que para que subsistam tais dúvidas*



(as minhas discordâncias) *importa a derrocada completa de tudo o que estabelecemos e portanto também de toda aquela parte que o próprio crítico aceita sem sombras de dúvida*».

Santo Deus! Como é que são derruidas as afirmações que eu, *o crítico*, aceitei de que as moedas com T ou cabeça de touro tivessem sido cunhadas em Tóro e de que as letras P. L. C que encimam os escudos tenham as significações que o Snr. Dr. Batalha Reis lhes assinalou só pelo facto de eu apenas supôr que as que não têm o indicativo de Tóro tivessem sido cunhadas noutro local? As minhas suposições sôbre locais de cunhagem são diferentes das do meu illustre amigo mas em que anula isso o mérito do trabalho de investigação e observação da época espalhado por tôda a obra?

O que pôde sofrer é unicamente o título do trabalho, e porquê? Porque se me afigura que as premissas não permitiam ir tão longe como se quiz ir. O resto tudo fica e com o seu justo e muito devido valôr.

A segunda passagem é a seguinte:

*«Com effeito tão homogêneo, lógico e consequente é o que estabelecemos — o que só acontece quando ha a fortuna de trilhar a verdade histórica — que não é fácil enxertar-lhe qualquer peça que lhe não pertença».*

Noli me tangere...

É claro que êste tom de certeza e de intangibilidade serve maravilhosamente para *visualmente* forçar o convencimento dos contemporâneos do illustre autor, auto-entusiasmado-os com a facilidade com que os seus logram obter a fortuna de trilhar os caminhos da verdade, não admitindo nem o engano do itinerário nem a pretensão de qualquer observação.

Mas aqueles que como eu pertencem a gerações mais atrasadas, no tempo e na fórma, que pertencendo a outra época, não enveredem pelo caminho de pintar os fios de prata que lhes embranqueçam os cabelos, deixam passar as rajadas, encolhem-se sorrindo e persistem em apresentar os assuntos com aquela reserva, escudo de desilusões, que o conhecimento do que valem até os próprios documentos escritos faz preponderar nos seus espíritos antiquados, convencidos de que os trilhos da verdade histórica estão por vezes tão apagados que é difícil não só ter a certeza da fortuna de os ter encontrado como também de os seguir sem desvio...

Posto isto, muito amigavelmente, examinemos as razões que o meu illustre amigo opõe à minha argumentação que, longe de discutir o valor do trabalho do Snr. Dr. Batalha Reis, apenas contesta alguns resultados.

*1. As moedas com a duplicidade de armas só foram lavradas em Tóro.*

Os argumentos contra as suposições que aventei de que, além de em

Tóro, as moedas em questão podiam ter sido cunhadas noutra local são neste nosso trabalho as seguintes:

1.º — Eu não apresentar documento algum que prove o que conjecturo e fazer apenas suposições.

2.º — Eu aceitar como de Tóro as moedas que têm um indicativo dessa cidade e duvidar que outras que têm outros símbolos não sejam também de Tóro.

3.º — Não ser exequível que D. Afonso V tivesse batido moeda antes de entrar em Tóro.

4.º — Inexequibilidade de tal operação se fazer em jornada.

5.º — O facto de as moedas com os indicativos de Tóro serem em pequena quantidade sabendo-se que foi nesta cidade que D. Afonso V mais se demorou.

Analizando estas razões por sua ordem direi o seguinte :

1.º — Não posso deixar de reconhecer razão na afirmação de que não offerço *documento* algum que prove as minhas suposições da possibilidade das moedas sem indicativo não serem de Tóro, e ainda de que pelo contrário o Snr. Dr. Batalha Reis apresenta *documentos*, que são as próprias moedas, que provam que *as que têm uma cabeça de touro ou um T* teriam sido cunhadas naquela cidade. Não negando, antes concordando eu com essa afirmação do Snr. Dr. Batalha Reis, pergunto, porém, que *documentos* apresenta este meu illustre amigo em que se prove que *não foram ou não podiam ser cunhadas em qualquer outro local aquelas moedas que não têm indicativo de Tóro* que como tal invalide as minhas suposições?

As suas deduições? Mas se as suas deduições têm força probatória de documentos, ou devem ser consideradas como tal, porque razão as minhas não o podem também ser?

Não, o Snr. Dr. Batalha Reis também não apresentou até agora *documento* algum que prove que *não podessem ser cunhadas moedas fóra de Tóro*, apresenta apenas as suas suposições no sentido de que todas o foram!

Eu também não apresento documentos, apresento também apenas suposições em sentido contrário. A diferença está em que eu considero o que penso como *suposições*, o Snr. Dr. Batalha Reis considera o que pensa como *realidade*.

2.º — A pgs. 148 diz-se... *«se outra cidade igualmente tivesse cunhado moeda (além de Tóro) não usaria também como aquela a sua marca monetária dela própria como todas as tinham?»*... e ainda... *«toda a moeda forjada excepcionalmente em qualquer terra que não a de uso tinha sempre a marca que o indicava»*... palavras a que acrescenta em Nota... *«É o que vemos em todas as moedas do Reino, todas as que não eram de Lisboa*

*tinham a marca da officina monetária de que saíam; só para as da capital era por vezes facultativo te-las ou não por ser o local de direito próprio a essa prerrogativa».*

Vamos por partes.

a) Eu não disse, nem suponho, que em outra terra de Castela ou Leão, além de Tóro, se tivessem cunhado as moedas em questão. Esta afirmação vem por certo de eu ter escrito que em Placência *poderiam* elas logo terem sido cunhadas, mas disse-o apenas como consequência de premissas postas pelo Snr. Dr. Batalha Reis e tanto assim que na hipótese que apresentei sobre o ponto, me referi apenas à presunção que tenho de que as moedas podiam ir já na impedimenta do Exército.

b) Como nos termos do que escreveu, em Tóro haveria a considerar moedas com indicativo e outras sem elle, falta que é característica das cunhagens da capital, segundo diz o Snr. Dr. Batalha Reis, para justificar que estas últimas também são daquela cidade, não hesita e eleva-a a capital!

Se esta ideia fôsse minha que só faço (sic) *méras suposições*, que desprezo os manuscritos, e os cronistas, que como Engenheiro faço tábuas rasas de tudo, vá, mas do Snr. Dr. Batalha Reis...

Na época, suponho, Lisboa era já bem a capital inscontestada, e não sendo Tóro nem capital de Castela nem de Leão não se me afigura que lhe fôsse dada tal honra.

3.º A conclusão indicada sob este número e que em última análise é a principal, é deduzida (verifique-se bem a pg. 147) da simples descrição da viagem de D. Afonso V, desde que pensou em entrar em Castela até que chegou a Tóro.

Confesso, não vejo como dessa descrição se possa deduzir ... *«por aqui se vê que não é exequível D. Afonso V ter batido moeda antes de entrar em Tóro.»*

Então desde Janeiro até Maio não a podia ter batido em Portugal em harmonia com as considerações que apresentei no meu anterior artigo e que não repetirei? Mas porquê?

4.º — Sem que pelo que tenha dito, tenha querido significar que pense que D. Afonso V tivesse cunhado moeda em *jornada* desejo apenas fazer notar que ao contrário do que afirma o Snr. Dr. Batalha Reis, eu não penso que a instalação de uma officina monetária, no tempo, demandasse as dificuldades de que a rodeia o meu ilustre amigo.

Com efeito cadinhos, bigornas, forjas, martelos, tesouras e balanças para cunhar apenas moedas a punção com as diferenças de pêso que conhecemos, afigura-se-me que não deviam demandar um grande espaço nem pesar coisa apreciavel na impedimenta de um Exército.



Mas mesmo na hipótese de cunhagem exclusiva de Tóro esse ferramental não teria sido transportado para lá com o Exército?

5.º — Conforme se verifica no quadro da pgs. 65 do livro «Moedas de Tóro» o número das peças em questão conhecido é de 41. Como não posso supôr que se tivesse cunhado apenas êste número de «grossos», do facto de serem conhecidas 6 com indicativo de Tóro e 35 sem indicativo, apenas a meu vêr se pôde deduzir a presunção de que a percentagem de moedas com indicativo, no número total das que foram cunhadas, *poderia* ter sido inferior á da das sem indicativo, não dando no entanto indicação nenhuma segura nem quanto ao número de umas e outras nem mesmo quanto à suposição apresentada.

Antes de passar a uma parte mais interessante do novo trabalho agora apresentado — aquela em que o autor se refere á evolução do número de castelos — rectificarei uma afirmação feita no meu artigo que motiva um justíssimo reparo do Snr. Dr. Batalha Reis.

Refiro-me à afirmação que fiz de que êste meu illustre amigo teria dito que os Reis Católicos tinham usado o título de Reis de Portugal nas moedas.

Constatando o facto e mostrando que tal não escrevera diz não perceber como tiro das suas palavras a minha afirmação.

É fácil porém de perceber porque só há duas hipóteses; ou eu teria cometido propositadamente uma falsidade com a ideia de colocar mal o Snr. Dr. Batalha Reis, ou ter-me-hia equivocado.

Aquêles que me conhecem não têm, estou certo, nem teriam, dúvidas em aceitar que se tivesse dado o segundo caso, àquêles que me não conhecem e ao Snr. Dr. Batalha Reis, a quem apresento as minhas desculpas, eu assegurarei que se trata de um equívoco de que me penitencio que não sei como explicar, e para lhes dar e ao Snr. Dr. Batalha Reis toda a segurança que assim é lembrarei apenas que não fugi á citação do lugar onde fundamentei o meu equívoco o que permitiria constatar ou a minha má fe, ou aquêles.

Passemos então à parte mais interessante do novo trabalho do Snr. Dr. Batalha Reis porque até aqui respondi ao correr da pêne.

Depois de mais uma vez forçar o convencimento pela redação, diz o meu presado contendedor que eu cáio na barafunda de, não admitindo que tôdas as moedas em questão se tivessem só cunhado em Tóro, ter de aceitar que se usaram 4, 6, 8, 10, 12 castelos ao acaso entremeadamente quando é certo, tendo as moedas de prata do Reino 4 castelos, natural é supôr que as primeiras do novo Reino tivessem equal número e que, como escreveu o Snr. Dr. Batalha Reis, êle fôsse subindo no escudo à medida que o engran-



decimento diário do novo reino o justificasse, isto é, as moedas começariam por ter 4 castelos depois 6, 8, etc., até que as de 12 seriam as últimas.

Realmente o facto de as moedas do Reino terem 4 castelos ajusta-se para a certeza das afirmações do Snr. Dr. Batalha Reis com o facto de haver moedas com o indicativo de Tóro com equal número de castelos que seriam como que a continuação das do Reino de Portugal e portanto com visos de razão também as primeiras do Reino Unido, cunhadas em Tóro.

Mas importa lembrar que com o indicativo de Tóro são conhecidas moedas não só com 4 castelos (n.<sup>os</sup> 1, 2, 3, 4) mas também com 10 (n.<sup>os</sup> 16, 24, 25) e que há conhecidas sem indicativo além de 4 e 10 também com os números intermédios de 6 e 8 castelos.

Ora se o emprêgo do indicativo corresponde a uma cunhagem feita excepcionalmente numa terra que não a capital e a sua ausência a cunhagem feita na capital, como é que se explica que depois de Tóro cunhar moedas como capital (as de 4, 6, 8 e 10 castelos sem indicativo) voltasse a cunha-las como terra de inferior categoria nas de 10 com indicativo? Tóro seria o que na História se passaria a chamar uma capital... de tirar e pôr...

Na minha *barafunda* julgo-me de braço dado com o Snr. Dr. Batalha Reis, pedindo licença para juntar que como este meu illustre amigo melhor sabe do que eu, há moedas sem indicativo que se consideram de terras sem ser a capital v. g. certas moedas de D. João V que pela gravura são consideradas do Pôrto sem terem o indicativo *P*.

Sôbre a afirmação que faz a pgs. 150 de que a elevação do número de castelos representa o engrandecimento diário do Reino, eu permito-me observar que não obstante ter já pelo menos, D. Afonso V ao entrar em Tóro além desta cidade Placência e Arévalo por si, teria começado por cunhar moedas com 4 castelos como as do Reino, quando dentro da afirmação do Snr. Dr. Batalha Reis parece que deveria começar logo por 7 castelos pelo menos.

Termina este ponto o Snr. Dr. Batalha Reis dizendo que para o demover da sua convicção da ordem que entende haver na elevação do número de castelos, aliás de uma irregularidade nas moedas do Reino até D. João II conhecidas *«é preciso que se nos apresente um documento que o contrarie e não méras suposições»*.

Pergunto, quais são os documentos que o Snr. Dr. Batalha Reis apresenta para fundamentar as suas afirmações? Não serão apenas deduções tiradas das suas suposições?

Referindo-se depois (pag 152) ao facto das disparidades que apresentam na gravura as moedas com a duplicidade de armas que se não limita às que indiquei, como é fácil verificar no seu livro *«Moedas de Tóro»*, fiel à sua

têse considera essas disparidades unicamente filhas do trabalho de artistas diferentes na mesma casa de moeda.

Constata-se a nítida diferença, como expõe o autor, e eu pergunto o que será mais natural, haver diferenças importantes dentro da mesma casa de moeda ou em casas diferentes, tanto mais que a cunhagem em Tóro não teria durado mais de um ano?

Quais são os documentos que contrariam esta minha suposição?

Como sempre afigura-se-me que apenas as deduções tiradas das suposições do Snr. Dr. Batalha Reis.

## II — *Ordem cronológica das moedas de D. Afonso V.*

Separemos bem esta questão da dos Escudos de 18 quilates que o Snr. Dr. Batalha Reis na precipitação de querer refutar as minhas suposições sobre o «*Escudo de ouro*» não separou suficientemente levando-o a não destacar êste ponto que é realmente o de principal importância nesta segunda questão.

A pag 40 do seu livro diz se:

«*O quadro que apresentamos (na estampa IV) da evolução da fôrma do escudo é simultaneamente o indicador da forma como se devem classificar e dispôr as moedas de D. Afonso V.*»

a que se acrescenta:

«*Quanto aos ceitis poder-se-hão agrupar e dispôr consoante a fôrma que o escudo de Portugal foi tendo.*»

Não há confusão possível. Quem, dispondo de tôdas as moedas de D. Afonso V, as quizesse colocar no seu medalheiro segundo a «*rigorosa observação da cronologia*» (pag. 40) teria de seguir «*a ordem que estabelecemos para os agrupamentos*» (mesma página) e que é definida pela estampa IV com a excepção indicada para os *ceitis*, e essa ordem mostra as moedas com a duplicidade das armas como as últimas.

Foi com esta disposição que eu declarei que me não conformava por quanto eu exactamente como o Snr. Dr. sou dos que pensam que as moedas se devem diepôr cronologicamente.

Passemos agora ao outro ponto.

## III — *Escudo de 18 quilates.*

Sobre êste ponto, incidente que nada tem com as moedas de que ambos nos ocupamos, começa o Snr. Dr. Batalha Reis por dizer que eu *afirno* que os «*Escudos de 18 quilates*» se lavraram «*no começo e no fim do reinado*».

Agora — pena de Talião — é o Snr. Dr. Batalha Reis que se equivoca atribuindo-me uma afirmação que eu não fiz.

A pgs 107 da Revista e 11 da separata digo eu referindo-me a uma comunicação que fiz na Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos:

*«concluindo eu por aventar a hipótese de terem tals moedas sido batidas no começo e no fim do reinado»*

De *aventar a afirmar* vai precisamente a diferença que existe entre o espírito do meu artigo e o dos trabalhos do Snr. Dr. Batalha Reis, e tôdo o resto do meu artigo até ao fim justifica bem que eu nada *afirmo*. Quanto a serem de 18 quilates os Escudos, adiante se verá que também o não *afirmei*.

Compreendo no entanto perfeitamente os equívocos cometidos pelo meu presado e erudito numismata, porque só se não engana quem não trabalha.

Nêsse meu modesto trabalho dizia eu:

a) Ter reconhecido que nas moedas de ouro desde os *«Gentis»* de D. Fernando ao *«Escudo»* de D. Duarte se encontravam sempre os castelos em n.º de 8.

b) Ter o *«Meio escudo»* de D. Afonso V também 8 castelos.

c) Chamarem-me êstes factos a atenção para o caso de dois *«Escudos»* de ouro dêste último reinado existentes terem 4 castelos, bem como outros dois conhecidos por gravura.

Um dos primeiros era o de Aragão que o Snr. Dr. Batalha Reis prova porém com o próprio exemplar ter 6 castelos, o outro é o do Museu de Copenhague que realmente tem 4, os restantes são os de Lopes Fernandes e da História Genealógica.

d) Reconhecer que o *«Escudo»* com a duplicidade de armas posteriores aos primeiros tem 4 como 4 tem os *«Cruzados»* igualmente posteriores.

(Continúa)

RAUL DA COSTA COUVREUR



## A IGREJA DO PRIMITIVO CONVENTO DA ANUNCIADA NOS ARREDORES DE TOMAR

A história d'êste modesto Convento de frades Capuchos, pode ver-se na *Chronica da Provincia da Piedade*, de Fr. Manuel de Monforte, e ainda em outros autores que dela se socorreram, sem a ampliar. Não a reeditaremos aqui, e para aquela *Chronica* enviamos algum leitor curioso de velharias sem interêsse.

Foi êste Convento estabelecido na Quinta de Sarzedo ou Cerzedo, sendo abandonado já no meado do século XVII, transferindo-se os seus habitantes para a nova instalação, na cidade. A incúria dos freires de Cristo, que dêle tomaram posse por troca, e o tempo destruidor, encarregaram-se de reduzir a ruínas aquela modesta construção.

Quem se dirige da Estação de Paialvo para Tomar vê, ao norte e a meio caminho da estrada, uma arruinada flecha e algumas paredes transformadas em dependências rústicas, que são tudo quanto resta do primitivo Convento.

O templo conventual, em que havia sido transformada a primitiva capela da Quinta do Sarzedo, é hoje uma arrecadação rústica, acusando o arco do cruzeiro, sem elementos architectónicos dignos de citação.

Dêle nos resta, no entanto, o documento que apresentamos na página seguinte. Encontra-se no maço 3 do Corpo «Convento de Thomar» da Torre do Tombo, e tem por título:— *Descrição de todas as sepulturas que ha na capela e corpo desta Igreja da Sr.<sup>ora</sup> da Anunciada; dadas e p.<sup>a</sup> dar.* Êste documento é interessante, não só porque nos dá a disposição interna da igreja, como ainda a indicação das sepulturas, hoje desaparecidas, que ali existiam.

E' reproduzido tão fielmente quanto possível, salvas as dimensões que foram reduzidas em harmonia com as dimensões das páginas desta REVISTA.

Deve datar do meado do século XVII, quando já o Convento estava na posse dos Freires de Cristo.

As legendas que contêm dispensam qualquer comentário, tanto mais que os nomes que nelas figuram nenhum interêsse oferecem, cremo-lo, ao investigador.

Apenas notaremos que a legenda da lápida de Maria Gonçalves, fronteira ao altar do Crucifixo, se achou, em tempo, coberta com um papel colado, que depois foi arrancado em parte. Este detalhe parece indicar que,



Altar maior de nra.  
Senhora

La capilla tie  
ne cinco sepul-  
turas q son  
estas

Sepultura de	Sep. <sup>o</sup> de	Sep. <sup>o</sup> de	Sepultura de	Sep. <sup>o</sup> de

Arco que diuide la capilla de la iglesia

Entre el arco y  
la grade ay cinco  
sepulturas que sô  
estas

Altar de S. Franc. <sup>o</sup>	Sep. <sup>o</sup> de Iria Ribeira	Sep. <sup>o</sup> de Jorge Rapozo e de Ma- ria de Abrea saa mo- lher	Sep. <sup>o</sup> do L. <sup>do</sup> Fran. <sup>o</sup> Vaz e de sua molher Lianor de Prezen- ça	Altar del Crucifixo
Sep. <sup>o</sup> de Luis datongia e de sua molher Dona Isa- bel e de sua mul dona Maria de Teive e erdei- ros				Sepul. <sup>o</sup> de maria filz que mora na .....graça

Grade de la iglesia

De la grade hasta  
el fin de la yglesia  
ay cinco ordenes  
de sepulturas — el  
pri.<sup>o</sup> es este y tiene  
cinco sepulturas  
seguintes

Sep. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. de	S. <sup>o</sup> de

El 2.<sup>o</sup> orden tiene  
estas cinco sepul-  
turas

S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de

El 3.<sup>o</sup> orden tie-  
ne estas cinco  
sepulturas

S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de	S. <sup>o</sup> de

El 4.<sup>o</sup> orden tiene  
estas seis sepul-  
turas

--	--	--	--	--

El 5.<sup>o</sup> orden  
tiene estas  
seis sepulturas

--	--	--	--	--

ha mais duas sepulturas no corpo da Igreja, ha-  
ma he de Gaspar Manço, E outra do Gaio

quando o documento foi feito, não se achava aquela sepultura ainda occupada, mas apenas vendida a Maria Gonçalves, o que é corroborado pela expressão «que mora na..... graça».

As sepulturas de Gaspar Manço e do Gaio, que «há no corpo da igreja», segundo a nota escrita em português, ou não teriam inscrição, ou seriam posteriores à factura do documento. Também se poderia dar o caso de não serem sepulturas rasas, mas sim sarcófagos nas paredes, o que se justificava pelas dimensões exíguas do templo. Havia lá, pelo menos, mais um sarcófago nestas circunstâncias, a que nos vamos referir.

Entre os poucos objectos que daquele Convento vieram, por oferta do actual possuidor da Quinta, o nosso antigo condiscípulo e amigo Sr. António Maria da Costa Macedo, para o Museu Lapidar de Tomar, figura uma frente de sarcófago, medindo 1,<sup>m</sup>73 de largura por 0,<sup>m</sup>85 de altura, ornamentada com grossos botões hemisféricos e florões quadrifólios rodeando uma cartela, tudo de escultura vulgar e ingénua desenho.

Dentro da cartela, em caracteres góticos minúsculos, acha-se a seguinte inscrição :

SEPULTURA DANTÃ DE FIGUEIREDO E  
SUA MOLHER ISABEL TEIXEIRA OS  
QUAES FALECERO NA ERA DE MIL DXXII ANOS

Estas duas personagens são conhecidas ; delas fala a *Chronica da Provincia da Piedade*. Isabel Teixeira, sendo já viuva, fez em 1527, doação da da capela e parte da Quinta do Sarzedo para ser aí instituído o Convento. Por isso, certamente, lhe foi dada ali sepultura especial, para si e para seu marido, Antão de Figueiredo. A data, pois, de 1522, que consta da inscrição, deve ser a da morte dêste, tendo o sarcófago sido construído, provavelmente, ainda em vida de Isabel Teixeira.

GARCEZ TEIXEIRA

## UMA CURIOSA ESTATUETA DE BARRO

Nas minhas repetidas visitas ao Museu Municipal de Tôrres Novas, tem-me prendido mais duma vez a atenção uma enigmática e grosseira estatueta de barro de quasi decímetro e meio de altura, conservada numa das suas vitrinas. Por informações amavelmente prestadas pelo digno Conservador do Museu, Ex.<sup>mo</sup> Snr. Gustavo Bivar Pinto Lopes, soube que essa curiosa figurinha fôra encontrada no Casal de Santo Antoninho da Caveira, freguezia de Santa Maria de Tôrres Novas, situado aproximadamente a uns três quilómetros a sudoeste da dita vila (fig. 1).

As suas dimensões são: altura 0<sup>m</sup>,143; circunferência da maior largura 0<sup>m</sup>,168; eixos da base mais ou menos oval, 0<sup>m</sup>,055 e 0<sup>m</sup>,042. É ôca no seu interior.

Na parte superior, o rosto distintamente marcado, com os olhos gravados, nariz bem modelado, boca grosseiramente indicada por um traço aberto horizontalmente. Os braços estendem-se dum e doutro lado até deixarem unir as mãos, como que em descanso, à altura do seio.

Da indumentária nota-se no artífice a preocupação de deixar bem representada a túnica interior que encobre parcialmente o pescoço, mas sobretudo o manto exterior que, velando a parte posterior da cabeça e os lados vem cair uniformemente até aos pés.

Mais ou menos à altura dos olhos, dum e doutro lado da estátua, vêem-se dois orifícios que não comunicam entre si, mas que parecem abertos para sustentar qualquer ornamento ou auréola. Esta particularidade levou-me ao principio a ter esta estatuazinha por um icone cristão. Mas a forma grosseira que ela reveste, a qualidade do barro de que é feita, e sobretudo os objectos com que foi encontrada, induzem-me a crer que estamos em presença dum artefacto romano. O vestido interior corresponde bem à *stola*, e o manto exterior ao *supparum* ou talvez à *palla*. Numa estátua romana jacente, exposta quasi à entrada do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, e proveniente de



Fig. 1—Figurinha de barro do casal de Santo Antoninho da Caveira (Torres Novas).

Santa Vitória do Ameixial, podemos ver também uma indumentária bastante parecida.

Dum terreno situado não longe do mesmo Casal, provém a ânfora representada na fig. 2. Mede de altura 0<sup>m</sup>,50 e na circunferência máxima do bojo 1<sup>m</sup>,35.

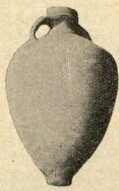


Fig. 2 — Ânfora de barro

Enfim, como argumento mais sólido para a cronologia a atribuir a êstes curiosos achados, temos algumas dezenas de moedas, a maior parte pequenos bronzes e bronzes mínimos, colhidas igualmente na mesma quinta ou casal e guardadas no Museu de Tôrres Novas. Entre essas moedas vi uma de Maximino (173-238), outra de Filipe (204-249), várias de Constantino (274-337), uma de Honório (384-423), e umas doze com o diadema radiado começou a exhibir-se nas moedas de bronze no reinado de Nero (37-68) e se estendeu até ao de Caracala (188-217), passando posteriormente a gravar-se também nas moedas de prata.

Poderemos pois introduzir os objectos do Casal de Santo Antoninho da Caveira nos primeiros séculos da nossa era, possivelmente nos da decadência do império romano, se atendermos ao numisma de Honório.

Representará a curiosa estatueta alguma divindade? E' pena que a ausência de qualquer attributo nos iniba de responder claramente a esta pergunta. Em todo o caso, o tamanho da figurinha faz supor que lhe não faltaria um *aediculum*, onde estaria à veneração dos habitantes daquela vila rústica (1).

Lisboa, Novembro de 1935.

EUGÉNIO JALHAY

---

(1) Na sessão de 14 de Junho da Secção de Pre-história da Associação dos Arqueólogos, por obsequiosa deferência do illustre Conservador do Museu de Tôrres Novas, tive ensejo de mostrar a todos os sócios presentes esta interessante figura.



## UMA DESCRIÇÃO DE COIMBRA NO SÉCULO XVII

De auctor desconhecido, e fazendo parte duma obra truncada, indubitavelmente duma descrição de Portugal, na qual constituía o 20.º capítulo, encontra-se, entre ff 532 e 538, v., do Ms. 677 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, a seguinte descrição da dita cidade, que ora aqui publicamos, em versão actualizada.

Documento curioso, é mais uma contribuição para a já vasta bibliografia de Coimbra, cujo interesse é o de nos apresentar alguns factos, em panorama da urbe universitária numa época (primeiro quartel do século XVII) de que ha, neste assunto, poucos elementos publicados.

Dêste manuscrito publicou o sr. António Cruz, distinto publicista de Coimbra, a parte referente à saída da Porta de S. Ana, no seu curioso artigo «As freiras de Sant'Ana (aspectos da vida conventual de Coimbra no século XVII) in «Coimbra» — *jornal de estudantes da Universidade* — 193.

FALCÃO MACHADO

### DA CIDADE DE COIMBRA (1)

Foi a cidade de Coimbra, segundo Laymundo, a quem segue frei Bernardo de Brito, lib.º 2.º da Monarquia Lusitana, cap. 9.º, fundada pelos Africanos de Cartago no tempo que êles foram senhores desta Província. O tempo em que foi fundada diz êste Autor ser pelos anos 3590 da criação do mundo, 372 antes do nascimento de Cristo.

Pero de Mariz (2), diálogo 1.º, cap. 3.º, tem para si que Hércules líbio, filho de Siris, andando-se apoderando de Espanha, fundara esta cidade de Coimbra com aquela torre que está situada no alto dela, a qual ainda hoje se chama de Hércules, deixando seu nome, não só aos campos que ao largo do Mondego se estendem, a que os autores por êle alegados chamam Hercúteos, mas também a toda a mais terra e à mesma cidade, não duvidando, com tudo, que por outras nações fosse amplificada e refeita.

O Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, 1.ª parte, cap. 3.º dos Bispos do Porto traz uma carta de Arisberto, Bispo do Porto, para o Arcebispo Samério da Sé de Braga, onde lhe diz que passando por Coimbra a Nova (cha-

mavam a Velha onde antigamente era Condeixa) que Ataces, rei dos alanos, edificava, vira aí andar trabalhando na obra dos muros ao Bispo de Coimbra, Elipando, e ao sacerdote Esseno, com quem grandemente se consolara, da qual carta se colhe ser Ataces seu fundador ou restaurador.

O nome desta cidade diz o dito P<sup>o</sup> de Mariz, (1<sup>a</sup> p<sup>a</sup>) cap 2<sup>o</sup>, se deriva desta palavra *Colis imbrium*, que é o mesmo que outeiro das chuvas, pelas muitas vezes que nela chove.

Está o principal desta cidade e o que se incluía dos muros a dentro em um monte, costa acima, (3) cujas ruas, a quem as sobe, causam cansaço; fica com as costas para o nascente e a frontaria para o ocidente. Seus arrabaldes, ficam no pé do monte, e tão baixos e iguais com o Rio Mondego que qualquer enchente do inverno o faz correr e lavar as mais das suas ruas. Tem no alto do Monte dois Castelos, obra um, segundo a tradição, de Hércules, como dissemos, e outro del Rey D. Sancho I. São suas ruas tão juntas e as casas tão empilhadas e brincadas com algumas árvores que por entre elas aparecem, de algumas quintas que nelas ha, que sem umas encobrirem as outras se estão vendo de fora, e parecendo tão alegres que chegou a dizer dela (segundo refere fr. Luiz Calegas lib. 6 cap. 19, fol 339 verso) o grande Mestre fr. Vicente Justiniano, geral da dita Ordem e Cardeal vendo este Reino e notando nele algumas cousas, quando a viu: *vidimus urbem undique ridentem*. vimos uma cidade no mundo tão alegre e bem assombrada que, de qualquer parte que a olheis e vejais parece se vos está rindo. Testemunho sem suspeita por ser de estrangeiro e de varão religioso e santo.

Muitas são as cousas que fazem deleitosa a vista desta cidade, assim no interior, como exterior dela. No interior, a sua Universidade, onde se ensinam todas as ciências; os conventos e colégios de religiosos de todas as religiões em muitos dos quais ha grandes santuários e reliquias. No exterior o Rio Mondego que, com suas cristalinas águas vai lavando os pés dela, sobre cuja corrente de uma parte as quintas da Alegria e da outra os verdes sineirais e mais quintas que de todas as partes a cercam, a fazem muito agradável.

São suas saídas as melhores e mais alegres que tem cidade alguma, porquanto a quem sai pela ponte lhe fica no cabo dela os alegres sineirais cujas sombras servem no verão de alívio aos que as vão buscar. Mais lhe fica, nesta parte, o Real convento de religiosas de S. Clara, em cuja igreja se vê a sepultura da Rainha Santa Isabel, tesouro que têm em grande estima os moradores desta cidade.

E por remate desta saída começa ao fim da ponte outro monte, que corresponde ao monte em que a cidade está fundada, nas raízes do qual está fundado de poucos anos a esta parte um convento de religiosos de S. Fran-

cisco, obra de grande fábrica. E a quem quer subir êste monte o convida as devotas ermidas dos Sagrados Passos da Paixão de Cristo, Senhor Nosso, obra muito devota. E no remate dêle está a Ermida da Virgem Senhora Nossa da Esperança, obra del Rei D. Manuel, junto da qual se começou e vai fazendo um novo mosteiro para as religiosas do Mosteiro de S. Clara se mudarem para êle, por causa do Rio Mondego que nas enchentes lhes faz grandes danos, por entrar e alagar muita parte dêle; mais fica nas raizes dêste monte uma quinta tão nomeada pela grandiosa fonte que nela nasce, chamada das lágrimas, de cuja nascente sae um cano de água chamado o cano dos amores, pelo qual El-Rei D. Pedro, o Cru, comunicava secretamente seus amores em bolos de cêra que em suas águas deitavam e'n cartas que dentro metia, e iam ter dentro dos Paços Reais, que naquele tempo estavam no Burgo de S. Clara, cujas ruínas ainda hoje duram, onde estava a sua D. Inez de Castro e que os esperava em certa parte onde as águas dêste cano iam ter, e pela dita razão foi chamado o cano dos amores.

E sôbre-tudo, faz esta saída mais alegre a grandiosa ponte que está sôbre o Mondego, cujos bordos, a todo o tempo, servem de encosto aos que a ela vão alegrar a vista em as cristalinas águas que por baixo dela passam. Esta é a melhor e a primeira saída que tem esta cidade.

Outra saída tem esta cidade que é da Alegria, para a qual se vai por um buraco ou porta que fica sôbre o Mondego, a qual se chama de Nossa Senhora da Estrêla, por sua Sagrada imagem estar posta em um painel metido em um nicho, sôbre a dita porta, a qual imagem dizem ali mandou pôr um homem que eu ainda alcancei, ao qual a Sagrada Virgem livrou de cativoiro de Mouros e enquanto foi vivo teve sempre cuidado desta Santa imagem, junto à qual porta tinha um jardim de flores que pendiam dum rochedo em que estava para o rio e com as flores e boninas que nele se criavam enfeitava o dito nicho e imagem, o qual ao depois de sua morte se foi acabando de sorte que dele não ha mais que as paredes. Caminhando pois desta porta por um caminho que sôbre o Mondego vai descendo para êle, mesmo no fim dêle se começam as quintas da Alegria, as quais se vão continuando pela corrente do Mondego acima, as quais com seus pomares de espinho e mais árvores que nelas estão plantadas, fazem seus altos com a vista de seus frutos muito alegres, e seus baixos com a vista das muitas e várias boninas que neles se criam, e alcatifam o chão, muito deleitosas. E deixando por brevidade, de referir o aprasivel e cheiroso das hortas da Arregaça, que sôbre estas quintas por um espaçoso vale acima se vão continuando, das quais esta cidade é todo ano provida de muitas hortaliças e melões no tempo.

Continuando com as mais saídas:

E' outra a de S. Ana, para a qual se sai por duas portas que estão no



mais alto da cidade, é a primeira a da traição e a outra a do Castelo, pelas quais a quem sai delas se oferece logo o Colégio dos Religiosos de S. Bento, os quais têm um templo mui grandioso e uma cêrca grandíssima, que descendo por um vale abaixo vai fazer vizinhança com as quintas da Alegria e águas do Mondego.

Logo se seguem uns arcos muito altos, sôbre os quais vem um cano de água donde esta cidade, principalmente os altos dela, se prazem de água inda que grossa, os quais mandou fazer el Rey D. Sebastião e o que tem de grandesa é o último arco torcido por tal modo que é honrado de grandes architectos por obra de grande architectura, no fim dos quais arcos em um sítio muito saudável e alegre está situado o convento de religiosos de S. Ana, obra do Bispo D. Afonso de Castelo Branco, mais se oferece à vista e junto aos ditos arcos uma Imagem de Cristo Senhor Nosso, metida em uma limitida ermida que só consta de quatro colunas com uma abóbada a qual, por estar sôbre um alto de um penedo posto, que a terra ali levanta, e ficar sujeita aos temporais, levado o Reitor da Universidade, Manuel de Saldanha, de uma santa devoção mandou reparar de tres partes a dita ermida com uma taipa de pedra e cal e pela banda de deante fazer umas grades de pau fechadas, para que a dita imagem estivesse com mais veneração mandando-lhe dentro fazer um altar e por uma e outra banda paineis muito devotos e um púlpito de pedra da banda de fora, do qual se faz todos os anos sermão no dia em que se festeja esta Santa Imagem, e diz missa dentro na ermida, onde sómente cabe o sacerdote que a diz e a pessoa que o ajuda. Faz este Santo Cristo muitos milagres e a terra de sua ermida dá saude a muitos doentes que a vão ou mandam buscar para maleitas. E é chamado o S<sup>to</sup> Cristo da Porta do Castelo.

Muitas outras coisas ha que vêr nesta saída como é o colégio dos Carmelitas descalços, fundado à vista do de S. Ana, porém, em sítio muito mais alegre e saudável, do qual descobre a vista o aprazível das quintas de uma e outra parte da cidade, as cristalinas águas do Mondego, e tudo o mais que a vista pôde desejar ver nesta cidade. Tem sua cêrca com muitas e curiosas fontes dentro da qual ha muito que ver: Mais tem esta saída de aprazível a fonte que chamam do Cidral para a qual se vai por um caminho cheio de oliveado, que se continua do Mosteiro de S. Ana para cima, cujas águas são muito delgadas e se prove e a mandam buscar no tempo do inverno e serve muitas pessoas da cidade; Pouco mais adiante desta fonte, para a mão esquerda, fica o mosteiro de religiosas que chamam de Celas, o qual está dentro em um grande burgo que contém muitos vizinhos. Além dêste mosteiro, na corrente do mesmo caminho, está o Mosteiro de S. António, da província da Piedade, onde se conserva a própria casa e



cela onde o mesmo Santo morou, na qual está um altar do mesmo Santo e nele um Santuário de relíquias que nele pôs o P.<sup>o</sup> Nuno da Cunha, da Companhia de Jesus, (°) Remata, finalmente, esta saída, a quem mais se quer entender, quer até à ermida do mártir S. Sebastião, a qual fica além do dito mosteiro de S. António e foi obra de um mestre-escola da Sé desta cidade, fundada em um sítio tão saudavel para a vida que no tempo de algumas pestes que houve nesta cidade os feridos dela se iam para o dito lugar como se vê de muitas sepulturas que da banda de fora da ermida se vêem e dizem de quem são.

(°) Outra saída tem esta cidade, como é a que chamam de entre-muros a qual é a mais abreviada de todas pois só consiste da vista de duas quintas de S. Jorge e Apóstolos, uma delas desce do alto de um monte e outra sobe pelo baixo de um vale, ambas elas muito deleitosas à vista ,principalmente no tempo da primavera, onde a harmonia dos passarinhos, principalmente rouxinóis e melroas que no espesso de seus arvoredos estão fazendo sua harmonia, recreiam grandemente o sentido de ouvir. Tem esta saída assim chamada de entre-muros, por estar entre os muros destas quintas, um olival entre um e outro, entre cujas oliveiras se criava antigamente muita erva cidreira, e benefe de que os estudantes faziam muitos e cheirosos ramalhetes, do que, nos tempos de hoje, ha muito pouco. Nasce entre êstes muros uma formosa fonte que ha poucos anos entre êles arrebentou, a qual os vereadores mandaram consertar e fazer um tanque ou chafariz com seus assentos à roda, para descanço dos que a buscam; a esta fonte faz sombra da parte onde o sol nasce uma engraçada alameda de freixos, que da parte de dentro têm os religiosos de S. Cruz, junto ao muro que quasi pega com as mesma fonte, as águas da qual fonte ao depois de cairem no chafarís se tornam a recolher por um buraco que nele está e vão dar a um grande tanque que dentro da dita quinta está debaixo da dita alameda, com as quais águas se rega no verão um grandíssimo pomar de espinho que os religiosos de S. Cruz plantaram na dita quinta ao depois que esta água se lhe comunicou, e meteu dentro na dita quinta.

Segue a saída da Conchada, a qual, suposto que ao princípio não é tão agradável, por ser uma ladeira plantada sómente de oliveais, contudo, no fim deles, se começam muitas quintas e vinhas que continuando-se até à devota ermida da gloriosa Virgem e Martir S. Comba, sítio em que esta Santa padeceu martírio, faz esta saída mais apetitosa para se passear.

A' saída de S. Margarida, podemos dar princípio na Rua de Santa Sofia, que fica nos arrabaldes da cidade, a qual rua de uma e outra parte não é mais que a edificação de muitos mosteiros de religiosos que neles serve n a Deus. Entre os quais fica, para a banda de baixo, fica o Mosteiro de S.

Domingos, onde está a Sagrada Imagem da Virgem Mãe de Deus da invocação do Rosário, por cuja intercessão obra seu bento filho muitos milagres. E saindo a rua fora lhe dão princípio a esta saída a ermida de S. Lázaro, onde está um grande e rendoso Hospital dos gafos, a de S. Mateus, e a de S. Lourenço. Pela banda de baixo desta saída vão algumas hortas e sineiras, muito alegres e frescos, para a parte de cima se começam as hortas chamadas de Coselhas, que produzem muita hortaliça e dão muitos rendimentos. E a quem quer continuar a saída, caminho direito até à Ermida da Virgem Mãe de Deus a Senhora do Loreto, vai descobrindo os aprasíveis campos do Mondego, que no tempo do verão, com as suas cearas de milho, a fazem muito aprasível. (6)

Estas são, em suma, as saídas desta cidade; muito tinha cada uma que dizer e muito mais que ver, contudo, quem escreve sumariamente não deve estender-se a mais e aí deixo o que mais podera dizer desta cidade, pátria minha mui amada e de tantos tão desejada.

Tem a cidade de Coimbra por armas uma donzela coroada, metida num vaso, por cima do qual está aparecendo dos peitos para cima, combatida por uma parte dum leão e de outra de uma serpente. (7)

Muitas têm sido as exposições que os autores têm dado destas armas, as demais alegóricas e uma só verdadeira, por curiosidade referirei algumas.

A primeira é a de frei Heitor Pinto, o qual, no fim do seu livro «Imagem da vida Cristã» no fim explicando a significação destas armas, diz, que a donzela é uma alma e o vaso o corpo e o leão e a serpente que a combatem as tentações do diabo que a quererão, mas ela resistindo a todas as tentações, está por seus efeitos aparecendo mais alta e eminente que o corpo, como Rainha com coroa de vitória, triunfando de seus próprios adversários. Ao diabo chama muitas vezes a Escritura Sagrada serpente e outras leão.

Pedro de Mariz, diálogo 1º capítulo 5 diz que Hércules foi o que deu princípio a estas armas; a explicação delas diz ser esta porque sendo os Egípcios os maiores astrólogos e encantadores que houve no mundo, diz Mariz não ser temeridade afirmar que Hércules.»

Aqui termina, pag. 538 v., o referido Ms. na parte tida por texto. Além do texto tem, à margem, as seguintes notas, referentes aos números ( ) que no texto inseri.

(1) «Sobre a fundação desta cidade ha diferentes pareceres, uns lhe dão principio do Rei Brigo 2071 anos da criação do mundo e antes de *nosso*. . . (?) [leio antes, *do nascimento de Deus na idade*] 1890 em o. . . (?) [*sitio on*] de se vê Condeixa a Velha, distante duas léguas, nomeando-a Conimbriga, e daqui Coimbra. Pedro de Mariz afirma ser de Hércules lido, porém Raimundo Mendes (?) . . . (?) [publica?], na História General de Espanha, na descrição de Portugal, cap.º 5º folhas 149, verso, diz ser mais constante opinião a funda-

ram Colimbrios, túrdulos, galos celtas, andaluzes, correndo os anos 308 antes do nascimento, pondo-lhe seu nome; E que reinando Ataces entre os Alanos, ano da humana Redenção 417 encendendo em sangrentas guerras contra Hermenerico, rei suevo em Galiza, a mudou para o sítio onde hoje está para fortificar-se e dar guerra ao inimigo, mas vindo as pazes assentaram casar-se o Alano com Cindasunda... e nesta ocasião edificara os muros deixou... o recinto (?) da esposa .. entre... *ro.ro* sua divisa e um dragão verde do sogro, que ao presente se usa.

(2) Nos campos do Mondego, que Mariz chama Hercúleo, diz frei Bernardo de Brito, 1.<sup>a</sup> parte da Monarquia Lusitana, lib.<sup>o</sup> 7, cap.<sup>o</sup> 28 fôlha 38, diz que alguns autores quem fôsse nascido nos campos do Mondego.

(3) In rupe diz teatro orbis Herorum sive Atlas novus Gulielmi et Joani Blaeu, 2.<sup>a</sup> p.<sup>o</sup> 14 impresso em Amesterdam, falando de Coimbra (Coimbra in rupe (diz êle) sita est undique olivarium, Silvij, venetis que venita ad amnem vulgo Mondego dictum.

(4) Da antiguidade d'êste Mosteiro se trata em a 1.<sup>a</sup> parte lib.<sup>o</sup> 6, cap. 30 in fine, das Crônicas dos Menores, Autor... Marcos, de Lisboa, frade menor e Bispo do Pôrto emendada por Frei Luiz dos Anjos, também frade menor, aonde diz... jurado S.<sup>o</sup>... de Lx.<sup>a</sup> tomou o hábito até ir a receber mar(t)rio. Mas porque logo o passaram os frades para junto da Cidade onde inda agora tem um grande Convento, não há memória do primeiro, mais que uma igreja e ermida da invocação de S. António, que a cidade ali edificou (a) sua honra e junto dela estava uma cêlinha térrea muito estreita, em que tinha o povo devoção por fama antiga que morara nela o glorioso S. António. A qual cêlinha se desfez quando se ali edificou o mosteiro dos menores da provincia da piedade da vocação de S. António e onde estava a cêlinha se fez e está agora o capitulo na Claustura. Até aqui palavras da Crônica.

(5) Para esta saída se sobe pela rua que chamam Corpo de Deus, onde está uma ermida fundada por ocasião do estupendo caso que succedeu nesta cidade sendo Bispo, ou para melhor dizer, administrador do dito Bispado D. Vasco, arcebispo que fôra de Toledo, que fugindo da arte ira e Sanha del Rei D. Pedro o Cruel de Castela se desterrou de sua pátria... fugindo para este Reino, ano 1360..... a D. Pedro o... que lhe impetrou do Sumo Pontífice o bispado de Coimbra por transfusão (?) de D. Pedro Gomes Barroso [que, também dela viera pela mesma causa] ao de Lisboa, o qual bispado de Coimbra o teve com título de administrador até a ano de 1372, em que faleceu.

E foi o caso que sendo o dito D. Vasco administrador do dito Bispado, como havemos dito, refere o Agiologio em o dia 1 de Março in coment lit 4 fol. 78 succedeu na cidade de Coimbra aquele horrendo e sacrilego furto dos cofres com umas particulas consagradas, que estavam no sacrário, e enterrando-se em um lugar indecente deu ocasião a se levantar nele a Igreja do Corpo de Deus e até o presente persevera; o que sendo notório ao dito D. Vasco, congregado o clêro e povo da cidade,... com... e funesta... de sentimento... pedia a... trazer para a sua... Morreu este Bispo D. Vasco a 7 de Março de 1362 como consta do livro de (Noa) eras de Santa Cruz, por estas palavras: Feria secunda sette dias do mês de Março E 140) se finou D. Vasco deste mundo, Arcebispo de Toledo, o qual foi enviado do Reyno de Castela por sanha del Rey e chegou á cidade de Coimbra e fez vivenda no Mosteiro de São Domingos da dita cidade.

(6) E' finalmente a última saída a do Arnado, a qual por toda ser de areas que as águas do Mondego aí deixam, fazem seu passeio mais cansado, se bem o alivia a Imagem de Cristo, Senhor Nosso, que está nestes areas, cuja devoção leva ali muitas pessoas e corações.

Na ultima pág., v.<sup>o</sup>, encontra-se uma nota à margem, cujo incício mal se percebe, por roído o papel, talvez continuação da anterior:



...abobada... de sorte... um devoto levantou o cruzeiro sôbre alguns degraus de pedra como levantou, por causa das inundações do Mondego que cobriam muita parte deles querendo mudar esta sagrada imagem para a igreja paroquial de S. Justa, sua freguesia esta, enquanto as obras se faziam, indo os clérigos dela em procissão para a fazerem houve grandes dúvidas entre os ditos clérigos e religiosos de S. Domingos, pretendendo uns leva-la para a sua paróquia e outros para o seu mosteiro ; e sendo levada pelos clérigos e posta na sua paróquia se pôz a dúvida em litígio fundando uns seu direito em estar em sua paróquia e outros pentencer-lhes por dizerem ser a dita imagem pertença do seu mosteiro antigo, fundando para isto seu direito em dizerem estar a dita imagem junto ao seu dito mosteiro antigo e ter uma das ditas colunas a imagem de S. Domingos e na do pé da Cruz as armas reais de Portugal e as armas de S. Domingos sinais e indícios são demonstradores de ser o dito cruzeiro e imagem feito no tempo que

(Falta a folha em que continúa).

(<sup>1</sup>) Estas armas se vêm por muitas partes da cidade porém sôbre a (porta) que chamam de Almedina se vêm ainda hoje em umas que deviam ser as primeiras e mais antigas e dão por baixo dos pés duma imagem de Nossa S.<sup>a</sup> que, no dito arco se vê e suposto que... as armas ao moderno e da direita o escudo das armas reais de Portugal diferem muito umas das outras por as antigas ter Leão e serpente de fora...



## TEATRO DE BUENOS AIRES EM LISBOA, 1807

A arqueologia teatral portuguesa, em seus documentos paleográficos, exige ser estudada nos pormenores e guardada no arquivo, a-par-do musea de indumentária e estudos cenográficos, constituindo o mais consistente fundamento do Conservatório Nacional. Exumo de papeis velhos — outrora pertença (1) dos bibliógrafos Inocêncio Francisco da Silva e do seu testamenteiro literário Pedro Venceslau de Brito Aranha, — um precioso auto de justiça, belo documento acerca dum teatro de que Sousa Bastos — que foi dos mais documentados historiógrafos teatraes, — deu a seguinte mui vaga notícia no *Diccionario do Theatro Portuguez*:

«No sitio de Buenos Aires, sem que se saiba verdadeiramente o local, foi inaugurado a 16 de Janeiro de 1808 um teatro, de cuja companhia faziam parte os artistas: Catarina Talassi, Rosalina Maria, João António Duarte, João Inácio Henriques, José António Ferreira, Francisco António Ferreira e Evangelista da Costa. Vi, ha pouco, um drama manuscrito sem titulo, traduzido por João Baptista Gomes Junior e que tinha a indicação de ter sido representado quatro vezes no Teatro de Buenos Aires. O drama é em verso. Tem a indicação do copista Alexandre José Victor da Costa Sequeira.»

Daqueles artistas: Catarina Talassi era «actriz afamada nos seus tempos» ; (2) João Evangelista da Costa foi citado por Adrien Balbi como dos primeiros actores dos teatros de Lisboa no começo do século passado. Rosalina Maria, é talvez, uma Rosa Maria que trabalhou no Salitre em 1808. Dada a circunstância da notabilidade destes artistas permite ajuizar-se, um pouco, da importância do teatro. Quanto à localização não o averiguou Sousa Bastos, todavia a existência do «Teatro das Trinas» (3) — onde ha vinte e cinco anos

---

(1) Actualmente na minha posse pelos motivos expostos no *Diccionario Bibliográfico Português* XXII, p. XVIII, nota I.

(2) Talassi, filha do poeta Angelo Talassi. Catarina teve dois filhos Carlota, que foi actriz, e Jerónimo trompista da orquestra de São Carlos. De Jerónimo descendeu Eduardo Jaime Talassi, outro artista musical de grande talento.

(3) Sousa Bastos não deu noticia deste teatro.

se exhibiam amadores e artistas, — na rua das Trinas do Mocambo (\*) sugéreme a possibilidade de se tratar do mesmo teatro.

Vejamos a informação do presente auto de justiça.

Na primeira página, servindo de capa a oito folhas de papel, formato almaço, lê-se: — *«Mocambo 1807. Intendencia Jer.<sup>mo</sup> Nicolao de Velasco Galiano. Theatro de Boenos Ayres. Autos de hum Avizo da Intendencia Geral da Policia para se proceder na forma que nelle se determina a respeito do Theatro de Boenos Ayres.»*

No livro da Secretaria da Intendência, existente na Torre do Tombo, relativo aos anos de 1806-1808 não encontrei referência a este teatro. Jerônimo Nicolao de Velasco Galiano era o escrivão do crime do bairro do Mocambo, morando então, na rua de São Bento.

Voltando a folha-capa do processo deparamos com o Avizo-ordem da Intendência Geral da Policia da Côrte:

«Vendo o que Vm.<sup>co</sup> me refere na informação, que me dá datada de 20 do corrente sobre o Requerimento de Vicente Filipe Romano Empresario, e Cómico do Theatro de Buenos Ayres, e conformando-me com o que Vm.<sup>e</sup> aponta para por termo ás desordens, intrigas, que diariamente suscitão entre si o Sup.<sup>e</sup> e Sup.<sup>do</sup> Jose Maria Pimentel, que se diz socio na dita Empresa pela Escripura ou Termo por eles assinado, mande Vm.<sup>e</sup> ir ambos á sua presença e lhe intime que a Policia determina por agora, que a metade dos lucros, que o Sup.<sup>do</sup> deve haver, e expoem que lhe pertencem em razão do contracto e ajuste que fes com o Sup.<sup>e</sup> se regule em cada recita, fazendo-se a conta a meia casa, que o Sup.<sup>e</sup> preste fiador idoneo a esta diaria quantia; que o Sup.<sup>do</sup> fique inhibido de se intrometer em qualquer dos ramos de administração, regimen, e economia do Theatro; e que todos os mais contractantes fiquem na intelligencia de cumprirem exactamente todo o referido no Termo, que assinárão; e que no caso que de futuro continuem a suscitar-se entre elles as mesmas ou semelhantes controversias, que podem ficar certos de que a Policia tomará a ulterior e decisiva rezolução de mandar fexar o referido Theatro. Do cumprimento e resultado do que lhe ordeno me dará conta. — D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> Vm.<sup>co</sup> — Lisboa 23 de Julho de 1807 — Lucas de Seabra da Silva. — Cumpra-se e se citem

---

(\*) Actualmente rua de Sára de Matos.

as p.<sup>tes</sup> p.<sup>a</sup> se louvarem p.<sup>a</sup> o dia, que eu determinar—Loboto.—  
Sr Juiz do Crime do B.<sup>o</sup> do Mocambo.”

Sousa Bastos dá «Janeiro de 1808» como data de inauguração, quando em meados do ano anterior se exarava auto de justiça motivado por divisão «de lucros.»

Na folha immediata estão as notificações aos desavindos — datadas de 30-Julho de 1807 — para nomearem os louvados. Segue-se a folha com o «termo de nomiação de Louvado a Antonio José Gomes» nomeado em 3 de Agosto por José Maria Pimentel de Betancurt.

Na folha seguinte está o «termo de nomiação de Louvado a Mariano Torres,» nomeado a 4 de Agosto por Vicente Filipe Romano. Feitos os «autos conclusos», Velasco Galiano nomeou para «Louvado por parte do Juizo» a Caetano Manoel de Mendonça.

Na quinta folha (além da capa) começa o «Auto da avaliação» do seguinte teor :

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sete annos. Aos onze dias do mês de Agosto do dito anno nesta cidade de Lisboa e cazas de morada (º) do Doutor João Lobato Quinteiro Barroso de Faria Juiz do crime do Bayrro do Mocambo, e Inspector do Theatro de Boenos Ayres aonde eu Escrivam vim aly sendo presente o dito Ministro a sua prezença vieram Antonio Jose Gomes Louvado nomiado por Jose Maria Pimentel, e bem assim mais Mariano Torres Louvado nomiado de Vicente Filipe Romano e Caetano Manuel de Mendonça Louvado por elle Ministro para desempate; e Logo elle Ministro lhe leu o Avizo da Intendencia Geral da Policia, e lhe deferio o juramento dos Santos Evangelhos para que passando ao dicto Theatro, para fazerem a avaliação sem dollo, nem malicia; e asseito por elles o dito Jûramento assim o prometeram cumprir, e passando ao dito Theatro compareceram outra vez perante elle Ministro, e disseram uniformemente segundo a pratica que tem de theatros a saber elle Antonio Jose Gomes declarou que o anno passado tendo arrendado a caza do Theatro da Rua dos Condes, o anno passado com todos os seus pertences senario, e vestuario cazas de contos, camarins armas armamentos, pantomimas, e tudo o mais que he necessario para a

---

(º) Na travessa do Guarda-mór, ao Poço dos Negros, u.<sup>o</sup> 13.



laboração da Sena pagava dez mil reis em cada huma recita, rendendo a Caza em cada recita creio sesenta e sinco a sesenta e sete moedas de oiro; e calculando a casa de Boenos Ayres por huma mea como esta cuja casa nom pode levar mais pessoas de platea que cem, e vinte e outo camarotes a duas pessoas cada hum camarote por serem muyto pequenos e ter de desconto tres camarotes, e toda a casa com más serventias faltando-lhe camarins casa de contos casa para ensaios, e outra casa necessaria para a Empreza como tambem a casa para a pintura arbitra a metade pertencente ao dito Jose Maria a mil e duzentos reis e mea da huma recita Livre para ele dito Jose Maria e esta avaliação faz depois de habitada a diaria pello outro Louvado Mariano Torres foy dito que concorda com toda a avaliação feita pello dito Antonio José Gomes; e elle Ministro determinou a elle Louvado Caetano Manoel de Mendonça declarase debaixo do mesmo Juramento o que lhe parecia a respeito da dita avaliação; por elle foy dito que pella pratica que tem de vinte annos dos Theatros da Corte, em todos elles ter sido Procurador como actualmente he da Rua dos Condes, e administrador delle se conforma com tudo e por tudo com a avaliação feita por Antonio José Gomes; declarando mais que no prezente anno se acha o dito Theatro da rua dos Condes arrendado por nove mil e seis centos em cada huma recita na forma declarada pello primeiro Louvado; e que por isso julga a dita quantia muyto vantajoza a favor do dito Jose Maria ficando-lhe alem disso Livre o botequim para perceber o seu rendimento; E sendo-lhe determinado por elle Ministro aos Louvados que declarassem o que se intendia por diaria disserão uniformemente, que era orquestra, illuminação, camaroteiro, Porteiros, arrumadores carpinteiros, bilhiteiro, comparsas, cabeleireiros, alfaiates de noite, comedia, farsa, ponto, guarda, e outras despesas miudas extraordinarias de Sena que todos sam regorosa diaria praticada em todos os Theatros. E com isto houve elle Ministro este auto de avaliação por findo, que assinou com os sobreditos e comigo Escrivam que dou fe por ser verdade o contheudo nelle Eu Jeronimo Nicolao de Velasco Galiano o Escrevi e assigno. —Lobato—Jer<sup>mo</sup>. Nicolao de Velasco Galiano.—Antonio José Gomes da S<sup>a</sup>—Marianno Torres.—J. Caetano M<sup>ei</sup> de Sousa M<sup>ca</sup>.,”

Notulando esta última peça do pequeno processo evidencia-se a grande importância do documento.



1.º — António José Gomes da Silva declara que em 1806 teve arrendado o teatro da Rua dos Condes. Esta declaração corrige o *Diccionario do Theatro Portuguez* onde Sousa Bastos escreveu : — «em 1804, tendo morrido Antonio José de Paula, passou a empresa da Rua dos Condes para Manuel Baptista de Paula, que se intitulava herdeiro do seu antecessor. Conservou-se esta empresa até 1809, em que o Manuel Paula passou a dirigir uma sociedade de actores.»

2.º — Aparece neste auto uma expressão filológica cujo significado teatral é desconhecido hoje visto não figurar, como tal, nos dictionários consultados. E' onde se lê: — «senario, e vestuario «casas de contos», camarins armas, armamentos...»

«Casas de contos» na lição de Rafael Bluteau é «Tribunal que está em Lisboa em um sumptuoso edificio fronteiro ao Paço e pegado á Alfandega, chama-se dos contos porque todos que administrarão bens reais, e officios de contas, a vem dar a ele.» (*Vocabulario*, ed. 1712) António de Moraes e Silva confirma Bluteau: — «era antigamente o que hoje o Erario, ou Casas e Junta da Real Fazenda nos dominios.» Podemos conjecturar que «Casas de contos» fosse, então, o escritório da Empresa. Porém noutra passagem do auto o louvado António José Gomes declara faltar naquele teatro: «casa de contos casa para ensaios e outra casa necessária para a Empresa». Casa de contos será a casa dos adereços ou camarim de coristas figurantes? Poderemos chegar, talvez, a esta ilação seguindo a lição de Brunswick, mas deixo o assunto para os filólogos.

3.º — Outro promenor, que suponho, inédito é o rendimento do velho teatro da rua dos Condes que, em 1806, era de «sesenta e cinco a sesenta e sete moedas de ouro».

4.º — De algumas individualidades citadas neste processo como: Vicente Filipe Romano empresário e cómico — quiçá irmão do músico José Romano e consequentemente tio do popular autor actor ensaiador e empresário José Filipe Ovidio Romano, — António José Gomes que assinou António José Gomes da Silva, arrendatário do Teatro da Rua dos Condes em 1806, Mariano Torres e de J. Caetano Manoel de Sousa Mendonça não encontrei referencia em livros dos nossos teatrolgos. Quem seriam?

Evitando a possível perda, pelo meu passamento, e consoante o critério expellido no começo desta noticia, vai ser ofertado ao Arquivo do Conservatório este preciosissimo documento histórico teatral.

Parede, 15 XII-935.

ÁLVARO NÉVES

# OS JERÓNIMOS HA QUARENTA ANOS

(INFORMAÇÕES DE UM ANÓNIMO)

1.º D. CATARINA, D. TEODÓSIO E D. JOANA — A junta da paróquia requereu em 1881 ao governo a trasladação das ossadas daqueles Príncipes para S. Vicente e não havendo solução pediu mais tarde ao ministro do Reino, permissão para as colocar em 3 urnas, debaixo do sacrário de prata, que está na capela-mor e tapá-las com uma lápide indicativa. Tudo isto era fácilimo, decente, baratíssimo e rápido. O ministro Sampaio respondeu verbalmente à junta negando a permissão *pois o testamento de D. Catarina impõe o dever de ser colocada, e seus irmãos, no Panteon de S. Vicente.*

Em 1884 Tomaz Ribeiro empenhou-se pelo assunto e declarou-me ter já falado com o actual presidente do conselho para *á capuxa* — se fazer a trasladação e mandou officiar ao Ministério das Obras Públicas a fim de se fazerem as urnas convenientes. Até hoje, já lá vão 11 anos e nada se fez!

2.º O SACRÁRIO DE PRATA — Como V. Ex.ª muito bem sabe é oferta de Pedro II ao mosteiro, é objecto que nos tem honrado (só a porta) em diferentes exposições. Quando em 1880 se celebrou o centenário de Camões, e destruído o antigo Presepe, appareceu a D. Catarina a que aludo no 1.º número, a junta entusiasmou-se e mandou descobrir o Sacrário que os nossos antecessores tinham madado tapar com um antigo trono que existiu desde o tempo dos frades e hoje, desde 1880, na capela do S. S.<sup>mo</sup> serve para as exposições.

Debaixo do velho trono não só se ocultava o rico Sacrário mas também o roubo pois faltavam 9 bocados de prata em diferentes pontos que bem se conhecia terem sido roubados recentemente.

Requeriu-se ao governo a reparação, discutiu-se a qualidade do metal com que devia ser feita a obra e ficou assente que seria de prata.

Pela direcção das obras públicas de Lisboa, architecto Rafael da Silva Castro, hoje falecido, foi ordenada a tiragem das fôrmas para modêlo das peças que faltam e até hoje, isto desde 1884 não mais se falou no assunto.

Pois hoje com a prata baratíssima e facilidade em fundir umas chapas delgadas ornatas, cabeças de serafins, folhas de capiteis, etc, e com tempo poderíamos para 1897 ter a obra pronta.

3.º AS JANELAS — Há 2 anos que desabaram com o temporal u nas grades de arame do lado do sul e lá jazem encostadas ao edificio atestando o desmazêlo Nacional!...

O mesmo sucede com a janela por cima da pia da água benta. O grande temporal de 1894 derrubou o caixilho e as chuvas entram em abundância no templo tendo a água de ser esgotada a braço.

As restantes janelas têm mais ou menos vidros partidos e externamente sujos, de forma que, ainda mais escuro tornam o edifício. Seria bom tirar as redes de arame? Talvez, a maledicência pública está hoje moderada e com o resguardo que ha não haveria quem se atrevesse a jogar pedradas para os vidros, isto à excepção do lado da rua dos Jerónimos. A junta de paróquia já tem mandado pôr alguns vidros brancos nas janelas da capela mor e os caixilhos pregados e amarrados com cordas! — uma beleza sem igual.

4.º A ILUMINAÇÃO A GAZ.—Requereu-se, discutiu-se, e parece-me que deve existir na Real Casa Pia um livro de desenhos de Candelabros e outros artigos duma fábrica francesa que tinha um privilégio sôbre esta qualidade de material e onde se escolheu o tipo conveniente ao grande templo.

Ficou assente que se construiriam umas bases de cantaria semelhantes às das colunas existentes, e que no cruzeiro se collocassem 2 candelabros de 20 lumes cada um, no corpo da Igreja 6 candelabros de 10 lumes; 3 de cada lado entre as colunas, 3 suspenções debaixo do côro, um renque sôbre a platibanda deste e na capela-mor candelabros de 5 lumes no intercolúnio semelhantes aos da Sé de Lisboa visto a capela-mor ser doutro estilo.

A canalização entrava por um só ramal pela porta principal, (como já entrou e ainda hoje está disposta esperando a tal iluminação) seguia até à capela-mor tirando-se ramificações para os candelabros indicados. Para o côro subia pela bela escada que lhe dá ascenção e ali furava-se a abóbada como se fez na Sé de Lisboa para as suspenções do côro. Para a sacristia era tirado um ramal do cano geral do templo iluminando-se os arcazes em roda o que satisfazia plenamente.

Depois de tudo isto lá estão pelas paredes e colunas uns bocados de fôlha e arame para suster luzes de má-morte em noites festivas — Mais outra vergonha.

5.º AS PAREDES — Quando foi o baptismo da infante D. Antónia, caíram-se as colunas do corpo da Igreja e até a parede do lado do norte junto aos antigos confessionários sofreu umas pinturas que se torna necessário tirar bem como tapar muitas juntas da cantaria, ornamentos reparados a massa, juntas do lagedo etc, etc. Para os ornatos há um artista notavel chamado Fructuoso que, se bem me recordo, trabalha no arsenal de Marinha ou Cordoaria Nacional. Foi muitos anos empregado nas obras da C. Pia e sabe imitar os ornatos — com betume.



6.º A CAPELA DO SS.<sup>mo</sup> — Tem um gôsto diverso de certa altura para baixo e encerra diferentes túmulos que estão tapados com paineis, visto o rito não permitir que, onde está o Sacramento haja túmulos a descoberto. Sôbre a cimalha existem uns ornatos que estão a cair.

Tambem em tempo se pensou dar a esta capela o gôsto manuelino na parte a que aludo.

7.º A CAPELA DE CAMÕES — Depois dos ricos túmulos de Camões e Gama basta encararmos com a capela para nos arrepiarmos do que ali há! O mesmo feitio que a capela do SS.<sup>mo</sup> tendo *tijolos pintados* de azul (!) e outras côres fingido pedra. Os ornatos de cima da cimalha — peores dos que estão na capela do SS.<sup>mo</sup> e ao fundo uma janela que é uma vergonha. Um enxêrto de facilma substituição tanto na parte interna como externa. Parece impossível, mas é verdade, como há tanto ano se tem conservado aquela monstruosidade ao pé duma bela janela — como é a que lhe fica próxima.

Nesta capela existe um retábolo doirado de madeira, e que foi do convento da Esperança, para alojar a Senhora do Restelo.

Este restábolo tapa o túmulo de D. Sebastião — segundo a fama — e tem um grande subpedânio de madeira. Tudo isto devia desaparecer, collocando-se em um Altar de pedra que se fizesse à frente do túmulo o riquíssimo crucificado do tempo dos frades e que dali foi desalojado.

O túmulo ficaria a descoberto e impunha o respeito devido à capela onde devem ficar os grandes herois.

Para satisfazer vaidades e mesmo pela história podia perfeitamente collocar-se nas capelas laterais (Onde estão actualmente as urnas) as imagens do Restelo e S. Francisco Xavier patriarca das Indias.

8.º A TÔRRE DOS SINOS — Desde o terremoto de 1755 que aquella parte do edificio deu de si a ponto da abóbada do côro ter abatido. A escada que dá ascenção à torre ficou fendida e estroncada com madeira do Brasil.

Na torre a abóbada que lhe serve de sala nunca se acabou e as águas das chuvas entram em grande quantidade pelos campanários e, sem escoante natural, vêm pelos antigos buracos por onde passavam as cordas do relógio e passam a um casebre imundo que existe ao nível do côro e muitas vezes a água inunda êste.

No tal pavimento onde existe o casebre tem ainda a velhíssima máquina do antigo relógio, 2 grandes janelas sem caixilhos de forma que é uma verdadeira catarata por aquella parte do edificio filtrando a humidade até à capela do Baptismo, sempre a mais húmida do templo e sendo necessário em 1884 tapar-lhe quasi tôdas as juntas da abóbada.

(continua)



# AS INSCRIÇÕES DAS PEÇAS DE DIU

(TRECHO DE UMA CARTA)

Meu Charo Fernandes Costa (1)

Eis o que posso, a teu mandado, dizer-te, um pouco sobre o Joelho, acerca das duas venerandas e ainda e sempre formosíssimas matronas que acabam de juntar-se á formidável legião da *ultima ratio* que acampa no grande pateo da Fundação.

Respondendo a uma das solicitações derigidas aos governadores das provincias e districtos ultramarinos para que auxiliassem o Museu Colonial e Ethnographico a servir condignamente de nucleo á Exposição *Vasco da Gama* projectada para a proxima celebração centenal, o governador de Diu, Snr. Antonio Raphael Pereira Nunes (2) dava-me em 7 de junho de 1896 noticia de duas peças que lhe parecia merecerem o serio incomodo e encargo de serem transportadas dali para Lisboa, obtida a indispensavel permissão superior e aguardada melhor monção que a de S. O. reinante, porque nesta — «não se aventuram os patamarins á navegação do golpho de Cambaia, nem empreendem a viagem para o sul.»

Escrevi ao Neves Ferreira, (3) logo, um pouco constrangidamente, confesso, por fazer-lhe a injustiça de entender que desde que o haviam feito politico havia de embirrar solemnemente, como os mais, com estas importunações de cousas passadas que lhes fazem engulho á prosapia e impecilho aos negocios. Penitenceo-me do constrangimento.

Em 8 de Janeiro de 1897 communicava-nos elle, á Commissão do Centenario, que nos enviava as duas peças a bordo do *Africa*, junctando-lhes generosamente a bella lapide commemorativa do levantamento do segundo cerco de Diu.

Não tenho o gosto de conhecer pessoalmente o Snr. Nunes, governador de Diu, mas sei e a sua carta e o facto destes monumentos estarem hoje em

---

(1) E' o poeta das *Sotiedades*, o coronel de artilharia e académico José Fernandes Costa, grande amigo do A., e á data sub-director do Museu de Artilharia.

(2) Governador de Diu desde 25 de Abril de 1896 a 5 de Janeiro de 1900 e autor de uma «Historia de Diu» — 1.ª parte — Nova Goa, 1907.

(3) João António Brissac das Neves Ferreira, que governou a India como Comissário Régio desde 27 de Maio de 1896 até 3 de Março de 1897.

Lisboa, a bom recado, provam que é um official intelligente honradamente dedicado a quanto importa ás gloriosas tradições do paiz.

As peças posto que só agora as visse eram minhas conhecidas de ha annos. Travamos relações, primeiro por intermedio de Moraes de Carvalho (4) que voltando do governo de Diu, — vê tu como somos velhos! — me dissera que pensara em enviar-me de lá o mimo de uma das formidaveis bombardas para a Sociedade de Geographia como bem mais authentica *peça de Diu* do que a outra, a geralmente conhecida por este nome que tem sido o desespero dos arabistas; — depois por Lopes Mendes (5) a quem tive occasião de mostrar como só por extraordinario lapso elle errara a leitura das inscrições das duas. Que nisto poderia consolar-se com a companhia de Rivara que as não entendera melhor, apesar da bella nitidez dellas. (6)

O Snr. Nunes enviara-me tambem essas inscrições reproduzindo mais exactamente uma, corrigindo, em parte, a leitura da outra pelo estimavel Rivara, mas repetindo, n'outra parte, o erro dessa leitura.

Uma das peças, a de bronze, verdadeira joia artistica pela caraça da culatra e pelos relevos que lhe decoram o rijo corpanzil, — deixo-te meu Charo Fernandes Costa a descripção artilheira, — tem as seguintes legendas :

Na boca :

REGIS LUSITANI FAMVLVS

A meio, inferiormente ao formoso brasão portuguez :

NONNI DA CUNHA  
PRESIDIO JUSSV  
CONFATVM ET  
ABSOLVTVM AN  
MDXXXIII  
REIMON  
ME FECIT

---

(4) Alberto Carlos de Moraes de Carvalho, governador de 3 de Abril de 1884 a 15 de igual mês de 1887.

(5) António Lopes Mendes, autor da *India Portuguesa*, album editado pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

(6) J(oaquim) H(eliodoro) da Cunha Rivara, *Inscrições de Dio*, 39 nota (a) pag. 18. Nova Goa. 1865.

e em tarja ou fita dobrada em quadrado, emoldurando uma figura de tigre :

EU SOU O TIGRE ESFORÇADO  
QUE POR DO ME MANDON PASO

Claramente, com resalva orthographia um pouco mestiça, talvez galega, do Reimão :

*Eu sou o tigre esforçado  
que por donde me mandam passo.*

Na altura daquelle *do* ha, exactamente no angulo ou na dobra da tarja indício do signal mais ou menos fantasioso da abreviatura, para que se lêsse *donde*. O Reimão acudiu a tempo aos reparos dos recta-pronuncia, creio eu. Mas não se livrou de que o nosso bom e saudoso Lopes Mendes lêsse assim a ultima parte da fanfurria :

*que por do memorandum pani.*

atirando para nota, como hypothetica, a versão verdadeira, com a ingenua declaração de que — «não foi possível decifrar o sentido destas ultimas palavras».

Tenho pena de não poder averiguar agora quem era este Reimão, Um excellente fundidor e artista era elle com certesa e pelo nome do patrono, o terrivel Nuno da Cunha e pela data da fundição, 1533, pode bem considerar-se este bello monstro uma estrophe destacada da nossa epopea oriental. Atravez de quantas muralhas de cabeças mogores não passaria o «esforçado tigre» ?

A outra peça, ainda de aduellas, e talvez, como creio que supõe bem o nosso Eduardo Castello Branco, (?) revestida primitivamente de uma couraça de bronze, explica-se assim, ao meio :

De um lado :

FERNANDO  
ANES  
ME FEZ

---

(1) O General Eduardo Ernesto Castelbranco, organizador e director do Museu de Artilharia.

Do outro :

EVETOR FOR  
TE AMOROS DA  
REI MORTE

É como leio, interpretando :

*Fernando Annes me fez  
Evetor forte a mouros darei morte*

Rivara lê a segunda parte, pois sobre a primeira é impossivel a duvida:

*Eu Etor forte amor  
os darei morte*

Lopes Mendes faz egual leitura.

O Snr. Pereira Nunes ensaia a leitura exacta: *a moros darei morte*, mas conserva interrogativamente o *Etor*: — *eu Etor* etc.

Em quanto não vira a inscripção no *original*, cheguei a pensar, illudido pela unanimidade tão authorisada desta leitura, que se tractaria de uma allusão ou reminiscencia litteraria, erudita. Querer se-ia talvez dizer: — *Eu Heitor forte*, etc. Parecia-me um pouco forçada, arbitraria, a versão, mas se todos me affirmavam que o que lá estava era: — *eu Etor*, etc.?

Em face, porem, do proprio documento, o que logo se verifica é que em vez destas duas palavras ha uma só, muito seguida ou unida nos seus caracteres componentes, sem a ligeira mas perfeitamente perceptivel separação das palavras seguintes. É — *evetor*. O uso, que não é absolutamente geral, do *v* por *u*, enganou por ventura os illustres ledores, fazendo-os ate esquecer a formula ou textura epygraphica mais usual. Evidentemente o que já está não é — *Etor* — que não seria cousa alguma.

Mas o que é tambem — *evetor*? Penso que uma forma perdida: — *evitor*, pelo que evita, ou uma forma corrupta de — *eversor*, — o que invade, o que destroe, — ou, mais simplesmente, uma forma incorrecta de — *inventor* talvez por invento. Os fundidores não eram grandes grammaticos, e Fernando Annes tinha licença para escrever *enventor* ou *êvetor*. Em todo o caso *evetor* é que escreveu, esculpiu ou fundiu.



É o que lá está e nestas cousas, em caso de duvida, ou de inintelligencia irreductivel é melhor conservar o texto fielmente. <sup>(8)</sup>

Do Annes não posso diser-te mais do que do Reimão, posto tenha uma vaga remeniscencia de ter encontrado já estes cavalheiros em quaesquer velhos papeis ou noticias.

Ficam de remissa. Esta segunda peça não tem data mas pela cons-trução e ate pelo toscos reparo que a acompanha e que é outra preciosidade, creio ser da primeira artilharia que recebeu Diu ou que fundimos na India. Suponho-a ate testemunha presencial e activa do primeiro cerco.

Deixa-me terminar reiterando a mais sincera posto que insignificativa ho-menagem de applauso e de congratulação, aos esforços intelligentissimos com que o teu general, o Eduardo Castello Branco, tu, Vocês todos os artilhei-ros, aos quaes sabes bem que saudosas relações de familia me prendem, <sup>(9)</sup> estam fazendo esse bello museu da sua arma, já dos mais notaveis da Eu-ropa, n'um desvalado amor que é protesto e lição a esta «apagada e vil tristesa» do abandono e do . . . . .

LUCIANO CORDEIRO

---

<sup>(8)</sup> Salvo o profundo respeito pela autorisada opinião do A., inclino-me a que a leitura deverá ser affectivamente: *Ev Etor*, etc. e a interpretação, a que lhe tem sido dada: *Eu Heitor forte*, ou *Eu, qual outro Heitor forte, a moiros darei a morte!*

O espaço entre as duas palavras em questão, não existe, de facto, mas também não se nota qualquer separação entre as que se lhes seguem.

A allusão erudita ao filho de Priamo, está certa. Heitor foi o terror dos gregos, em cujos exércitos fez horrivel mortandade.

As personagens mitológicas eram, na Renascença bastante conhecidas e freqüentemente citadas não sómente pelas pessoas de grande cultura.

Outra versão mais moderna, mas, quanto a mim, sem consistência, é *EV E TOR(E) FORTE*, etc. Mas onde está o *e* de *tôrre*? Além do que *eu e tôrre* é forma que nunca se empregou. Então seria *eu e a tôrre* ou *eu e esta tôrre*, supondo que tal dizer se referia a certa tôrre e admitindo que a bombarda fôra fundida com destino a determinada fortaleza.

Julgo porém que não paga a pena insistir nesta hipótese.

<sup>(9)</sup> Allusão a seu irmão o primeiro tenente de artilharia José Augusto Cordeiro de Sousa, falecido com 33 anos, em 5 de Maio de 1880.

## NOTICIA DE UN MILITAR PORTUGUÉS QUE ASISTIÓ A LAS DOS FUNDACIONES DE BUENOS AIRES

El afán justo en cierto modo de exaltar las figuras preeminentes de toda acción, hace en lo que se refiere al personaje cuyo brillante comportamiento vamos a recordar, que su nombre haya pasado casi desapercibido para los historiadores de la conquista y de las fundaciones de ciudades en la primitiva gobernación del Río de la Plata, a pesar de haber asistido y actuado en diversos episodios de suma importancia y de transcendencia en algunos casos.

El personaje en cuestión llamábase Antonio Thomás, y había nacido en Portugal Según cierta declaración que hiciera el mismo en 1580 contaba a la sazón 60 años, lo que nos permite fijar el de su nacimiento hacia el de 1520.

Casi era un niño, pues no contaba mas de 15 años, cuando embarcó a su costa y «mención», como se lee en los documentos antiguos, con caballos de su propiedad y bien aderezado de armas, en aquella famosa armada que trajo al Río de la Plata, el muy magnífico señor y Adelantado don Pedro de Mendoza, que pobló el puerto de Nuestra Señora Santa María del Buen Aire.

En este lugar, vivió y «paso muchos y excesivos trabajos hambres y desnudez todo a fin de servir a su magestad», dice Juan González, otro conquistador, en cierta información que hiciera levantar el nieto de nuestro personaje, el clérigo y licenciado Francisco de Záldivar. En el real de Buenos Aires, haría Antonio Thomás su aprendizaje en la construcción de muros y tapias, en la que demostró más adelante notables conocimientos, que fueron utilizados por quienes tuvieron necesidad de sus facultades en ese aspecto, ya que por su corta edad cuando pasó al Plata, no estaría todavía capacitado para ejecutar esas clases de labores.

Figuró Antonio Thomás entre los que embarcaron en las naos al mando de Juan de Salazar de Espinosa, quien con fuerzas de socorro, iba en seguimiento de Juan de Ayolas, el que, como sabemos, habría de morir en las inhóspitas y murmurantes selvas del Chaco, al retorno de la ambicionada sierra de la plata, meta fijada de la empresa. Pero por circunstancias que no hemos aclarado todavía, Antonio Thomás, fué desembarcado en el

fortín de Corpus Christi, y más tarde cuando procedente de Buenos Aires, retornaba Salazar de nuevo a la Asunción, lo embarcó entonces con los otros pobladores que se hallaban en el fortín citado, figurando por esa circunstancia entre los que en Corpus Christi a 28 de diciembre de 1537 antes de despoblarlo, se vieron obligados a prestar juramento a Francisco Ruiz Galán, de obedecerle en su calidad de teniente y delegado del Adelantado. La fecha antes expresada, ha sido aclarada por los historiadores modernos, figurando entre ellos en primer lugar, el P. Antonio Larrouy, en su conocida monografía sobre este importante acontecimiento de la historia de la conquista del Río de la Plata.

Trasladado Antonio Thomás a la Asunción, en ella se encontraba hacia el mes de febrero del siguiente año, a poco menos de seis meses de ser fundada la casa fuerte en el puerto que se bautizó, al decir de Fulgencio R. Moreno, con el nombre de Nuestra Señora de Santa María de la Asunción, pero que en documentos notariales datados a los dos años de su establecimiento, se lee simplemente: Nuestra Señora de la Asunción, conquista del Río de la Plata. Con el tiempo, como sucedió con Buenos Aires y con tantas otras ciudades indianas, el nombre de la nueva población se fué simplificando hasta quedarle sólo el de Asunción, como se la conoce en nuestros días.

Muchos de los deponentes que figuran en la información levantada para justificar los servicios de Antonio Thomás, dicen que este asistió a la fundación de la Asunción, lo que no concuerda con otras referencias que hemos compulsado, en cambio si puede admitirse por lo arriba expresado, que fué uno de los primeros pobladores que esta tuvo, en donde aprendió la lengua de los indios, que después había de serle de suma utilidad en sus andanzas marineras por los ríos del Paraguay y el Paraná. Es curioso señalar que entre los testigos que figuran en la información, antes citada, que fuera levantada en 1601, figura un vecino de la Asunción, llamado Juan de Quintana, quien contaba a la sazón 80 años «poco mas o menos», y que al igual que el conquistador que con estas líneas ensayamos su biografía, vino al Plata embarcado en la expedición de don Pedro de Mendoza, siendo probablemente estos dos conquistadores en el año referido los únicos supervivientes de su brillante armada.

Radicado Antonio Thomás en la Asunción, fué testigo, de todas las luchas y revueltas que se desarrollaron en el llamado Paraíso de Mahoma, y al igual que otros conquistadores, se entregó al amor con las mujeres indígenas porque la calidad y nombre de la mujer que fuera madre de sus descendientes no se recuerda en los distintos documentos que manejamos.

Siendo gobernador Domingo Martínez de Irala en 1553, y seguramente por propia indicación del mismo, acompañado por Juan de Castro y



del genovés Bartolomé Justiniano, se trasladó a España siguiendo la conocida ruta que por tierra llevaba a San Vicente, en cuya travesía sufrieron toda clase de privaciones y sufrimientos, peligrosando incluso la vida del grupo de viajeros, estando a punto de caer cautivos y de ser «comidos de los Indios que llaman tupies que comen carne humana y se sustentan della». En San Vicente embarcaron en un navio portugués que los llevó a Lisboa, de donde después Antonio Thomás, pasó a Valladolid, donde se hallaba radicada la corte, informando de inmediato al rey de todos los sucesos y necesidades de la gobernación de su procedencia y de otros preparativos observados en el viaje, contrarios a su monarquía.

Cumplida esta parte de su misión, solicitó Antonio Thomás como era obligado, la licencia de retorno a las Indias, que le fué expedida en la sede real, el 11 de febrero de 1555 «no embargante — como allí se lee, — de que sea Portugués», por tener casa y hacienda en la Asunción.

Su antiguo compañero Justiniano se le adelantó en el regreso, por haber sido designado por el Consejo de Indias, para ser el portador de los despachos reales que concedían el mando efectivo de la gobernación a Domingo Martínez de Irala. El mismo día que se otorgaba a Antonio Thomás la licencia de retorno, se expedían igualmente las ejecutoriales del primer obispo del Río de la Plata que ocupara su diócesis, nos referimos al batallador fray Pedro Fernández de Latorre, que debía tener activa participación en las luchas locales de la Asunción. El obispo embarcó en la armada que al efecto preparara Martín de Orue, la que al subir el Paraná con rumbo a la sede de la gobernación, fué dirigida por Antonio Thomás en calidad de guía y baqueano quien sirvió al mismo tiempo de intérprete o faraute en las conversaciones sostenidas con los indios de las costas.

Llegada la armada a la capital de la gobernación, allí se radicó y vivió sosegadamente Antonio Thomás, hasta que Juan de Garay, hizo pregonar la expedición pobladora que después debía fundar la ciudad de Santa Fe, a la cual se incorporó «con su persona armas y caballos a su costa y minción», asistiendo al acto fundatorio, y firmando como testigo el acta de ese acontecimiento, y en cuyo lugar, «dio traças para hazer el fuerte donde os españoles se guaresiesen y no fuesen asaltados». De este lugar pasó meses después a la isla de Martín García con la expedición de socorro que iba a auxiliar al Adelantado Juan Ortiz de Zárate, en donde «con sus buenas traças dio al dicho adelantado y su gente y los trajo al Puerto de San Salvador», en la costa del Uruguay, en donde se levantó una ciudad, con su fuerte, cuya construcción, según algunos testigos, había sido dirigida por Antonio Thomás

Tuvo a su mando la dirección de un navio que se trasladó apresura-



damente a la Asunción, de donde retornó, con «un buen socorro para el dicho adelantado de mucho vastimento y moniciones por donde se rredimio — dice con todo su sabor arcaico un testigo — el dicho adelantado y su gente de que no peresiesen», sirviéndole finalmente de piloto al mismo en su viaje con rumbo a la antedicha capital.

Consagrado a la navegación, hizo varios viajes comerciales entre Santa Fe y la Asunción, hasta que en nuevo pregón anunció, Juan de Garay, la expedición que preparaba con el propósito de fundar una ciudad en el puerto de Buenos Aires.

Es digno transcribir al detalle lo que refieren algunos testigos que figuran en la información que utilizamos, sobre el papel preponderante que Antonio Thomás tuvo en esta expedición fundadora, y que hasta la fecha no han sido dados a conocer por los historiadores de este recordado acontecimiento.

Uno de ellos, asevera «que dicho capitán Antonio Thomás fue con su persona armas y a su costa y minción a poblar la ciudad de la Trinidad y puerto de Buenos Ayres como persona baqueana y que era ymposible poderla poblar si el dicho cappitán Antonio Thomás no fuera tan baqueano y saber la tierra por haber estado en ella con el dicho gobernador don Pedro de Mendoza». Otro afirma que en la expedición fundadora sirvió de guía «por ser como es antiguo conquistador y tener tanta noticia como tiene de la tierra en la que se hizo Poblacion — Buenos Aires; — dize este testigo que el dicho cappitán Antonio Thomás acudio a todas las ocasiones que se ofrecieron al real servicio acudiendo con sus Industrias a la edificación de dicha ciudad». Y un tercero y último testigo, de quien vamos a copiar su declaración, asienta que «salio en compañía del general Joan de Garay que este en el cielo a poblar la ciudad de la Trinidad y Puerto de Buenos Ayres donde sino fuera por el dicho cappitán Antonio Thomás no se poblara la dicha ciudad la qual se fundo yendo el dicho cappitán Antonio Thomás como vaqueano por guia de la armada como Persona que avia estado en el dicho Puerto al tiempo que vino en compañía del gobernador don Pedro de Mendoza».

No fueron estos los únicos servicios prestados por el recordado conquistador portugués en la fundación de Buenos Aires, cuyo sitio de emplazamiento indicaría al mismo jefe expedicionario, haciéndole ver las dificultades e inconvenientes del primitivo real, sino también, como declaraba años mas tarde en 22 de junio de 1613, el teniente de gobernador de la Asunción, maese de campo Juan Rasquin, después de fundada la ciudad había hecho tres viajes de socorro a la capital de la gobernación en busca de bastimentos y en circunstancias en que Buenos Aires estaba por despo-

blarse «y mediante los dichos socorros se sustentó donde al presente ay mucho concurso de gente y su magestad se sirve del dicho Puerto y esta Provincia quedo remediada con el dicho Puerto de Buenos Ayres y el declarante fue uno de los que fueron en compañía del dicho cappitán Antonio Thomás.»

El nombre de António Thomás figura como testigo en el acta de fundación de nuestra capital, aunque no se radicó en ella como vecino, se dedicó sin embargo como se ha referido antes al comercio marítimo, debido a su calidad de «piloto del rio», como lo calificaba un documento sin fecha, pero posterior al año 1568. Años después, se estableció en Santa Fe, en donde llegó a ocupar la tenencia de gobernador y además desempeñó en varias ocasiones, los cargos de alcalde, regidor y procurador en el Cabildo ciudadano.

Nuestro biografiado, murió ya octogenario y muy pobremente, según las referencias documentales que hemos consultado, habiéndose consagrado durante más de medio siglo a vivir agitadoamente su existencia entre constantes y peligrosas andanzas. Fué soldado, marino y colono. Vino o nuestra tierra sugestionado por un ensueño de gloria que se quebrantó entre sacrificios y penurias. En las orillas del Riachuelo vió nacer el real mandado levantar por Pedro de Mendoza, el que dejó casi en sus comienzos, al seguir el atrayente rumbo que perseguían infatigables los sugestionadores caudillos sedientos de riquezas. Conoció el hondo sacrificio y el dolor del aislamiento en las tupidas selvas praguayas, y entre los brazos acariciadores y sumisos de las indígenas, vivió con ansias el amor, cuyos frutos recordaron en el tiempo su vida aventurera y emprendedora.

A manera de experiencia hecha carne, regresó a señalar el lugar del emplazamiento de la primitiva Buenos Aires, para que en él se levantase la nueva ciudad, cuyo puerto debía ser en la colonia, si una política absurda no lo hubiera malogrado, el camino lógico de internación hacia el Tucumán y Chile, Charcas y el Perú.

No quiso Antonio Thomás ser vecino del lugar donde comenzó su vida aventurera, porque le recordaba sus años idos y sus ilusiones muertas, y sin decirle nunca adios, lo visitaba amoroso en sus viajes costeros, y con nuevos esfuerzos y desvelos, coadyuvó a su consolidación en los primeros años de su existencia, para después radicarse y morir posiblemente en Santa Fe, ciudad que debía tener un encanto y una sugestión especial para todos aquellos conquistadores y colonos que luchando constantemente llegaban a la vejez.

JOSÉ TORRE REVELLO

## UM SÊLO CONVENTUAL DO SÉCULO XVII

A modesta colecção de matrizes sigilares do Museu Municipal do Pôrto foi agora enriquecida com um exemplar que, se não tem a enobrecê-lo a antiguidade, se recomenda, todavia, pelo seu valor histórico. Trata-se do sêlo do convento de Tibães, cabeça da ordem beneditina em Portugal.

Muito tempo na mão de um particular, considerado objecto digno de estima, por morte do possuidor teve o destino das coisas deixadas sem prévia colocação: foi lançado no mercado. Por felicidade pude vê-lo e decidir da sua sorte. Assim tivesse podido fazer outras vezes mais. Mas faltavam-me, então, os meios necessários para isso; não me cabia a decisão. Vi partir assim objectos que como uma visão tentadora surgiram, e cujas ofertas uma indiferença chocante repelia. Alguns dêles completariam séries já notáveis do mais antigo museu municipal do país.

Para o estudioso, o abandono de um objecto recomendável pela sua feição histórica ou artística, que por acaso aparece e nunca mais volta. motiva sempre uma dolorosa impressão. Por isso experimentei um certo júbilo em poder trazer para uma colecção pública a pequena peça de que vou tratar.

Quando era geral dos frades bentos Fr. Leão de S. Tomás, foram iniciadas em Tibães grandes obras reformadoras do mosteiro, e tão profundas que do antigo nada ficou. O chefe beneditino, apesar da sua cultura, ao mesmo tempo que erguia um monumento escrito da sua Ordem, a *Benedictina Lusitana*, esquecia lastimosamente as sobrevivências materiais do passado; tudo se subverteu. Pouco ficou para os pesquisadores futuros... «O capitel do século XI, encontrado na alvenaria do século XVII, diz Albano Bellino, não nos deixa a menor dúvida sobre a existência do convento ha 900 annos, *plus minus* (*Archeologia Christiã*. Lisboa 1900).

O convento de Tibães da invocação de S. Martinho, casa capitular da Ordem depois da reforma dos conventos beneditinos, solicitada na regência do Cardeal D. Henrique ao papa Pio V, e concedida em 1569, que os reuniu sob a autoridade de um geral, era dos mais antigos, sendo tida a sua segunda fundação como datando de 1080; a primeira, indicada uns 500. anos antes, é duvidosa sob a regra de S. Bento, pois, na opinião de Fortunato de Almeida «essa regra não foi adoptada até ao meado do século XI» (*Hist. da Igreja em Portugal*, T. I.)

Das relíquias venerandas de outrora não se curou. A nova fábrica surgiu, mais imponente e dominadora que a antiga, talvez, mas minguada hoje,



como monumento, aos olhos dos artistas e dos arqueólogos. Uma inscrição aposta junto do côro instrui-nos sôbre a época das obras: *Principiou-se este templo em 1628 e acabou-se em 1661.*

A reforma foi completa; o que era medieval, tído obstinadamente como bárbaro, foi pôsto à margem: novas imagens, novos paramentos, novos atavios. De estranhar não era que o velho sêlo abacial, sêdiço também, desaparecesse. E um outro, para emparelhar com o resto, novo, pulido, ao gôsto moderno, completasse a reforma.

Foi êste que chegou até nós, através de tôdas as vicissitudes, depois de 1834, data em que o mosteiro, como os demais no nosso país, acabou. Dêle darei rápida notícia.

O cunho, de forma oval, com 49 mm. de altura, está aberto em metal amarelo, apresentando um pequeno cabo de 45 mm. torneado, com amolgaduras no tôpo motivadas pela percussão.

A gravura é em cavado, para dar relêvo sôbre papel assente em massa de farinha, ou obreia como mais tarde se usou.

Trabalho de bom acabamento, produzindo uma imagem positiva bem levantada e nítida nos seus pormenores, como se vê na gravura que o reproduz.

Acêrca da forma do sêlo convém recordar as observações de G. Demay: «Dès le douzième siècle, les cardinaux, les évêques, les monastères, les abbés et abbeses, tous les religieux en un mot, choisissent la forme ovigale. . . . , à partir du seizième, les sceaux ecclésiastiques abandonnent souvent l'ogive pour prendre la forme ovale» (*Le costume au moyen age d'après les sceaux*, Paris 1880).



SÊLO DO MOSTEIRO DE TIBANS, CUJO CUNHO SE ENCONTRA NO MUSEU MUNICIPAL DO PÔRTO

(Fotogr. de Américo T. Lopes)

O sêlo, em si, consta da legenda SIGILLUM MONASTERII TIBANENSIS, na qual se inscreve a figura equestre de S. Martinho de Tours sobrepujada de um chapêu com três ordens de borlas, tendo na parte intermêdia do campo uma estrêla.

O chapêu de abas direitas e largas, com cordões entrelaçados, pelo número de borlas corresponde à dignidade de bispo.

Sabe-se que «os abades beneditinos eram mitrados e conferiam ordens»; o Padre Geral da congregação, «que he cabeça della», conforme rezam as



*Constituições da Ordem de S. Bento em Portugal*, de 1590, reünia todos os poderes como prelado maior ; tinha honras episcopais.

S. Martinho de Tours (século IV), entrado no serviço militar aos quinze anos contra sua vontade, notabilizou-se por um acto humanitário que, diz um seu biógrafo, «Jesus Cristo considerou como feito a si próprio»: às portas de Amiens dividiu a sua capa com um mendigo desprovido de agasalho. S. Martinho Turonense era o patrono do mosteiro de Tibães, que, como querem alguns autores, foi fundado pelo rei suevo Miro, por influência do seu capelão S. Martinho de Dume, bispo de Braga, no século VI. Miro tinha mandado vir de Tours para Espanha, então, uma relíquia de S. Martinho.

A estrêla, isolada, que se vê no campo do sêlo, se não é um simples motivo ornamental, como a árvore levantada à esquerda, e um pórtico do lado oposto por detrás do mendigo, pode estar relacionada com a seguinte passagem referida por Argote: «... porque quem edifica a Casa de Deos, edifica a si mesmo: pelo que diz Daniel: os que ensinão a muitos para a justiça, resplandecerão como as Estrellas para sempre» (*Memorias do Arcebispo de Braga*, T. II, L. III, C. VII).

O mosteiro de Tibães, situado Entre Douro e Minho, de cuja visita longínqua me restam vagas reminiscências, não adquiriu fama sòmente na esfera da Religião, notabilizou-se também no domínio da Arte, pois possuiu e acarinhou a primeira galeria de quadros que se estabeleceu no país — um Museu de Pinturas — legada em 1810 por um frade artista José Teixeira Barreto, a qual, após 1834, veio a constituir o núcleo do Museu Portuense. <sup>(1)</sup>

Quis o destino que o sêlo conventual de Tibães — pobre migalha de um abundantíssimo conjunto de riquezas — pudesse vencer o tempo, albergado como merece no Museu Municipal do Pôrto.

PEDRO VITORINO

---

<sup>(1)</sup> Vid. *José Teixeira Barreto, artista portuense* (1763—1810), por Pedro Vitorino. Coimbra 1925.

# AINDA "AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE CASTELA"

RESPOSTA AO TRABALHO «DAS MOEDAS DE TORO»  
DO SNR. DR. PEDRO BATALHA REIS

(Continuação da pág. 203)

Esta série de factos fez-me pensar que se a norma até D. Afonso V (exclusive) era a moeda de ouro ter 8 castelos e se é conhecido um «*Meio escudo*» deste Rei com esse número *era possível* que tivesse havido também «*Escudos*» de 8 castelos, e que havendo destas moedas com menor número, as primeiras *poderiam* ser do começo do reinado e as segundas da seqüência ou fim.

Mais ainda.

As primeiras moedas de ouro, e até à cunhagem dos «*Cruzados*» seria natural que mantivessem o toque de 18 quilates, as de prata, o de 11 dinheiros do reinado anterior e realmente isto se verifica quanto às de ouro no «*Meio escudo*» e quanto às de prata nos «*Leaes*».

Em 1457 prevendo-se a cruzada contra o Turco, D. Afonso V manda lavar os «*Cruzados*» a  $23 \frac{3}{4}$  e ao mesmo tempo não podendo já elevar o toque dos de prata, aumenta em 10 grãos de pêso os «*Grossos*» que teriam substituído os «*Leaes*», conservando-lhes porém o mesmo valor.

Em 1475 para a empreza de Castela manda cunhar «*Escudos*» (o do *Cabinet des Médailles* de Paris) *possivelmente* de toque mais elevado como faz notar Aragão, e «*Grossos*» também de maior pêso mas igual valor.

Quer dizer, as duas situações internacionais indicadas parece terem levado D. Afonso V a elevar o valor intrínseco da sua moeda, mas cessadas as causas que determinariam essa elevação, afigura-se possível que se tivesse voltado ao antigo regime ou semelhante.

Vejamos se algum facto permite qualquer conjectura nesse sentido.

Com efeito no intervalo de 1457 a 1475, isto é, no intervalo das duas situações internacionais que teriam motivado o aumento no valor intrínseco das moedas, teriam sido cunhadas em 1472 os «*Meio-grossos*» (n.º 9 de Aragão) pesando 29 grãos, isto é um pouco mais de metade do pêso dos «*Leaes*» e não dos «*Grossos*» o que me levou a pensar que *possivelmente* se teria voltado ao ao regime do começo do reinado ou a um intermédio.

Ora, se fôr certo isto ter-se dado na prata, não será possível ou pelo menos admissível, que o mesmo se tivesse dado no ouro? E não será verdade que se é certo que nos reinados seguintes os «*Cruzados*» e *Portuguezes* continuam de 23 <sup>3</sup>/<sub>4</sub>, as outras moedas foram porém de um toque intermédio de 22 quilates?

Conjugando estes factos e conjecturas com o da alteração do número de castelos, mesmo admitindo 6 dadas as maiores dimensões do escudo, porquanto o tipo primitivo natural seria, como disse, por comparação com o «*Meio-escudo*» que mantivesse o de 8, afigurou-se-me possível propôr aos meus consócios da comissão, conservar a dúvida, única conclusão a que me permiti chegar, de se realmente os *Escudos de ouro* seriam só do comêço do reinado ou se teria havido também destas moedas no fim com um toque possível intermédio, apresentando como possíveis comprovações as gravuras de Aragão, de Lopes Fernandes, da História Genealógica e o exemplar de Copenhague.

Como se verifica, nem *afirmei* que tivessem havido, nem que a dar-se essa hipótese elas fôsem de 18 quilates.

A propósito porém destas minhas inocentes suposições apanho porém uma *trêpa* que me deita abaixo em virtude de, apezar de todas as reservas que fiz no meu artigo, não proclamar que a gravura de Lopes Fernandes e da História Genealógica estão erradas e que o exemplar de Copenhague é falso.

Ora o que é certo é que a parte principal das minhas considerações reside nas observações que apresentei estudando, é claro dentro das minhas possibilidades, uma séri? de factos comezinhamente conhecidos e apresentando raciocínios dêles derivados. As gravuras e a moeda de Copenhague são de importância secundária.

O Snr. Dr. Batalha Reis profundando a legislação que eu teria desprezado, estudando manuscritos e incunabulos com um cuidado que eu não tive, analisando exemplares, seguindo a evolução do escudo para que eu não só não olhei como fiz tábua raza, etc., estabelece irremediavelmente que as gravuras estão erradas ou são cópia de exemplares falsos, que o exemplar de Copenhague é também falso, e fixa difinitivamente que os *Escudos de ouro* só se cunharam no comêço do reinado.

Ora se bem que, como disse atrás, êste caso dos *Escudos* não tenha relação com a matéria principal das nossas controvérsias, não resisto à tentação de sôbre o assunto dizer qualquer coisa.

Contra as minhas observações alega o ilustre numismata que eu me esqueço na minha suposição do critério económico *jámais adulterado nas moedas de ouro* de que não mais se fizessem moedas ligadas, digamos de toque baixo.

Este ensinamento seria esmagador se eu tivesse asseverado que os pos síveis *Escudos* do fim do reinado eram de 18 quilates. Mas não o disse, e quanto á constância na observação dessa disposição, o exame da nota sôbre toque de moedas de ouro inserta no tomo I de Aragão mostra porém que apezar do indicado acima, a não ser nos *Cruzados* e nos «Portugueses», o toque breve passou de 23 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> para quasi exclusivamente 22. E não esquecendo que Aragão suspeitou que o toque do *Escudo* de Paris é superior a 18, eu farei notar que êsse *Escudo* mostra que a 38 anos do começo do reinado e só a 6 do fim ainda se cunhavam tais moedas.

E agora pergunto eu como é que se pôde portanto asseverar (pág. 153) que *de 1476 a 1481 se algumas moedas se lavraram outras não foram senão «Cruzados, Grossos e meios-Grossos?»* E porque não *Escudos* se êles se cunharam até poucos anos antes da morte de D. Afonso V?

Quanto ás gravuras e ao exemplar de Copenhague, do facto da gravura de Aragão estar realmente errada, como reconheço, conclue que as de Lopes Fernandes e da História Genealógica também o estão ou são cópia de exemplares falsos, e lavra a sentença sem apelação de que a moeda de Copenhague não é autêntica.

A conclusão, quanto, ás gravuras provém de nelas os escudetes laterais se apresentarem pendentes e quanto à moeda de Copenhague não só dêste facto como do escudo ter evolucionado para uma fórma ultra-evolucionada que é um berro que eu não ouvi, negando eu outra evidência, no que se mostra mais uma vez o meu desconhecimento na seara alheia em que me meti, da modificação da letra gótica para a romana cuja influência no fim do reinado é manifesta e finalmente da existência, num catálogo Schulman, de um *Escudo* falso semelhante ao de Copenhague.

Como reconheci no meu anterior artigo, o caso dos escudetes pendentes é desconcertante, e realmente para mim que de forma alguma me quero meter na apreciação dêsse caso, o facto fez-me e faz-me inclinar para a pre-suposição de falsidade, mas como eu não sou propenso aos entusiasmos, a fórma como Lopes Fernando se refere ao seu exemplar de escudetes pendentes, parecendo que o tinha na sua colecção e que não classifica de falso, e o facto de não obstante o correjimento das armas ser de 1485, se conhecer um documento de 1483 com êles já na nova posição faz-me pensar se não aparecerá outro documento análogo de 1482 ou anterior, se bem que eu por acaso também tivesse lido em Lopes Fernandes que os Conselhos para resolução do assunto se realizarão de 1482 a 1485.

Quanto à forma ultra-evolucionada o que eu verifico é que se ela não fôsse tão acentuada á observação do illustre numismata seria mais um argumento a favôr das minhas *méras suposições*, o mesmo dizendo quanto à le-



tra porquanto como se verifica nos exemplares em discussão, elas são góticas e romanas, com predomínio destas últimas.

Pelo que diz respeito ao *Escudo* do catálogo Schulman esqueceu ao meu prezado amigo dizer que se trata, não de um *Escudo de ouro*, mas de um ensaio de cobre, e já agora acrescentarei que o cunho empregado para a sua execução deve ter sido o mesmo do exemplar de ouro do Museu de Copenhague, como julgo ter reconhecido confrontando a gravura com o modelo d'este último exemplar que possuo. Em resumo, não me atrevo a decidir se os exemplares de Lopes Fernandes e da História Genealógica estão errados ou se são cópia de exemplares falsos, e, se bem que pela razão que apontei no meu anterior artigo concorde que a moeda de Copenhague pôde ser também falsa, julgo que antes da conclusão se deve fazer um processo em que se pesem bem tôdas as circunstâncias.

E melhor do que ninguém o ilustre numismata, pelo hábito de lidar com moedas, sabe quanto custa, quero dizer, quanto é difficil, decidir uma questão desta ordem.

Pôsto isto, julgando que tôdas as razões, argumentos, competências, incompetências, etc. estão bem esclarecidas e definidas, e que nada se adianta em repisá-los, para que esta amável controvérsia se não torne de moedas de, ou não de Tóro em *Paineis de S. Afonso V* eu precisarei em quatro perguntas aquilo cujo esclarecimento me demoveria por certo das minhas heresias.

Elas aí ficam aguardando as respostas concisas :

1.º — *Porque é que não é possível que as moedas sem indicativo não sejam de Tóro?*

2.º — *Quais são os documentos e motivos que provam e tornam impossivel que D. Afonso V tivesse cunhado as moedas em discussão em Portugal e as levasse já na impedimenta do seu exército.*

3.º — *Aconselha o Snr. Dr. Batalha Reis que como diz, em obediência á ordem cronológica, se mantenha a seqüência que a estampa IV do seu trabalho «Moedas de Tóro» indica, só com a excepção para os cettis?*

4.º — *Que documento ou que motivos provam que de 1476 a 1481, só se cunharam «Cruzados» e impediam que depois de 1475 se cunhassem Escudos de Ouro de toque diferente de 18 quilates?*

E o ilustre investigador fornecendo-me as respostas como «axiomas e teoremas» verá como renegarei em *auto de fé*, os meus êrros, carrilhando pela sua mão e penitenciado, nos trilhos da verdade histórica de que ando transviado.

RAUL DA COSTA COUVREUR

# LISBOA ROMANA

## MONUMENTO EPIGRÁFICO DEDICADO A APOLO POR UM AUGUSTAL

Em Agôsto de 1935, no sopé da vertente meridional do monte do *Castelo* de Lisboa, logo abaixo dos recessos do Tesouro-Velho e das Pedras-Negras, apareceu mais um monumento epigráfico da fabulosa *Olisipo*, imperial *Felicitas Julia*.

Ao reconhecer o local do achado, logo me surgiu na mente a numerosa série de inscrições lapidares, que obras de desatêrro ou de demolição até hoje exhumaram dessa vertente sôbre o Tejo, desde o Castelo ao rio, em tôda a zona de Alfama e terrenos adjacentes. De 92 de tais monumentos epigráficos da Lisboa romana, transcritos por Hübner no *Corpus Inscriptio-num Latinarum*, tiremos 13 de procedência desconhecida, e ficar-nos-ão 79, dos quais 64 apareceram nas ruínas amontoadas por Alfama e imediações, ou a notícia dêles se localiza em prédios da mesma área.

Guardadas ou perdidas, há informações de lápides romanas, desde os Paços do Castelo (*Corpus*, II, nn. 217, 237, 239) e da Praça-Nova do Castelo (n.º 257), até o Arco da Consolação, antigas Portas-do-Ferro, ondeconhecemos nada menos de 22 inscrições, até o Chafariz de El-Rei (nn. 188, 200, 207, 228 e 248), e Paço dos Condes de Portalegre, sôbre os muros da cidade para a banda do Tejo (n.º 219); das Portas-de-Alfofa, às Portas-do-Sol, em Santiago, no Limoeiro, à Sé, nas Pedras-Negras e a S. Mamede.

A ronda dos nomes das personagens, inscritas nas pedras velhas, corre o bairro de ruas estreitas e de escadarias em todos os sentidos: Caio Cecílio Gallo, Quinto Cássio Sceva, Marco Petrônio Basso; as flamínicas Lucceia Albina, Servília Albina, e Cecília Vegeta; Caio Tenácio Justo, o flâmen Quinto Júlio Ploto, Caio António Úrio, Cúria Fundana, Lúcio Câncio Maino, Cecílio Optatino, Cocceia Chreste, Emílio Níger, etc., muitos dêles com a ostentação honorífica da sua tribu Galéria.

Depois da lista de Hübner tem aparecido por ali mais pedras epigrafadas. Em 1928, numas obras de desatêrro na Rua das Canastras, os cabouqueiros descobriram o cipo de Arria Quintilla e Lucrécia Avita, exposto actualmente no Museu do Carmo (1). Na mesma rua, e em circunstâncias inteiramente iguais, apareceu em 1935 a pedra que me ocupa.

(1) *Arqueologia e História*, vol. VI, pág. 18.

Esta rua, prolongada pela do Almargem, hoje de Afonso de Albuquerque, estende-se ao longo dos muros da cêrca-velha, encobertos no casario, mas visíveis no rasgamento espêsso, formado pelas Portas-do-Mar. Corrente à muralha, pela parte interna, chamou-se rua dos Arcos, por comunicar entre si os numeroso arcos das portas e postigos dêsse lado; o facto verifica-se pelas vistas antigas de Lisboa, como as dos manuscritos da *Cronica del rey Dom Affõsso Hamrriquez*, de Duarte Galvão, e da *Arvore Genealogica da Casa Real Portuguesa* em iluminura do flamengo Simão Beninc<sup>(?)</sup>, e das gravuras em cobre, de Munster (*Cosmographei oder Beschreibung* ..) e de Jorge Braunio (*Civitates Orbis Terrarum* ..), séc. XVI, ao seguir muito reproduzidas. A sucessão das portas da cidade para a Ribeira-Velha observa-se bem.

Não admira que no fundo das ladeiras, abaixo do socalco da vertente, desde a Sé às Pedras-Negras e à Madalena, nobilíssimo na história de Lisboa, pelas ruínas romanas, apareçam tantos restos valiosos.

Na mencionada rua das Canastras, procedia a escavações numa loja a firma comercial dos srs. Rodrigues (Irmãos) & C.<sup>a</sup>. Junto da parede ao Nascente, a cêrca de quatro metros de profundidade, deram os operários com a pedra singular, deitada paralelamente à parede.

Tem a forma de paralelepípedo, de calcáreo, com as dimensões de 0<sup>m</sup>,92 de altura, 0<sup>m</sup>,48 de largura e 0<sup>m</sup>,49 de espessura.

O cipo do Museu do Carmo tem maiores proporções: 1,80 / 0,9 / 0,9.

A inscrição, com letra bem ordenada, em seis linhas, diz:

A P O L L I N I  
S A C R V M  
M - I V L - M - L I B  
T Y R A N N V S  
A V G V S T A [ L I ] S  
D D

Uma depressão antiga falhou a pedra no logar dos sinais que faltam: o L e o I da 5.<sup>a</sup> linha, e a parte do superior segundo D na 6.<sup>a</sup> linha.

Estamos pois deante de um cipo em honra de *Apolo*.

Das inscrições de Lisboa, conhecidas, com dedicatória a deuses, sabemos das de *Esculápio* (*Corpus*, n.º 175), encontrada uma na rua Bela da Rainha ou dos Retrozeiros, em 1770, e outra (n.º 174) «no pée da escada que vai

(?) *Id.* vol. V, págs. 101 e ss., art.º do Sr. A. Vieira da Silva: «As mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa».

para a hermda de Nossa Senhora da Consolação sobre o arco da porta do Ferro, da *Concórdia* (*Corp.* n.º 176) em S. Mamede, de *Júpiter*, (n.º 177) em S. Vicente, de *Mercurio* (n.º 181) fora das Portas-do-Sol, junto de uma janela nas casas do Prior de Santiago, e da *Matri Dei* (n.º 178 e 179) nas Pedras Negras (1).

Simplemte *Consagrada a Apolo* é esta nossa inscrição, posto que se encontre também o nome do deus com atributos pomposos em outras, como: *Apollo Augustus* (Dessau, nn. 3219, 3231, 3232), *Apollo Sanctus* (id. 3221, 3222, 3223), *Apollo Pacifer* (id. 3223), *Apollo Salutaris et Medicinalis* (id. 3224) (2).

A inscrição respeita as regras clássicas da epigrafia romana: o nome do deus a quem o homenageante se dirige, e dedica o monumento; o nome de quem presta a homenagem, acompanhada da designação da classe a que pertence, e do título honorífico; finalmente o verbo dedicatório.

Ficou certificada a personagem do dedicante; o cidadão *Marco Júlio* teve por escravo um homem chamado Tirano (*Tyrannus*) (3); por qualquer motivo libertou-o, e o *liberto*, obediente ao costume romano, tomou o prenome e o gentilício de antigo senhor. agora seu patrono, acrescentando-lhes por cognome a nomeada que usou quando escravo. O liberto passou pois a chamar-se *Marco Júlio Tirano*. E por título apòs ao nome a condição de *augustal*.

Os Augustais formavam colégio de libertos, instituído para o culto prestado aos imperadores. Pela morte de Augusto, foi fundada em Roma por Tibério uma comunidade religiosa, *Sodales Augustales*, com o objectivo de cuidar do culto da *gens Júlia*; outras confrarias particulares apareceram também para honrar a memória do imperador imortalizado. Membros da família imperial e personagens de elevada categoria social pertenciam a tais organizações. Parece, porém, que já em vida de Augusto havia colégios cujos sacerdotes eram dedicados ao culto dèle, — *Augustales*.

Em municípios, como Lisboa, os *Augustales* constituíam uma ordem, socialmente colocada entre os decuriões e a plebe. Conhecidos noutras cidades pela designação de *Seviri*, nomeavam-nos os decuriões por decreto, escolhendo-os entre os ingénuos e os libertos. O *Collegium Augustalium*,

(1) Outras inscrições romanas de Lisboa eram dedicadas a imperadores: a *Nero*, no teatro romano a S. Mamede ao Caldas (*Corpus* n.º 185) a *Vespasiano*, em S. Vicente (183), a *Marco Aurélio*, às Pedras-Negras (n.º 187), a *M. Julio Felipe*, numa torre a-par-do Chafariz d'El-Rei (n.º 188), a um *Divo Augusto*, junto do Priorado de Santiago (n.º 183).

(2) H. Dessau, *Inscriptiones Latinae Selectae*. II, Pars I, págs. 31 e ss.

(3) O nome *Tyrannus* não é inédito; aparece por ex. numa lápide de Córdova (*Corpus*, n.º 4118) e noutra de Roma (Dessau, n.º 1695).



*Corpus Auguralium* ou *Augustales Corporati*, tinha o encargo de prestar culto ao imperador reinante; possuía terras, recolhia heranças, com os rendimentos das quais celebrava festas especiais, prestava sacrifícios e realizava refeições cultuais. Gozavam privilégios, como o de usar os *ornamenta Augustalitis*, ter lugares especiais no teatro, em certas ocasiões e com autorização dos decuriões levar o *bisellium* ao teatro, pôr os distintivos próprios dos edis e dos decuriões. O título tornou-se hereditário (1).

Outros augustais usavam a designação honorífica de perpétuos. Um exemplo nos ficou em Lisboa: ao longo do *proscenium* e da *orchestra* do teatro romano, desenterrado na Rua de S. Mamede, *Caio Heius Primus Cato*, augustal perpétuo, colocou inscrição dedicatória a Claudio Nero, (*Corpus*, 183). Interpreta o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos esta perpetuidade por mero título honorífico, dado a sacerdotes e sacerdotizas, depois da saída do cargo (2). Ha outros exemplos em Hagenbuchii e Orellius, ou Dessau (3).

Mais augustais ficaram com o nome gravado na pedra de monumentos sepulcrais: *Júlio Bitálico*, em pedra aparecida na parede exterior da igreja de Unhos, Loures (n.º 264), *Euticos* e *Lino*, em Laveiras (n.º 265). Ou em lápides votivas: *Caio Júlio Venério*, a Mercúrio, *Cáio Ário Optato* e *Cáio Júlio Eutico* a um *Divo Augusto*, (*Corp.* já mencionadas).

Terminam a inscrição desta pedra olisiponense dois DD, simetricamente dispostos; o verbo dedicatório: *DeDicavit* ou *DeDit* ou *Donum Dat.*

A leitura da inscrição será: *A Apolo, o augustal Marco Júlio Tirano, liberto de Marco* (Júlio), *dedicou* (êste monumento).

O tipo dos caracteres correctos e elegantes do alfabeto monumental indica a possibilidade de pertencer esta inscrição ao século I.

No mesmo lugar appareceu um formoso capitel jónico de bom estilo, que os Srs. Rodrigues (Irmãos) & C.<sup>a</sup> ofereceram ao Museu Etnológico juntamente com a bela pedra da inscrição a Apolo.

LUÍS CHAVES

---

(1) Tôda esta organização do culto público do imperador provém do colégio fundado por Tibério, depois imitado por particulares. Marquardt, *Römische Staatsverwaltung*, vol. I, pág. 514.

(2) Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, vol. III, pág. 323., e J. Toutain, *Les cultes païens*, vol. I, págs. 146 e 155.

(3) Hagenb. & Orellius; *Inscriptionum Latinarum Selectarum Amplissima Collectio*, vol. III, pág. 431, n.º 7112 (inscrição de Nora); Dessau *op. cit.*, II, 1, pág. 666, n.º 6822 (insc. africana).

## IDENTIFICAÇÃO DO RETRATO DUMA RAINHA DE PORTUGAL NUM QUADRO DE DE TROY

Tivemos conhecimento da existência deste quadro por carta do sr. Gaston Brière, Conservador dos Museus de Versalhes e dos Trianons, de 22 de Janeiro de 1935. Quando lhe pedimos indicação dos retratos da Infanta D. Mariana Vitória que se encontram naqueles Museus, teve este senhor a amabilidade de nos dizer que, no Palácio Pitti, em Florença, se guarda também uma tela que representa a Infanta de Espanha. «Elle est assise dans un fauteuil; auprès d'elle, le jeune Louis XV debout, lui tient la main; c'est une peinture charmante par François de Troy». Cheio de interesse por conhecermos essa «peinture charmante», dirigimo-nos ao sr. dr. Alberto de Oliveira, então Ministro de Portugal junto da Santa Sé, que nos honra com a sua amizade e que, dentro em breve, nos mandava a bela fotografia do quadro que reproduzimos neste volume. Aproveitamos o ensejo para lhe reiterar os nossos agradecimentos.

Sucedeu, porém, que, com surpresa do sr. dr. Alberto de Oliveira, e nossa, a reprodução fotográfica obtida por intermédio do prof. sr. Guido Battelli trazia, gravada em baixo, a seguinte legenda: «Firenze, Palazzo Pitti. Luigi XV e Cristina di Baviera; Francesco de Troy». Havia portanto uma confusão a desfazer. Ou o sr. Brière se tinha enganado e não se tratava da Infanta-Rainha, ou a inscrição aposta na fotografia (provavelmente copiada do Catálogo, se não do próprio quadro) não correspondia à verdade e o retrato era efectivamente de Luiz XV com sua prima e noiva de Espanha.

Antes de mais nada procurámos saber de que Cristina da Baviera se poderia tratar. Ora Luiz XV não esteve noivo senão de D. Mariana Vitória e de Maria Lekzinska. Princeza com aquele nome, noiva de Príncipe da Casa de França — as flores de lis não deixavam dúvida sobre esta última circunstância — só conhecíamos a filha do Eleitor Fernando, que foi mulher do Grande Delfim. ¿ Tratar-se-ia do retrato desta, e, nesse caso, a figura que está junto dela não seria Luiz XV mas seu avô o filho de Luiz XIV?

Militavam a favor desta hipótese as seguintes razões:

- 1.º O facto de Cristina da Baviera se chamar Maria Ana Cristina Vitória;
- 2.º A circunstância de François de Troy ter pintado o retrato da Prin-

ceza bávara ao tempo do seu noivado, em 1679 (Charles Blanc, *Histoire des Peintres de toutes les Écoles*, Paris, 1862, e Michael Bryan, *A Biographical and Critical Dictionary of Painters and Engravers* London, 1858);

3.º Na lista dos quadros de François de Troy, publicada por Émile Barbier e Louis Auvray no seu *Dictionnaire Général des Artistes de l'École Française*, t. 2.º, Paris, 1885, nenhum retrato de Luiz XV vem mencionado;

4.º A pouca semelhança que se nota entre a criança que se vê na pintura de de Troy e os retratos conhecidos da Infanta de Espanha, por Belle, Largillière, Ranc, etc.

Militavam contra:

1.º O facto da Princesa Cristina ser um ano mais velha que o marido. Ora na tela do Palácio Pitti, a menina que está sentada é mais nova que o companheiro que lhe pega graciosamente na mão;

2.º O Grande Delfim tinha vinte anos quando casou, ao passo que a figura masculina representada no quadro não pode ter essa idade. Deve ter a de Luiz XV na época em que estava noivo da Princesa de Espanha, depois Rainha de Portugal;

3.º O Príncipe representado neste retrato não se parece com o filho primogénito de Luiz XIV tal como se vê no quadro pintado por François de Troy, do qual conhecemos a cópia que se encontra no Museu do Prado; pelo contrário, tem grande semelhança com o formoso Luiz XV do quadro de Rigaud;

4.º O cetro e a corôa mostram que o retratado era rei e não delfim<sup>1</sup>.

Antes de escrevermos ao sr. Gaston Brière a expôr-lhe as nossas dúvidas, procurámos descobrir, com uma boa lente, se não se encontraria na tela qualquer indicação que permitisse identificar as personagens nela representadas.

É ao sr. coronel Garcez Teixeira, Bibliotecário da Academia de Belas-Artes de Lisboa, que devemos a decifração dêste enigma. A nosso pedido e com o auxílio duma lente, o sr. Garcez Teixeira conseguiu ler, na fita que borda a almofada que se encontra debaixo dos pés da Princesa, a legenda seguinte: «Detroy. Filius. Pinxit. 1723». A data vinha confirmar que não podia tratar-se do Grande Delfim e de Cristina da Baviera, mas de Luiz XV e por conseguinte da Infanta Mariana Vitória, a qual esteve justamente noiva do Rei de França e habitou Paris e Versalhes de 1722 a 1725.

Quando demos conta ao sr. Brière desta descoberta, respondeu-nos que

---

<sup>1</sup> É possível que o traje ajudasse a resolver o problema, mas não conhecemos indumentária francesa a ponto de distinguir uma casaca de 1680, doutra, de 1723.

os srs. Conde Harcourt e coronel Meaumené tinham já corrigido o lapso e publicado a reprodução do quadro na sua obra *L'Iconographie des Rois de France*, 1931, 2.<sup>a</sup> parte, p. 308, mas atribuindo-lhe a data de 1724; e acrescentou: «il n'y a aucun doute sur l'identification du charmant tableau qui est conservé au Palais Pitti à Florence. L'erreur du catalogue italien est manifeste.»

Outra questão surge, porém, agora.

O quadro foi pintado em 1723 — e não em 1724, como parece que assinalam os autores de *L'Iconographie*. Ora François de Troy, que nascera em 1645, tinha então 78 anos. É difícil admitir que, com esta idade, pudesse criar uma obra de arte tão cheia de segurança e de frescura. Além disso, a palavra *filius* só pode indicar que o autor da pintura é o filho de François—Jean-François de Troy, nascido em 1679, «qui était em 1723, en pleine possession de son talent», palavras duma carta em que o sr. Gaston Brière, mediante as nossas considerações, declara estar convencido tratar-se do filho.

Note-se que François era também filho dum pintor chamado de Troy, Nicolas, mas éste em 1723, já tinha morrido há muito. Parece-nos pois não se poder duvidar de que se trata de Jean-François e não de François de Troy, como até agora se supôs.

Em conclusão:

1.<sup>o</sup> A Princesa representada na pintura que se guarda no Palácio Pitti, em Florença, é a Infanta de Espanha Mariana Vitória, quando noiva de Luiz XV, e não a Princesa Cristina da Baviera;

2.<sup>o</sup> O autor do quadro de que nos ocupamos não deve ser François de Troy, mas seu filho Jean-François.

Ao darmos conhecimento ao sr. dr. Alberto de Oliveira do resultado das nossas investigações, pediu-nos o ilustre diplomata e escritor um relatório sôbre o assunto com as conclusões a que chegáramos para ser entregue à Direcção do Palácio Pitti. É provavel que a esta hora já esteja feita a devida rectificação no catálogo daquele Museu e que doravante os visitantes saibam que a Princesa representada no lindo quarto de de Troy é D. Mariana Vitória que foi Rainha de Portugal,

CAETANO BEIRÃO

(Do livro «Cartas de D. Mariana Vitória», que acaba de aparecer)



# OS JERÓNIMOS HA QUARENTA ANOS

(INFORMAÇÕES DE UM ANÓNIMO)

(Continuação da pag. 224)

9.º O GRANDE ÓRGÃO — António Duarte da Cruz Pinto indicou Militão, servindo-se para o acreditar, dum trabalho que tinha feito no órgão de S. Carlos. A R. C. Pia já em tempo tinha entabulado negociações com um organista alemão para arranjar um órgão pequeno que possui e que pertence à Patriarcal da Ajuda e esse alemão também se prontificava a arranjar o órgão grande dando, se bem me recordo um orçamento de 4 contos. Nesta questão António Duarte escreveu no Correio da Noite (se bem me recordo) sobre o assunto e depois do orçamento aprovado (influido Tomaz Ribeiro para com António Augusto de Aguiar, a meu pedido, na sua quinta em Carnaxide) foi o órgão dado a Militão mediante 60:000 rs. mensais deixando uma caução de 25 % — pagando-se separadas as despesas com o material e outros artistas. De Dezembro de 1884 a Setembro de 1885 gastou-se no grande órgão — 2:434:320 rs. extornando-se ao Ministério das Obras Públicas 315.000 da caução de 21 meses a 15.000 rs. que Militão não recebeu, veio a gastar-se a totalidade de 2:119.320 rs. para cerca de 4 contos que era o orçamento há o resto para gastar!

O órgão foi todo desmanchado e feito no claustro superior um resguardo onde se colocou em forma toda a tubagem e mais peças. Comprou-se por 272:000 rs. um harmónio para desmanchar e colocar no grande órgão a fim dêste tocar nas pequenas solenidades e com poucas vozes. Estava combinado desmanchar-se do outro órgão algumas peças substituindo-as por fingimento. Arranjaram-se os foles, o pedal e outras obras importantes nas quais não sei falar que o tempo já tem estragado desde 1885!

Por uma fatalidade a obra parou e eu conto o motivo:

Quando se procedia ao consêrto do órgão dos Jerónimos estava em obras e também reparava o órgão — a freguezia de S. Nicolau.

Souberam que do órgão dos Jerónimos sobejavam *foles* e falaram a Carlos Eugénio de Almeida então provedor da R. C. Pia — para os ceder. Este senhor disse ser a Junta de Paróquia a fabricante e administradora do templo e requerente dos reparos e que a ela se tinham que dirigir. Assim foi e consultado Valadas, encarregado da obra disse ter uma portaria de António Augusto de Aguiar para proceder às obras e o remanescente vender

em favor da mesma obra. Autorisada esta resposta official — observei a Valadas a importância política que tinha Rosa Araujo e Condeixa, ambos Juizes de S. Nicolau e que seria melhor ceder do que ter por desgosto alguma imposição superior — arrebatou-se um pouco e dias depois um officio firmado por Fontes Pereira de Melo (nessa ocasião Ministro das Obras Públicas depois da saída de Aguiar por causa das obras do pórtico de Lisboa) mandava entregar os foles necessários a S. Nicolau! A consequência foi Valadas deixar a direcção da obra e entregar tudo ao antigo architecto Rafeal da Silva Castro. Castro não quiz aceitar a negociação feita com Militão por haver uma determinação superior que mandava as obras de vulto serem postas a concurso, queria que este se effectuasse.

A lei prevê os casos em que ha artistas músicos no género, eu ainda quiz consiliar as cousas a fim de Militão continuar com a obra mas Militão não quiz, deixou o trabalho e a caução e até hoje. Foi uma vez um órgão!

Ultimamente S. Magestade a Rainha D. Amélia, visitando os Jerónimos amiudadamente, mostrou desejos à direcção da R. C. Pia de ser retirado do claustro o peijamento que ali havia com o material do órgão. Os desejos foram ordens e lá está tudo amontuado mostrando a nacionais e estrangeiros o que somos.

10.º O PÓRTICO E A FACHADA PRINCIPAL — (*poente*) Não acabar esta frente é um crime, abrindo-se uma nova janela para a capela dos Passos e outra que existe tapada e que dá para a capela do Baptismo, destapa-la. Nesta janela existiu a secular e muito respeitada imagem do Senhor Jesus dos Navegantes onde os marítimos iam orar. Quando deitaram a baixo a sala dos Reis a capela fugiu, a imagem que era de barro, mas não perfeita, foi uma ocasião encontrada por mim, feita em centos de bocados, embrulhada num bocado de veludo encarnado, dentro dum confessionário.

Aluguei um bote e dei-lhe sepultura a meio Tejo, nada mais havia a fazer.

11.º A PARTE EXTERNA — FRENTE SUL — Da capela-mor à platibanda do corpo da Igreja existem uns beirões de telha que facilmente se substituiriam por bela platibanda de cantaria, ficando tanto interna como externamente a qualidade da architectura definida entre a capela-mor e o corpo do templo.

Com respeito à parte central que foi desmornada pode V. Ex.º e o País perder a esperança de estar pronta para 1897 — far-se-ha como antigamente ao arco da Rua Augusta — *pinta-se!*

O Diário Popular faz um apêlo ao Governô e Ministro das Obras Públicas sôbre as reparações que aqui indico a V. Ex.ª

12.º UMA NOTA MAIS — Nas reparações de pura conservação, limpeza e outros trabalhos no templo dos Jerónimos gastou-se: em 1883: Rs.

3:367.115; em 1884: Rs. 2:154.430 e em 1885: Rs. 1:046.510. Total 6:568.055 e abatendo os 315.000 rs. entregues no Ministério das Obras Públicas, da caução do Militão, veio a gastar-se líquido Rs. 6:253.055 (a Batalha tem 6 contos por ano) e fez-se: assoalhar a sacristia, casa forte, retrete, cartórios para a Junta e pároco, repararam-se os arcazes e quadros da sacristia, porta particular para a Rua dos Jerónimos, entrada para um dos ricos púlpitos, 2 pórticos no cruzeiro um para o claustro e outro para a sacristia, balaustres para substituírem os quebrados nos cancelos da capela do S.S.<sup>mo</sup>, assoalhou-se o corpo da Igreja e os lados da capela-mor, limpou-se e pintaram-se tôdas as janelas do templo e suas dependências, colocando-se vidros de côres, fez-se o gradeamento e desaterrou-se na frente sul do edificio, pia nova do Baptismo, desobstruiu-se uma rica capela que estava tapada com um espaldar dourado, o órgão não acabado, limpou-se a capela-mor, restauraram-se os quadros dali e fez-se o presbitério, subpedânio e cadeirais da capela-mor, digo, de pedra que eram madeira, renovou-se a entrada da capela-mor dando-se estilo mais apropriado, repararam-se os túmulos e os elefantes, substituiu-se o entablamento e balaustrada do côro, demoliram-se uns pilares junto às colunas do côro sem indício algum de proveito, remendou-se muito, demoliu-se um túmulo que éra destinado (diziam) para os ossos do filho de D. Afonso VI e desapareceram para sempre os púlpitos que estavam agarrados às ricas colunas do cruzeiro, etc. etc. Tudo isto se fez com a insignificante quantia que indico e cuja nota tenho presente.

Belem, 9 de Setembro de 1895.

## JOAQUIM DE VASCONCELOS

As Artes e as Letras portuguesas acabam de sofrer uma irreparável perda: no dia 1 de Março, faleceu no Pôrto, com a provecta idade de 87 anos, o sábio professor Joaquim de Vasconcelos.

Já desde alguns anos que o seu espírito de eleição se ia apagando, mas, a existência do venerando sábio mantinha ainda nos seus discípulos e admiradores a doce ilusão de que novos trabalhos iriam saír das suas locuções.

Hoje, essa ilusão desfez-se por completo. A sua robusta compleição vergou menos ao pêso da idade do que ao extenuamento de uma longa vida consagrada ao trabalho, e ao cruciante desgosto da perda de Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos, sua dedicada e inteligentíssima companheira no lar e no labor científico.

Espírito cultíssimo, aliando à agudeza das inteligências meridionais, o método e a ponderação dos povos do norte, servido por uma vastíssima cultura e pelas mais altas faculdades de trabalho, a sua obra não podia deixar de ser, além de copiosíssima, da mais valiosa erudição, constituindo base seguríssima para os estudiosos.

Não deseja esta *Revista*, nem tão pouco nós nos abalançarmos a isso, fazer aqui um estudo biográfico e bibliográfico de tão iminente vulto. Isso não deixará, decerto, de ser feito por quem condignamente o possa fazer, e de maneira a constituir monumento perdurável à altura do extinto. Apenas é nosso fim deixar consignado aqui o sentimento que neste momento punge todos os investigadores, desde o mais sábio ao mais modesto, e que é também compartilhado pela *Revista de Arqueologia*.

Limitar-nos-hemos a registar nestas páginas o nosso pesar pela perda irreparável, e a apresentar uma carta que Joaquim de Vasconcelos nos endereçou, não pelo que ela tem de envidaecedor para nós, mas pelo que ela representa como documento de uma faceta do seu carácter. Acabávamos de publicar o primeiro resultado das investigações que fazíamos sobre Tomar. Nêle havia uma ligeira referência a Joaquim de Vasconcelos. A maneira como êle acolheu o pequeno trabalho que lhe oferecemos, vê-se bem nesta carta, com que nos acusou a recepção de folheto.

*Porto, 9-VI-922 — Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sn.<sup>r</sup> — Peço-lhe desculpa d'esta tardia carta de agradecimento, em troca da amavel offerta da sua publicação sobre o pseudo-pintor Dralia. A minha saude (com 73 annos feitos) tem sido incerta*



desde o principio do anno, e causou o atraso de toda a minha correspondencia.

Creio que V. E. tem razão no que propõe a respeito do Dralia; teremos que eliminal-o como pintor, mas em compensação ficam os raros amadores do assumpto certos de possuirem em V. E. mais um seguro e intelligente e imparcial investigador.

Muito obrigado me confesso pelas suas referencias tão delicadas e indulgentes sobre o pouco que escrevi no assumpto.

Pedi em tempos ao Sr. Dr. Vieira Guimarães m. is esclarecimentos sobre a noticia do Visc. de Juromenha; eu não vi nada da lapide; certifico pois a citação de V. E. (pag. 11); esperava que aquelle erudito investigador das causas de Thomar me ilucidasse. Mas nada se apurou.

Agora vejo com a maior satisfação (pag. 10) que V. E. tem cuidado dos documentos epigraphicos da villa em um «núcleo do museu». Dou-lhe mil parabens; pode bem acontecer que seguindo o seguro methodo de exploração de V. E. (levantando antigos sôlhos de capellas e egrejas) appareçam mais reliquias epigraphicas. Se os Condes de Thomar concedessem authorisação e subsidio... para escavações, na parte que occupam!? Thomar é, uma localidade cheia de thesouros artisticos, uma adrcavel terra! Nunca esquecerei a preciosa egreja da Conceição, que merecia um album especial de grandes photographias e um outro album de commentario de desenhos em detalhe. Quantos compatriotas passam por Thomar sem a conhecerem! Custa a conceber uma construcção com tal pureza, sobriedade e encanto em 1551, anno em que faleceu Frei Antonio de Lisboa. Em todo o caso seria preciso calcular, ao menos, dez annos (1540-1550) e um lavor diligente, para realizar, sem remendos ou retoques, semelhante joia d'arte. O artista que a concebeu e a realizou—ao lado do tumulto manoelino do grande convento, parece que quis protestar contra... os fumos indianos. Mais uma vez—obrigado—. Disponha V. E. do seu—m.<sup>10</sup> grato ad.<sup>or</sup>—Joaquim de Vasconcelos—159. Cedofeita.

Nesta carta se vê quanta bondade e indulgência havia no seu carácter para com os que procuram pôr o seu modesto esforço ao serviço da arqueologia, contrastando com a aspereza que algumas vezes empregava para alguns que julgava impertinentes e mal intencionados. Ela foi também o incentivo que nos animou a prosseguir nos nossos estudos.

Março, 1936

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

## MAIS UMA INSCRIÇÃO INÉDITA DA SÉ DE LISBOA

Depois de publicado o trabalho *Inscrições sepulcrais da Sé de Lisboa*, as obras de reconstrução da velha catedral têm posto a descoberto alguns letreiros que, pelo seu interesse, merecem ser transcritos.

Na capela do claustro que, antes de profanada, tinha a invocação de S. Miguel (1), metida na parede da banda do Evangelho, appareceu uma lápida com uma extensa inscrição escrita em 16 linhas pautadas de pequenos caracteres unciais, que me foi indicada pelo erudito arqueólogo olisiponense, e meu amigo, Sr. Eng. Vieira da Silva a cuja amabilidade devo o poder publica-la, antes do aparecimento do volume da *Lisboa Antiga* em que Sua Ex.<sup>a</sup> a inclui.

- 1) :AQI : IAZ : P̄ : V̄ : CLĪGO : DA : MUY : NOBRE : SENĀ :  
INFĀT̄ : DON̄ : BLĀCA : FLHA : D̄ : MUY : NĒB : REY :
- 2) DŌ : ARŌSO : ESENĀ : DAS : OLGĀ : OQL̄ : P̄ : V̄ : FOX̄ :  
MST̄ : SCOL̄ : DO : PORTO : ECŌNIGO : D̄
- 3) : LIXBŌA : Q̄ : MĀDOU : FAŽ̄ : STA : CAPELA : ASERVIC̄ :  
D̄ : DS̄ : EDA : ŪGĒ : SĀ : MĪA
- 4) : EĀOR : DA : SĀ : CRUZ : AQV̄ : CAPLA : OCABIDŌ :  
DA : SĒ : ADE : MĀT̄ER̄ : P̄(ERA) :
- 5) : SĒP̄ : QVĀT̄ : CAPELAES̄ : Q̄ : CĀTĒ : NA : DĀ : CAPE-  
LA : EPOLA : ALM̄ : D̄ : D̄ : IFĀT̄
- 6) EDE : DN̄ : BEATZ̄ : Ā : NVAES : EPOR : P̄ : Ū : ESTĀ :  
QVĀT̄ : MISĀ : DE : SĒER̄ : A...V̄
- 7) DO : DIA : 9 : 9MMŌRCŌ : DE : SĀ : MĪA : EĀ : TS̄ : MI-  
SAS : REQ̄EM : ASDVAS

(1) Castilho, *Lisboa Antiga*, 2.<sup>a</sup> P., t. III, cap. XVIII, p. 278, ed. 1885.

- 8) 9CÔMMORCÔ : DE : SĀ : MIA : EAOUT : 9CÔMMORACÔ :  
 Ḃ : CRVZ : EAO : SABAD
- 9) : ...A : DE : SĀ : MIA : CĀTADA : EQ̄ : ROGĒ : ADE' : EN :  
 ESTAS : M(I)SAS : P̄ : ELR<sub>E</sub>
- 10) : DE : PORT : EPOLA : RAĪHA : EP̄ : SE' : FILHOS : EAN :  
 AFAZER : TS : ANIVSAIR
- 11) OS : P : SA : ALMA : OPMEIRO : ODA : Q̄ : FOI : SOTADO :  
 XXX : DIAS : DE : DEZĒB
- 12) RO : EO : OV<sup>o</sup> : DIA : DSCĀ : MIA : DAGOST<sup>o</sup> : EO : OV<sup>o</sup> :  
 TS : DIAS : DE : NOUEBR<sup>o</sup> : EAD
- 13) : D MĀTEER : ACAPELA : DE : VESTIMTAS : EDAZEIT :  
 EDAS : OUTS : COVSAS : Q̄ :
- 14) OVĒ : MEST : EPA : 9PR : TODAS : STAS : COVSAS : LEI-  
 XOV : AO : CABID<sup>o</sup> : AQNT<sup>o</sup> : D MĀIA : PĀ
- 15) Q̄ : E : E : TORES : VEDS : COMO : MAIS : 9PDAMTE : E :  
 9TEV<sup>o</sup> : NO : 9P(ER)MISO : Q̄ : OCABID<sup>o</sup> : TE
- 16) : P̄ : V̄ : PASOU : D<sup>o</sup> : D̄ : SĀ : NICOL<sup>o</sup> : VI : DI<sup>o</sup> : D̄ : DE-  
 ZĒB<sup>o</sup> : E : M̄ : CĀC : XL̄ : VI : ANOS : + : + :

Leitura :

*Aq(u) i iaz P(er) V(icent?)e, cl(ér)igo da muy noble senh(or)a infan(nte) dona Bla(n)ca, filha do muy nob(re) Rey do(m) Afo(n)so e senh(or)a das Olgas. O q(ua)l P(er) V(icent?)e foy mest(re) (e)scola do Pôrto e coonigo d(e) Lixboa q(ue) ma(n)dou faz(er) (e)sta capela a serviço de D(e)us e da U(i)r-ge(m) S(an)c(t)a M(ar)ia e a (lou)vor da S(an)c(t)a Cruz, a qual cap(e)la o cabido do see (h)a de ma(n)teer p(era) se(m)p(re) quat(r)o capelães q(ue) ca(n)-te(m) na d(i)c(t)a capela e pola alma da d(i)c(t)a i(n)fa(n)te e de dona Beat(r)iz Afonso Novaes e por P(er) U(icent?)e. Estas quat(r)o misas (h)ao de seer*

a... (?) dô dia com comm(e)moraço(m) de S(an)c(t)a M(ar)ia. E as t(r)ês mi-  
 sas de req(u)iem: as duas com co(m)m(e)moraço(m) de S(an)c(t)a M(ar)ia, e  
 a out(r)a com co(m)m(e)moraço(m) da Crvz. E ao sabado... (?) a de S(an)c(t)a  
 M(ar)ia ca(n)tada. E q(ue) rog(u)e(m) a De(us) en estas m(i)tas p(o)r elRei  
 de Portugal e pola Rai(n)ha e p(er) se(us) filhos e (h)an a fazer t(r)ês ani-  
 v(er)sarios p(er) s(u)a alma: o p(r)imeiro, o dia q(ue) foi sot(er)rado, XXX  
 dias de Deze(m)bro, e o ov(r)o, dia d(e) S(an)c(t)a M(ar)ia d(e) Agosto, e o  
 ov(r)o t(r)ês dias de Noue(m)bro. E (h)a d(e) d(e) ma(n)teer a capela de ves-  
 tim(en)tas e d(e) azeit(e) e das out(r)a's covsas q(ue) (h)o(w)ve(r) mest(er). E  
 p(er) a compr(ir) todas (e)stas covsas leixov ao cabidoo a q(u)intaa d(e)  
 Ma...ia (?) Pa... (?) q(ue) é e(m) Tores Ved(ra)s, como mais compr(ida-  
 m(en)te é conteudo no comp(re)miso q(ue) o cabidoo te(m).

P(er)o V(icent)ºe pasou dia d(e) Sa(m) Nicolao, VI dias d(e) Deze(m)-  
 bro, E(ra) MCCCXLVI anos.

A forma dos caracteres desta inscrição, é a vulgar nesta época em que  
 o alfabeto uncial, embora já completamente constituído, estava longe de  
 atingir a riqueza da sua última fase.

A primeira palavra da 4.<sup>a</sup> linha está talvez incompleta: terão querido  
 escrever E A LÖOR, ou mesmo LÖR, mas não distingo o L. Na última  
 palavra da 6.<sup>a</sup> linha e na primeira da 9.<sup>a</sup>, escorreações da pedra tornam im-  
 possível a sua leitura rigorosa.

Nota-se que entre o dia da morte do fundador da capela, 6 de Dezem-  
 bro, e o dia em que nela foi sot(er)rado, 30 do mesmo mês, decorre por-  
 ventura o espaço de tempo correspondente à feitura do túmulo que terá sido  
 colocado, como era uso na época<sup>(2)</sup>, junto à parede, por baixo da inscrição.

Vê-se também que o defunto mestre escola era pessoa chegada à casa  
 de Afonso III, pois não só se declara clérigo da Infanta D. Branca, «a i-  
 famte dona Bramca que morreo nas Olgas de Burgos, onde foy sempre se-  
 nhora, e hi jaz, ca numca quis seer casada»<sup>(3)</sup>; como deixa a obrigação de  
 rezarem durante as missas que manda dizer na capela, pelo Rei, pela Rai-  
 nha, «e por seus filhos».

Da triste abadessa de Huelgas correu que «se vencera de amorosa pai-  
 xão» por certo comendador de Calatrava, mas diz-nos o indignado Caetano  
 de Sousa<sup>(4)</sup>, que é «cousa sem fundamento esta impostura».

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

(2) Vergílio Correia, *Três túmulos*, Introd., p. 55.

(3) Liv. das Linhagens do Conde D. Pedro, tit. VII, apud Port. Mon. Hist. — Scripto-  
 res, vol. I, p. 256.

(4) *Hist. Geneal.*, t. I, cap. XVI, p. 175.



## MONUMENTOS A D. JOÃO VI

Houve, que saibamos, tres projectos de monumento a D. João VI (quer como Príncipe, quer como Rei) que, por ordem cronológica, são os seguintes: projecto, de autor desconhecido, em 1804; projecto do grande escultor Machado de Castro, descrito no folheto que intitulou *A El Rei D. João VI. Nosso Senhor offerece o amor, e a lealdade, o incluso projecto para se lhe erigir huma estatua pedestre, na presente corte do Rio de Janeiro. Inventado, desenhado, e explicado pelo escultor da sua real casa, Joaquim Machado de Castro, por Aviso que o mesmo recebeu do Excellentissimo D. Rodrigo de Souza Coutinho para entrar na presente tentativa*, Lisboa 1819 (1) e, finalmente, o projecto do insigne artista Domingos António de Sequeira, apresentado em 1822, que, segundo a respectiva descrição inserta numa circular impressa, por êle enviada às diferentes câmaras do país, com o fim de angariar os necessários donativos, seria elevado na Praça dos Remulares, ao Cães do Sodré (2).

Acêrca do primeiro projecto mencionado encontramos, no Arquivo Histórico Militar, alguns documentos, que pouco nos elucidam sôbre o assunto.

Assim por êle não se consegue saber quem fôsse o escultor que se encarregaria dêste trabalho.

Apenas ficamos sabendo que um tal João Henriques de Sequeira tivera a iniciativa dêste monumento e que submetera a sua ideia à aprovação do Príncipe Regente, da familia real e de pessoas de elevada categoria e, ainda, que o local escolhido para êle era a Praça do Rossio.

Dos documentos, adiante reproduzidos, chega-se também à conclusão de que o tal Sequeira tivera aquela ideia a fim de melhor conseguir a resolução favoravel de uma sua pretensão.

Eis o primeiro documento:

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Já tenho procurado cumprir com os meus deveres, em felicitar-me e a

---

(1) Só conhecemos dois exemplares dêste raro folheto: um que pertence ao sr. Dr. Xavier da Costa e outro na posse do pintor sr. José Campas.

O original dêste trabalho, acompanhado de excellentes desenhos aguarelados, existe no antigo Conselho de Arte e Arqueologia (Informação do Dr. Xavier da Costa.)

(2) No Arquivo Histórico Militar guarda-se uma destas circulares, com a assinatura autôgrafa do artista, dirigida à Câmara Municipal de Guimarães. Esta circular ainda não foi reproduzida segundo crêmos.

José de Arriaga a pag. 725 do 4.º vol. da *Historia da revolução de 1820* e o sr. Dr. Xavier da Costa a pag. 78 do seu belo livro *A morte de Camões quadro do pintor Domingos António de Sequeira*, Lisboa 1922, referem-se à existência destas circulares, que não haviam visto.

toda a Nação, da distincta honra que S. A. R. vem de conferir em V. Ex.<sup>a</sup>, tão digno da sua confiança em todos os sentidos; e não posso bastante expressar, a viva satisfação que me acompanha, de ver os meus votos realizados, e que a minha trombetta desde que cheguei a m.<sup>a</sup> Patria, foi segundada do successo dezejado, sendo superfluo protestar a V. Ex.<sup>a</sup>, que o meu maior dezejo presentem.<sup>16</sup> hé e será, de poder contribuir em alguma couza, a gloria da administração da qual V. Ex.<sup>a</sup> se acha encarregado: os degraus da paciencia e de infelicidade pellos quaes tenho passado, me tendo procurado huma grande experiencia, e hé esta, com a minha boa vontade e com os meus sentimentos honrados, bem conhecidos do mundo inteiro, que offereço a V. Ex.<sup>a</sup> sem nenhuma reserva, em quanto não tenho a occasião de hir reiteralos de voz viva, com a m.<sup>a</sup> obed.<sup>a</sup> e os meus puros votos p.<sup>a</sup> as felicidades, de V. Ex.<sup>a</sup>.

Permita me Ex.<sup>mo</sup> Senhor, que nesta occasião participe a lembrança incluza, fructo do meu amor respeitoso para o nosso Augusto e Benigno Principe de quem tenho a honra de ser bem conhecido, e como ésta idéa que concebi ha 6 mezes parece tendente ao bem do Estado em m.<sup>tas</sup> vistas, e que tem encontrado com huma unanima approvação, tendo sido mesmo ultimamente entregue e recommendada ao mesmo Senhor pello General Lannes, que foi pedir licença de ser hum dos assignantes, considero que hé a minha obrigação de dar conhecimento destas circumstancias a V. Ex.<sup>a</sup>, para que achando-o acertado, queira como reconhecido bom vassallo, concorrer em patrocinar o meu projecto, determinando a natural modestia de Sua Alteza, em dar a sua sancção a esta grande empreza, que hé o q̄ presentemente se necessita, e o q̄ sómetto a melhor deliberação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Não devo tão bem omitir communicar, que há 6 mezes, ando (?) de S. A. R. de transferir-me da secretaria em que me acho, p.<sup>a</sup> a dos Negocios Estrang.<sup>tos</sup> e da Guerra, o que me lejonjeo vai effectuar-se: espero que esta passagem será do agrado de V. Ex.<sup>a</sup>, felicitando-me anticipadamente de estar debaixo de hum chefe, a quem tanto estimo e venero, e mais a proximidade de fazer-me conhecer e de executar as suas vontades.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito

De V. Excellencia  
O mais attento e obed.<sup>te</sup> fiel c.<sup>do</sup>  
*João Henriques de Sequeira*  
13 de Junho 1804

N.<sup>o</sup> 83 rua de S. Domingos á Lapa  
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Antonio de Araujo de Azevedo  
Ministro e Secret.<sup>o</sup> de Estado dos Neg.<sup>os</sup> Estrangeiros e da Guerra.

Quinze dias depois escreve ao mesmo Araujo e Azevedo, futuro Conde da Barca, referindo-se novamente ao monumento e... à sua pretensão:

João Henriques de Sequeira apresenta o seu profundo respeito ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Antonio de Araujo de Azevedo, com o desejo (por razões particulares que o acompanhão) que S. Ex.<sup>a</sup> não tenha omettido falar a S. A. R. tocante o seu projecto sobre o Monumento, o qual tem sido recommendado ao mesmo Senhor, por pessoas de grande caractere e manda a S. Ex.<sup>a</sup> a lista daquelles a q.<sup>m</sup> elle o têm communicado, na qual tem a fortuna de ter hoje o nome de S. Ex.<sup>a</sup>, que não duvida concorrerá em determinar Sua Alteza, a dar a sua sancção a esta patriotica empreza, que he o que hoje se necessita para dar principio a subscripção.

S. participa a S. Ex.<sup>a</sup> q̄ elle há m.<sup>to</sup> tempo, tem sollicitado do Principe N. S. de o transferir da Secretaria de Estado da Fazenda, p.<sup>a</sup> a dos Neg.<sup>os</sup> Estrangeiros e da Guerra, o q̄ lhe foi concedido, dando as suas Reaes ordens p.<sup>a</sup> este efeito, Já a Visconde de Balcemão Já o Conde de Villa Verde, o q̄ infelizmente não se tem verificado; motivo por que sendo do agrado de S. Ex.<sup>a</sup>; desejára que esta pertença, fosse protegida por S. Ex.<sup>a</sup>, sendo superfluo reiterar que g.<sup>de</sup> seria a sua felicidade, de estar debaixo de hum chefe, a q.<sup>m</sup> elle tão respeita e venera, e as ordens de q.<sup>m</sup> sempre estará com todas as véras.

28 de Junho n.<sup>o</sup> 83 rua de S. Domingos á Lapa.

*Na Lista das Pessoas a q.<sup>m</sup> tem sido communicado o Projecto Politico do Monumento, seg.<sup>do</sup> o Plano*, figuram as seguintes personagens: Príncipe Regente N. S., Augusta Princeza N. S., Augusta Princeza Viuva, Eminent.<sup>mo</sup> Cardial Patriarca, Rev.<sup>mo</sup> P. M. Confessor do Príncipe, Rev.<sup>mo</sup> P. M. Confessor da Princeza, Marquês de Pombal, Marquês de Marialva, Marquês de Penalva, Marquez de Ponte do Lima, Marquez de Loulé, General Lannes, D. Diogo Soares de Noronha, Ex.<sup>mo</sup> Visconde de Anadia, Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Real Erário D. Luiz de Vasconcelos, João Diogo de Barros Leitão Carvalho, Capelão da Rainha N. S., vários Religiosos do Convento de Mafra, Corregedor da Torre de Moncorvo, Conde de Vila Verde, Intendente Geral da Polícia, Conde de Novion, D. Francisco de Almada, Visconde de Mesquitela, Marquês de Angeja, Capitão-Mor de Mafra, Juiz de fóra de Mafra, Marquês de Lavradio, Capelão do Príncipe N. S. e Monteiro-Mor do Reino.

Num papel, junto a um dos documentos, lê-se:

Pede a Sancção de S. A. R.<sup>l</sup>. para se erigir um monumento ao Mesmo Senhor na Praça do Rocio, segundo o Projecto que apresenta a este

fim, por meio de huma Subscrição, de cujas sobras se erigirá hum Hospital para os miseraveis e vagamundos da Cid.<sup>e</sup> de Lisboa. Pede tambem passar da Secrtr.<sup>a</sup> de Estado da Fazenda para Official desta Rep.<sup>ção</sup> dos Negocios Estrg.<sup>os</sup> e da Guerra.

Por êste papel se fica conhecendo qual era o local do projectado monumento, que já ficou indicado, e ainda o fim caritativo em que seriam applicadas as sobras da respectiva subscrição.

Nada mais sabemos àcerca dêste monumento, com o qual se vem a aumentar a quatro o número dos que se ergueram ou projectaram erguer no Rossio: monumento da constituição de 1820, de Domingos António de Sequeira; monumento a D. Pedro IV, em 1851, conhecido pelo *galheteiro* e o actual de Debieux e Robert, ao mesmo Imperador, inaugurado em 1870. (1)

Como ainda não foi reproduzida, segundo crêmos, a circular relativa ao monumento a D. João VI, projecto do pintor Sequeira, aqui a transcrevemos:

A' muito nobre e leal Camara de Villa de Guimaraens, na Provincia do Minho (2).

Com o maior respeito envia os tributos da sua mais cordial veneração o Cidadão Domingos Antonio de Sequeira, o qual, pelo honroso emprego que exerce nas Bellas Artes, como lhe coubesse a sorte de viver na Epocha mais gloriosa para a Nação Portugueza, isto he, a Epocha brilhante da sua feliz Regeneração, está actualmente encarregado tanto pelo Soberano Congresso, como por Sua Magestade de fazer o Grande Monumento, que na Praça do Rocio da magestosa Cidade de Lisboa vai erguer-se para perpetuar o Acto mais glorioso do Povo Portuguez, que he o Acto da Regeneração da sua Liberdade.

Não contente porém com offerecer seus talentos á Patria para a execução de huma Obra, não só digna de immortalizar a quem a ordena, porém a quem a esecuta, como veja quanto as magnificas Virtudes de Rei tão excellente tem exaltado os corações dos Portuguezes, propõe se ainda a eri-

---

(1) O nosso amigo Paulo Freire, illustre escritor, publicou no *Noticias Ilustrado*, de 9 de Dezembro de 1934, sob o pseudónimo de Frei Gil de Alcobça, um interessante artigo *As três estatuas do Rocio*, em que enumera as três que indicamos, considerando porém, por lapso, como monumento a D. Pedro IV o da Constituição de 1820.

Ainda na mesma revista n.º de 23 do mesmo mês e ano trata de um outro projecto de monumento a D. Pedro IV, na mesma Praça, produto da jocosa fantasia do ferrenho miguealista António Ribeiro Saraiva, que, por êste facto, se deve considerar não como projecto de um autêntico monumento, mas sim uma paródia-monumento.

(2) As palavras: «a Villa de Guimaraens» e «o Minho», são da mão de Sequeira.



gir na Sede da Monarchia Portugueza hum segundo Monumento, dedicado ao Grande e Immortal Rei o Senhor Dom João VI, como Defensor dos Direitos de seus Povos.

He, por tanto, para esta magnifica demonstração de amor e lealdade Portugueza, que o mesmo Domingos Antonio de Sequeira toma a liberdade de se dirigir aos honrados Membros de huma Camara tão briosa, muito bem persuadido, que seus nobres sentimentos o hão-de coadjuvar em huma Empreza que tem todo o caracter de heroica, sublime, e patriótica.

Para dar a conhecer a qualidade do Monumento projectado remette-se o seu Plano, na idéa, que todo o Constitucional e livre Povo do Concelho se dará por mui afortunado de ter parte em huma Obra, em que tanto as Virtudes do Grande Rei se vão perpetuar, como as do mesmo Grande Povo que tão briosamente as procura manifestar.

Lisboa 24 (1) de Outubro de 1822.

*Domingos Antonio de Sequeira* (2)

Plano para se erigir a estatua do Immortal Rei o Senhor Dom João VI. Primeiro Rei Constitucional.

Na cidade de Lisboa a Praça dos Remulares ao Cães do Sodré, a mais frequentada e que offerece o mais agradável prospecto por mar e terra, he o local o mais proprio para se elevar a Estatua em Monumento.

O projecto deste Monumento he o Triumpho do primeiro Rei Constitucional, o Senhor Dom João VI, elevado pelas cinco Provincias de Portugal, Reino do Algarve, e Ilhas Adjacentes ; o qual he formado d' hum Pedestal oitavado, sendo os seis lados do corpo deste ornados com as Estatuas das mesmas cinco Provincias de Portugal, e Reino do Algarve, as quaes com festões de flores pendentes das mãos, com ellas sustentão a Architrave do mesmo, que he rica de ornato, e conserva a mesma forma oitavada. Na mesma Architrave nos lados verticaes ás figuras vão os Emblemas, e nomes de cada Provincia. São estas Figuras distribuidas symmetricamente tres de cada lado : na face da frente vai a Inscriptção ; e na opposta as Ilhas Adjacentes, representadas em baixo relevo, e figurando ser huma corôa de Ilhas no mar, entre as quaes se elevão humas Fasces Romanas segundo o uso Consular, que significão os Povos das mesmas Ilhas, os quaes igualmente sustentão o Triumpho.

---

(1) Data manuscrita.

(2) Assinatura autógrafa.

Nas ligaduras destas Fasces, vão enlaçadas corôas com os Brazões de cada huma das mesmas Ilhas, e seus nomes: sobre a cimalha da cornija se eleva huma Escorsia ornada de Dragões, Timbre de Portugal, como distinctivo da Nação, representados na postura de defenderem a Inviolavel Pessoa do Heroico Rei o Senhor Dom João VI: na parte superior desta Escorsia ha um Plinto oitavado cingido com huma facha, a qual vai ornada com os emblemas da Fidelidade, característicos do Rei, e da Nação; sobre elle vai collocada a Estatua em Bronze, do Grande Rei. He Elle representado em pé, vestido de Manto Real, e Coroado, em acção de defender os direitos dos Lusitanos; e em huma mão tem o Sceptro, e com ella abraça a Taboa da Lei, na qual está escripto = Constituição Política da Monarchia Portugueza Decretada no dia 23 de Septembro, 1822, pelas Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes reunidas em Lisboa no anno de 1821. = Esta Taboa pousa sobre a Esphera das Armas Portuguezas; na outra mão empunha a Espada em acção de com ella defender a mesma Lei.

Este monumento deve ser alto 48 a 50 palmos; e na maior largura de sua base não pode exceder de 24 ditos; a estatua de el-Rei terá a altura de 13 a 14: estas proporções são consideradas para que ella apresente o melhor prospecto na referida Praça, attendendo à sua grandeza e localidade.

O dia 26 de Fevereiro de 1823' deverá ser aquelle em que se lance a primeira pedra fundamental do Monumento, por ser o anniversario do dia em que Sua Magestade na Corte do Rio de Janeiro, jurou a Constituição que as Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes fizessem em Lisboa.

E para esta formalidade se deve fazer com antecedencia deste dia a escavação do Alicerce, o Cofre de Prata, as Medalhas, e Autos, que dentro no mesmo se devem lançar, e designem a solemnidade com que espontaneamente as cinco Provincias de Portugal, Reino do Algarve, e Ilhas Adjacentes pelos seus Representantes, elevão hum Monumento em memoria do Primeiro Rei Constitucional; bem como tãobem se deve promptificar com a mesma antecedencia a pedra em que este Cofre deve ser depositado.

Neste mesmo dia se deve mudar o nome à Praça, a qual se deverá chamar a Praça de Dom João VI.; e para isso, as Camaras das Captaes das Provincias com anticipação, representarão às Cortes a necessidade politica que ha para que aquella Praça se fique denominando assim, a fim de que se effectue com mais solemnidade a memoria do Grande Rei dos Lusos Regenerados.

Cada huma das Captaes das Provincias enviará hum Membro da Camara, ou delegará esta Representação em alguma pessoa em Lisboa, para fazer a cerimonia de lançar a primeira pedra. Cada huma das Camaras abrirá huma Subscrição no seu districto, convidando a todos os Cidadãos

que ambicionarem ter parte na Inauguração do Monumento, e aceitando todas as quantias, por mais pequenas que sejam.

Será muito conveniente que todos os Subscriptores que se dirigirem ás suas Camaras ou ao Thesoureiro, pessoalmente, ou por terceira pessoa, declarem o proprio nome do offertante, e Provincia a que pertence.

O Thesoureiro mandará publicar as listas que de cada Provincia lhe forem enviadas, para constar aos Subscriptores que se fez effectiva a sua offerta. Mas como convém que este cargo de Thesoureiro seja exercitado por pessoa muito perita, e de huma bem conhecida probidade; e igualmente convém declarar que entre muitos negociantes desta Capital, se presta para este laborioso trabalho e restricta responsabilidade o Sr. Antonio Esteves Costa hum dos Directores do Banco de Lisboa, assistente na Rua do Fregial debaixo, N.º 23, em Lisboa, de quem decidido Patriotismo, opinião pública, e honra são notorias; ao mesmo Thesoureiro dirigirão as Camaras aquellas quantias que reunirem, assim como todo o Subscriptor que na mão do mesmo quizer entregar a sua offerta. E para que os grandes genios na Oratoria, ou Poetica tenham parte em tão digno objecto, se espera que as Camaras convidem publicamente a todos os que quizerem concorrer, para que fação a Inscricção em lingua Portugueza, e a dirijão á Academia das Sciencias em Lisboa, a qual deve ser gravada na Lapida em letras de Bronze, e deve designar a memoria que por sua união as cinco Provincias de Portugal, Reino do Algarve, e Ilhas Adjacentes, consagrão ao Primeiro Rei Constitucional o Senhor Dom João VI. A mesma Academia depois de julgar, publicará a que deve servir para o Monumento, não excedendo porém esta Inscricção o numero de 300 letras. Far-se-ha público com anticipação ás Captaes das Provincias, o dia da inauguração da estatua de El-Rei, para que com o mesmo apparatus e cerimonia que houve no fundamento da primeira pedra, se conclua a viva e perpetua memoria.

No fim da Obra se fará público por conta corrente a despeza geral; e nessa occasião os delegados das Captaes das Provincias passarão quitação ao Thesoureiro, o qual no caso de haverem remanecentes os rateará segundo as entradas das sommas das Provincias, e os mesmos delegados decidirão da sua applicação. Querendo essa illustre Camara ter a gloria de concorrer para o Monumento projectado, seria muito para desejar que ella directamente fizesse saber a El-Rei o Senhor Dom João VI., os grandes desejos que tem de participar desta mesma gloria.

Lx.<sup>a</sup> na Typ. Rollandiana 1822.

Se nenhum dos referidos monumentos a D. João VI, como Príncipe Regente ou como Rei, chegaram a effectivar-se, existe ainda hoje uma está-



tua do mesmo monarca no Hospital de Marinha, instalado no antigo Colégio de S. Francisco Xavier, fundado no século XVII pelos jesuitas que, ali, criaram em 1759 uma aula de náutica. (1)

Esta estátua pedestre de D. João VI deve-se ao escultor João José de Aguiar, discípulo, em Roma, do célebre Canova e autor também do monumento à Rainha D. Maria I, que se conserva no Museu do Carmo e de que fazem parte as quatro estátuas que se erguem na Avenida da Liberdade.

Num muito interessante artigo do sr. prof. Tancredo de Moraes, publicado na *Revista Militar*, de 1932 e 1933, sob o título *A marinha militar portuguesa no século XVIII*, refere-se a esta obra escultórica: «Durante muito tempo, como ligeira recordação destes serviços (de D. João VI. à marinha), esteve na Sala do Risco a sua estátua em mármore».

E transcreve, em seguida, a respectiva descrição que vem nos *Quadros navaes* de Celestino Soares: «... o Príncipe Regente no vigôr dos anos, com os seus atavios da Realeza e uniforme de Marinha, calça justa e *botifarra* como era usança então, está encostado ou apoiado a um leme, simbolizando o apoio que esperava, ou a Marinha dava ao seu governo».

O átrio do hospital, onde, presentemente, está colocada esta estátua é conhecido, ainda hoje, segundo o mesmo senhor, pela denominação de *Sala do Príncipe*.

Aqui ficam estas notas que outros investigadores completarão.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

---

(1) A esta estátua se referem os dois documentos seguintes, que já por nós foram publicados no 4.º vol. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*:

«Ill.º e Ex.º Sr. Accuzo a recepção dos officios de V. Ex.ª de 9 de Maio e 26 de Novembro, do anno p. p., e certificando a V. Ex.ª de se haverem com effeito recebido, os exemplares da Oração Funebre, que se recitara em Roma pelas exequias da Rainha Fedelíssima, a Senhora D. Maria Primeira; assim como o retrato em marmore de El Rey Nosso Senhor objecto de que trata o primeiro dos sobreditos officios de V. Ex.ª, remetidos ao Sr. Conde da Barca; já Havia o mesmo Augusto Senhor por bem de dar as suas Reaes Ordens ao novo Ministro, que foi para a dita Corte, Pedro de Mello Breyner, do que devera praticar a tal respeito: E acerca do que V. Ex.ª expoem no seu segundo citado officio foi Sua Magestade informado do estado, e circumstancias que occorrerão a respeito da diligencia dos Navios Austriacos em Veneza. O que participo a V. Ex.ª para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.ª Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1819.

*Thomas Ant. de Villanova Portugal*. Sr. D. Miguel Pereira Forjaz».

«Devido lançar-se ao mar no dia 23 do corrente mes a Fragata, que se acha no Estaleiro Ordena Sua Magestade que V. S.ª faça apromptar para esse dia a competente Tribuna para o mesmo Senhor, armar de pavezes e alcatitas a escada por onde Hade subir, e hum Docel para a estatua de Sua Magestade, que está collocada na casa do risco, por onde Hade passar. D.ª G.ª a V. Ex.ª Palacio de Belem em 14 de Junho de 1823. *Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte Real*. Sr. Duarte Jose Fava.



## JOÃO DE CASTILHO ARQUITECTO DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

*Mestre das obras do mosteiro de Nossa Senhora de Belem e de outras obras de que elrei D. Manuel o encarregara*, João de Castilho—sucessor de Boitaca na direcção daquelas obras—edificou junto do mesmo Mosteiro as casas em que estabeleceu a sua residencia. Fundando-as, porem, em grande parte, *nos chãos das herdades que o dito Senhor comprou e dotou a esse mosteiro*, João de Castilho--reinando já D. João III—foi compelido pelos frades a pagar-lhes o fôro de quatro mil reais por aquele pedaço de terreno. Considerando excessivo e de *muito agravo* um tal fôro, representou ao monarca, conseguindo que este, *sabendo seu merecimento e o que merece*, escrevesse ao «Provincial, frades e convento do mosteiro», encomendando-lhes muito a que olhassem o que ele tem feito nessa casa; fazendo-lhes ver que tais casas tinham sido mandadas fazer por elrei seu pai—e não em terra que o Mosteiro houvesse comprado com suas rendas, mas em terreno que o dito Senhor comprara e dotara; ponderando-lhes que o fôro deveria ser pequeno, o suficiente para reconhecimento de que o chão pertencia ao Mosteiro, e não para que este com ele acrescentasse suas rendas; e terminando por dizer-lhes que muito fozgaria e lhes agradeceria se a João de Castilho mandassem passar carta de aforamento em fatiota, *para que acabe de fazer sua obra que tem começada, porque nobrecimento é dela se acabar na maneira em que vai começada.*

A carta de D. João III é datada do Barreiro, aos 10 dias do mês de fevereiro de 1523 (1).

Não podendo o Mosteiro aforar bens alguns em fatiota, por ser isso contrario á regra da sua Ordem, mas tão sómente fazer carta de empraçamento, foi lavrada a respectiva escritura pelo tabelião Braz Afonso, a 16 de novembro deste mesmo ano de 1523, ficando expresso que o empraçamento seria «em vidas de tres pessoas, a saber : que o dito João de Castilho seja ao dito prazo primeira pessoa e possa antes de sua morte nomear a segunda e a segunda pelo semelhante modo a terceira de guisa que sejam ao dito

---

(1) Quatro meses e meio antes (22 de Setembro de 1522), mandára D. João III entregar a João de Castilho, por intermédio de Pero Lopes, a importante soma de «mil cruzados em parte de paguo da empreytada, que ora novamente com elle he feita sobre o fazimento das abobadas e pylares do cruzeiro da Igreja de Bellem» (*Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, por Sousa Viterbo, Tomo I, pág. 190).

prazo tres pessoas e mais não». Fôro anual, pelo Natal, «cem reais da moeda ora corrente e mais hum frangão bom e recebendo».

Confrontações do terreno emprazado a João de Castilho — isto é, do «chão que ele ora tem tomado e occupado com as casas que aí tem feitas e ora faz e com o quintal que tem dentro»: «assim como parte do sul com a praia e do levante com chão do dito Mosteiro que é dado a João Descalante para nele fazer casas e do norte e do poente com terra do dito mosteiro».

Diz o primitivo resumo desta escritura, tal qual se lê no verso do treslado autentico que pertenceu ao Mosteiro e está arquivado na Torre do Tombo: «Escretura de aforamento do chão das casas de Joam de Castilho». Mais tarde acrescentaram-se estas indicações: «são oje de dom fernão Martins. estão junto ha capela mor e ha ponte e chafariz que oje ali está» (1).

Num outro resumo, igualmente escrito no verso deste documento, mas de letra mais moderna, diz-se: «Emprazamento em vidas que fes João de Castilho Mestre que foy-das obras deste Mostr.º (que por ensinuação do Snr. Rey D. João o 3.º se lhe afforou) de humas cazas junto da Capella Mor — São hoje do Marquez de Gouvea» (2).

Deferindo uma petição que lhe dirigiram o prior e padres do Mosteiro dos Jerónimos, D. João III ordenou, por um seu alvará, escrito em Évora

---

(1) Tudo me leva a crer que este D. Fernão Martins é D. Fernão Martins Mascarenhas, pai de D. João Mascarenhas, 3.º conde de Santa Cruz — pelo seu casamento (primeiro) com D. Brites Mascarenhas (filha dos 2.ºs condes de Santa Cruz) — D. Martinho Mascarenhas e D. Joana de Vilhena) — e de D. Vasco Mascarenhas, 1.º conde de Obidos. Foi senhor de Lavre e Estepa, alcaide mór de Montemor-o-Novo, comendador de Mértola etc. Conforme vi em documentos do *Desembargo do Paço* de 1614-1617, que fazem parte duma comunicação que apresentei ao *Instituto Português de Arqueologia, Historia e Etnografia*, os religiosos do Mosteiro de Belem representaram a D. Filipe II «sobre as casas que Fernão Martins Mascarenhas tem começado a lavar junto ao mesmo Mosteiro, defronte da Capela-mor». Este D. Fernão Martins Mascarenhas faleceu em 1618, havendo comprado, por escritura de 2 de Outubro de 1614, aos herdeiros de D. Luiz de Lencastre, umas casinhas em Belem e 50 palmos de praia em torno delas.

O *chafariz* junto ao qual ficava o chão das casas de João de Castilho terá sido o mesmo a que, em 1643, o 1.º conde de Obidos se referia numa sua «petição para que se não fizesse o *chafariz da Praia de Belem* nas terras que lhe pertencem sem o seu particular consentimento» (Documento que se conserva no Arquivo dos condes de Obidos). — O *Chafariz da Bola* dos séculos XVIII e XIX?

A situação da *ponte* vem assinalada na «Planta Topographica da marinha das cidades de Lisboa Occidental e Oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727».

(2) Suponho que se trata aqui de D. Martinho Mascarenhas, 3.º Marquês de Gouvea e 6.º conde de Santa Cruz, bisneto do referido 3.º conde de Santa Cruz e pai de D. José Mascarenhas, 8.º conde de Santa Cruz, 5.º marquês de Gouvea e ultimo duque de Aveiro

a 15 de Dezembro de 1524: «que nenhũa pessoa de nenhũa condição que seja possa fazer nenhuma cazas des onde estão as casas de Antonio Real e de João de Castilho pera o dito Mosteiro nem em frente do dito mosteiro contra o mar, e posto que já algũas pessoas tenham feitos aligeções nas ditas casas hey por bem que as não acabem, E mando a quaisquer justiça a que for requerido e assy a quaisquer officiaes e pessoas a que este for mostrado e o conhecimento delle pertencer que não conçintão se fazerem nenhuma casas no dito lugar segundo açima he declarado e as que estão começadas lhe embarguem a obra dellas porque Eu o hej assy por bem e meu serviço» (1).

Ao occupar-se do architecto Diogo Torralva, Sôza Viterbo (vol. 3.º do seu *Diccionario*, pag. 126-127) transcreve uma carta de D. João III, datada de 10 de junho de 1545, em que este monarcha, reportando-se a um seu alvará feito a 21 de Junho de 1541, se refere a umas terras que João de Castilho «trouxera e lavrara que estão no reguengo de Algés junto do mosteiro de Nossa Senhora de Belem, por bem do contracto que fizera das obras do dito mosteiro». Possivelmente, tratar-se-ia de terras contiguas ás casas e quintal que foram objecto da escritura de emprazamento lavrada no dia 16 de novembro de 1523, que passo a transcrever.

Ajuda, 22 de Maio de 1936.

JORDÃO DE FREITAS

«Em nome de Deus amem. Saibam qumtos este estormento demprazamento virem que no anno do nacimiento de noso Senhor Jesus Christo de mill e quynhemtos e vymte e tres em dezaseys do mes de novembro

---

(suplicado no dia 13 de Janeiro de 1759, no patíbulo que o Marquês de Pombal fez levantar junto ao caes de Belem, em frente do *Pátio dos Bichos*). O 3.º marquês de Gouvea, que casára em 1698 com D. Inácia Rosa de Távora, faleceu a 9 de Março de 1723.

A Fernão Paes (falecido em 16 de Novembro de 1684 e viuvo de Maria Camela, falecida em 30 de Julho de 1669) havia o 5.º conde de Santa Cruz (falecido em 1691) comprado o rocio dumas casas contiguas ás de João de Castilho. Proximamente ficavam, com o seu patio, as de Marcos Barbosa de Alneida (escrivão do porto do mar de Belem, viuvo de D. Maria Filadelfa), cujo nome figura nas desobrigas, da freguezia da Ajuda, de 1692-1704, entre os moradores do lugar de Belem, da banda do norte. Nas desobrigas de 1692 menciona-se a *Travessa de Fernão Paes*, mais tarde (1712) designada com o nome de *Travessa do Guarda-Mor*, e depois *Travessa das Galinheiras*. O livro 2.º dos óbitos da freguezia da Ajuda, fl. 28 v. regista um óbito ocorrido na casa da 5.ª condessa de Santa Cruz, em Belem, no dia 3 de Novembro de 1669.

(1) Torre do Tombo — *Mosteiro de Belem*, Maço 3, n.º 91.

no mosteyro de belem sytuado no termo da cidade de lixboa na casa do cabido / estando hy os Reverendos padres e convemto do dito mosteyro — a saber — o padre provinciall frey symam de castro e o vyguayro frey andre dolivemça e frey joam paliver e frey miguell e frey paullo e frey antonyo de symtra e frey andre seguundo e frey Jorge e frey Christovam e outros todos frades conventuaes do dito mosteyro juntos em cabido e cabido fazemdo chamados a elle per som de campaam tamgyda seguundo seu boo custume especyalmente pera este escrito que se segue ./ per elles foy logo hy mostrada hũa carta del Rey noso Senhor sobsynada per sua alteza que fiqua soscryta na nota deste comtrauto e seu teor he este seguynte ./.

Padre provenciall frades e convemto do mosteyro de nosa senhora de belem / nos el Rey vos emvyamos muyto saudar / Joam de castylho mestre das obras desa casa nos dise como elle por el Rey meu Senhor que samta gloria aja / mandar fezera na povoaçam de junto dese mosteyro hũas casas e por lhe parecer que nyso lhe fazia serviço as fezera mayores do que devera das quaes muyta parte entrava nos chaãos das erdades que o dito Senhor comprou e dotou a ese mosteyro damdo lhe o dito Senhor palavra que nam avya de pagar cayse nada de que a esa casa toquase e que por acupaçam desas obras em que sempre era ocupado e nas outras em que o dito Senhor o emcarreguara nam acabara de asemtar o preço que avya de pagar do dito chaão ate ora que nyso quyzera emtemder e que vos lhe punheys o dito foro em quatro mill rreaes no que rrecebya muyto agravo mereçemdo elle tamto favor / que nos pedia niso quysesemos emtemder e vollo escrever e porque sabemos seu merecimentto e o que mereçe / ho quysesemos fazer per esta / e vos emcomendamos muyto que olheys o que tem feyto nesa casa e os mestres semelhantes e que taes obras fazem costumam as taes casas lhas dar grandes temças se tem por omde pera que vivam descamsados e nam tomar lhe o seu / como nos parece que quereys fazer se asy he como nos elle emvyou dizer / e pois já lhe nam daes do voso pollo que hy faz e mereçe / aguardecer-voshiamos muyto neste foro quysesey com elle avyr tambem que elle fyquase comtemte e ajmda a nos parecy a que a elle avya de fyquar vos dar o foro que quysesese porque nam pode ser tam pequeno que elle a esa casa nam mereça mays favor / e qumto mays que nam as fcz em terra que ese mosteyro com suas rremdas comprase ante as fez no que o dicto Senhor comprou e dotou a esa casa / e pois elle lhas mandou fazer como somos certo folguay vos dar ese pequeno pedaço a pesoa que tanto vos mereçe e mays por nos nyso jntervirmos e o foro seja aquello



que for onesto somente pera a conhecemça de como he desa casa e nam  
pera que a casa com elle acrecente sua rrenda e manday lhe fazer sua carta  
jmfatyota pera que acabe de fazer sua obra que tem começada / porque  
nobreycmento he della se acabar na maneyra em que vam começadas e todo  
favor que nyso lhe fezerdes vos agradeçeremos muyto e o rreçeberemos em  
muyto serveyço / escryta no barreyro dez dias de fevereyro / andre piriz a  
fez de mill e quynhentos e vynte e tres ./.

E mostrada hy a dita carta estamdo hy com elles no dito cabido Joam  
de castyllo mestre das obras do dito Senhor / per elles foy dito que he ver-  
dade que el Rey dom manuell que samta gloria aja deu licemça ao dito  
Joam de Castylho que fezese huãs casas junto com o dito moesteyro e que  
o dito Joam de castyllo tomou pera ello mays chaão do que lhe era lymy-  
tado / e pedio ora a elles padres que lhe fezesem seu contrauto daforamento  
do dito chão jmfatyota pera sempre e ouve do dito Senhor a dita carta pera  
ello / E porquanto elles padres seguundo rrega de sua ordem dizem que  
nam podem aforar beês allguũs do dito moesteyro jmfatyota / dyseram que  
elles per este pruyço estormento emprazavam como logo de feyto empra-  
zaram ao dito Joam de castylho todo o dito chaão que elle ora tem tomado  
e ocupado com as casas que hy tem feytas e ora faz e com o quyntall que  
tem dentro / asy como parte do sull com a praya / E do levamte com chaão  
do dito moesteyro que he dado a joam descalamte pera nella fazer casas / e  
do norte e do poemte com terra do dito moesteyro / o quall chaão que elle  
asy tem ocupado com seu asentamento de casa e quyntall lhe asy empra-  
zaram todo com todas suas emtradas e saidas dereyts e pertemças e ser-  
vemtyas asy e pella guysa que ao dito moesteyro de dereyto pertemçe e  
esto em vidas de tres pessoas — a saber — que o dito Joam de castylho seja  
ao dito prazo prymeyra pesoa e posa ante de sua morte nomear a seguumda  
e a seguumda pelo semelhante modo a terçeyra de guysa que sejam ao dito  
prazo tres pesoas e mays nam / com comdiçam que o dito Joam de castylho e  
pesoas quada huũ a seus tempos correguam adubem e aproveytem bem as  
ditas casas e todo o asentamento dellas com seu quyntall quando e quantas  
vezes compyr de paredes e madeyra e telha e preguadura e de todollos  
outros adubios que lhe compyrem e mester fezerem / e posto que pereçam  
per foguo ou aguoa ou terremoto ou per outro alguũ caso fortoyto  
ou nam fortoyto que lhe avyr posa que loguo as alevamtem e tornem ao  
prymeyro estado / de guysa que sempre sejam bem aproveytadas melhora-  
das e nam peioradas / E que lhe dem e paguem de foro do chaão em cada  
huũ anno per natall cem rreaes da moeda ora corremte e mays huũ fram-  
guoam bõo e rreçebemdo e para a prymeyra paga per natall prymeyro

que vem em que se começara o anno de quynhemtos e vimte e quatro / e asy dahy em diamte em cada huū anno pello dito dia / e com condiçam que o dito Joam de castylho e pesoas nam posam partyr nem espedeçar e trocar nem escambar nem per outro modo emlhear o dito asentamento com pesoa algũa / salvo se o quyserem vender e asy o poderam dar e doar todo esto com seus emcarguos e a tall pesoa que nam seja defesa em deryto / mas seja tall que bem posa todo aproveytar e pagar e compryr como neste comtrauto he conteudo / e daquyllo porque forem vendido avera o dito moesteyro a quoremtena / Obriguamdo elle padres o dito chaão e todos outros beês do dito moesteyro avydos e por aver moveys e de rraiz de mamterem asy este comtrauto ao dito Joam de castylho e a seus sobçesores como nelle he conteudo / e lhe lyvrarem defenderem e fazerem boo o dito chaão no dito tempo de seu emprazamento de quem quer que lho demandar ou embargar / sob pena de lhe paguarem todas bemfeytoryas e despezas que no dito chaão tem feytas e ao diamte fezerem e todas custas perdas e danos que por ello fezerem e rreceberem e com trymta rreaes de pena e jnterese por quada huū dia / e o dito Joam de castylho em seu nome e das outras pesoas depouys vindoyras tomou e aceitou em sy o dito chaão demprazamento pollo dito foro com todallas clausullas e comdiçõs sobreditas / e se obryguou de todo asy compryrem e manterem e aproveytarem e paguarem pello modo que dito he / sobre outra tamta pena de trymta rreaes por dia e custas perdas e danos per sy e todos seus beês e os das ditas pesoas moveys e de rraiz avydos e por aver que pera ella obryguou /. Item dyseram elles padres que avemdo elles rrespeyto como el Rey que Deus tem edyfycou este dito seu mosteyro e o dotou e lhe deu todallas terras e eramças que tem e asy lhe deu a terra em que este chaão e casas do dito Joam de Castylho estam e sam edyfyquadas / E como o dito Joam de castylho tem feytas muytas e muy boas obras no edefyco do dito moesteyro de que elle he o mestre e esperam que ajmda ha de fazer ate ser acabado / e vemdo como el Rey noso Senhor lhes ora escreveo a dita carta per que lhe emcomendou que lhe fezessem este aforamento jmfatyota / que porem avemdo rrespeyto a todo o que dito he e como o dito Joam de castylho tem feyta muyta despeza nas ditas suas casas e guastado muyto dinheyro com ellas e como o tempo de tres vidas he breve que a elles aprazia por fazerem servyço ao dito Senhor que se o dito Joam de castylho poder aver do samto padre aprazymento pera lhe este chaão fyquar aforado jmfatyota pera sempre que a elles padres aprazera dyso e desde aguora lhe dam pera jso seu aprazymento e comsentimento e prometem de numqua lho comtrazer / e pedem a sua samtydade que lho outorgue / e por certydã dello asy ho outorgua-

ram e mandaram ser feytos pera quada hū das partes tres estormentos /  
testemunhas que presentes foram bertolameu guarçia creliguo de mysa e  
vigayro da Igreja da comceyção da villa de calheta da Jlha da madeyra e  
joam fernamdez e jorge pirez ambos alfayates moradores na area termo de  
casquaes / e joam munhoz carpynteyro de maçenarya morador na dita çid-  
dade / E eu bras afonso pubrico taballiam per autorjdade del Rey nosso  
Senhor na dita cidade de lixboa e em seu termo que a esto todo presente  
fuy e este contrato em mjnha nota tomey domde per meu scrivam ho fiz  
aqui tirar e ho concertey e sobscrevy e assigney de meu pubrico sinal e  
corregi no respançado onde diz / o qujsemos e antrelinhey onde diz / daes.  
e onde diz fazer e onde diz hy e aonde diz quada huū em que nom aja  
duvjda \* /.

pagou mill" (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Mosteiro de Belem*, Maço 1, n.º 12. Pergaminho.

## MOEDAS DO PRÍNCIPE DA PAZ MANUEL GODOY COMO SOBERANO DO PRINCIPADO DOS ALGARVES

Ha tempos a propósito do falecido monarca D. Manuel II alguém dizia que talvez cronológicamente devesse caber a este Senhor o ordinal III e não II porquanto além do «*Venturoso*,» o Príncipe da Paz, Manuel Godoy teria sido nominalmente soberano em Portugal, tanto quanto nominalmente Reis tinham sido o Delfim de França, filho de Luiz XVI, e o Duque de Reichstadt filho de Napoleão I, que na História ocupam os lugares de Luiz XVII e Napoleão II.

Refutei a opinião porque sob todos os pontos de vista os casos são diferentes, não havendo nem a consideração virtual, da successão dinástica nem até mesmo a efectivação da soberania de Manuel Godoy cujo principado não abrangia a totalidade de Portugal.

No entanto é curioso, que, segundo se lê no livro «*Guerres d'Espagne et du Portugal*» do General Foy, correu no tempo que o Príncipe da Paz sobeno do Principado dos Algarves, criado pelo tratado de Fontainebleau, teria chegado a cunhar moedas do seu Principado o qual sempre nominalmente, só teria durado de 27 de Outubro de 1807, data da assignatura desse Tratado, a 1 de Fevereiro de 1808 em que uma proclamação do General Junot tornava pública a intenção do Imperador de não retalhar Portugal, apenas cinco mezes depois de pensar exactamente o contrário, data que se poderá considerar com ao anulação do Tratado de Fontainebleau, pelo menos na parte referente à instituição do Principado dos Algarves.

É realmente uma interessante figura a de Manuel Alvarez de Faria Rios Sanchez Zarzoga Godoy, abreviadamente Manuel Godoy, considerado por uns como um notável homem público e por outros como não possuindo os menores predicados que o recomendassem como tal.

Antes de entrar propriamente na matéria desta noticia, permito-me por simples curiosidade e sem que pretenda apresentar qualquer novidade, recordar em boas palavras esta personalidade que considero como um produto do meio e da época, juguete nas mãos de Napoleão, buscando a satisfação das suas ambições pessoas é certo, mas possivelmente conjugando-as também com qualquer cousa em proveito do seu país, aventureiro,



mas procurando fazer singrar a Espanha no mar revolto em que a Europa dos fins do século XVIII e princípios do XIX se debatia, desde a Grande Revolução ao duelo da Inglaterra com a França, em cuja ressaca Espanha e Portugal se viam envolvidos, afigurando-se-lhes encontrarem a bonança dirigindo-se ora para um lado ora para outro.

Estas hesitações que começaram com as notícias chegadas à Península sobre os acontecimentos de França nos últimos anos do século XVIII, e que originaram em Espanha as substituições sucessivas dos Condes de Florida Blanca e de Aranda, nos cargos de primeiro ministro, levaram Carlos IV a confiar em 1792 esse encargo ao então já seu valido Manuel Godoy que de simples oficial das Guardas tendo alcançado, mercê do seu ascendente sobre o Rei e da especial simpatia da Rainha Maria Luiza, os ducados de Alcudia e de Sueca, obtinha assim uma posição de verdadeiro destaque no meio político espanhol que seria verdadeiramente o primeiro degrau na marcha ambiciosa dos seus maiores desejos, pois que a sua vaidade como homem já estaria possivelmente compensada com a sua qualidade de Grande de Espanha e com os favores de Maria Luiza.

A morte de Luiz XVI decidindo Carlos IV a manifestar-se claramente contra a França, faz com que pouco tempo depois os exércitos espanhóis transpondo a fronteira se apossessem de algumas localidades francesas.

Empenhada a França em lutas intestinas e contra parte da Europa, ainda achou porém forças para rechaçar o invasor e breve as Tropas da 1.<sup>a</sup> República invadiam por sua vez a Espanha, levando Carlos IV, sob a ameaça da sua entrada em Madrid, a negociar a paz.

E o antigo simples oficial das Guardas, já então 1.<sup>o</sup> ministro, assignou em 22 de Julho de 1795 o Tratado de Paz de Basilêa, obtendo por este facto o Título de Príncipe da Paz porque ficou conhecido na História, mais do que pelo de Príncipe da Paz e de Basano que era realmente o seu título.

De inimigo da França tornou-se seu aliado assinando nesta nova modalidade um ano depois, em Agosto de 1796, o Tratado de S.<sup>10</sup> Ildefonso que obrigava a Espanha contra a Inglaterra.

No entanto a França não confiando absolutamente na lealdade do seu aliado espanhol, impoz dois anos mais tarde, em 1798, a sua destituição do lugar de 1.<sup>o</sup> ministro.

Este golpe teria contrariado gravemente Godoy e quando Napoleão Bonaparte já então 1.<sup>o</sup> Consul, depois da paz de Lunéville com a Alemanha exigiu para atingir a Inglaterra, passagem a través da Espanha para combater Portugal, o que até então Carlos IV tinha negado às tropas da República, Manuel Godoy viu a oportunidade de captar novamente a confiança da França fazendo-se nomear Comandante dos Exércitos com que a Espa-

nha após a declaração de guerra de 27 de Fevereiro de 1801, se propoz invadir Portugal.

Guerra de curta duração com o conhecido episódio dos ramos de lanjeiras de Elvas, termina meses depois com o tratado de Madrid de 29 de Setembro do mesmo ano, sendo já então desde Fevereiro dêsse ano Manuel Godoy Presidente do Gabinete.

Entretanto tendo a Espanha, em virtude do tratado de Amiens, perdido algumas possessões, Manuel Godoy pensa que a aliança do seu país com a França, para a qual Carlos IV se inclinava depois do golpe de Estado de 18 Brumário, não seria a mais conveniente e voltando à sua modalidade inicial pretende reagir quando anulado aquele tratado, a França pede o cumprimento das estipulações do de S.<sup>10</sup> Indefonso.

Sôb a ameaça de perder o seu prestígio, Manuel Godoy cede em parte, conseguindo obter a neutralidade para a Espanha mediante o pagamento de uma avultada importância.

Um incidente ocorrido entre navios espanhóis e ingleses, provocado por êstes, quebrou essa neutralidade em 1804 e com Manoel Godoy investido no Comando Supremo dos Exércitos Espanhóis, a Espanha, fazendo causa comum com a França, declara guerra à Inglaterra.

Entretanto Austerlitz fez colocar como Rei de Nápoles o irmão do Imperador mas Carlos IV não o querendo reconhecer concita contra a Espanha o ódio de Napoleão.

Manuel Godoy vendo o seu futuro comprometido, aproveita a oportunidade da guerra da França com a Prússia para, de acôrd com a Rússia e Portugal, se manifestar numa nova modalidade de opinião a favôr da Inglaterra.

Sôb o pretexto velado de se opôr à mobilização portuguesa, Manuel Godoy lança a proclamação de 5 de Outubro de 1806 apelando para o patriotismo da Nação, sem claramente declarar os intuitos a que visava tal documento.

O resultado da batalha da Iena cái porêm como um raio sôbre Manuel Godoy que se apressa a fazer crêr a Napoleão que os preparativos feitos visavam a repelir um pretenso ataque do inimigo tradicional da Espanha — o mouro — contra a Andaluzia.

Napoleão simulou acreditar nas explicações que Isquierdo, enviado expressamente a Berlim a entender-se com o Imperador, lhe apresentou e Manuel Godoy, recuperada a sua tranquilidade e querendo dar a Napoleão uma prova da sua nova adesão, apressa-se a fazer executar as estipulações do decreto de Berlim contra as mercadorias inglesas o que lhe valeu título de *Protector do Comércio*.

Carlos IV, cada vez mais convencido de que no meio da agitação em que a Espanha navegava, Manuel Godoy era o bom piloto, julgando apoucadas ainda as honrarias com que o tinha já distinguido, concede-lhe em 1807 o título raríssimo de Alteza Sereníssima, ligando-o ainda à casa Real pelo casamento com sua sobrinha Maria Teresa de Bourbon.

Duque, Grande de Espanha, Generalíssimo e Almirante dos Exércitos de terra e mar, Protector do Comércio e das Colónias e mesmo Príncipe, tudo isso se perde já na névoa que esfuma factos passados!

Alteza Sereníssima, membro da família Real seriam por certo os últimos degraus antes que o antigo simples official dos Guardas julgando-se fadado como o Córso, atingisse como este a sua ambição final!

E essa ambição realizou-se no mesmo ano de 1807, quando Isquierdo poudo assinar, em 27 de Outubro, em nome de Manuel Godoy, com Duroc em nome do Imperador, o tratado secreto de Fontainebleau pelo qual Portugal, seu aliado de véspera contra a França, era riscado da lista dos Estados independentes constituindo-se com as províncias do Algarve e do Alentejo o Principado dos Algarves cuja soberania seria dada nos termos do seu Artigo 2.º ao Príncipe da Paz.

Dáí a Rei pouco restava; mas mesmo êsse último degrau da sua ambição não logrou vê-lo satisfeito porque 5 meses depois a revolta de Aranjuez, que devia colocar no trono Fernando VII, marca o início do seu declínio.

Preso a 19 de Março, destituído de parte das suas honrarias, deveu à amizade de Murat a sua salvação e libertação em 10 de Abril, porque o povo espanhol attribuindo-lhe a origem de todos os males de que soffria, pretendia mata-lo, destruindo mesmo o que de bom êle fizera.

Refugiado em França, aí vive miseravelmente até 1847 em que Isabel II lhe concedeu uma pensão, falecendo em Paris em 1851.

Para finalizar estas notas respigadas em livros conhecidos lembrarei ainda os títulos com que, em horas de grandeza em 1796, figurava no tratado de S.<sup>to</sup> Ildefonso, alguns bastantes curiosos:

Príncipe da Paz, Duque de Alcudia, Senhor de Souto de Roma, de Albala e de S. Tiago, Grande de Espanha de 1.ª classe, Conselheiro de Estado, Primeiro Ministro, Secretário da Rainha, Superintendente das Estradas e dos Correios, Protector da Academia Real de Belas Artes e do Gabinete de História Natural, do Jardim Botânico, do Laboratório de Química, do Observatório Astronómico, Gentil-homem da Camara do Rei com exercício, Capitão General de Exércitos, Inspector do Corpo de Guardas, etc.

(Continua)

RAUL DA COSTA COUVREUR



# ALGUNS SUBSÍDIOS SÔBRE ÁLVARO LOPES DE CHAVES, SECRETÁRIO DOS REIS D. AFONSO V E D. JOÃO II <sup>(1)</sup>

Na *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa existe um códice, o n.º 443, que o falecido José António Moniz, competentíssimo conservador da secção de manuscritos e reservados daquele estabelecimento, descreve dêste modo no *Inventário* impresso em 1891 :

«MISCELÂNEA HISTÓRICA. Apontamentos vários, notícias, documentos, etc., dos reinados de D. Afonso V, D. João II, etc.. Sem nome de compilador, nem título geral. Ms. in fol. de 176 folhas, com índice. Cópia do século XVII.»

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo conserva-se um outro, o n.º 1163, em letra do século XVIII, que pertenceu ao Visconde de Santarem, constituído pelos mesmos apontamentos, notícias e documentos do anteriormente descrito, também sem nome de compilador mas com o seguinte título na bombada :

«Varias materias dos reinados de D. Afonso V e D. João II».

São do sábio Visconde de Santarem as primeiras referências a êste códice. Assim, no Ms. 44 da Torre do Tombo escreveu êle : «Diz hum dos secretários d'El Rey D. João 2.º que foi o collector destas peças e as relacionou, que acho toda a possibilidade em ser Alvaro Lopes, antes que Afonso Garcez», e noutros passos refere-se às *Memorias*, ao collecto das *Memorias*, etc.

O Sr. Dr. Rodrigues Lapa, que se utilizou do códice n.º 443 para o seu estudo sôbre *As Côrtes de Évora, terceiras de Moura*, hesitou, na attribuição

---

(1) Comunicação apresenatda ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia em 10 de Maio de 1936.

Em seguida a esta Comunicação, uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Heleno, que presidia à sessão. Referiu-se ao códice 443 da Colecção Pombalina e aproveitou o ensejo para esclarecer que a prova da averiguação da autoria do mesmo, pelo Visconde de Santarem, se encontra no Ms. 44 da Torre do Tombo e não nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Lettras*, X, pg. 26, corr., rectificando assim a citação do Sr. Dr. Rodrigues Lapa no vol. XXXV da *Revista de Guimarães*, pg. 95, nota 2, e a dos que o seguiram, como êle próprio, orador.



da sua autoria, entre Afonso Garcez e Álvaro Lopes, mas, posteriormente, em várias passagens dos vols. XXXV e XXXVI da *Revista de Guimarães*, decidiu-se por êste último (2).

O Sr. Augusto Cardoso Pinto, que se segue na ordem cronológica das referências ao Ms. de que nos estamos ocupando, aproveita-o para o seu trabalho sobre *A Guarda del Rei D. João II*, Lisboa 1930, faz dêle ligeira descrição e diz: «A compilação primitiva e original, de que o códice em questão é já uma cópia do século XVII, foi, sem dúvida, elaborada muito anteriormente e por mão de pessoa que decerto foi contemporânea e mesmo testemunha de muitos sucessos que memora». E sobre a autoria limita-se a transcrever, em nota, o seguinte período de *D. Afonso V e o Príncipe D. João*, do Sr. Dr. Rodrigues Lapa, no qual êste escritor se mostra ainda indeciso entre Afonso Garcez e Álvaro Lopes: «Quem quer que fôsse, representou um certo papel na altura das negociações para o casamento de D. Afonso V com D. Joana, ainda em vida de Henrique IV».

Depois, é o Sr. Conde de Tovar quem mais detidamente examina o códice em *As Memórias de Álvaro Lopes, secretário del Rei D. João II*, Lisboa, 1932. Começa por discordar da classificação do *Inventário* de José António Moniz, quanto a ser «cópia do século XVII». Diz as razões da sua discordância e essas razões levam-no a afirmar que a «cópia foi feita muito antes do fim do século XVI».

Tambem a designação de «Miscelânea histórica» que lhe confere o citado *Inventário* lhe parece não dar uma noção exacta do conteúdo.

Este investigador tira da leitura do códice, e de certas passagens dêle combinadas com outras de Rui de Pina, argumentos decisivos para a confirmação de ter sido Álvaro Lopes o autor destas *Memórias*, título mais ajustado — diz — que o de «Miscelânea».

Ao estudo do Sr. Conde de Tovar, que do códice extraiu também vários elementos para a biografia do autor, seguiu-se, finalmente, o do Sr. Dr. Manuel Heleno — *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, Duque de Coimbra*, Lisboa, 1933, que nos trouxe a notícia das referências do Visconde de Santarem e do Dr. Rodrigues Lapa, antes desconhecidas dos Srs. Augusto Cardoso Pinto e Conde de Tovar e nas quais se faz a atribuição da autoria das *Memórias* a Álvaro Lopes.

---

(1) Estas referências são tiradas do estudo, adiante referido, do Sr. Dr. Manuel Heleno.

O Sr. Dr. Manuel Heleno contesta as razões de ordem paleográfica alegadas pelo Sr. Conde de Tovar para a determinação da data da cópia do códice n.º 443 e diz que, até melhor prova, aquele códice «se deve considerar uma cópia do século XVII».

É este o resumo das contribuições que conhecemos para o estudo dos códices n.º 443 da *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa e n.º 1163 da Torre do Tombo.

Como dissemos, o Sr. Conde de Tovar colheu no códice em questão vários elementos biográficos do autor. Os Srs. Dr. Rodrigues Lapa, Augusto Cardoso Pinto e Dr. Manuel Heleno utilizaram-no, cada um, para fins diferentes e não se detiveram no ponto de vista do Sr. Conde de Tovar.

A todos, porém, que consultem o valioso Ms. interessa, e muito, o conhecimento da biografia de Álvaro Lopes, do papel que desempenhou nas cortes de D. Afonso V e de D. João II. Muitas cousas referidas nas *Memórias* explicam-se, compreendem-se melhor, depois de conhecida a situação que o seu autor disfrutava.

Foi considerando isto que julgámos conveniente chamar a atenção dos estudiosos para alguns subsídios biográficos de Alvaro Lopes, com que deparámos no decorrer de investigações a que procedíamos com diverso objectivo :

Assim, sabe-se por documento autêntico :

- que Alvaro Lopes foi cavaleiro da Ordem de Sant'Iago;
- que foi secretário de Afonso V;
- que por parte de seu pai era homem de cota de armas e solar conhecido, a quem directamente pertenciam as armas e apelido de Chaves;
- que foi de «longua criação» de D. Afonso V;
- que a este Rei prestou «muitos e estremados seruiços», «por terra em paz e em guerra», e que com o mesmo Rei esteve «nas partes dafrica e e tomadas de lugares» e em especial nos seus «regnos de castella assy nos negocios e feitos delles», de que foi encarregado, «em que com grande fieldade lealdade amor e diligencia», e «grandes trabalhos e despesas e periguos de sua pessoa» o serviu;
- que andando com D. Afonso V na guerra nos reinos de Castela tomou parte na batalha que houve com el Rei de Sicilia;
- que el Rei D. Afonso V sempre lhe teve «boa vomtade amor e afeição»;
- que em recompensa dos seus serviços, em especial nos negocios de Castela, D. Afonso V lhe concedeu, «por acrescentamento seu e de sua homra e dos que delle decenderem», no escudo das suas armas dos Chaves, que lhe pertencia, e «na cabeça delle huû castello e huû liam

da própria feição e cores» que D. Afonso V trazia em suas armas reais de Castela, isto é, nas armas dos Chaves — de vermelho, cinco chaves cozidas de azul (1) — chefe partido de vermelho e prata, no vermelho castelo de ouro com portas e frestas de azul, e na prata leão de púrpura, armado e linguado de azul e coroado de ouro. Timbre: o leão com uma chave do escudo nas garras.

O documento a que aludimos e do qual constam estas notícias é uma carta de brasão de armas concedida por D. Afonso V a Álvaro Lopes em Toro, a 4 de Abril de 1476. A ela faz referência Fr. Antonio Brandão, na Parte VI, pgs. 168, da *Monarquia Lusitana*, Lisboa, 1672, dizendo, em título de Chaves:

«El Rey D. Afonso V, estando em Touro com a pretenção de Castella, acrescentou a Alvaro Lopes de Chaves seu Secretário por seruiços daquella guerra de Castella, & de Africa, na cabeça do escudo hum castello, & hum Leão, que são as armas do Reyno de Castella. Se ha descendentes delle vsarão o escudo desta forma, os mais seguirão as armas antigas da familia».

Fr. Manuel de Santo António, no *Tesouro da Nobreza*, Ms., e outros autores descrevem estas armas. Braamcamp Freire, na sua *Armario Portuguesa*, (sem dúvida a melhor obra até agora publicada neste assunto), dá largo extracto da carta, que se encontra registada na Torre do Tombo, Livro 2.º de *Místicos*, fl. 57 v.

Éstes elementos têm grande interesse—já o acentuámos—para a melhor compreensão e utilização das *Memórias de Álvaro Lopes*. O Sr. Conde de Tovar, por exemplo, notou que em todos, ou quasi todos os documentos transcritos o autor teve alguma intervenção directa ou indirecta, e que as suas funções não se limitavam, como secretário de D. João II, a escrever e entregar cartas: assistia aos conselhos do Rei, foi mandado a Roma e à corte dos Reis Católicos em missão diplomática, etc. De facto, assim é, mas ficasse sabendo agora que a acção de Álvaro Lopes foi talvez mais importante com D. Afonso V do que com D. João II. Secretário de D. Afonso V, acompanhou-o em conquistas africanas. Di-lo a carta de brasão e éle próprio nas *Memórias*, ao referir-se a certo facto ocorrido já no Restelo quando partia para a África.

---

(1) Fr. Manuel de Santo António e outros heraldistas referem-se apenas ao «acrescentamento», sem notarem a diferença nas armas dos Chaves (*chefes*) que brasonavam: de vermelho cinco chaves de ouro postas em pala e dispostas em aspa, com os palhetões para cima e virados à dextra. O timbre no escudo de Álvaro Lopes também foi, logicamente, alterado. O dos Chaves são duas chaves do escudo passadas em aspa.



Era de *longa* criação de D. Afonso V, portanto mais idoso do que D. João II, o que pode explicar a circunstância apontada pelo Sr. Conde de Tovar, de os documentos e notícias não atingirem os últimos anos do reinado d'este monarca, embora este haja falecido novo.

A mercê das armas de Castela e Leão, em chefe, no escudo de Alvaro Lopes mostra a importância dos seus serviços nos *negocios* da pretensão de D. Afonso V e é significativa pela honra que representa.

Alvaro Lopes foi também cavaleiro de Sant'Iago. Da conta em que esta distinção era então tida nos dá o próprio Alvaro Lopes ideia ao descrever, nas *Memórias*, o seguinte episódio:

«*Depois disto*

Então mandou El Rey por my d'izer ao mestre de Sam Thiago que por quanto sabia que muitas pessoas de sua corte estavam para lhe pedir o habito de Sam Thiago que lhe agradeceria muito que o nom lançasse senão aquellas pessoas por que elle em pessoa lhe fallasse ou por seu assignado lho requeresse, e assim se fez por se nom devassarem que entom o nom lançou senão a João da Silva e a Pedro de Andrade».

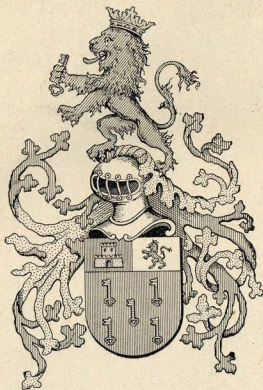
Que o facto se passou com D. Afonso V, demonstra-o esta passagem que no Ms. immediatamente antecede a que acabamos de transcrever:

«Na ditta cidade [Coimbra] estava El Rei Dom Affonso e o Principe

seu filho e o Duque Dom Fernando de Bragança que despois morreo degolado em Evora o qual viera alli a pedir o Arcebispado de Bragua...», etc.

Diz o Sr. Conde de Tovar :

«Salvo duas ou três excepções, todos os documentos e factos registados



BRASÃO DE ARMAS CONCEDIDO  
POR D. AFONSO V A ÁLVARO LOPES, EM TORO,  
A 4 DE ABRIL DE 1476



nestas Memórias são dos anos de 1475 a 1489, ou sejam 15 anos certos. Esse ano de 1475 é uma balisa na nossa história do século XV: marca a abertura da grande questão da sucessão ao trono de Castela e o início das nossas desavenças com o Reino vizinho; e marca também a primeira ingerência do Príncipe D. João nos negócios públicos, ficando êle Regente quando D. Afonso V entrou em Castela para reivindicar os direitos da Princesa D. Joana, a Excelente Senhora. O facto destas Memórias começarem precisamente com a entrada do Príncipe Perfeito no tablado da política mostra bem que já nesse tempo Alvaro Lopes era o confidente e o braço direito daquele que havia de ser El Rei D. João II.

Pela carta de brasão, vê-se que Alvaro Lopes em 1475 era secretário de D. Afonso V e que com êle se encontrava em Castela no ano seguinte, sendo, por isso pouco provável que fôsse, pelo menos então, o *confidente e o braço direito* daquele que havia de ser El Rei D. João II.

Alvaro Lopes, secretario de dois Reis — o *Africano* e o *Príncipe Perfeito* — merece ainda novos estudos e investigações: um trabalho completo a anteceder a impressão integral das suas preciosas *Memórias*, que se impõe efectuar o mais breve possível, pois são fonte utilíssima para a história da queles tempos.

Os títulos de *Chaves* nos Nobiliários que pudemos ver são bastante resumidos e nada dizem de Alvaro Lopes. Os índices da Torre do Tombo nada informam também. Neste Arquivo apenas encontramos um documento, feito em Evora em 28 de Novembro de 1508, pelo qual D. Manuel manda, pagar «Lx [60:000] rrs a molher e erdr.<sup>as</sup> do secretario Alu.<sup>o</sup> lopez q̄brados no dr.<sup>o</sup> q̄ fernã despanha ha de receber da sisa dos panos do algarue». (Corpo Cronológico, Parte I, M. 7, Doc. 63).

FRAZÃO DE VASCONCELLOS

## DA CRÍTICA ÀS MOEDAS DE TORO

Acêrca do nosso estudo das *Moedas de Toro* faz o illustre Engenheiro Raul da Costa Couvreur uma crítica inserta no II vol. desta prestante *Revista de Arqueologia* (de pag. 88 a 95 e 106 a 109) de que fez separata.

A êsses «reparos» — assim melhor chamados do que «crítica» ao trabalho feito, por sómente haver alusão a três ou quatro pontos dos muitos que ali foram tratados — respondemos nós no mesmo local (de pag. 146 a 153 e 188 a 191 e em separata) tendo tido o cuidado de seguir essas objecções passo a passo, linha a linha, «para nenhum ponto ficar sem o devido esclarecimento», como já ali disséramos, e assim foi.

No entanto não se deu o meu illustre amigo por completamente satisfeito, ao que parece, e daí o ter voltado novamente a referir-se ao assunto (*ibidem*, de pag. 196 a 203 e 238 a 241). Porém, desta réplica do sr. Eng. Couvreur à minha resposta verifica-se que, ou já não se refere a determinadas dúvidas ou contestações que primeiramente formulou — e a que respondemos, como a tudo, o que nos leva a crer a sua concordância connôco—ou reedita as suas indecisões, postoque nada quer afirmar: nem as conclusões a que chegamos, nem tão pouco o contário delas.

Limita-se a duvidar, duvidar sempre, qualquer que seja a conjuntura, até mesmo de todas as que apresenta!

De modo que, não aparecendo novos elementos de crítica, abstemo-nos de vir repisar o que já dissemos, quer no estudo das *Moedas de Toro*, quer na *resposta* ao sr. Eng. Couvreur, por aí se encontrarem já as respostas a todas as interrogações do nosso illustre consócio, e constituída essa exposição matéria bastante senão para sossegar o seu espírito,—que dir-se-ia voltado sómente a sistemáticas incertezas, ao menos para esclarecer, e cabalmente, todos aqueles que pelo caso se interessem e não tenham horror tão grande de fazer ou aceitar quaisquer afirmações, construtivas ou derrotistas, a que a sua razão tenha chegado pela imparcial e desapaixonada observação dos factos.

PEDRO BATALHA REIS

## A ESTADA DE CRISTOVAM COLOMBO NA MADEIRA

Tendo já surgido tantas hipóteses e tantas opiniões sobre a vida e a origem do Grande Navegador Genovez, ha um ponto que até hoje ainda não foi possível rebater: — a permanência de Cristovam Colombo no Arquipélago da Madeira.

Resa a lenda que nas noites luarentas a *sombra* de Colombo vem passear sua saudade ançada, vagueando sobre as areias de ouro da formosa praia do Pôrto Santo, parando aqui e ali e sombreando com a mão o olhar como que a prescutar no horisonte distante, que confunde numa só linha a imensidade do mar e a imensidade do ceu... Depois, deslizando sobre as ondas remansosas, que num murmúrio dolente se espreguiçam, curvando-se de vez em quando como que para colher os despojos que o mar arrasta na corrente desde continentes distantes, a *sombra* do Descobridor do Novo Mundo afasta-se, levada pela brisa, sempre examinando os despojos que lhe trazem as ondas, e quando desperta o dia, a *sombra* do Navegador dilú-se nos primeiros alvares.

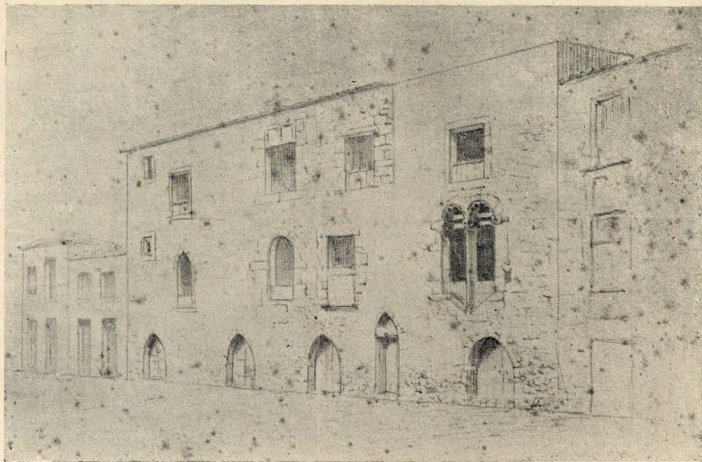
\*

Após a descoberta da Madeira Cristovam Colombo demorou-se no Arquipélago tendo casado com D. Filipa Moniz, filha de Bartolomeu Perestrello, primeiro Donatário da Ilha do Pôrto Santo e parece que Diogo Colombo, filho primogénito deste consórcio, nasceu nessa Ilha do Arquipélago madeirense, onde a lenda, ainda hoje, diz que passeia a *sombra* do Navegador, em noites de plenilúnio...

O Funchal desenvolveu-se rapidamente e tornou-se um porto conhecido e procurado dos navegadores da era das descobertas...

Quando ao Funchal aportavam os nautas arrojados não iria Colombo, persuroso, procura-los, bebendo com avidez as narrativas das rôtas feitas e depois anotando no seu mapa os segredos, a pouco e pouco desvendados para o sul do Atlântico?

Não teria sido, por ventura, nessa vida remansosa do Arquipélago da Madeira que o imortal Genovez, estudando demoradamente quanto êle investigára e quantos informes conseguira colher, concebeu a ideia de que o nosso planeta possuísse uma forma esférica e que destarte êle pudesse realizar a descoberta da Índia pelos mares ocidentais?

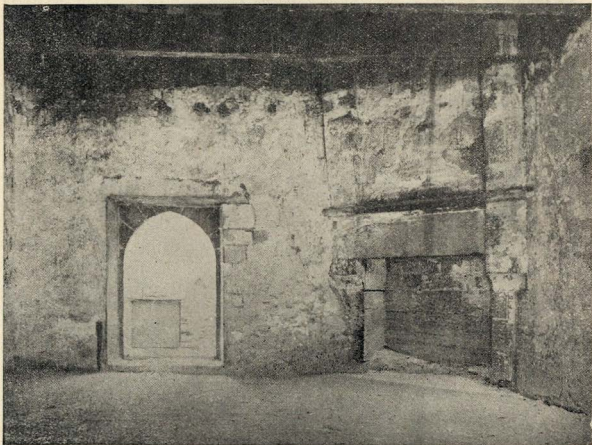


CASA DE COLOMBO

(Desenho a lápis da colecção do Director da Revista)



O Dr. Manuel Pestana Júnior, num estudo maravilhoso sôbre Cristovam Colombo, onde opina que êste era um autêntico Português de lei, espraia-se em interessantes e judiciosas considerações sôbre os estudos e as viagens do Navegador, não lhe ficando dúvidas de que foi durante a sua



CASA DE COLOMBO, INTERIOR

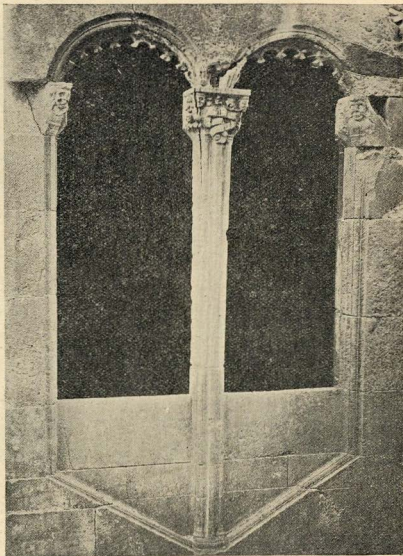
(Fotografia da colecção do Director da Revista)

permanência no Pôrto Santo, principalmente, que êle fixou a ideia de realisar o arrojado feito que o celebrizou. . . As sementes, as madeiras, os extranhos despojos que arrasta a corrente do mar e que constantemente, ainda hoje, arroja a essa praia estensíssima do Pôrto Santo e às costas do norte da Madeira, é natural que tivessem feito acudir à mente de Co-

lombo, a certeza de que provinham de continentes, distantes ou próximos, — quem o sabia? — mas até então desconhecidos.

Não teriam sido essas sementes, essas árvores, esses mil despojos arrojados pelo mar, que de longe os arrastou, que sugeriram e radicaram o plano de que resultou a descoberta da América? E a lenda que subsiste dizendo que em noites de lua cheia a *sombra* de Colombo vagueia pela praia e deslisa sobre as ondas curvando-se para colher e examinar os despojos que lhe traz o mar, não será a confirmação das investigações e das preocupações do Herói? A lenda de hoje, vinda através dos séculos, não será a ideia inicial, embora desfigurada?

\*  
Varios escritores se têm occupado da estada de Cristovam Colombo no Archipelago da Madeira, destacando-se principalmente: Las Casas Agostinho d'Ornellas, Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, Henry Hanisse, Major

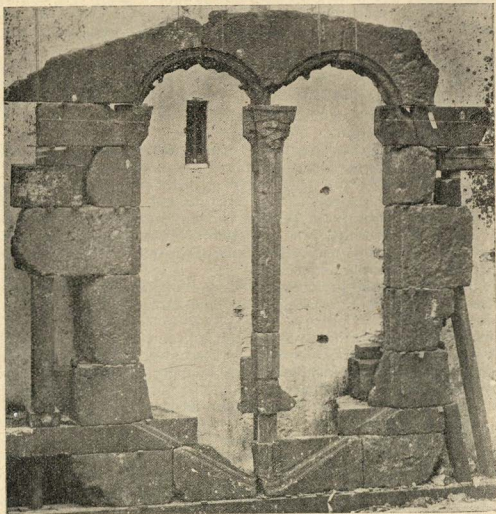


JANELA DA CASA DE COLOMBO ANTES DE APEADA

(Fotografia da coleção do Director da Revista)

João dos Reis Gomes, Visconde de Meirelles e o Dr. Manuel Pestana Júnior.

Se bem que existam opiniões e interpretações divergentes, todos êstes eruditos investigadores são concordes na permanência do Navegador no Arquipélago.



A JANELA DA CASA DE COLOMBO RECONSTITUIDA  
APÓS A DEMOLIÇÃO

(Fotografia da colecção do Director da Revista)



Diz a tradição que foi num prédio, pertencente a João de Esmeraldo, sítio onde hoje se encontra a Rua Cristovam Colombo, que o Descobridor da América residiu, no Funchal. Seria «um vasto edificio de dois andares tendo no alto um amplo eirado» diz o Major Reis Gomes no seu romance histórico, «A Filha de Tristam das Damas», onde largamente se occupa de Colombo, dos seus amores e do seu casamento—.

Parece que teria sido gótico o estilo primitivo dessa aristocrática residência e que numa restauração posterior soffresse as influências da nossa architectura da renascença, como se pode deprender pela janela que ainda subsiste.

Essa janela, que pertenceu á família do sr. Conselheiro Ayres d'Ornellas, foi adquirida por Mr. Harry Hinton — um erudito e apaixonado investigador da história madeirense — encontrando-se essa preciosa relíquia na sua linda Quinta da Palmeira, nos subúrbios do Funchal, conservada e venerada como é de justiça.

Divergem alguns dos escritores, que dêste assunto se têm occupado, sôbre a data inscrita no capitel da coluná dessa formosa e histórica janela, afirmando uns que é 1457, outros 1474 e finalmente outros asseveram ser 1494. Depois de muito estudada e discutida esta última divergência chegou-se á conclusão de que é 1494. A primeira versão—1457—caiu por injustificada. O terceiro algarismo, de facto, poderia oferecer dúvidas entre ser um 7 ou um 9. Hoje não restam esitações de que seja um 9. E' pois 1494 a data inscrita na coluna da janela.

A tradição, transmitida de pais a filhos, diz que a residência paroquial, próxima da Igreja do Pôrto Santo foi onde habitou Cristovam Colombo quando ali esteve.

Nada mais resta, nenhum vestígio, nenhum traço mais sôbre esta versão.

A janela de Colombo é o único padrão que ficou a atestar a sua demorada permanência no Arquipélago da Madeira e pena é que não se realise o alvitre apresentado pelo sr. Visconde de Meirelles para a *reconstrução* e reconstituição da Casa do Descobridor da América, no próprio local onde outr'ora se erguia. . .

Lisboa, 24-4-1936.

VISCONDE DO PORTO DA CRUZ

Da Associação dos Arqueólogos

Do Instituto de História, Arqueologia e Etnografia etc.



# PROPOSTA PARA A NOMEAÇÃO DE VOGAIS DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS EM 1896 (\*)

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Tendo-me S. Ex.<sup>cia</sup> o Ministro auctorisado, em vista das observações que verbalmente tive a honra de expôr-lhe relativamente á situação presente da Commissão dos Monumentos Nacionaes, a submeter á sua approvação uma proposta de ampliação da mesma Commissão, tenho a honra de pedir a V. Ex.<sup>cia</sup> que se digne apresentar á consideração de S. Ex.<sup>cia</sup> o que passo a expôr.

Reconhecendo o Governo a necessidade de completar e consolidar o pensamento da creação ensaiada de uma Commissão que especialmente cuidasse do estudo e conservação dos monumentos nacionaes, commissão que se achava reduzida a um Presidente e um Secretario, resolveu em 1893 nomear e nomeou alguns vogaes novos que, com aquelles elaboraram o Regulamento approved por Portaria de 27 de fevereiro de 1894.

Não pareceram desde logo as circunstancias para trabalho de maior folego, evidentemente necessario, aliás, qual seria a organização geral e pratica dos serviços de conservação, inventariação e guarda desses monumentos.

Recebendo o influxo dessas circunstancias e principalmente destinado a preparar a transição da commissão quasi extincta para a existencia nova que se lhe pretendia dar, bem como a preparar o terreno em que podesse ir-se erguendo aquella desejada organização, o Regulamento alludido tinha naturalmente um caracter provisorio de iniciação e de ensaio.

Mas o reconhecimento da necessidade de organizar o estudo, a conservação e a guarda dos monumentos nacionaes, paralellamente com o proprio facto da reconstituição da Commissão que parecia destinada a satisfazer aquella necessidade de ha tanto sentida, sugeriram logo uma corrente de reclamações de interferencia e de consulta que crescentemente accumula

---

(\*) Trechos de um officio do então Presidente da Commissão dos Monumentos Nacionais, conselheiro Luciano Cordeiro, ao Director dos Serviços de Obras Públicas.

nessa Comissão os mais variados processos e lhe impõe um trabalho para o qual, quando não lhe faltassem outros elementos, lhe não chega o limitado quadro dos seus vogaes, exclusivamente baseado na dedicação civica e na escassa disponibilidade de tempo que elles podem offerecer ao patriótico desempenho desta especial e dedicada missão.

Não é somente a insufficiencia numerica desse quadro que embaraça e difficulta o expediente e a acção efficaz da Comissão que nem pôde obter ainda, apesar das suas repetidas solicitações e das expressas recomendações de S. Ex.<sup>cia</sup> o Ministro, um pequeno alojamento privativo onde possa regularmente funcionar; como comissão permanente que tem de manter em boa ordem e guarda a sua secretaria e de accomodar convenientemente o serviço de gabinete dos dois desenhadores encarregados de auxiliar os seus trabalhos.

Mas tanto pela accumulacão de processos a resolver, geralmente, com urgencia, e de informaçoes e reclamações officiaes e particulares a considerar e estudar, de prompto, como pela propria variedade de aptidões e de conhecimentos especiaes que o serviço da Comissão importa e pela intima correlação delle com o de outras repartições do Estado, o simples alargamento do quadro da Comissão com novos cooperadores activos e idoneos tornou-se condição indeclinavel para que ella possa subsistir de facto, prestando ao Estado o serviço que della exige.

É discutivel se dados os nossos habitos e as nossas tradições de trabalho colectivo não seria mais pratico, mais efficaz, mais seguro que tal serviço fosse confiado simplesmente a uma Inspeção official, convenientemente dotada, do que a uma Comissão mais ou menos numerosa que não sem razão considera como favor e cooperação perfeitamente livre o seu trabalho.

Mas pois que a Comissão existe e enquanto as circumstancias não somente permitem mas aconselham, o processo ensaiado, arme-se, ao menos, essa Comissão com os meios essenciaes de exercer desembaraçada e opportunamente a sua tarefa, e nesses mesmos meios se pôde incluir alguns, senão todos os que importariam a concentraçao, a disciplina, a pontualidade do serviço de uma Inspeção especial.

A dez vogaes reduzia o Regulamento o quadro da Comissão, depois acrescentado com mais um, devendo notar-se que pelo menos um delles tem a sua residencia fóra de Lisboa, o que não assegura a sua regular assistencia.

O principio da precedencia de proposta da Comissão para a nomeação de qualquer vogal e dos que devam constituir a Mesa, teve já de ser abandonado e não se conforma com o character e com as praxes das Comissões officiaes, podendo mesmo, offerecer inconvenientes graves

ao expediente da Comissão e ás relações della com as mais estações officiaes.

.....

A Comissão não tem podido reunir-se ha muito, como S. Ex.<sup>cia</sup> o Ministro sabe por estes dois motivos: — não ter local onde convenientemente funcione e não se poder contar com numero sufficiente de vogais para isso. Em relação a este ultimo ponto parece-me tambem essencial tomar alguma providencia.

.....

Preferivel julgo, porem, authorisar simplesmente a Comissão a determinar o numero de faltas ás sessões que deve considerar-se como importando a desistencia do logar de vogal.

Com estas pequenas providencias creio que poderá obter-se que a Comissão possa ficar habilitada a funcionar regularmente, e sobre tudo a, sem demora, iniciar o projecto de inventario ou de lista official de, pelo menos, os edificios que devam considerar-se monumentos nacionaes.

Concluindo, pois, tenho a honra de suscitar as seguintes providencias:

- 1.º) que reconhecida a insufficiencia do numero actual de vogaes que constituem a Comissão dos Monumentos nacionaes, para o crescente e regular expediente della seja modificado o regulamento approved por portaria de 27 de fevereiro de 1894 na parte respectiva á constituição da mesma comissão, pela seguinte forma:
  - 1 — É elevado a 21 o numero dos vogaes, continuando um delles a ser o Presidente e outro o Secretario. As nomeações serão feitas pelo Governo, devendo recahir em pessoas, residentes em Lisboa, que tenham provado possuir especiaes conhecimentos e aptidões em assumptos de historia e de arte.
    - a) A comissão póde funcionar em sessão, quando dividamente convocada, desde que esteja presente um terço do numero dos seus vogaes.
    - b) O presidente será substituido nos seus impedimentos ou faltas pelo vogal mais velho.
  - 2 — No Ministerio das Obras publicas, Commercio e Industria ou em algum dos estabelecimentos delle dependentes serão destinadas as salas e gabinetes indispensaveis ao expediente, archivo e trabalhos technicos da Comissão.
  - 3 — É especialmente recomendado á Comissão a mais prompta elabora-

ção de uma relação official dos edificios que devam ser considerados monumentos nacionaes, bem como a inventariação geral destes.

2.º que preenchendo as vagaturas ou para completar a commissão sejam nomeados vogaes, os seguintes cidadãos :

- Conde de Bretiandos ;
- Visconde de Castilho ;
- Visconde de Mangualde, director dos proprios nacionaes ;
- Manuel Raymundo Valladas ;
- Anselmo Braamcamp Freire ;
- Pedro Romano Folque, director dos edificios publicos ;
- T. Lino d'Assumpção, director interino das bibliothecas e archivos ;
- Manuel de Macedo, director do Museu de Bellas Artes ;
- Francisco Zacharias de Araujo da Costa Aça ;
- Abel Botelho ;
- Adolpho Ferr.<sup>a</sup> Loureiro ;
- José Leite de Vasconcellos.

DS. g. a V. Ex.<sup>cia</sup>. Lisboa, 22 de setembro, 1896.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Director dos Serviços de Obras Publicas.

LUCIANO CORDEIRO



# FREI CASIMIRO DE S. JOSÉ WYSZYNSKI

(POLACO)

## INTRODUTOR DA ORDEM DOS MARIANOS EM PORTUGAL

De entre as numerosas ordens religiosas, que se fundaram nos diversos países da Europa, salientaremos a Congregação dos Religiosos da Imaculada Conceição ou dos Marianos, que no século XVIII foi introduzida em Portugal.

Foi fundador desta ordem, em Cracóvia, no ano de 1679, o venerável P.<sup>o</sup> Estanislau de Jesus Maria, que nasceu, na Polónia, em 18 de Maio de 1631. (1)

O Papa Inocêncio XI aprovou esta nova ordem religiosa por bula de 6 de Setembro de 1686 e, em 24 de Novembro de 1699, expediu o Papa Inocêncio XII a bula da sua confirmação.

Na biografia deste servo de Deus, conta-se que o nosso Santo António o livrara, em certa ocasião, de um perigo.

Estes frades usavam hábito de côr de cinza nos vestidos interiores, branco nos exteriores e negro nos barrêtes e chapéus. O escapulário da Imaculada Conceição que traziam, por dentro, era azul claro celeste, com a

---

(1) *Vid a Vida do veneravel servo de Deos, o Padre Estanislão de Jesus Maria, fundador da Congregação, e ordem dos Religiosos da Imaculada Conceição da Beatissima Virgem Maria, debaixo da Regra das Dez Virtudes da mesma Gloriosissima Mãe de Deos, em suffragio das almas do Purgatorio, que expõem a luz do publico para gloria de Deos, e da Imaculada Senhora, João Teixeira Coelho de S. Paio, Presbytero do habito de S. Pedro, Prégador, Theologo, Cômissario do Santo Officio, filho de S. Francisco na sua Veneravel Ordem Terceira, e natural de Villa-Verde, Conselho de Unhão no Arcebispadio de Braga: Composta conforme o que na Lingua Latina escreve do mesmo Servo do Senhor o grande servo de Deos o M. R. P. M. Fr. Casimiro Vvyszynski Polaco, Expreposito Geral da mesma Congregação Poloneza. Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca. M.DCC.LVII. In. 8.<sup>o</sup> de 22 s. n.-230-2 s. n. pag., com o ret. grav. de I. B. Dourneau fecit.*

Neste livro lê-se este período que, por curiosidade, para aqui transcrevemos :

«Dous Reynos apparecem entre todos os do mundo, que se pôdem ter por singulares, e os mais gloriosos de toda a christandade, que são Polonia, e Portugal; este chamado o Reyno do Senhor, pelo *Imperio*, e aquelle appellidado o Reyno da Senhora, pelo *Domínio*».

Imagem da Senhora, e as fitas ou ligaduras do escapulário eram incarnadas. Cingiam-se com o cordão de S. Francisco, e nêle pendente, da parte esquerda, usavam a corôa das dez virtudes da Virgem, que consta de dez contas negras. (2)

Foi esta ordem trazida para Portugal pelo venerável Padre Casimiro de S. José Wyszynski em fins do século XVIII.

Este indivíduo de nobre linhagem, filho de João Casimiro e Hedwiges Zawadski, nasceu no dia 19 de Agosto de 1700 em Jeziora Wielka, na diocese posnaniense da Polónia.

Seus pais dedicavam-no à carreira diplomática, mas êle entregava-se, com mais ardor, às práticas religiosas e de devoção do que aos estudos seculares.

Este modo de proceder do jovem Casimiro não agradava, por forma alguma, ao pai que o tratava muito duramente.

Então Casimiro procurou fugir da casa paterna e dirigir-se a Roma para ali, seguindo o exemplo do seu compatriota Estanislaw Kôstka, entrar nalguma ordem religiosa.

Foi, porém, apanhado no caminho e, cedendo às súplicas de sua mãe, mudou de tenções, applicando-se, então, aos estudos no Colégio das Escolas Pias, de Varsóvia, onde concluiu o seu curso. Em seguida o pai mandou-o prestar serviço na côrte polaca mas a Casimiro não lhe agradava a vida palaciana, pois sentia-se mais inclinado à vida eclesiástica.

Fez então vóto de ir, em peregrinação, visitar o túmulo de São Tiago, de Compostela. Seu pai procurou obstar a esta resolução tendo até recorrido ao bispo para êste aconselhar seu filho a mudar de propósito. Porém o bispo fez com que lhe fôsse concedida a necessária licença e, assim, Casimiro dirigiu-se a Espanha.

Chegado, porém, a Roma, ali obteve dispensa da sua promessa.

Na cidade eterna permaneceu durante certo tempo visitando igrejas e distribuindo esmolas.

Em Roma encontrou-se com o Padre Joaquim de Santana, procurador da Ordem da Imaculada Conceição ou dos Marianos, que ali estava a tratar da aprovação das respectivas constituições.

Ali, na igreja dos polacos, em Santo Estanislaw, recebeu, no ano de 1723, o hábito daquela ordem e, em seguida, partiu para a Polónia a fim de fazer o seu noviciado.

---

(2) Vid. *Mappa de Portugal*, pelo P.º João Baptista de Castro, vol. II, pag. 56. Fortunato de Almeida no tomo IV, parte 1.ª da *História da Igreja em Portugal*, quando fala da congregação dos Marianos Concepcionistas, diz, quasi textualmente, o que vem no *Mappa*.

Concluído êste no convento Karabieviense, assim como os estudos necessários, foi ordenado sacerdote em 19 de Março de 1726. Depois foi, successivamente, nomeado lente de teologia e mestre de noviços.

Desempenhou êste último cargo até 1733, data em que foi mandado para Roma, com o fim de ali fundar uma casa da sua ordem.

Porém o Cardial de Albano, contrário à candidatura do rei da Polónia Augusto III, opoz-se a esta tentativa e o Padre Casimiro foi obrigado a recolher-se à sua pátria.

Ali foi eleito superior do Convento Goreense, assistente geral, mestre de noviços no capitulo geral e, finalmente, superior geral, cargo que exerceu por duas vezes, durante as quais promoveu grandes benefícios a favôr da sua ordem.

A aparição, em Vilna, de uma ordem idêntica, obrigou-o a partir para Roma, em 1750, a fim de conseguir do Papa, como obteve, a extinção total dela.

Durante a sua estada em Roma teve conhecimento pelo Padre Molina, commissário geral da ordem seráfica de que o rei de Portugal, D. José I, pretendia fundar alguns conventos marianos.

O Padre Casimiro ofereceu-se para vir a Portugal e, da Polónia seguiu-



O VENERAVEL P. CASIMIRO WYSZYŃSKI POLO  
NEZ EX PROPOZITO GERAL DOS FF. MARIANOS  
DA IMMACULADA CONCEIÇÃO DE N. S. ED PRIMEI  
RO QUE PLANTOU A MESMA ORDEM EM PORTU  
GAL. FALECEU NO CONVENTO DE N. S. DE BRAGA  
MÃO DA VILLA DE CHIACIM BISEDO DE BRAGA  
ÇA AOS XXI DE OUTUBRO DE MDCCLV DE IDADE DE  
LI ANNOS



am para Roma, onde chegaram no 1.º de Novembro de 1752, dois padres polacos: Aleixo Fisher que ficou, nesta cidade, como procurador e Benno Bujalski que seria o seu companheiro de viagem.

Ainda em Roma recebeu carta de um tal Doutor António de Sousa Salazar, na qual lhe dava muitas esperanças de bom êxito para a sua missão.

Sairam os dois de Roma em 1 de Maio de 1753 e chegaram a Lisboa em 10 de Outubro do mesmo ano, ficando hospedados em casa daquele indivíduo, que morava no Rossio.

Então veio a saber que o rei não manifestara a menor intenção de fundar qualquer convento da sua ordem e que tudo isto não passava de fantasias de tal Salazar.

Em vista disto o Padre Benno deixou Lisboa em 26 de Dezembro de 1753 e o Padre Casimiro te-lo-ia acompanhado se a sua idade e achaques lho tivessem permitido.

Estes padres tinham trazido a seguinte carta de recomendação, dirigida por Frei Pedro Juan de Molina, à Marquesa de Cascais :

«Muy Señora mia: Aviendo entendido por el Ex.<sup>mo</sup> Señor Duque de Sotomayor lo mucho que V. E. se interessa en la fundacion de un convento de Padres Concepcionistas en esse Reyno, y las diligencias, que a este fin tiene practicadas V. E.: deseoso de contribuir por mi parte en lo que pueda á obra tan agradable á Dios, y á su SS.<sup>ma</sup> Madre, hé dado mi licencia al M. R. P. Fr. Casimiro Wyszynski Ex-Proposito General de la Congregacion de la Immaculada Concepcion de la B. V. Maria, y su companero el P. Fr. Benno Bujalski Sacerdote, que por este motivo vinieron de Polonia, y estaban tiempo há detenidos en esta corte, paraque pasen á essa e soliciten con toda eficacia la dicha fundacion protegidos del favor, e autoridad de V. E. á cuya caridad, y piedad encomiendo mucho á los referidos Padres. Quedo á la mayor obediencia de V. E. á quien ruego guarde Dios m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> como deseo. Roma 10 de Mayo de 1753. Ex.<sup>ma</sup> Senora: — B. S. M. de V. E.—su mas seguro servidor y capillan—*Fr. Pedro Juan de Molina*— Ex.<sup>ma</sup> Senora Marquiza de Cascaes.»

No monte Bóboda, numa capela de Nossa Senhora, na freguezia de S. Domingos de Rana, tinha-se estabelecido, sob a protecção do mesmo Salazar, uma espécie de Congregação da Imaculada Conceição, de que foi fundador, Frei João de Deus ou da Conceição, por acção de vários eremitas, sem autorização superior.

Este Salazar, depois, fez com que os eremitas não obedecessem áquele Frei João e prometeu-lhes que faria vir verdadeiros religiosos marianos da Polónia, porém, tendo aquele deixado de ter influencia na referida capela e edificações anexas, não foi possível instalar-se ali o Padre Casimiro que, por



ordem do Nuncio, se recolheu, em 19 de Março de 1754, ao Convento de S. Pedro de Alcântara.

Depois Frei João de Deus, Salvador Marcelo de Figueiredo e Silva e outras pessoas, que se interessavam por este padre, lembraram-se de o instalar, no Hospício de Nossa Senhora de Balsemão, (3) próximo de Chacim, bispado de Miranda, a fim de ali fundar a sua ordem religiosa.

Levantaram-se dificuldades para esta fundação, por isso que os estatutos desta ordem eram desconhecidos em Portugal e, além disso, o Bispo de

---

(3) Este hospício foi inaugurado, em 12 de Abril de 1740, com grandes festas. Antes, em 10 de Fevereiro de 1733, fora expedida, por D João V, uma provisão em que concedia que a Câmara de Bragança demarcasse, na parte superior, do monte Carrascal, que é conhecida por Balsemão ou Caramouro, no termo da vila de Chacim, a pouca distância e para o nascente da mesma vila, lugar para casa e horta em que vivessem os eremitas.

A câmara havia representado a el-rei para que, neste ermo, se estabelecesse uma congregação que concorresse para que as funções e actos religiosos fossem praticados com solenidade e decóro e que tivesse a seu cuidado conservar o templo com a decência devida.

Este templo era uma ermida, dedicada a Nossa Senhora de Balsemão, que, segundo a tradição, fóra, talvez, erguida pelos freires da Ordem de Malta sôbre as ruínas de uma mesquita ou da primeira capelinha ali edificada pelos cristãos no tempo dos mouros.

Depois da licença real iniciaram-se as obras do hospício, que ficou constituído pela chamada *Casa Velha*, contígua à igreja e ainda por sete capelinhas, pelo monte acima, com os passos da Paixão e morte de Cristo.

Findas as obras puzeram-se, em execução, os estatutos, que haviam sido feitos pelos missionários do Varatojo.

Naquele edificio existia ainda, em 1859, a cela, onde vivera e morrera o Padre Wyzynski e onde se viam alguns objectos do seu uso.

Chamava-se a capela ou igreja, onde se venerava uma imagem da Virgem, de Balsemão ou Balsamão, porque, em um combate, contra os mouros que poz termo, neste lugar, ao tributo das donzelas, foi vista Nossa Senhora com um vaso de bálsamo nas mãos curando os cristãos feridos.

Esta nota, bem como grande parte do texto, é transcrita e resumida da monografia *Memoria acerca de Balsamão*, por A. J. de S. V. (Antonio Julio de Sá Vargas), Bragança 1859.

O exemplar d'este raro folheto, de que nos servimos, foi-nos, amavelmente, emprestado pelo erudito sr. Abade de Baçal, a quem, neste lugar, damos o nosso mais rendido e público agradecimento.

Pinho Leal a pag. 264 do vol. II do seu monumental *Portugal antigo e moderno*, quando trata de Chacim refere-se à fundação d'este convento. Eis as suas palavras :

«A 3 kilometros ao E, da villa, era um alto, êrmo e agreste (chamado Monte do Carrascal) existia de muitos annos uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Balsemão, ou Balsamão, que é tradição ter sido mesquita de mouros. Um frade, de nação polaca, chamado *Casimiro de S. José Wizinski*, fundou junto a esta capella, em 1750, um convento de frades mariannos, com a invocação da Immaculada Conceição, que é hoje propriedade particular. Pela encosta do S., estão edificadas 8 capellinhas com os passos da paixão (Via Sacra). E' conhecido por Convento de Balsemão. A situação d'este convento é muito formosa. No fim de uma dilatada veiga, se vê uma collina agreste e selvagem, mas que a arte conseguiu

Miranda, a cuja diocese pertencia aquelle lugar, e os eremitas ali instalados não estavam bem dispostos a favor desta pretensão. (1)

A reluctância do bispo foi vencida pelo Padre Oliveira do Coração de Jesus, seu amigo particular e parente de Frei João de Deus e a opposição dêstes foi desfeita pela intervenção de André Nunes de Castro, como êste em carta de 23 de Julho de 1754, comunicava, a Frei João de Deus.

Finalmente, em 1 de Julho dêste ano, o bispo, D. João da Cruz, escreveu a seguinte carta, em que facilita o ingresso do Padre Wyzynski e de Frei João de Deus no referido hospício.

«Muito Reverendos Padres. Recebi a carta ou memorial de Vossas Paternidades, com um assumpto ou projecto de fazerem uma fundação da sua nova Ordem em o sitio de Balsamão. Não respondi logo a ella, por ser materia que pede mais ponderação, e me ser necessario tomar alguma informação sobre o novo Instituto nesta terra não conhecido, e sobre as disposições do sitio e vontade dos moradores e Abbade de Chacim; e o que sobre isto alcançou o Presidente da mesma Casa de Balsamão he o que me respondeo em essa carta inclusa que remetto a vossas Paternidades, segurando-lhes da minha parte não deixarei de concorrer com o que puder para que tenha effeito a sua pertença, mas sempre julgo ser primeiro necessario apparecer nesta terra, e exercitar nella as funcções do seu Instituto para se fazerem conhecidos ao povo, e desejados no paiz que he alguma cousa agreste, ainda que não deixe de ser pio; e se poderão recolher na mesma Casa de Balsamão, onde aquelles Irmãos os tratarão com muita caridade, e como estão desejosos de se reunir a alguma Religião professa cujo Instituto seja util á edificação e reforma dos costumes, poderão achar em Vossas Paternidades

---

cultivar e tornar aprasivel. E' no cimo d'esta collina, que os cenobitas fundaram o seu convento; da qual se avista uma formosa paisagem. Ao E. e N. se vêem os extensos montes de Moraes. Ao O. se vêem as ferteis veigas de Chacim e ao longe a serra de Bornes, quasi sempre coberta de neve. Na egreja do Mosteiro está a sepultura do fundador.»

(1) O Padre João Teixeira Coelho de S. Payo, na citada vida do Padre Estanislaw de Jesus Maria, na sua *Dedicatória a Maria Santissima na sua Conceição Imaculada*, invoca a protecção de Nossa Senhora para esta fundação :

«Não tenho duvida, que o haveis de patrocinar com aquelle soberano empenho, com que mostrais com certas evidencias quereis estabelecer a mesma Sagrada Ordem neste Imperio Lusitano, depois de estar fundada á força de admiraveis prodigios no Reino Polaco. O Ermo de Balsamão, sito no Bispado de Miranda, em competencia do Ermo Mariano na Diocese de Cracovia, se faz merecedor pelas virtudes dos seus habitadores de ter em si o primeiro Convento de Religiosos Marianos neste Reino, que com incessantes louvores, que vos tributão, fação aos Portuguezes cada vez mais empenhados nos adiantamentos das vossas glorias.»

o que desejão. Não posso por ora dizer mais a Vossas Paternidades, a quem desejo todas as felicidades e augmentos, e servirem tudo que puder. Guarde Deos a Vossas Paternidades muitos annos. Bragança 1.º de Julho .de 1754. De Vossas Paternidades Servo em Christo. *João, Bispo de Miranda*».

O Padre Wyszynski e Frei João de Deus saíram de Lisboa a 28 de Agosto de 1754 e chegaram a Balsemão em 6 de Setembro do mesmo anno, tendo sido recebidos cordealmente pelos congregados do hospício e pessoas gradas de Chacim. O Presidente da congregação era o presbítero Jerónimo da Trindade, com o qual foram apresentar-se ao bispo.

Pela morte daquele, occorrida em 26 de Setembro de 1754, succedeu-lhe no cargo o Padre Wyszynski.

Em 1 de Setembro de 1754, anteriormente à chegada daqueles dois religiosos, haviam os eremitas de Balsemão dirigido ao seu prelado o seguinte requerimento:

«Dizem os Congregados de Nossa Senhora de Balsemão da Villa de Chacim deste Bispado que para maior perfeição do seu estado e se empregarem com todo o esforço no serviço de Deos e da Virgem Senhora, bem e salvação das almas, que concorrem áquelle Sanctuario de varias partes a buscar nelle a sua consolação espiritual por meio dos Santos Sacramentos se desejão incorporar na Sagrada Religião da Conceição da mesma Senhora tomando o seu santo habito das mãos do muito R. P. Fr. Casimiro de S. José ex-Preposito Geral da mesma Religião ficando este por seu Prelado superior immediato a V. Ex.<sup>a</sup> Reverendissima e gozando sempre os supplicantes e todos os mais que quizerem abraçar o santo Instituto dos privilegios da dita Sagrada Religião, e para constar da vontade dos supplicantes apresentam a V. Ex.<sup>a</sup> o papel incluso feito e assignado por todos em Communidade, precedendo os actos que em tal caso se requerem, como d'elle melhor consta, porque a trasmutação de estado convem não só á villa de Chacim mas a todos os povos circumvisinhos, para sua consolação e para o poderem fazer.— Pedem a V. Ex.<sup>a</sup> Reverendissima pela Purissima Conceição da Virgem Senhora Nossa seja servido inclinar seus piedosos ouvidos a tão devota supplica e conceder aos supplicantes por seu alvará a licença que pedem, como também a faculdade de poderem ter no Sacrario da dita Igreja para sua consolação e bem dos Fieis o Santissimo Sacramento, para cuja acção tem os supplicantes todos os preparos necessarios com a decencia que se requer. E. R. M.<sup>ce</sup>».

O bispo mandou passar alvará de licença, para o que o solicitavam, por



despacho da mesma data, reservando o direito paroquial e salvo o direito de terceiro, o qual é dèste teor :

«D. Frei João da Cruz por Mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Miranda, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima &. — Attendendo a que os Padres supplicantes Congregados no Hospicio de Balsamão Nos representaram em sua petição, e a que será mais util e conveniente a este Bispado que haja Religiosos que façam missões, doutrinas e praticas espirituaes, e administrem os Sacramentos da Penitencia e Sagrada Eucharistia a todas as pessoas que a elles concorrerem sem prejuizo dos direitos parochiaes, Concedemos licença aos Supplicantes para se encorporarem á Ordem e Religião das dez virtudes da Immaculada Conceição da Beatissima sempre Virgem Maria Instituto Mariano Concecionista estabelecido no Reino da Polonia, recebendo o habito das mãos do Reverendo Padre Frei Casimiro Wyszynski ex-Preposito Geral da dita Ordem e observando os Estatutos della, e para a dita Religião poderão aceitar sujeitos que acharem capazes para professarem a lançar-lhes o habito da dita Ordem, ficando sempre o dito Hospicio sujeito á jurisdicção ordinaria deste Bispado e da Nossa protecção e sem prejuizo algum de terceiro, e outro sim lhes Concedemos licença que possam ter Sacrario em que esteja o Santissimo Sacramento na Igreja, e se ponha no Altar Maior ou em outro se o houver mais decente e acomodado na mesma, e estará continuamente de dia e de noite ao menos uma lampada acesa diante delle para honra e gloria do mesmo Senhor. E para que conste lhe Mandamos passar a presente que se registará em Nossa Camara no livro do registo. Dada em Bragança sob Nosso Signal, e Sello das Nossas Armas, em o 1.º de Outubro de 1754»<sup>(4)</sup>.

Tendo conseguido esta autorização do prelado de Miranda, o Padre Casimiro lançou o hábito da sua congregação aos eremitas, que eram apenas cinco: quatro leigos e um de ordens menores.

A fim de se evitarem discórdias êste religioso atribuiu-se o govêrno espiritual, ficando aos eremitas o temporal.

Por despacho de 1 de Outubro de 1754 do mesmo bispo obteve licença para confessar os seus congregados e, a 22 de Maio de 1755, foi ampliada esta concessão a toda a diocese de Miranda.

Porém durou pouco tempo a sua direcção: em 21 de Outubro de 1755 falecia o Padre Casimiro Wyszynski.

Foi sepultado na capela-mór de Balsemão, do lado da epístola, junto ao altar de S. José, em uma campa que tem o número dois.

---

(4) Estes dois documentos estão registados nos antigos livros de registo de Miranda, que existiam na Câmara Eclesiástica de Bragança, conforme diz o autor da citada monografia.



Nela está a seguinte inscrição: *P. F. Casimirus Wyszynski ex-Praepositus Generalis Immaculatae Conceptionis B. M. V. in Regno Poloniae, et Praesidens in Balsamão 1755. n. II.*

O Padre Casimiro era versado nas línguas latina e italiana e aprendera a portuguesa.

Tendo falecido em cheiro de santidade, logo o seu sucessor na presidência da congregação, o Padre João do Rosário, requereu ao bispo autorização para se iniciar o respectivo processo, o que foi ordenado por seu despacho de 4 de Agosto de 1756.

Passaram-se tempos sem que nada se fizesse neste sentido.

Porém, mais tarde, o bispo de Miranda, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, por estar doente, delegou as suas funções, neste processo, na pessoa de Gaspar Caetano de Sá Ferreira, graduado em direito canónico e chantre da Sé de Miranda, que teve, como adjuntos, a Simão Preto, mestre escola da mesma Sé e Manuel António de Aragão, abade de Chacim.

No Museu Regional de Bragança, existe como informa o sr. Abade de Baçal, <sup>(5)</sup> o processo impresso da sua beatificação e canonização que tem por título: *Brigantinen. Beatificationis, et Canonizationis Ven. Servi Dei Patris Casimiri A. S. Josepho Wyszynski Ordinis sub titulo Immaculatae Conceptionis B. V. Mariae Clericorum Regularium Marianorum Defunctis et Parochis in Cura Animarum Suffragantium Ex-Praepositi Generalis*, in. fol. de 85 pag., sem indicação do lugar nem ano de impressão, talvez entre 1763 e 1770, pois foi neste ano que se fez o interrogatório das respectivas testemunhas <sup>(6)</sup>.

No mesmo Museu existe também a sua tradução em português.

Informa mais o ilustre e erudito escritor: «Este livro, raro, talvez exemplar único, é interessantíssimo, por mostrar os quesitos pelos quais as testemunhas eram interrogadas no caso de canonização. Essas interrogações versavam sobre a Fé, Esperança e Caridade para com Deus e com os homens, Prudência, Fortaleza, Temperança e correlativas: sobre os dons sobrenaturais, sobre a sua geral fama de santidade e sobre as circunstâncias da última enfermidade e preciosa morte do servo de Deus. Mais compreendiam a fama de santidade depois da morte, a devoção dos fieis para com a sua memória e a notícia dos milagres praticados. As testemunhas interrogadas foram 102, das quais 85 pertencentes à diocese de Bragança».

---

<sup>(5)</sup> Vid. o seu notável trabalho *Memorias arqueológico-históricas do districto de Bragança. Os notáveis*, vol. VII, Porto 1931, pag. 595-596.

<sup>(6)</sup> Os documentos relativos a esta causa encontram-se presentemente na Biblioteca Nacional de Paris, levados de Roma pelos soldados de Napoleão.

O Padre Casimiro Wyszynski trouxera da Polónia um exemplar, em latim, das regras desta congregação.

Foram elas vertidas em português e publicadas em Lisboa em 1757, por diligência de Frei João de Deus, (?) em volume que não conseguimos encontrar até agora.

Por sua morte, como dissemos, foi eleito presidente da congregação o presbítero João do Rosário.

Estava estabelecida a ordem em Portugal, por simples consentimento do ordinário, mas sem as outras formalidades canónicas indispensáveis.

Com o fim de legalisar a sua existência dirigiu-se Frei João de Deus, procurador da casa, a Madrid e manifestou, ao Ministro Geral da Ordem Seráfica, o ardente desejo que os eremitas tinham de abraçar o Instituto da Imaculada Conceição, cuja regra se observava já naquele hospício, segundo o exemplar referido, trazido pelo Padre Casimiro.

Aquele ministro, Pedro João de Molina, em carta de 14 de Janeiro de 1756, dizia que era necessário, em primeiro lugar, obter a licença régia para se fundar, em Portugal, aquela ordem polaca e conseguir a posse perpétua do hospício ou de qualquer outro edifício idêntico.

Depois disto conseguido êle participaria isto ao Proposito da ordem na Polónia para que êste enviasse, para cá, um religioso idónio e autorizado que, em seu nome, tratasse da fundação, profissões, etc.

Frei João de Deus partiu para Lisboa e, por meio de parentes de valia, procurou conseguir a almejada licença.

Apenas conseguiu, porém, que, do Tribunal do Desembargo do Paço, baixasse uma provisão para o corregedor de Moncorvo informar, ouvida a Câmara de Chacim, sôbre a conveniência de se aumentar o número de sacerdotes no hospício.

Em vista do acordo da câmara saiu o decreto de 27 de Setembro de 1756 que concedeu que, no hospício, houvesse até seis padres.

Os eremitas solicitaram, da Polónia, dois padres, que foram os padres Aleixo Fisher de S. Octaviano e Rafael de Buffa de S. João Baptista que, tendo partido do seu Mosteiro Rasnense a 17 de Novembro de 1757, chegaram a Miranda a 4 de Março do ano seguinte e, quatro dias depois, a Balsemão.

*(Continúa)*

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

---

(?) Vid. monografia citada.

# AINDA “AS MOEDAS DE D. AFONSO V COM AS ARMAS DE PORTUGAL E AS DE CASTELA”

Meu presado amigo Cordeiro de Sousa

Acabo de lêr no último número da sua *Revista* o artigo do Snr. Dr. Batalha Reis com o qual êste nosso ilustre amigo põe termo à controvérsia em que andávamos, ou, em que eu andava empenhado sôbre as moedas de D. Afonso V, com as armas de Portugal e as de Castela.

Evidentemente que a *Revista* faculta amavelmente as suas páginas à discussão no intuito de dela qualquer coisa de positivo resultar, mas no pé em que o nosso amigo Dr. Batalha Reis se colocou é claro que o assunto deixa de nela ter cabimento.

Não me escapa nem o facto de o Snr. Dr. Batalha Reis querer fazer crêr que eu aceítei os seus pontos de vista nem o enervamento que o meu novel contendedor começa a mostrar fazendo-o perder um pouco aquelas qualidades na fórma de discutir a que eu prestava homenagem no meu anterior artigo.

Estamos portanto precisamente na altura em que dois bons amigos discutindo verbalmente chegam ao ponto em que o de maior serenidade diz: — *bem, não falemos mais nisto, mudemos de assunto* —, atitude que me cabe tomar porquanto a isso sou levado além de pela idade, pela consideração que tenho pelo Snr. Dr. Batalha Reis, amigo de ha pouco tempo, é certo, mas cuja erudição tenho tido ocasião de apreciar e de a ela fazer sempre a muito devida justiça, de forma alguma desejando perder um amigo agora que felizmente os da minha época já vão faltando.

Ao encerrar portanto a controvérsia, mantendo, como aliás se verifica de tudo o que escrevi, os meus pontos de vista, ao contrário do que se pôde crêr do artigo a que me reporto, devo apenas assegurar que me não surpreendeu a resolução do Snr. Dr. Batalha Reis de não responder às 4 perguntas com que terminava o meu último artigo, absolutamente dentro da matéria em litígio desde início as 3 primeiras, e a última como consequência da discussão, resolução que já esperava.

E com os meus agradecimentos ao meu presado Cordeiro de Sousa pela hospitalidade que me deu, um abraço do velho amigo

RAUL DA COSTA COUVREUR.

# MOEDAS DO PRÍNCIPE DA PAZ MANUEL GODOY COMO SOBERANO DO PRINCIPADO DOS ALGARVES

(Continuação de pág. 275)

Instituído portanto o Principado dos Algarves pelo tratado de Fontainebleau e nomeado seu soberano Manuel Godoy, não seria de extranhar, dadas as características que deixei esboçadas do antigo oficial das Guardas Reais que, conforme diz o General Foy, êle se apressasse a querer marcar a posse dos seus territórios pela forma usual de cunhar moeda, encontrando-se no livro já citado a seguinte passagem:

«Le souverain designé des Algarves était si impatient de regner pour son compte que si l'on en croit les bruits du temps, des piastres fortes (pesos duros) furent frappés á l'hotel des monnais de Madrid que portaient d'un coté l'effigie de Godoy avec la legende *Emanuel Primus Algarbiorum dux* et de l'autre les armes du royaume des Algarves».

Esta suposição não é descabida não só pelos motivos apontados, como também porque seria a seqüência do procedimento do General Solano comandante das tropas espanholas no Alentejo que em Setubal nomeara já autoridades espanholas.

Como suponho que o assunto não fosse ainda considerado, julguei interessante documentar-me sobre êle, tanto mais que não tenho conhecimento da existência de tais moedas nem por figurarem em qualquer colecção, nem porque houvessem aparecido em qualquer venda.

Uma feliz casualidade fez-me travar relações com o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Vimieiro, residente em Madrid que com uma gentileza a que cumpro o gratíssimo dever de prestar as minhas mais rendidas homenagens, se não quiz poupar a esforços para colher informações no Museu Arqueológico e na Casa da Moeda daquela Capital sobre o assunto que me interessava.

As investigações a que procedeu o Sr. Conde junto do illustre chefe da Secção de Numismática do Museu Arqueológico, onde existe uma notavel, colecção, permitiram verificar que nela não existe qualquer exemplar de tais moedas e o Conservador que não conhecia a citação do General Foy



não hesitou em afirmar que se tivesse havido qualquer cunhagem, a importante colecção do Museu não deixaria de a possuir.

Por sua vez o Chefe de Secção de Gravura da Casa da Moeda, pessoa sobremodo competente no assunto, declarou igualmente que não tinha a menor ideia da cunhagem em questão, acrescentando que aquela Casa da Moeda não funcionara durante o domínio francês e mesmo já algum tempo antes, unicamente trabalhando em tais épocas a Casa da Moeda de Pôrto-Rico, pelo que as moedas eram cunhadas em Paris.

Tendo verificado por ocasião de uma passagem minha por essa cidade, a não existência das moedas do Principado dos Algarves nas vitrines do *Cabinet des Médailles* da Biblioteca Nacional de Paris, obtive posteriormente a confirmação dela pelo ilustre conservador dêsse Gabinete Mr. Jean Babelon, de que nas espécies guardadas naquele estabelecimento elas realmente não existiam.

Restava-me proceder a pesquisas na Casa da Moeda.

E por amavel indicação de Mr. Babelon, obtive de Mr. Moeneclae, Director da Casa da Moeda de Paris, a informação de que nem nas colecções da Administração das Moedas e Medalhas existia qualquer peça referente a Manuel Godoy, nem na Biblioteca da Administração encontrara qualquer vestígio das moedas em questão.

Julgo portanto poder concluir que se não cunharam as moedas indicadas pelo General Foy, o que até certo ponto se poderá justificar pelo tempo que o Principado dos Algarves, rosas de Malherbe de Manuel Godoy, teria durado como vizão de uma realeza com que os secretos desígnios de Napoleão sôbre a Península teriam achado conveniência em deslumbrar o valido de Carlos IV, enquanto a hora da realização dêsses desígnios não chegava, desiludindo o Príncipe da Paz e Fernando VII.

Outubro de 1935.

RAUL DA COSTA COUVREUR.

## A NACIONALIAADDE PORTUGUESA DE CRISTÓVÃO COLÓN

O mistério em que se envolveu o famoso navegador, chegando a declarar que nunca se saberia a sua pátria e quem fôsse o seu pai, tem feito o desespêro dos historiadores dignos dêste nome.

E certo, porém, que escrevêra na minuta de um testamento, não levado a efeito, que havia saído e nascido em Génova, afirmação que *nunca mais repetio*

Note-se que diz ter *primeiramente saído* e depois de *saído, nascêra!* Saíra, sim, desembarcara em Génova, no ventre materno, e depois nascêra.

Assim indicava não ser originário da ilustríssima república.

Mas seja como fôr, a tése portuguesa é a mais nova das cinco que pretendem resolver o problema da autoctonia do homem que tanto se celebrisou.

Com a falência das téses italianista, galega, catalã e còrsa, fica apenas de pé a nossa que tem a defendê-la o grande e inegável mérito de melhor explicar certos casos duvidosos e obscuros da vida do primeiro almirante das Índias de Castela e apresentar outros que decisivamente demonstram ser o nosso país a sua pátria.

Se fôsse cousa corrente, ao menos verosimil, que seus pais eram do Genovesado, e para que publicar documentos falsos e falsificados, como recentemente fez a Municipalidade de Génova, a principiar pelo braço de armas que em 1493 lhe concederam os Reis Católicos, acrescentando-lhe um *cheje* que nunca teve?

E para melhor impôr a mistificação, o livro é um primôr e belêsa sôb o ponto de vista gráfico, um livro valioso, rico, debaixo daquele aspecto.

Mas... os documentos ali publicados, como outros da famosa *Raccolta*, não se referem *al magnífico Señor Cristóbal Colón*, e sim a Christophoro Colombo, filho do cardador ou tecelão Doménico Colombo, que, como averiguarão o ilustre professor das Universidades de Buenos Aires e de La Plata, Sr. Dr. Rómulo D. Carbia, Astrana Marin e o falecido académico Ricardo Beltrán y Rózpide, não era único em Génova, pois que, sincrònicamente, existiam naquela república diversos Christophoros *Colombos*, filhos de outros tantos Doménicos *Colombos* e nos documentos mencionados nem *uma só vez* aparece o apelido *Colón* que o almirante dizia ser o seu, como consta da minuta do testamento a que aludi.

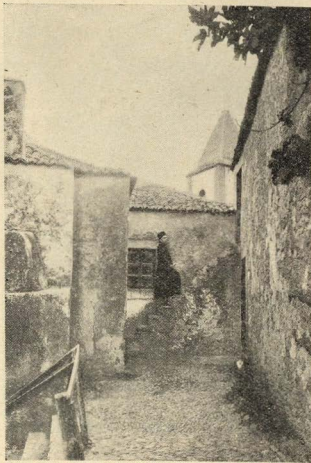
Assim, aquela minuta serve aos misticadores italianistas para demonstrar que o navegador é genovês e já lhes não serve para que se chame *Colón e nunca Colombo!*

¿ Como pois invocá-la, para identificar um dos vários Christóphoros *Colombos* com Cristóvão *Colón* ?

É também merecedor de reparo que nenhum documento verdadeiro existe em que Colón tenha escrito uma única palavra italiana, bem como não apareceu até à data, qualquer outro a demonstrar que um Doménico *Colombo* até 1502 (o suposto pai de Colón, segundo a mistificação engendrada em 1516 por Justiniani), ano em que se diz faleceu, *tivesse quaisquer relações com o filho e soubesse* que êle, dez anos antes, em 1492, descobrira as Antilhas, fizera por isso ecoar o seu nome em toda a Europa, isto é, durante dez anos pai e filho não tiveram relações após o grandioso feito e desconheciam-se !

Também não consta, está por produzir-se um só documento a mostrar-nos a impressão que no Genovesado causou, dentro dêsses dez anos, aquele descobrimento, que tanto engrandeceu e fez entrar na história o genovês, filho de um vago Doménico *Colombo*, cardador, como dizem o filho igualmente o fôra !

Demorei-me na tése italianista, para focar a mistificação que ela é. Quanto às outras — a cõrsa, a galega e a catalã, caíram todas, não têm



PORTO-SANTO, CASA DE COLÓN

(Fotografia da colecção do Director da Revista)

ponta por onde se lhes pegue e seria perder tempo, na sua análise, por insubsistentes a toda a evidência.

Safu a combater a tése portuguesa e fê-lo deploravelmente, o médico higienista Sr. Dr. Ricardo Jorge, tendo falecido quem lhe podia responder no terreno em que colocou a questão.

Solidarisei-me com o morto ilustre e tão sabedor, e mostrei a sem razão daquêles ataques.

Depois veio o Sr. Dr. Alfredo Pimenta assumir o papel de acessor do Sr. Dr. Ricardo Jorge, com uma impertinência infeliz atirando-me ou atribuindo-me a qualidade de *espírito sem autoridade*.

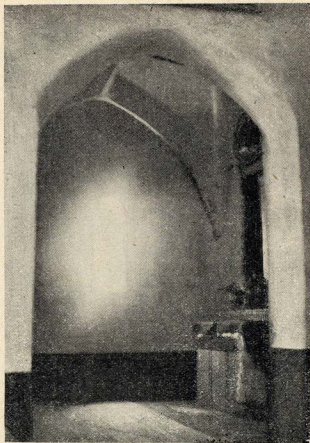
Eu poderia retorquir que, no capítulo *autoridade*, o Sr. Pimenta entrou impensadamente num caminho arriscado e perigoso.

¿ É que sabe êle do problema colonino ?

A divagação era obviamente necessária, apesar da minha repugnância por tais processos de crítica que, talvez, devesse desprezar.

Mas adiante e entro na demonstração que me propuz.

O que *positivamente* se sabe de Colón, data do seu aparecimento na Ilha da Ma-



IGREJA DE PORTO-SANTO. CAPELA EM QUE, SEGUNDO A TRADIÇÃO LOCAL, CASOU O  
DESCOBRIDOR DA AMÉRICA

(Fotografia da colecção do Director da Revista)

deira, muito jovem, contando então (1470) cêrca de 14 anos.

Tudo quanto se tem escrito àcêrca da sua vida anterior, é confuso, ilógico, anacrónico, fantasista, indemonstravel, indocumentado e o próprio



Colón para isto concorreu, fazendo circular a seu respeito notícias falsas, sempre no fito de despistar e iludir, para adensar cada vez mais o mistério que o cercava, tornar impossível a identificação da sua personalidade e neste singularíssimo propósito teve a cumplicidade de altas individualidades, a começar pelo nosso D. João II e os Reis Católicos.

¿É verosímil que não fôsse portuguesa a pessoa a quem o Príncipe Perfeito escreve em 20 de Março de 1488, chamando-lhe Cristóvão Colón, tratando-o por *meu especial amigo*, convidando-o a vir a Portugal e confiando-lhe em Dezembro dêsse ano, a revisão da *carta navigationis* de Bartolomeu Dias, que acabava de dobrar o Cabo das Tormentas?

Em 1480 celebrou-se entre o Rei de Portugal e os Reis Católicos o tratado pelo qual seria deitado ao mar, sem mais forma de processo, qualquer estrangeiro encontrado na Guiné, e Colón esteve na Guiné, em 1482. Não foi deitado ao mar.

¿Era ou não português?

Podem objectar: esteve, mas com permissão do Rei Português.

Onde essa permissão?

Como se documenta?

Quando chega a Castela, fala de modo que o entendem, mas observa-se logo que é um homem que residiu muito tempo em Portugal, o que quer dizer: é um português a expressar-se em castelhano.

O seu diário de bordo vem salpicado de lusitanismos.

Ao partir a última vez para a América, sabe que os portugueses estão cercados em Arzila e sem que ninguém lho peça ou ordene, sem que os Reis Católicos o saibam, dirige-se ali com a esquadra do seu comando, assumindo todas as responsabilidades, em socorro da praça assediada pelos mouros!

Com esta sua resolução arriscou a cabeça.

¿Não comandava uma esquadra dos nossos visinhos, nossos rivais e adversários?

Isto só o faria um português, patriota exaltado, nunca um aventureiro estrangeiro a sôldo de quem o tinha a seu serviço.

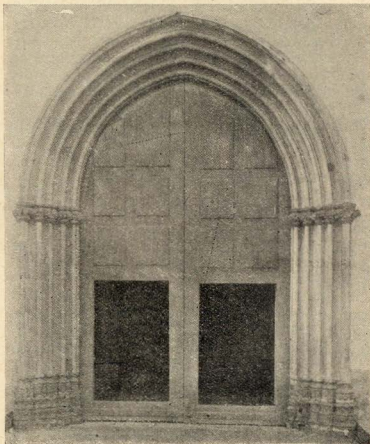
Casa, aos dezanove anos, no Machico, Madeira, e não onde o Sr. Dr. Alfredo Pimenta quiz, com a nobilíssima filha de Bartolomeu Perestrelo, cuja mulher era da família do Condestavel, prima da 1.<sup>a</sup> Duquesa de Bragança, e da progénie dos Monises.

Um tecelão não era admitido numa família de tão alta prosápia, em cujas veias corria o sangue dos Reis Lombardos.

Usa brasão de armas, como lhe reconhecem os Reis Católicos ao fazerem-lhe mercê de um acrescentamento a essas mesmas armas.

Conhecia a Bíblia como um teólogo, sabia de cór as profecias de Isaías, era-lhe familiar o latim, o hebreu, o grego, o português e o castelhano, *mas não o italiano!*

E querem os mistificadores que seja filho do tecelão Doménico Colombo e de uma Suzana Fontanarossa e de outra Suzana Terarossa!!!



PORTA PRINCIPAL DA IGREJA MATRIZ DE MACHICO

(Fotografia da colecção do Director da Revista

Duas mães para um filho!

A avó de Colón era portuguesa, como se vê da carta do embaixador de Portugal em Castela, António de Azevedo Coutinhopara D. João III, datada de 14 de Abril de 1526.

Navegou sempre com portugueses a ponto de ser como tal considerado, conforme afirma o seu amigo Bartolomé de Las Casas, Bispo de Chiapas.

È de portugueses e só deles e até do próprio D. João II, que Colón obteve noticias de novas terras e foi este príncipe quem o informou de segredos sós conhecidos do Estado Maior da Marinha Portuguesa.

Toscanelli, sábio florentino, seu contemporâneo, chama-lhe português e assim o julga outro italiano residente em Lisboa, Girardi.

Da mesma opinião são os espanhóis do mesmo tempo: o jurisconsulto Juan de Solórzano e Pedro Tamariz.

O paladino da catalanidade de Colón, Luis Ulloa, num rasgo de sinceridade, declara:

«êste homem era de língua não castelhana, de mentalidade relativamente estranha à de Castela ou da Andaluzia, aonde até 1492, não tinha tido seis anos de residência permanente».

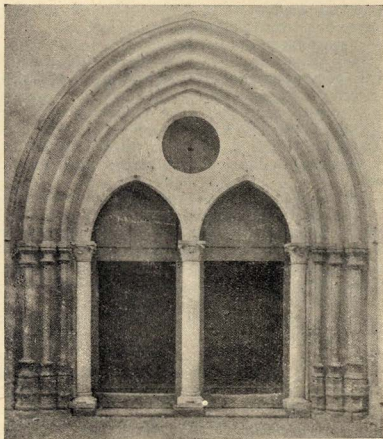
O seu único e grande amigo em Castela, o seu confidente, não foi um italiano, nem um castelhano, nem um côrso, nem um catalão: foi o frade português Frei António Marchena que conhecia o segredo do descobrimento e da verdadeira identidade de Colón.

Empregou os métodos portugueses nas suas navegações. Obedece às ordens de D. João II que lhe prescreveu fazer acreditar que a Ilha de Cuba era a extremidade oriental da Ásia. Impõe isso às tripulações, a toda a gente, sôb penas gravíssimas. Marchena, um português, o único cosmógrafo a bordo, guardará o segredo.

Deu profusamente nomes portugueses às terras que descobria.

No regresso do descobrimento, apesar do risco que corria, vem, em primeiro lugar, a Portugal para relatar a D. João II o resultado da sua viagem.

Ao saber da morte de D. João II, em 1495, exclama:



IGREJA DE MACHICO. PORTA LATERAL

(Fotografia da coleção do Director da Revista)

«Durante 14 anos servi êste Rei». E estava em Castela desde 1448!

Em carta de 7 de Julho de 1503 dirigida aos Reis Católicos, queixando-se de ser mal recompensado e censurando-se a si mesmo, escreve:

«Ahora me dio muestra el galardán de estos afanes e peligros que he pasado serviendo á otros (Reyes)» Servir á otros? Isto é aos Reis Católicos, porque o seu verdadeiro Rei era D. João II.

Vai na expedição de João Coelho, *o da Porta da Cruz*, que descobriu o Haiti, depois de 1474, e por isso, quando regressa do descobrimento de 1492, poudé dizer que para tal façanha não precisou de mapas, raciocínios e matemáticas: conhecia o caminho.

Era falso, suposto o nome que adoptou: Cristóbal Colón. Chamava-se Salvador Gonsalves Zarco, era filho bastardo do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e de uma senhora da família das Câmaras.

Á primeira ilha que descobriu — Guanahani, deu o seu nome — Salvador.

Mas fica para outra ocasião o desenvolvimento desta tése.

Por agora basta acrescentar que os Reis Católicos, *antes do descobrimento*, chamam-lhe *homem fidalgo que já fez descobrimentos no Mar Oceano*, nomeiam-lhe o filho, Diogo, pagem do príncipe D. João, herdeiro das corôas de Castela e Aragão; depois do grande feito, conferem-lhe os títulos de Vice-Rei, Almirante, Capitão-General do Mar Oceano, Cavaleiro da Espora Dourada e o tratamento de Dom.

Não se dava isto a um cardador no fim do século XV, mas a um bastardo da Dinastia de Avis.

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.



## A NECRÓPOLE DE CONSELHAS

Nunca se registou o achado de vestígios arqueológicos pré-históricos na área da cidade de Coimbra, ou porque não foi habitada pelas primitivas populações, ou porque, tendo sido habitada, se perderam os vestígios possivelmente deixados, uns, encontrados pelas primeiras populações históricas da cidade, que, na sua ignorância, lhes não prestaram a atenção devida, outros, talvez existentes nas bases da colina da Alta, mas soterrados pelas aluviões do Mondego e pelos aterros das obras humanas ali realizadas.

Assim, escaparam-nos, talvez, elementos preciosos para a solução do importante problema da origem da cidade, que só nos aparece como a povoação romana de Emínio, ignorando-se se remonta a épocas muito anteriores, se teria existência pré-romana, possivelmente céltica, como se presume.

Em redór de Coimbra, ou na região, em locais relativamente próximos, aparecem vestígios de habitação e permanência do homem pré-histórico, tais como:

Na Mealhada, estação paleolítica de profundidade ;

No Forno da Cal (Vinha da Rainha, Soure) estação neolítica, tipo dos Kiokkenmøddinger.

Nos Alqueves (S. Martinho do Bispo), onde se encontrou uma caverna habitada no neolítico ;

Em S. Martinho da Arvore, onde foi encontrado um machado de pedra polida ;

Na Ereira, estação neolítica ;

Na Amieira, local onde se descobriu um machado de pedra polida ;

Em S. Olaia, castro pré-romano, cuja época se atribui à idade do ferro (Lateniense) ;

Em Cantanhede, que, também, deu um machado neolítico ;

E, finalmente, mais afastadas, as estações circunvisinhas da Figueira da Foz :

Fontela, paleo ou epipaleolítica ;

Carniçosa, onde se localizou um dolmen do neolítico inicial ;

Crasto, Chões, e toda a série de estações neolíticas do alfoz figueirense.

Pôsto que algumas jazidas estejam relativamente próximas de Coimbra, nada permite afirmar que a área da cidade tenha sido habitada pelos primitivos povoadores da região, nas idades paleolíticas e neolíticas, embora se possa admitir, com verosimilhança, tal hipótese.

No Paleolítico os habitantes, se os houve, teriam sido raros e dissemi-

nados; no Neolítico, teria havido maior densidade de população, avizinhandose do rio.

O Sr. Doutor Amorim Girão, in *Civitas Aeminiensis* (O Instituto, vol. 87, pag. 253-1934) refere a descoberta duma necrópole, com sepulturas antropomórficas, abertas em rocha, no local circunvisinho da confluência da ribeira de Coselhas no Mondego, e infere, justamente, que em locais próximos, como o alto de Montes Claros e a Conchada, mas sobretudo, neste último, deviam ter vivido populações proto-históricas, descoberta que se deve ao Sr. José Vitorino dos Santos, como o Sr. Doutor Girão consigna.

A descoberta desta necrópole é mais um elemento a considerar, que permite supôr habitada a área citadina.

Aproveitando o ensejo duma visita ao nosso amigo, Sr. José Vitorino dos Santos, abordamos a referência que, ao seu achado, faz o Sr. Doutor Amorim Girão.

Solicitamente nos informou o nosso dito amigo do que havia quanto à necrópole de Coselhas.

Em 1917, sendo vereador da edilidade Coimbra, mandara proceder à abertura duma estrada para S. Paulo de Frades.

Os cabouqueiros, ao procederem ao desatêrro dum combro de silvas, a Leste do sítio chamado Olho de Boi, entre a casa do Sr. Perdigão e a Venda do Gilberto, encontraram na rocha, que é uma saibreira de grão fino, 3 sepulturas antropomórficas, duas de adultos e a terceira bem mais pequena.

As sepulturas, abertas no saibro estavam orientadas Leste-Oeste, ficando as cabeceiras para Leste. Cobriam-nas algumas peças de calcáreo estranho ao local, facetado e aparelhado, e continham várias ossadas e um crâneo, que se desfizeram acto contínuo.

Os trabalhadores, na ignorância do valor do achado, tinham partido o aparelho de calcáreo, e destruído as sepulturas quando, prevenido da descoberta, o Sr. José Vitorino dos Santos chegou ao local.

Na mesma ocasião e sítio se encontraram também 3 mós e telhas grossas.

Das mós, só resta uma, em poder do Sr. Perdigão. Fomos vê-la.

E' uma mó de saibro, de grão grosso, avermelhado. Tem a forma cilíndrica, medindo de diâmetro 46 centímetros e de altura 17 centímetros.

Em cada base encontra-se uma cova, circular, concêntrica à periferia, ambas com 21 centímetros de diâmetro, mas uma com a profundidade de 7 centímetros e outra com a de 4 centímetros.

Supomos ter servido de mó dormente quando utilizada.

As telhas, não conseguimos vê-las.

Sabemos que foram levadas para casa dum Sr. Miguel dos Pinhoros, e

devem pertencer à hoje família Santos Silva, da cidade de Coimbra. Ignoram, porém, se ainda existem.

Por informação que, na mesma visita, nos deu o Sr. Francisco Marques Moreira, encontraram-se, também, mós idênticas no Golpe, à Costeira, em S. Paulo de Frades.

Quanto às sepulturas individuais cavadas na rocha, a sua antiguidade não é anterior à idade dos metais; devem, mesmo, ser posteriores ao período post-halstatiano, porquanto, neste período estava em prática a incineração.

Devem ser romanas ou luso-romanas, pois que por esta época aparece a inumação ao lado da cremação.

A destruição e desaparecimento dos elementos osteológicos e do calcáreo aparelhado, uma provavel lage funerária, bem como a ausência, ou perda de espólio cerâmico, vítreo ou metálico, não permitem informações de maior certeza.

O tipo das mós é romano e revela já um progresso na farinação, comparado ao tipo das mós neolíticas, mais vulgares.

As telhas seriam possíveis *tegulae* ou *imbrices*, de procedência romana.

Só com êstes elementos, a necrópole de Coselhas deve datar-se, cronologicamente, da época da dominação romana e não além do século II. A. C.

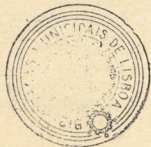
Conveniente seria que se recolhessem em Museu a única mó restante, e as telhas se, acaso, ainda existem, supondo nós que os seus actuais detentores de bom grado cederão os referidos objectos para tal destino caso lhes sejam solicitados.

Ao ilustre director do museu «Machado de Castro» compete o assunto.

Também seria conveniente proceder-se a uma investigação *in loco* com o fim de averiguar se ainda existem mais sepulturas por aqueles sítios e, caso afirmativo, proceder-se à sua exploração sistemática.

Não faltam em Coimbra arqueólogos que se encarreguem do assunto; e que êles o tomem à sua conta, são os nossos votos.

FALCÃO MACHADO.





# FRAGMENTO DE UMA INSCRIÇÃO INÉDITA DA SÉ DE LISBOA

(DON' SVARIVS VLIXBO ?)  
NEN(S E)PISCO(PVS HIC)  
IACET : QVI REGNANTE  
ALFONSO Ž A MAVRIS  
ALCASSARVM SALIS  
ERIPVIT : AN DE : IZSS

Fragmento encontrado no tópo norte do cruzeiro da Sé de Lisboa, entre as alvenarias que encobriam um velho túmulo em cuja tampa está a lindíssima estátua jacente de um bispo mitrado e revestido de amplos paramentos sustentando o báculo com a mão esquerda enluvada.

Quem tomou Alcacer aos moiros foi D. Soeiro Viegas, o habil diplomata de Afonso II, de quem João Baptista de Castro <sup>(1)</sup> diz que «as letras e as virtudes que guardavão excelente harmonia... lhe não embotarão o valeroso espírito das armas contra os inimigos da Fé na grande empreza de Alcacer do Sal...», devendo-se à sua actividade a conquista da praça aos moiros em 21 de Outubro de 1219.

Castro segue a data indicada por D. Rodrigo da Cunha <sup>(2)</sup>, mas a inscrição que deve ser cópia, feita talvez no século XVI, de outra coeva do túmulo, fixa-a em 1217, ou como lá está pretenciosamente escrito com caracteres latinos: ano de 1255, referido porém à era hispânica, com o que, aliás, outros historiadores concordam, pois nos dão Alcacer como entrada em 18 e não em 21 de Outubro dêsse ano com a ajuda dos cruzados alemães arribados ao Tejo em 10 de Julho <sup>(3)</sup>.

D. Soeiro Viegas morreu a 9 de Janeiro de 1232, depois de ter andado homiziado por terras estranhas, e foi sepultado na capela de Santo Amaro da Sé de Lisboa <sup>(4)</sup>.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

---

(1) Mappa de Port. P. V, p. 146.

(2) *Bispos de Lisboa*, P. II, cap. 25, citado por Castro.

(3) Herculano, *Hist. de Port.* P. II, l. IV, p. 196 e seg.

(4) Castro, ob. cit.



## INDEX

ANÓNIMO — <i>Os Jerónimos há quarenta anos</i> . . . . .	222,	249
CAETANO BEIRÃO — <i>Identificação do retrato duma Rainha de Portugal num quadro de De Troy</i> . . . . .		246
HIPÓLITO CABAÇO E EUGÉNIO JALHAY — <i>Estela funerária de Alenquer</i> . . . . .		110
NUNO CATARINO CARDOSO — <i>Algumas palavras sôbre o primeiro duque de Bragança e o seu túmulo</i> . . . . .		56
— <i>Algumas palavras sôbre D. João de Albuquerque e o seu túmulo</i> . . . . .		154
AUGUSTO DA SILVA CARVALHO — <i>Um embalsamento</i> . . . . .		9
LUIZ CHAVES — <i>Urna cinerária de Olisipo com inscrição latina</i> . . . . .		182
— <i>Lisboa romana — Monumento epigráfico dedicado a Apolo por um augustal</i> . . . . .		242
LUCIANO CORDEIRO — <i>Um torneio a valer</i> . . . . .	33, 65, 120,	157
— <i>A Rainha Dona Maria Pia</i> . . . . .		161
— <i>As inscrições das peças de Diu</i> . . . . .		225
— <i>Proposta para a nomeação de vogais da Comissão dos Monumentos em 1896</i> . . . . .		289
RAUL DA COSTA COUVREUR — <i>Um exemplar de ouro inédito no reinado de D. Manuel no Gabinete Numismático do Rijks Museum van Oudheden de Leyden</i> . . . . .		45
— <i>As moedas de D. Afonso V com as armas de Portugal e as de Castela e os escudos de ouro do mesmo reinado</i> . . . . .	88,	106
— <i>Ainda «As moedas de D. Afonso V com as armas de Portugal e as de Castela»</i> . . . . .	196, 238,	303
— <i>Moedas do Príncipe da Paz Manuel Godoy como soberano do Principado dos Algarves</i> . . . . .		272
JORDÃO DE FREITAS — <i>O arabista sr. Manuel Rebelo da Silva e o estudo da língua arábica entre nós</i> . . . . .		50
— <i>João de Castilho, architecto do Mosteiro dos Jerónimos</i> . . . . .		265
EUGÉNIO JALHAY — <i>Uma curiosa estatueta de barro</i> . . . . .		207
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA — <i>Alguns artistas portugueses e estrangeiros no Arquivo Histórico Militar</i> . . . . .	80,	97

— Manuel Carlos de Andrade e a sua «Arte de Marialva» . . .	166
— Monumentos a D. João VI . . . . .	257
— Frei Casimiro de S. José Wyszynski, introductor da Ordem dos Marianos em Portugal . . . . .	293
F. MATEU Y LLOPIS — <i>Nuevas diretrices en la numismática hispana</i> . . . . .	136
CARLOS DA SILVA LOPES — <i>O pintor João Domingos Ponte</i> . . . . .	58
FALCÃO MACHADO — <i>Espólio dum artífice romano</i> . . . . .	115
— <i>Uma descrição de Coimbra no século XVII</i> . . . . .	209
— <i>A necrópole de Coselhas</i> . . . . .	313
ALVARO NEVES — <i>Teatro de Buenos Aires em Lisboa, 1807</i> . . . . .	217
F. ALVES PEREIRA — <i>Algumas inscrições romanas das visinhanças de Cascais</i> . . . . .	47
— <i>Excursão a Alenquer (Notas de um vogal da Junta de Escavações)</i> . . . . .	129
D. JOSÉ PESSANHA — <i>O altar de S. Vicente na Sé de Lisboa</i> . . . . .	3
VISCONDE DO PORTO DA CRUZ — <i>A estada de Cristovam Colombo na Madeira</i> . . . . .	283
PEDRO BATALHA REIS — <i>Moedas de Cilpes e não Cilpe</i> . . . . .	118
— <i>Das moedas de Toro</i> . . . . .	146, 188
— <i>Da crítica às moedas de Toro</i> . . . . .	282
JOSÉ TORRE REVELLO — <i>Notícia de un militar português que asistió a las dos fundaciones de Buenos Aires</i> . . . . .	230
ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA — <i>A origem do nome «Horta» dado à cidade assim chamada</i> . . . . .	25
— <i>A nacionalidade portuguesa de Cristóvão Colón</i> . . . . .	306
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA — <i>Ermida de Santo Amaro em Lisboa</i> . . . . .	75
J.-M. CORDEIRO DE SOUSA — <i>Notícias do terremoto</i> . . . . .	30
— <i>As sepulturas dos Marqueses de Montemor em Santa Paula de Sevilha</i> . . . . .	61
— <i>Uma moeda rara</i> . . . . .	96
— <i>As medalhas de ouro da igreja da Memória</i> . . . . .	127
— <i>Uma inscrição gótica</i> . . . . .	192

— <i>Mais uma inscrição inédita da Sé de Lisboa</i> . . . . .	254
— <i>Fragmento de uma inscrição inédita da Sé de Lisboa</i> . . . . .	316
F. A. GARCEZ TEIXEIRA — <i>A Conceição dos Freires</i> . . . . .	15
— <i>Uma inscrição inédita</i> . . . . .	114
— <i>O espólio do castelo de Almourol</i> . . . . .	140
— <i>Dos erros em epigrafia</i> . . . . .	176
— <i>A igreja do primitivo convento da Anunciada nos arredores de Tomar</i> . . . . .	204
— <i>Joaquim de Vasconcelos</i> . . . . .	252
FRAZÃO DE VASCONCELLOS — <i>Relação de discípulos de Luíz Serrão Pimentel na aula de engenharia militar</i> . . . . .	181
— <i>Alguns subsídios sobre Alvaro Lopes de Chaves, secretário dos Reis D. Afonso V e D. João II</i> . . . . .	276
J. LEITE DE VASCONCELOS — <i>Inscrição ibérica do Algarve</i> . . . . .	43
— <i>Inscrições lusitano-romanas do Museu Etnológico</i> . . . . .	193
PEDRO VITORINO — <i>Um sêlo conventual do século XVII</i> . . . . .	235